



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

WELINGTON DA COSTA PINHEIRO



*O Instituto Orfanológico do Outeiro:
Assistência, Proteção e Educação de Meninos Órfãos e
Desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)*

Belém – Pará
2017

WELINGTON DA COSTA PINHEIRO

***O Instituto Orfanológico do Outeiro:
Assistência, Proteção e Educação de Meninos Órfãos e
Desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)***

Tese apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Educação, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Maria Silva de Araújo Alves

Belém – Pará
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências da Educação (ICED / UFPA)

- P654i Pinheiro, Welington da Costa.
O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913) / Welington da Costa Pinheiro; orientadora Laura Maria da Silva Araújo Alves. – Belém, 2017.
227 f.
- Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.
1. Educação de crianças – Outeiro (PA) – História – 1903-1913.
2. Órfãos – Educação. 3. Meninos – Educação. 4. Meninos – Assistência em instituições. 5. Instituto Orfanológico do Outeiro. I. Alves, Laura Maria da Silva Araújo (orient.). II. Título.

WELINGTON DA COSTA PINHEIRO

***O Instituto Orfanológico do Outeiro:
Assistência, Proteção e Educação de Meninos Órfãos e
Desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)***

Tese apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Educação, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovado em: 07/02/2017

Banca Examinadora

Profa. Dra. Laura Maria da Silva Araújo Alves – UFPA (Orientadora)

Prof. Dr. César Augusto Castro – UFPA (Membro Interno)

Prof. Dr. Damião Bezerra Oliveira – UFPA (Membro Interno)

Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França – UEPA (Membro Externo)

Profa. Dra. Tânia Regina Lobato dos Santos- UEPA (Membro Externo)

Aos meninos e meninas que em virtude de sua condição de pobreza e abandono tiveram que viver suas infâncias em instituições educativas.

Agradecimentos

A Deus, esta força que nos proporciona esperança e fé, fazendo acreditar que as coisas podem dar certo nas situações mais adversas.

À professora Laura, minha orientadora, pela confiança depositada, parceria e respeito nos rumos dados a esta tese, e pelo incentivo na minha trajetória acadêmico-profissional. Obrigado por ter acreditado em mim e ter enxergado a vontade de aprender e me desenvolver no universo da pesquisa desde a ocasião da entrevista para o ingresso no mestrado.

A minha mãe Helena pela paciência, incentivo e apoio sempre, para a qual dedico e direciono todos os frutos colhidos nessa vida.

A “Jeni” pela ajuda na produção escrita desta tese e pelos muitos momentos que me deu escuta a cada vestígio da história do Orfanológico que eu ia desvendando.

Ao Luiz Neves pelo incentivo, força, diálogo, paciência e pela presença importante nos momentos de alegrias e dificuldades que permearam meu caminho até aqui, ajudando-me sempre em tudo que preciso.

À Luciana Costa pelos diálogos acadêmicos, incentivo mútuo, ajuda para a feitura deste estudo e pelo compartilhamento das certezas e incertezas em tempos comuns de intensa produção acadêmica.

Aos professores César Castro, Damião Oliveira, Socorro França e Tânia Lobato pelos olhares direcionados à melhoria desta tese e pela disponibilidade em contribuir, compartilhando seus conhecimentos desde a qualificação.

Às amigas Michelle Oliveira, Patrícia Kimura Rosenane e Fernandes pela amizade, incentivo e carinho a mim sempre depositado.

Aos colegas da turma do Doutorado – 2014, professores e funcionários do PPGED-UFPA.

Aos amigos do Grupo ECOS, Cibele Ferreira, Elianne Sabino, Jacqueline Guimarães, Marcio Olivieiros, Lucirene Callou, Marlucy Aragão, Carmeci Viana, Tatiana Pacheco, Socorro Lima e Sônia Santos, pela convivência fraterna, incentivo e diálogos acadêmicos sempre produtivos.

No interior das instituições, há um quebra-cabeça a ser decifrado, uma vez dentro da instituição, trata-se de fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares (...). Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações de variadíssimas instancias (...) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade (SANFELICE 2007, p. 77).

RESUMO

Em 1903, no contexto de grande desenvolvimento da cidade de Belém em razão dos lucros da economia da borracha amazônica, os governantes Antônio Lemos e Augusto Montenegro criaram o Instituto Orfanológico do Outeiro, destinado à abrigar crianças do sexo masculino, que fossem consideradas órfãs e desvalidas, na faixa etária de cinco e doze anos. Essa instituição e as ações de assistência, proteção e educação configuraram-se como o objeto de estudo desta tese de doutoramento. Inserida no campo da História da Educação, mais precisamente, no âmbito da História das Instituições Educativas, em interface com a História da Infância, a presente tese problematizou: que discursos ideológicos foram veiculados na trajetória do Instituto Orfanológico do Outeiro, no que diz respeito à assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos no contexto político e econômico do Pará do início do século XX? Para responder este questionamento, delimitou-se o objetivo geral de analisar os discursos ideológicos que permearam a história do Instituto Orfanológico do Outeiro, em relação à assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos, no período de 1903 à 1913; e enquanto objetivos específicos, têm-se: a) investigar a estruturação, o espaço e o corpo de funcionários da instituição; c) identificar o processo de ingresso, permanência e desligamento dos educandos no instituto; d) caracterizar o perfil dos meninos matriculados na instituição; e e) analisar os discursos que constituíram as práticas de assistência, proteção e educação no Instituto Orfanológico do Outeiro à luz da teoria bakhtiniana. O período investigado foi selecionado por demarcar o ano de criação e de término da instituição. O estudo é do tipo documental, tendo como fontes centrais de informação para a composição do *corpus* da pesquisa o jornal “A Província do Pará”, as Mensagens dos Governadores do Pará, o Álbum do Pará (1908), o estatuto do Instituto Orfanológico do Outeiro, assim como ofícios, portarias e relatórios produzidos pela instituição. Para a análise dos documentos, utilizou-se a perspectiva analítico-discursiva bakhtiniana; já a fim de entender os mecanismos de funcionamento do internato, pautou-se no conceito de “instituição total” e nos pressupostos foucaultianos. Os enunciados discursivos dos documentos analisados apontaram que os discursos, que permeavam a assistência, proteção e educação no Instituto Orfanológico, estavam fundamentados em discursos ideológicos que confluíam para a tese de que esta instituição foi originada para ser um estabelecimento de preparação inicial de mão de obra trabalhadora, pois intencionavam inculcar nos educandos valores morais, cívicos e nacionalistas, assim como normas e condutas disciplinares e higiênicas para moldar os corpos dos meninos e se constituírem em sujeitos ordeiros, fortes e saudáveis, que eram aspectos almejados nos discursos produzidos no período republicano, onde a infância pobre era considerada como a categoria social, que deveria ser investida com fins de se tornar futuros braços fortes para atender os anseios da elite e aos princípios políticos do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência e proteção à infância. Meninos órfãos e desvalidos. História das Instituições Educativas. História da Educação no Pará.

ABSTRACT

In 1903, in the context of the great development of the city of Belém due to the profits of the Amazonian rubber economy, the rulers Antônio Lemos and Augusto Montenegro created the Outeiro Orphanological Institute, designed to house male children who were considered orphans and Age group of five and twelve. This institution and the assistance, protection and education actions were configured as the object of study of this doctoral thesis. In the context of the History of Educational Institutions, in the context of the History of Educational Institutions, this thesis problematized political, educational and social discourses in the Outeiro Orphanology Institute in relation to the assistance, Protection and education of orphans and helpless boys? In order to answer this question, the general objective of analyzing the political, educational and social discourses that permeated the Outeiro Orphanological Institute in the assistance, protection and education of orphans and underprivileged boys from 1903 to 1913 was delimited. And as specific objectives, it was sought: a) to investigate the structuring, the space and the body of employees of the institution; C) identify the process of entry, stay and dismissal of the students in the institute; D) characterize the profile of the boys enrolled in the institution; and e) to analyze discourse the practices of assistance, protection and education of orphaned and underprivileged children at the Outeiro Orphanological Institute in the light of the Bakhtinian. The period investigated was selected by demarcating the year of creation and termination of the institution. The study is of the documentary type, having as central information sources for the composition of the corpus of the research the newspaper "The Province of Pará", the Messages of the Governors of Pará, the Album of Pará (1908), the status of the Orphanological Institute of Outeiro, as well as offices, ordinances and reports produced by the institution. For the analysis of the documents, the analytical-discursive bakhtinian perspective was used; Already in order to understand the mechanisms of operation of boarding school, was based on the concept of "total institution" and Foucault's assumptions. The discursive statements of the analyzed documents pointed out that the discourses that permeated the assistance, protection and education in the Orphanological Institute were based on ideological discourses that came together to the thesis that this institution was originated to be an establishment of initial preparation of labor, Because they intended to instill moral, civic, and nationalistic values among the students, as well as disciplinary and hygienic norms and behaviors to shape the boys' bodies to become healthy, strong, orderly subjects that were sought after in the speeches produced during the Republican period, Poor childhood as the social category to be invested to become future strong arms to meet the yearnings of the elite and the political principles of the state.

KEYWORDS: Assistance and protection for children. Orphaned and helpless boys. History of Educational Institutions. History of Education in Para.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fontes documentais do <i>corpus</i> da pesquisa	26
FIGURA 2 - Matriz analítica das categorias bakhtinianas	29
FIGURA 3 - Roda dos exposto da Bahia	34
FIGURA 4 - Fachada do prédio do Instituto Gentil Bittencourt	49
FIGURA 5 - Aula de costura realizada pelas educandas	50
FIGURA 6 - Aula de música no Instituto Gentil Bittencourt	50
FIGURA 7 - Vista panorâmica do prédio do Instituto Lauro Sodré	52
FIGURA 8 - Oficina de marcenaria no Instituto Lauro Sodré	53
FIGURA 9 - Oficina de alfaiataria no Instituto Lauro Sodré	54
FIGURA 10 - Prédio do Orphanato Paraense	55
FIGURA 11 - Planta do novo edifício do Orfanato Municipal Antônio Lemos	56
FIGURA 12- Escola de meninos do Instituto do Prata	57
FIGURA 13 - Escola de meninas do Instituto do Prata	58
FIGURA 14 - Hospedaria de imigrantes de Outeiro	63
FIGURA 15 - Fachada do prédio do Instituto Orfanológico	67
FIGURA 16 - Vista posterior das dependências do Instituto Orfanológico	67
FIGURA 17 - Cartão postal Instituto Orfanológico do Outeiro	68
FIGURA 18- Fachada do Patronato Agrícola Manoel Barata	77
FIGURA 19- Alunos e funcionários do Patronato Agrícola Manoel Barata	77
FIGURA 20 - Fachada do CFAP (1986)	78
FIGURA 21- Fachada do prédio do antigo CFAP na atualidade	79
FIGURA 22 - Localização das ilhas do arquipélago de Belém.	81
FIGURA 23 - Vista aérea do terreno onde funcionou o Instituto Orfanológico do Outeiro	82
FIGURA 24 - Antônio Lemos	86
FIGURA 25 - Augusto Montenegro	89
FIGURA 26 - Planta do prédio do Instituto Orfanológico do Outeiro	99
FIGURA 27 - Um dos dormitórios do Instituto Orfanológico	101
FIGURA 28 - Refeitório do Instituto Orfanológico	103
FIGURA 29- Lavatórios do Instituto Orfanológico	105
FIGURA 30- Rouparia do Instituto Orfanológico	100
FIGURA 31- Sala de aula do Instituto Orfanológico	109
FIGURA 32- Vista geral do recreio dos educandos	111
FIGURA 33 - Área de recreação do Instituto Orfanológico	111
FIGURA 34 - Parque do Instituto Orfanológico	112
FIGURA 35 - Organização do corpo de funcionários do Orfanológico	115
FIGURA 36 - Grupo de educandos do Instituto Orfanológico do Outeiro	127
FIGURA 37 - Uniforme dos educandos do Instituto Orfanológico	129

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Custeio do Instituto Orfanológico do Outeiro	74
QUADRO 2 - Movimento da lavandeira do Instituto Orfanológico	107
QUADRO 3 - Movimento da enfermaria do Instituto Orfanológico (1906)	108
QUADRO 4 – Frequência de ponto dos empregados superiores do Orfanológico	117
QUADRO 5 - Organização dos empregados da cozinha do Instituto	122
QUADRO 6 - Educandos ingressos no Instituto Orfanológico em 1910	126
QUADRO 7 - Horário Geral do Instituto Orfanológico do Outeiro (1911)	148
QUADRO 8 - Horário de aulas do Instituto Orfanológico (1910)	150
QUADRO 9 - Disciplinas e horários de aula do Instituto Orfanológico (1911)	150
QUADRO 10 - Educandos premiados ao final dos trabalhos escolares de 1908	159
QUADRO 11- Brinquedos sorteados para os educandos pelo governador	187

SUMÁRIO

SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO	11
1.1. Motivação, problema e os objetivos do estudo	12
1.2. A História das Instituições Educativas e a Pesquisa Documental	16
1.3. A construção do <i>corpus</i> e o percurso metodológico	19
SEÇÃO 2: INFÂNCIA, ASSISTÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DESVALIDOS	30
2.1. As origens da assistência à criança pobre	32
2.2. As instituições para a infância: asilos, casas, institutos e orfanatos	37
2.3. A assistência e o atendimento à infância no Pará	47
SEÇÃO 3: A ORIGEM DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO DO OUTEIRO	60
3.1. Amparar e proteger a infância: a criação do Instituto Orfanológico	62
3.2. Um lugar “ideal” para educar meninos: a Ilha de Outeiro	79
3.3. Antônio Lemos e Augusto Montenegro: os protetores dos desvalidos	85
SEÇÃO 4: ESPAÇO, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORFANOLÓGICO	96
4.1. Espaços do Orfanológico: instalações para formar meninos	97
4.2. Empregados superiores e inferiores: do pessoal do Instituto Orfanológico	114
4.3. Acesso, permanência e desligamento de educandos no Orfanológico	123
SEÇÃO 5: A PRÁTICAS EDUCATIVAS E DE CUIDADOS NA FORMAÇÃO DE MENINOS NO INSTITUTO ORFANOLÓGICO	134
5.1. Os cuidados com a saúde dos educandos	135
5.2. O ensino elementar no Instituto Orfanológico	147
5.3. As leituras instrutivas dos educandos do Orfanológico	160
5.4. Festas cívicas e solenes no Instituto Orfanológico	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS	200
APÊNDICE	216
ANEXO	223

1. INTRODUÇÃO

Na manhã do dia 31 de julho de 1906, Belém do Pará amanheceu encantadora, com agradável temperatura, apenas aquecida pelos raios resplandecentes de um sol belíssimo. Às 7 horas, partiu da estação de Belém, a locomotiva Marituba em destino a Outeiro, com a presença do Exm. Sr. Dr. Augusto Montenegro, governador do estado e do Sr. Intendente do município, Antônio Lemos, assim como de outras autoridades políticas e figuras de destaque da sociedade paraense. Ao longo do percurso de saída da cidade, a comitiva era saudada com acenos, palmas e foguetes. Pessoas na porta de suas casas, transeuntes que caminhavam pela via pública, professores e alunos na frente das escolas, manifestavam seu apreço pelas ilustres personalidades que ali passavam, como se já tivessem conhecimento do destino e da grandiosa ação que fossem realizar. E talvez soubessem mesmo, pois, durante dias, os jornais noticiavam a importância daquele dia.

Por volta de 8 horas, a comitiva chegou à Vila Pinheiro, recebendo cumprimentos de autoridades locais, embarcando logo em seguida no navio Gaiivota. Durante o trajeto, foi servida uma refeição própria do horário – doces, leite, chocolate, frios e água mineral. Às 9 horas e 10 minutos, a embarcação enfim atraca na Ilha de Outeiro, cujo aspecto, desse aprazível, local era encantador e deslumbrante. Antes do desembarque, já se notava içados nos dois mastros do trapiche os pavilhões nacional e do município. Todo o litoral estava embandeirado, no alto da ponte, lia-se a inscrição “sede bem-vindos” em um escudo, a bonita decoração foi realizada para comemorar, celebrar um grande feito, porque ali oficialmente seria inaugurado o Instituto Orfanológico do Outeiro, um orfanato de primeira linha para atender meninos entre cinco e doze anos de idade, que até então não tinham uma instituição específica para esta faixa etária, prestando, assim, um importante serviço ao estado do Pará e à infância desvalida¹.

Na intenção de (re)construir a história dessa instituição educativa, que assumiu relevante papel no atendimento de meninos órfãos e desvalidos, nos anos iniciais do século XX, é que esta tese de doutoramento, situada no campo da História da Educação, em diálogo com a História da Infância, se propõe, buscando compreender a sua criação, implantação, estrutura, organização, práticas de assistência, proteção e educação, tendo como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1903 à 1913, que demarca a promulgação da lei que assegura a sua criação e o encerramento de suas atividades, respectivamente.

¹ Narrativa adaptada da notícia veiculada pelo jornal “A Província do Pará”, de 01 de julho de 1906, sobre a inauguração oficial do Instituto Orfanológico do Outeiro.

1.1. Motivação, problema e os objetivos do estudo

O interesse para investigar a história de uma instituição educativa teve início no Curso de Mestrado em Educação, na Universidade Federal do Pará, no qual construí a dissertação intitulada “A Infância nas Páginas de Jornal: discursos (re)produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX”, em que me debrucei em analisar os discursos veiculados pelos jornais “A Província do Pará” e “Folha do Norte”, dois dos impressos jornalísticos mais representativos do período em tela, no estado do Pará.

A análise de anúncios, notícias, colunas e propagandas me instigaram a querer saber mais sobre aquelas infâncias que se materializavam nos jornais, a fim de saber: quais eram as suas origens? Como e por quem eram cuidadas? Quais foram os destinos das crianças ali mencionadas? Como se dava detalhadamente a educação oferecida nas propagandas de colégios? Entre estas indagações, a infância pobre foi a que mais me tomava foco, em virtude de ser aquela silenciada e marginalizada pelos jornais investigados, sendo tratada como sem sorte, descuidada pelos pais e sem perspectiva de um destino digno, em detrimento da criança filha da elite paraense, vista, discursivamente, como aquela que é bem cuidada, amada, valorizada e com um futuro promissor.

A partir desses questionamentos e de leituras posteriores, a história de uma instituição educativa me pareceu um investimento de pesquisa que poderia sanar, pelo menos em parte, o interesse em saber mais da infância pobre nas primeiras décadas do século XX, uma vez que esse campo possibilita enveredar pelo interior de asilos, colégios, orfanatos, institutos, entre outros, ao buscar analisar a “legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas que ali se cruzam” (SANFELICE, 2007, p. 77).

A experiência com a pesquisa em jornais, que me oportunizou conviver em um emaranhado de dias, semanas, meses, anos, fatos, acontecimentos e situações, que emergiam no processo de mapeamento da infância por ocasião de minha pesquisa de dissertação, foi importante para a opção em estudar uma instituição, pois durante essa garimpagem me deparei com algumas notícias sobre institutos, colégios e orfanatos, que embora não pertencesse ao conjunto de informações que compunha meu *corpus* de estudo, não foi possível deixar de ser alvo de leitura, mesmo que de forma breve, despertando-me muito interesse e curiosidade sobre a educação desenvolvida nesses espaços.

O ingresso ao curso de Doutorado consolidou este desejo, tornando mais possível o percurso de estudo e pesquisa nessa direção. Dentre as instituições criadas no estado do Pará, o

Instituto Orfanológico do Outeiro foi a que me provocou interesse de investigação, por ser uma das poucas destinadas à assistência, proteção e educação de crianças do sexo masculino, consideradas órfãs e desvalidas, com a faixa etária menor que doze anos. Além disso, embora seja uma instituição mencionada em alguns estudos no âmbito da História da Educação paraense, não havia sido produzida uma pesquisa sobre ela até então, o que tornava as peculiaridades de sua criação, implantação, função, organização, clientela e ensino, ainda desconhecidos.

Nessa direção, estudar o Instituto Orfanológico se tornou relevante, haja vista que trouxe contribuições para a compreensão da História da Educação e da Infância paraense, por meio de uma instituição que ainda não tinha sido tomada como foco de pesquisa e que apresentou grande representatividade no cenário do atendimento, da assistência e da educação da infância pobre nas primeiras décadas dos anos 1900.

Para situar o objeto de estudo desta tese no cenário das produções acadêmicas nacionais e regionais, no sentido de delimitar melhor o seu desenvolvimento, realizou-se um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES², no intuito de mapear as produções já desenvolvidas sobre história das instituições educativas para a infância, em Dissertações e Teses, no período de 2005 a 2015.

O rastreamento dos estudos foi orientado pelas expressões “História das instituições e infância” e “Institucionalização da infância”, sendo que a primeira possibilitou o maior número de achados. Após a realização desse procedimento, foi encontrado o quantitativo de 34 (trinta e quatro) estudos, mas somente estavam disponíveis para consulta 30 (trinta) produções – 25 (vinte e cinco) dissertações e 05 (cinco) teses (APÊNDICE A). As pesquisas foram desenvolvidas, em sua maioria, em Programas de Pós-graduação na área da Educação (23); seguido pela História (05) e em menor proporção em outras (02).

A partir da leitura e análise dessas produções, identificou-se que os estudos se concentraram, principalmente, no recorte temporal correspondente à transição do século XIX para o XX, e nas primeiras décadas do XX. A realização de investigações tendo como referência esse período vai ao encontro do próprio percurso da história da institucionalização da infância, que tem nos finais do século XIX a mudança no modelo caritativo que pensava e geria as instituições voltadas para as crianças, para o filantrópico, no qual o Estado assume a

² Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2164>

responsabilidade nesse processo, o que possibilitou a expansão do número de estabelecimentos de assistência e educação da infância (MARCÍLIO, 2006).

O contexto histórico das instituições pesquisadas vai refletir, ainda, na natureza das instâncias que fazem a gestão destas, pois se percebeu que o Estado é o principal gestor da maioria dos estabelecimentos, em detrimento da relação Estado-Igreja e somente Igreja. Com base nesta constatação, vale salientar, tomando como direcionamento o levantamento elaborado, que outras esferas sociais enquanto organizadoras de instituições não são tão contempladas nesses estudos, o que permite a reflexão de que investigar outros grupos que se ocuparam de gerir espaços de educação e acolhimento da infância necessitam de pesquisas, a exemplo dos espíritas e evangélicos.

Entre os estudos mapeados, verificou-se que os tipos de instituições mais presentes neste quantitativo são escolas/institutos de aprendizes artífices, marinha ou de guerra (07), orfanatos (06) e asilos (06). Notou-se, ainda, estudos que intencionavam analisar mais de uma instituição em dado recorte temporal, buscando investigar como os estabelecimentos para a infância eram concebidos no que tange ao funcionamento, organização e formação, como os trabalhos de Sousa (2010) e de Conceição (2012).

Quanto aos objetivos de pesquisa, evidenciou-se que a maioria intencionou investigar a formação desenvolvida nos estabelecimentos (15); outra parcela busca traçar o percurso histórico das instituições, pontuando a criação, implantação, funcionamento e término; em menor proporção têm-se estudos (04) que se propõem a analisar certa instituição em consonância com as políticas públicas vigentes no período selecionado.

Os estudos analisados mostraram que estes se ocupam de pesquisar mais estabelecimentos para meninos (11), em segundo lugar para meninas (09) e em terceiro para ambos os sexos (08). As pesquisas explicitaram, também, que a formação oferecida em tais instituições converge para o modelo que permeava a educação de meninos e meninas. Para estes, ensino profissional para produzir mão de obra trabalhadora e assim, serem úteis à Pátria; àquelas para serem boas mães, esposas e donas de casa (RIZZINI, 2011). E mesmo nas instituições para ambos os sexos estes modelos são presentes.

Do ponto de vista teórico-metodológico, os estudos pesquisados se fundamentam na História Cultural, tendo como foco Roger Chartier, mediante os conceitos de práticas e representações; em Michel Foucault, no que tange as suas discussões acerca da disciplina, punição, vigilância e exame, no interior das instituições analisadas; os pressupostos referentes à cultura material escolar se fizeram também presentes, a fim de analisar os artefatos culturais

que permeiam o cotidiano dos estabelecimentos, tendo Dominique Julia, Diana Vidal e Antônio Vinão Frago, dentre os autores mais utilizados em tais estudos.

Nesse levantamento, evidenciou-se que esta pesquisa de tese se torna relevante, pois o estudo de instituições voltadas para a infância, em certas regiões como a Norte, ainda se caracteriza como um campo em desenvolvimento, revelando que o conhecimento sobre o processo histórico de constituição dos asilos e internatos no contexto brasileiro ainda:

[...] permanece disperso, fragmentado e invisível, apesar dos esforços de produção, individuais e coletivas, que vêm sendo realizados por investigadores e grupos de pesquisa em História da Educação, no âmbito da graduação e dos programas de pós-graduação, disseminados por várias instituições acadêmicas do país (SCHUELLER, 2009, p. 2).

A partir dessa contextualização das motivações, justificativas e apresentação do objeto de estudo, formulou-se o seguinte problema: que discursos ideológicos foram veiculados na trajetória do Instituto Orfanológico do Outeiro, no que diz respeito à assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos, no contexto político e econômico do Pará do início do século XX?

Para responder este questionamento, delimitou-se como objetivo geral analisar os discursos ideológicos que permearam a história do Instituto Orfanológico do Outeiro, em relação à assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos no período de 1903 à 1913; e enquanto objetivos específicos têm-se: a) investigar a estruturação, o espaço e o corpo de funcionários da instituição; c) identificar o processo de ingresso, permanência e desligamento dos educandos no instituto; d) caracterizar o perfil dos meninos matriculados na instituição; e e) analisar os discursos que constituíam as práticas de assistência, proteção e educação no Instituto Orfanológico do Outeiro à luz da teoria bakhtiniana.

Neste estudo, o argumento defendido é de que *o Instituto Orfanológico do Outeiro, embora tenha sido criado com o objetivo oficial de assistir, proteger e educar meninos órfãos e desvalidos, a partir de um modelo filantrópico, os enunciados discursivos dos documentos analisados apontaram que a instituição, sob a égide do ideário republicano de formar uma sociedade forte, civilizada e produtiva, serviu para iniciar a formação de mão de obra trabalhadora, que pudesse atender aos anseios da elite local e aos princípios políticos e ideológicos do Estado.*

O referido argumento permite ser sustentado mediante os seguintes aspectos: i) os educandos que completassem o ensino elementar eram automaticamente encaminhados para o

Instituto Lauro Sodré, a principal instituição de educação profissional do estado do Pará, o que já foi determinado desde a criação do Orfanológico; ii) os discursos materializados nas palavras dos gestores do Instituto Orfanológico do Outeiro, do governo, dos documentos oficiais do estabelecimento, bem como no jornal “A Província do Pará”, revelam em suas entrelinhas vozes que explicitam uma formação para a valorização do trabalho desde os primeiros anos da infância; iii) as práticas de assistência, proteção e educação realizadas no instituto convergem para a formação de sujeitos fortes, saudáveis, disciplinados, ordeiros, civilizados e patrióticos, características centrais do modelo educacional voltado para forjar futuros cidadãos trabalhadores a serviço da Pátria; e iv) os princípios educacionais presentes na formação dos educandos desta instituição dialogam com modelo educacional predominante nos finais do século XIX e início do XX, que deveria dar um destino útil para os meninos pobres a partir do fornecimento de uma educação operária como apontou autores de referência, a exemplo de Rizzini (2011; 2004; 1993); Venâncio (1999;1998); Marcílio (2006;2011).

1.2. A História das Instituições Educativas e a Pesquisa Documental

Ao se apropriar do Instituto Orfanológico como foco de investigação, a presente pesquisa se insere na área da História da Educação, mais especificamente, no campo da História das Instituições Educativas – HIE. A expressão “instituição educativa” é utilizada para abarcar espaços nos quais são desenvolvidas práticas formativas que vão para além da dimensão escolar, caracterizando-se como estabelecimentos que vivenciam “outras formas sociais duradoras em que se desenrola o processo de transmissão cultural” (CASTANHO, 2005, p 46).

A História das Instituições Educativas, conforme Werle et al (2007), maneja com a dimensão temporal. O pesquisador da HIE vê-se à frente de indagações acerca do período de tempo abrangido no relato. A partir desta perspectiva, empreender incursões investigativas sobre uma instituição, não é permanecer na “presencialidade”, isto é, no hoje da instituição, mas descrever, compor narrativas de seus diferentes momentos de existência. Nessa direção,

Todos os fatos educativos são históricos. Configurações específicas os precedem, tramas de encaminhamentos são tecidas ao longo do tempo. Isso significa que uma historicidade reflexiva acompanha todos os estudos relacionados à educação mesmo que sejam orientados preferencialmente para o presente e o futuro. A HIE, entretanto, é orientada para um desvelamento do passado das instituições escolares (WERLE et al, 2007, p. 151-152).

A pesquisa acerca das instituições, conforme Buffa (2002), é uma forma de estudar a história e a filosofia da educação brasileira, na medida em que as instituições que compõem os sistemas escolares estão impregnadas pelos valores de cada época, contribuindo para “superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia” (BUFFA, 2002, p. 26).

Gatti (2002) afirma que a História das Instituições Educativas investiga o que se passa no interior dos estabelecimentos formativos pela “apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (GATTI JUNIOR, 2002, p. 20).

Investigar e compreender a história de uma instituição envolve descrições sobre o ciclo de vida das instituições – criação, desenvolvimento, crises e extensão, elementos da arquitetura, perfil de seus agentes, envolvendo corpo docente, etc. Ou seja,

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entrono e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade (BUFFA, 2002, p. 27).

Na compreensão de Sanfelice (2009), para se captar o que é a singularidade de uma instituição torna-se necessário olhar o universal (a totalidade), pois o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, este não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa, já que

Se o singular depende da sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras. Penso então que o estudo das Instituições escolares e/ou educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação se além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação delas na totalidade histórica (SANFELICE, 2009, p.198).

Segundo Werle et al (2007), um dos grandes desafios de se fazer história de instituições é construir espaços e não apenas lugares. Espaço compreendido como um cruzamento, como

movimento, contraposto a lugar como ordem, relação entre elementos posicionados entre si, preestabelecidos. Neste sentido, um lugar admite muitos relatos de espaços vistos de forma diferente, em virtude dos atores, dos acontecimentos, dos projetos e das temporalidades.

Ao se pesquisar uma instituição, para Werle (2004), deve-se investigar o seu processo de criação e instalação; verificar a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento); o espaço de poder (diretoria, secretaria, sala de professores); compreender a organização do uso do tempo, a seleção de conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, professores, a legislação, as normas e a relação que esta instituição manteve com a comunidade em termos sociais, políticos e religiosos, entre outros.

Nessa mesma perspectiva, Gatti Jr e Peçanha (2007) destacam como aspectos que norteiam a pesquisa de uma instituição educativa: a origem, criação, construção e instalação; o prédio (projeto, implantação, estilo e organização do espaço); mestres e funcionários (perfil); clientela (alunos, ex-alunos); saber (conteúdos escolares); evolução e vida (cultura escolar: prédio, alunos, professores e administradores, normas).

No nível do funcionamento das instituições, a ação administrativa, segundo Magalhães (1999), cuja ação se torna necessária para legitimar a ação pedagógica dentro de uma escola, por exemplo, tende, muitas vezes, a ficar esquecida, não recebendo o devido destaque em face do seu papel para a engrenagem de uma instituição. Portanto,

Torna-se necessário conhecer e caracterizar os órgãos de gestão, direção; explicar como se efetua a comunicação interna e externamente; conhecer e caracterizar as relações de poder, as hierarquias, e as instancias com capacidade de decisão; conhecer e caracterizar os corpos docente, administrativo e auxiliar; conhecer e avaliar as formas de participação por parte dos vários autores, a título individual, grupal ou representação; conhecer a relação e a participação da comunidade envolvente; as relações com o poder central e com os poderes regionais e locais (MAGALHÃES, 1999, p. 71).

Saviani (2007) salienta a busca de informações sobre o alunado, especificamente, como um elemento importante na reconstrução histórica das instituições, tendo em vista que além de ajudar na definição do perfil institucional, traz também indicações importantes sobre a relevância social da comunidade na qual a instituição está inserida, permitindo ao historiador/pesquisador encontrar o sentido dessa identidade na relação infinita do particular com o geral, destacando quais classes sociais a instituição atendeu ao longo de sua história e que tipo de formação visou imprimir naqueles que a frequentaram.

Como se pode notar, o estudo histórico de uma instituição pressupõe a utilização de fontes que contribuam para revelar e construir de forma sistemática a criação, o contexto, a dinâmica escolar, as práticas educativas, o currículo, entre outros. No caso particular deste estudo, o *corpus* é de natureza documental. Os documentos são concebidos como todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões, formas de atuar e viver (BRAVO, 1991). Na pesquisa documental, portanto, é possível desenvolver estudos em vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto.

Em consonância com essa concepção ampla do que seja uma fonte documental, Apolinário (2009) compreende que se pode denominar de documento qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir como material a ser consultado, explorado, analisado, isto é, que apresente consistência para ser utilizado para fins de estudo.

Para Gatti Jr (2002), considera-se que fontes como os arquivos escolares, embora nem sempre estejam integralmente resguardos e conservados, constituem-se em grandes potenciais informativos, entre os quais se destacam “relatórios, anuários, atas, livros de matrícula, livro de pontos, ata de fundação, termo de visita, os livros didáticos, impressos de planejamento, atas de reuniões pedagógicas, imagens fotográficas” (GATTI JR, 2002, p. 75-76).

No que diz respeito à pesquisa documental, tendo ênfase na História das Instituições, Sanfelice (2007) defende que para resgatar documentos arquivísticos, textos, memórias orais, fotos, depoimentos de pessoas que fizeram parte da instituição, é necessário um estudo aprofundado destas fontes, pois se este estudo não for feito com muito critério, corre-se o risco de realizar uma pesquisa sem fins científicos, tornando-a somente relatos históricos. Por isso, deve-se construir o *corpus* documental de maneira criteriosa e procurar articulação entre as fontes selecionadas, com o intuito de imprimir rigor metodológico nas análises empreendidas.

1.3. A construção do *corpus* e o percurso metodológico

Durante o processo de busca por fontes para subsidiar a pesquisa sobre o Instituto Orfanológico do Outeiro, no acervo do arquivo Público do Pará, na Biblioteca Pública Artur Vianna, na do Grêmio Literário Português e no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, deparou-se, nas muitas idas e vindas, com a dificuldade de se encontrar documentos específicos desta instituição, isto é, produzidos neste local. Tal situação é bastante recorrente, quando se trata de documentos de instituições de ensino, como bem problematiza Miguel (2007), posto

que nem sempre a documentação que registra as suas histórias está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos.

Essa conjuntura ameaçava a continuidade desta pesquisa de tese de doutoramento, já que se não conseguisse localizar documentos do Orfanológico, seria mais difícil o seu desenvolvimento. Como uma das últimas alternativas para não desistir desse projeto, e lembrando do contato com jornais impressos no Curso de Mestrado, recorreu-se, então, a uma pesquisa exploratória nos principais jornais paraenses que circulavam na primeira década do século XX – “O Folha do Norte” e o “A Província do Pará” –, os quais estão no arquivo de jornais microfilmados, da Biblioteca Pública “Arthur Viana” – CENTUR. Essa iniciativa teve a finalidade de mapear informações a fim de detectar possíveis caminhos para novas buscas sobre esta instituição, cujo ponto de partida foi os três primeiros anos após a criação do Instituto (1904, 1905 e 1906).

Nessa empreitada, o primeiro impresso – “Folha do Norte” – permitiu achar apenas duas pequenas chamadas sobre a inauguração da referida instituição. Por outro lado, no jornal “A Província do Pará,” encontrou-se um considerável número de notícias sobre o Instituto Orfanológico. Após a coleta de algumas notícias e do confronto do conteúdo destas com o momento histórico do Pará na época, percebeu-se que tal recorrência de notícias neste impresso tinha uma justificativa: este estava diretamente ligado aos criadores do Instituto Orfanológico – Antônio Lemos (intendente municipal de Belém) e Augusto Montenegro (governador do Pará), duas importantes figuras políticas do período, sendo o primeiro, inclusive, redator-chefe do jornal, mostrando que este impresso servia como espaço de divulgação das ações políticas dessas duas personalidades, e o Orfanológico se caracterizava como mais uma delas.

Não optar pelo “Folha do Norte” como fonte de informação parecia ser a ordem natural, mas no sentido de verificar se este contra argumentava os discursos propagandistas do governo para com tal instituição, decidiu-se manter a investigação neste impresso, até porque, os dois jornais travavam ferozes batalhas político-ideológicas que estampavam as páginas destes periódicos³ (ROCQUE, 1996). No entanto, ao longo dos anos poucas notas apareceram, nada que pudesse de fato contribuir para o estudo do instituto, a partir disso, definiu-se o “A

³ Com o raiar do século XX, as disputas entre os dois jornais ficaram ainda mais intensas, em decorrência do cenário paraense que dividia a vida política em *lemismo* (que apoiava o Intendente Antônio Lemos) e *laurismo* (que apoiava o ex-governador Lauro Sodré). O Pará era governado por Paes de Carvalho e a oposição feita a este pelo “Folha do Norte” implicou retaliações severas [...] seus redatores eram espancados suas edições apreendidas pela polícia. Não havia garantia nenhuma tanto que Paulo Maranhão [chefe de revisão do jornal substituto de Enéas Pinheiro que renunciou ao cargo por fortes perseguições] vítima covarde agressão ficou durante todo o período de lutas, por anos a fio, vivendo com sua família nos altos do prédio do jornal, pois caso contrário seria silenciado pelos capangas do *lemismo*. (ROCQUE, 1996, p. 279).

Província do Pará” como o jornal principal a ser investigado, dando início ao processo de “garimpagem” detalhada de informações sobre o Orfanológico do Outeiro.

O jornal “A Província do Pará” foi um importante impresso de circulação diária, fundado no ano de 1876, por Joaquim José de Assis - redator e político, Francisco de Souza Sequeira - Tipógrafo e Antônio José de Lemos – redator gerente. A data de sua fundação foi intencionalmente escolhida, pois marcava o 52º aniversário de juramento da Constituição Política do Império, já que se queria que o jornal ficasse ligado a uma data histórica. Foi um órgão que, inicialmente, esteve vinculado ao Partido Liberal (BORGES, 1986).

Antônio Lemos, após a morte dos demais sócios, em 10 de abriu de 1897, se associou a outro grupo, passando a imprimir os jornais em equipamentos bastante modernos para a época. Em decorrência de brigas entre os sócios, em 1900, é interrompida a sua publicação, somente sendo reiniciada no ano seguinte, com este indenizando os demais proprietários tornando-se, assim, seu único dono. Em 1907, Lemos mudou as instalações do jornal para um prédio localizado na Praça da República, que é em 1912 incendiado por seus inimigos políticos.

O “A Província do Pará” somente vai reiniciar suas atividades em 1922, já com a direção de Pedro Chermont de Miranda e redação de João Batista Ferreira de Souza. Novamente, em 1926, seus trabalhos são suspensos, mas dessa vez em decorrência de questões financeiras, voltando apenas em 1946 com estruturação mais comercial. No ano de 2001, deixa definitivamente de circular, sendo considerado até hoje um dos impressos mais relevantes da história jornalística e política do estado do Pará.

Nos anos de 1904 a 1912⁴, encontrou-se 24 notícias relacionadas ao Instituto Orfanológico do Outeiro, achados que possibilitaram identificar importantes aspectos da fundação e dinâmica de funcionamento da instituição, consistindo como uma das principais fontes documentais desta pesquisa.

Para Ribeiro (2005), até metade do século XX, os historiados possuíam posições distintas quanto ao uso do jornal como fonte histórica, uma vez que um grupo o aceitava de forma acrítica, já outro rejeitava totalmente. Entretanto, muitos pesquisadores da atualidade concebem a imprensa escrita como o espaço no qual se materializam diversas práticas sociais, que podem fazer emergir muitas informações relevantes sobre o passado.

A valorização e legitimação da imprensa de um modo geral, segundo Lopes (2007), surge em decorrência do estabelecimento de novos desafios teóricos e metodológicos no campo da História, nos finais da década de 1980. Contexto este, em que se começa a rever a utilidade da

⁴ O ano de 1913 não foi possível de ser investigado, pois a redação do A Província do Pará foi incendiada em meados de 1912, somente retornado suas atividades em 1922.

imprensa como fonte histórica, contribuindo para se abandonar a concepção de reduzir os periódicos a simples elementos do cotidiano ou a meros relatos dos acontecimentos. Tal olhar vem no sentido de entender o jornal como espaço de circulação de valores, crenças, concepções, ideologias, isto é, um local onde se entrecruzam visões de mundo. Nessa compreensão, Cavalcante (2002, p. 13) diz que

[...] as ideologias perpassam todas as páginas de qualquer jornal. Não há como ignorá-las ou fugir delas. Contudo, as ideologias não interferem apenas na veiculação de notícias jornalísticas, já que integram todo processo de produção e divulgação de ideias, em todos os tempos e lugares. O estranho seria, justamente, se os jornais fossem isentos ou neutros. Além disso, tais veículos de informação acabam por espelhar múltiplas ideologias em confronto porque estão sempre a trazer conflitos existentes naquele meio social específico onde eles são produzidos.

Paralelamente, as investidas no referido jornal, buscou-se também indícios nas Mensagens dos Presidentes dos Estados à Assembleia Legislativa do Pará, documentos que anualmente apresentavam questões relativas à assistência, saúde, obras públicas, finanças, educação, entre outros, tendo como ponto de partida o ano de 1904 – fundação do Instituto Orfanológico. Tal busca permitiu identificar 13 informações sobre o instituto, referentes à criação, adaptação/reforma, custeio, transferências de educandos, estado das instalações, visitas e cotidiano do estabelecimento, distribuídas ao longo das várias temáticas da gestão pública presentes nas mensagens.

Porém, “como no interior das instituições há um quebra-cabeça a ser decifrado, um jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares (SANFELICE, 2007, p. 77), sentiu-se a necessidade, a partir do que foi identificado no “A Província do Pará” e nas Mensagens, de outras fontes documentais para (re)construir essa história. Por isso, realizou-se uma nova investida no Arquivo Público do Pará e na Biblioteca Pública Artur Vianna, mas não por documentos específicos do Orfanológico e sim pela investigação da documentação relacionada à Instrução Pública de forma geral, como documentos e impressos educacionais.

Após o manuseio paciente de muitas páginas destes, encontrou-se informações importantíssimas que muito auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa, pois, em história, tudo começa com gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos, que estão distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição consiste em produzir documentos para preencher lacunas de um conjunto proposto a priori. Nesta perspectiva, o papel do pesquisador é trazer por meio de uma operação historiográfica, novas evidências para o que não se mostra claramente, o implícito (CERTEAU, 1982).

Na Biblioteca Artur Vianna, no setor de obras raras, foi consultado o “Boletim Oficial da Instrução Pública”, impresso trimestral, destinado à divulgação de ações do governo, e que traz minutas de ofícios de despesas, nomeações, exonerações, editais e chamadas para admissão de educandos, notas sobre as cerimônias solenes e as festas escolares das importantes instituições educativas do estado. Neste, identificou-se, dentre as edições disponíveis, importantes informações administrativas sobre o Orfanológico, nos boletins de abril/julho e outubro/novembro de 1905; abril/julho de 1906; e abril/julho de 1907.

A revista “A Escola”, periódico oficial que circulou, mensalmente, entre 1900 à 1905 e que foi destinada a orientar professores e divulgar as ações do governo paraense no âmbito educacional, também foi consultada. Esta se dividia em sete seções: doutrinas, contos e biografias, exercícios escolares, conselho superior, administração, legislação e noticiários e correspondências. Nas edições de julho e agosto 1904, mapeou-se informações sobre a criação e implantação do Orfanológico do Outeiro.

A “Revista do Ensino”, com finalidade similar, foi outro impresso acessado. Esta circulava em duas edições anuais, sendo estruturado em nove seções: redação, discussões teóricas, história, questões de gramática e filologia, curiosidades científicas, ensino público, pelo magistério, notas e notícias e legislação do ensino. Nas edições de 1911 e 1912, identificou-se relatos de exames de certificação do ensino elementar e dados referentes ao custeio da instituição.

A respeito dos impressos educacionais, nas pesquisas em História da Educação, Fernandes (2008, p. 16) salienta que

[...] os periódicos ligados aos professores podem ser entendidos como núcleos de informação, já que mostram maneiras de produzir e difundir discursos. Aqui se ter cuidado para não cair na tentação de supor que ali se encontra a história verdadeira, ‘o que realmente aconteceu’; contudo, é inegável que as notícias, os artigos dirigidos aos professores e as polêmicas subsequentes ajudam a configurar o painel mais vivo e revelador das ações dos personagens diretamente envolvidos naquelas questões e das redes lhes dão sustentação.

A consulta ao Diário Oficial do Estado do Pará, jornal criado, mantido e administrado pelo governo para publicar as literaturas dos atos oficiais da administração pública executiva, legislativa e judiciária, permitiu encontrar um dos principais documentos desta pesquisa, o Estatuto do Instituto Orfanológico do Outeiro (ANEXO A), datado de 14 de julho de 1904. Este está organizado em cinco capítulos: do instituto, da admissão, do ensino, do pessoal e

disposições gerais, tendo a função de nortear a organização, funcionamento e atividades desenvolvidas no estabelecimento.

No Arquivo Público do Estado do Pará, foram consultadas as caixas documentais da Secretária de Justiça, Interior e Instrução Pública, do período de 1903 a 1913, que infelizmente se acham soltos, não havendo uma organização em pastas que os agrupem por temática e/ou natureza, o que se caracteriza como uma realidade de muitos arquivos, que não sistematizam o pouco da documentação preservadas das instituições educativas (RIZZINI, 2011).

Identificou-se, neste arquivo, ofícios dos diretores da instituição que retratavam aspectos da dinâmica de funcionamento do estabelecimento como admissão e desligamento de alunos, despesas, pedidos, festas, exames, etc; portarias baixadas pelos diretores do orfanológico que serviam para regular os horários, atividades e conduta dos educandos e funcionários no cotidiano do instituto; bem como listas que indicavam relação de alunos, funcionários, objetos, medicamentos, produtos de limpeza, entre outros. Tais documentos eram destinados à Secretária de Justiça, Interior e Instrução Pública e serviam para prestar contas, comunicar, pedir autorização, estabelecendo, assim, a ligação entre o contexto interno da instituição e o Governo do Estado.

Segundo Rizzini (2011), pelo fato de dificilmente a documentação interna que explicita o fazer pedagógico cotidiano de um estabelecimento de ensino ser preservado, as portarias e ofícios trocados entre os diretores das instituições e os governantes responsáveis por estas, ou entre os diretores e as instâncias da Igreja que mantinham os internatos religiosos, por exemplo, podem servir, apesar da aridez e objetividade dos documentos burocráticos, para se reconstruir aspectos da vida institucional.

A pesquisa em tal arquivo possibilitou, também, encontrar quatro relatórios: um que trata de maneira geral dos aspectos dos estabelecimentos de ensino, que foi apresentado pelo diretor da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, o desembargador Augusto Olympio de Araújo e Sousa, ao governador do estado, no ano de 1909, que traz informações sobre o Orfanológico; um específico do Instituto Orfanológico, elaborado pela a direção deste, no ano de 1913, pra ser destinado à apreciação do Secretário da Instrução Pública, no qual se relatam notas sobre as visitas, o ensino, as festas, o movimento de ingresso e de saída dos alunos, os exames finais, o estado e a conservação das dependências da instituição; um da Secretária de Inspeção Sanitária, que relata à secretária de instrução a visita feita ao estabelecimento, pontuando aspectos sobre o espaço e instalações, saúde dos alunos e reparos a serem implementados no prédio do instituto, e dois relatórios do serviço dentário, um de 07 de maio de 1906 e outro de 30 de junho de 1906, ambos objetivam comunicar à direção do instituto a

relação de educandos atendidos, o estado da saúde bucal destes, os procedimentos dentários realizados e as prescrições e orientações para a prevenção e tratamento dentários dos meninos.

Os relatórios enquanto documento histórico de estabelecimentos educacionais são construções relevantes, pois neles, geralmente, constam

[...] a descrição das práticas educacionais, das necessidades de reforma e das intenções dos governantes. Muito embora os relatórios fossem documentos destinados ao conhecimento público, não é possível afirmar que seus redatores estivessem apenas preocupados em florear a realidade e divulgar uma imagem positiva de suas ações. Esses registros estão tomados por um intenso espírito reformador, orientado pelas questões civilizatórias do século, tornando os estabelecimentos de ensino alvos de críticas de teor diversificado (RIZZINI, 2009, p. 23).

As fotografias contidas no Álbum do Pará, produzido na gestão de Augusto Montenegro, no qual o governo apresenta, em tom de propaganda oficial, aspectos do clima, população, recursos financeiros, produção, urbanização, instrução pública, entre outros, serviu como fonte de informação. Este impresso estabelece diálogo entre escritos e imagens, que mostram os projetos políticos desenvolvidos ao longo dos quase oito anos de mandato de Montenegro.

O Álbum vai além da simples vontade de alguns homens públicos de divulgar mundo afora os seus feitos junto a uma região e a uma população vistas como obstáculos intransponíveis às delícias imaginadas da civilização moderna; uma região que se imaginou parada no tempo, um tempo sem história, tal qual se pensava os índios, estacionados na infância da humanidade. Texto e imagem se fundem para conformar um projeto republicano compatível com o anseio de conquistar uma inserção na federação com notável expressão política e econômica, e demarcar o espaço de atuação política frente às disputas político-partidárias locais (nos lugares, povoados, vilas, cidades e capital) e nacionais (entre as diferentes unidades da federação e governo central) (SCHUELER; RIZZINI, 2015, p. 231-232).

Na seção que o Álbum traz sobre a instrução pública, localizam-se 11 fotografias do Instituto Orfanológico do Outeiro, que retratam a fachada e os fundos do prédio, o parque, a área do recreio, sala de aula, dormitório, rouparia e lavatórios, compondo um acervo imagético para auxiliar na investigação sobre o cotidiano desta instituição.

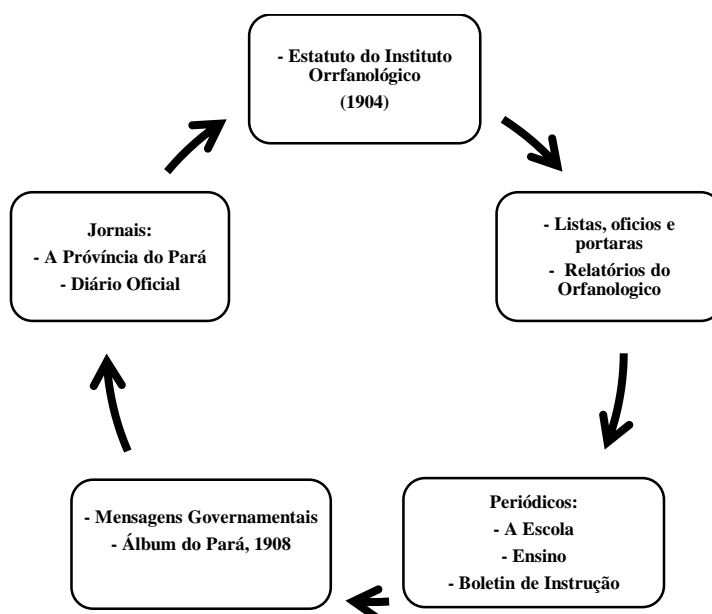
Para Barros (2007), as fotografias produzidas pelas instituições governamentais, a exemplo do Álbum do Pará, falam de uma história oficial, são principalmente construídas por fotógrafos profissionais, que captam planos bem elaborados em distribuição adequada da figuração, buscando compor uma cena para ser vista e admirada, pois se configuram como

propagandas que por meio da imagem intencionam retratar ordem, disciplina, progresso e civilização. Fazendo tais ressalvas,

As fotografias, portanto, podem transforma-se em fontes históricas iconográficas, possibilitando a pesquisa sobre o mundo escolar em determinada época e espaço, remetendo ao vestuário, aos tipos étnicos, à composição sexual, à arquitetura escolar, aos materiais e recursos pedagógicos, desde que relacionados à fonte de outras naturezas (escritas, orais, etc.) quando organizadas em séries temáticas - agrupadas por períodos, fotógrafos, contrastantes, comunidades ledoras, - podem sugerir discursos não-verbais, indicando campos discursivos nos quais estão presentes ideologias, estéticas, enfim, uma gnose que organiza e dá sentido à visualidade (BARROS, 2007, p. 129).

A partir desse processo de busca, coleta e seleção dos documentos para compor o *corpus* desta pesquisa, este ficou definido, conforme a figura 1, pelo jornal “A Província do Pará”; os impressos e informativos educacionais - Boletins da Instrução Pública, Revista A Escola e Revista do Ensino; estatuto do instituto; ofícios, portarias e listas referentes à dinâmica de funcionamento do estabelecimento, mensagens dos governadores do estado; relatórios do instituto, Diário Oficial e fotografias (Álbum do Pará), do Instituto Orfanológico do Outeiro.

Figura 1 - Fontes documentais do *corpus* da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Para empreender a análise do *corpus* de estudo desta pesquisa, optou-se pela perspectiva analítico-discursiva de Mikhail Bakhtin⁵, na intenção de evidenciar “o dito e o não dito”, nas entrelinhas dos documentos selecionados. De acordo com os princípios deste teórico, os discursos proferidos nos diferentes contextos das mais variadas esferas sociais são compostos por enunciados, conceituados como a unidade real da comunicação verbal, isto é, a fala de um sujeito (o enunciador), situado em um dado tempo, espaço e contexto real.

O conceito de dialogismo, expresso nos escritos bakhtinianos, é uma das categorias selecionadas para desenvolver as análises neste estudo.

[...] o outro de que fala Bakhtin é condição do próprio discurso porque não é identificado nem com um interlocutor físico, nem com o objeto do discurso. O dialogismo acena concomitantemente para um atravessamento de outros discursos, constitutivo da própria língua, realizado por um jogo fronteiriço. Acena, também, para um atravessamento do sujeito pela alteridade da interlocução (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.59).

Nesse sentido, Bakhtin (2004) considera o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e a condição de sentido do discurso, concebendo, desse modo, o discurso como não individual, mas sim uma construção coletiva de pelo menos dois interlocutores, portanto, a noção de dialogismo pressupõe que textos orais ou escritos (os gêneros do discurso) são construídos como um “tecido de muitas vozes”, ou seja, de muitos textos, que se confrontam, discordam, concordam e adaptam-se.

A aplicação do conceito de dialogismo, neste estudo, justifica-se pelo fato de que os documentos estabelecem diálogos com os “Outros”, já que são constructos que apresentam uma intenção comunicativa definida, que pode ser para relatar, apresentar, descrever, argumentar, ilustrar, questionar, etc., pressupondo-se a instauração de uma relação interativa dialógica entre autor/produtor e destinatário/receptor, na qual cada texto/documento objetiva atingir o “Outro”, que se caracteriza não como um sujeito passivo nesse processo, mas sim como um sujeito vivo, que responde ativamente nesse jogo discursivo.

Na perspectiva bakhtiniana, a “palavra”, entendida como discurso, materializa-se em contextos de enunciações datados, o que permite compreender que a palavra sempre estará “carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, posto que “não são

⁵ Mikhail Mikhailovitch Bakhtin foi um grande pensador russo que nasceu no dia 16 de novembro de 1895 e faleceu em 1975, tendo a linguagem como o pilar de sustentação de seus escritos. Produziu importantes estudos que contribuíram para áreas como a Linguística, a Teoria Literária, Psicologia, Sociologia, entre outras.

palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis” (BAKHTIN, 1997, p.95).

A palavra, nessa acepção, permeia todo ato ideológico, uma vez que os processos de compreensão dos fenômenos ideológicos não podem operar sem a participação do discurso interior. Desta forma, todas as manifestações da criação ideológica e todos os signos não-verbais “banham-se” no discurso e não podem ser isolados nem separados dele. Em outras palavras, todo discurso é ideológico, pois não se realiza no “vácuo”, mas em uma realidade viva, concreta e permeada por outros discursos anteriores, porque a “palavra” não tem autor, “ela é de ninguém” (BAKHTIN, 2004, p.289). Para este autor, portanto, a “palavra” é tratada de uma forma completamente diferente da tradicional, já que leva em consideração “sua história, sua historicidade, ou seja, especialmente a linguagem em uso”, tornando-se “elemento concreto de feitura ideológica” (BAKHTIN, 1997, p.178).

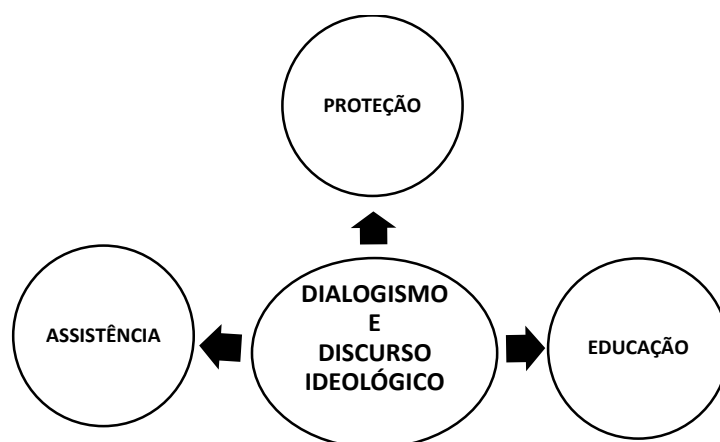
O discurso ideológico é outra categoria analítica utilizada na intenção de analisar os documentos, uma vez que estes, ao serem vinculados direta ou indiretamente ao discurso oficial do Estado, já que são produzidos pelos órgãos ligados à esfera governamental paraense, estão impregnados de discursos ideológicos, que, de certo modo, se entrelaçam em defesa e legitimação dos projetos políticos e educacionais por ele construídos. Além disso, o discurso bakhtiniano, fornece suporte teórico para evidenciar discursos implícitos e explícitos nos textos selecionados que, embora sejam elaborados por um único autor/enunciador, estão permeados por discursos ideológicos que refletem e refratam o contexto político, educacional, social, econômico e cultural de dada época.

Bakhtin (1997), ao estudar a questão da ideologia, procurou ampliar a definição estabelecida por Karl Marx⁶, no que concerne ao fato de somente a classe dominante ser formadora e propagadora de ideologias, as quais são concretizadas por meio da linguagem. Conforme a concepção bakhtiniana, a linguagem é tida como um fenômeno ideológico por natureza, o qual pode camuflar verdades, logo, todos são capazes de construir ideologias.

O dialogismo e o discurso ideológico bakhtiniano são as duas categorias de Bakhtin a serem utilizadas para analisar os discursos sobre a assistência, proteção e educação, direcionadas ao projeto formativo do Instituto Orfanológico do Outeiro, conforme ilustra a figura 2:

⁶ O estudioso alemão Karl Marx se apropriou da palavra ideologia em suas concepções no sentido de ferramenta de dominação utilizada pela classe hegemônica, com o objetivo de mascarar a realidade de exploração vivida pelas classes menos favorecidas, para que assim, os detentores do poder pudessem manter a sua dominação.

Figura 2 - Matriz analítica das categorias bakhtinianas



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

A fundamentação teórica sobre a infância do presente estudo se alicerça nos estudos de Rizzini (2003, 2011, 2014) Marcilio (1998) Venâncio (1999), entre outros, no que diz respeito à história da institucionalização da infância. E no intuito de compreender os mecanismos de funcionamento da instituição, pautou-se em Goffman (1974), a partir do conceito de “Instituição Total”, e Foucault (1987) para nortear a discussão da instituição como espaço de vigilância, punição e disciplina dos que nela são internados.

A estruturação deste texto de tese, além da introdução – seção I, organiza-se em outras quatro: a seção II que objetiva traçar as principais formas de atendimento à infância pobre no contexto brasileiro e também apresentar as principais instituições educativas para a infância criadas no Pará; a seção III que intenciona elucidar aspectos da criação, implantação, inauguração e do cotidiano do Instituto Orfanológico do Outeiro, o histórico e as características da Ilha de Caratateua, onde o estabelecimento foi instalado, assim como a representatividade de Antônio Lemos e Augusto Montenegro no instituto; a seção IV que visa analisar os aspectos da arquitetura do Instituto Orfanológico do Outeiro, tomando como foco os principais espaços deste estabelecimento, buscando-se, ainda, apresentar a organização do corpo de empregados da instituição e explicitar o acesso, permanência e desligamento de educandos; e a seção V, na qual se tem a análise das práticas de cuidado, do ensino elementar, das leituras instrutivas apresentadas aos meninos e as festas e cerimônias desenvolvidas no Instituto Orfanológico.

Seção II
Infância, Assistência e Institucionalização dos
Desvalidos



Instituto Orfanológico do Outeiro. Álbum do Pará (1908)

A criança ao longo da história, pelas particularidades da fase da vida humana na qual se encontra, sempre precisou de alguém para suprir suas necessidades básicas e lhe fornecer instrução e educação para que esta pudesse se desenvolver e aprender a conviver em sociedade conforme seus pares. No caso da infância pobre, que tem muito dos seus direitos negados pela sua condição de vida, a presença de aparatos e ações se tornou condição fundamental para que meninos e meninas conseguissem sobreviver às diversas mazelas que permeavam seus cotidianos, como a fome, os maus tratos, o abandono, ou simplesmente a impossibilidade de seus pais de fornecerem condições mínimas de sobrevivência.

As instituições de assistência e de educação (asilos, colégios e internatos) foram mecanismos utilizados ao longo da história do Brasil para acolher as crianças, sendo implantadas em diversas partes do território nacional e sob a iniciativa de várias instâncias, grupos e indivíduos como Igreja, Estado, religiosos, associações caritativas, espíritas, entre outras, que pensaram finalidades e ações específicas para formar os sujeitos que estavam inseridos nos espaços por eles concebidos.

O modelo de educação asilar, de um modo geral, atendia uma infinidade de seguimentos sociais, sujeitos das elites políticas e culturais, religiosos, crianças, idosos, desvalidos de toda a ordem, mendigos, abandonados, infratores, alcoólatras e dependentes químicos, estudantes rurais, alienados, eficientes e até mesmo professores para serem formados enquanto tais (SCHUELLER, 2009). Em relação à infância, especialmente, existiam instituições para os filhos de pessoas de posses, por exemplo, os colégios internos que educavam e instruíam a “boa gente”, assim como existiam estabelecimentos para as crianças pobres, órfãs e desvalidas, consideradas “perigosas”, caso fossem criadas e formadas sem orientação e vigilância, seja pelo viés da iniciativa de civis ou do Estado.

Nesta direção, esta seção objetiva traçar as principais formas de atendimento à infância pobre no contexto brasileiro. Inicia abordando as primeiras iniciativas de acolhimento das crianças menores pelas ações caritativas (Roda dos Expostos, Recolhimento e Juizado de Órfãos); destaca as principais características das formas de institucionalização dos pequenos no período do Brasil Império à República, enfatizando as fases caritativa e filantrópica desse processo; por fim, apresenta as mais relevantes instituições destinadas à infância, criadas no estado do Pará, no que concerne aos seus aspectos históricos de criação, finalidade e práticas formativas desenvolvidas.

2.1. As origens da assistência à criança pobre

As ações de acolhimento e assistência para as crianças remontam desde o Período Colonial, motivadas em virtude do crescimento da dinâmica de vida no contexto colonial, no qual o número de crianças abandonadas nas ruas aumentava, necessitando de medidas para solucionar esse problema, que tanto afligiam os denominados “Órfãos”, “expostos”, “enjeitados”, “deserdados de sorte” ou “de fortuna”, “infância desditosa” ou “infeliz” (ARANTES, 2011, p. 176), o que se tornou uma problemática a ser resolvida pela Coroa Portuguesa.

Os princípios da moral cristã que não aceitavam filhos nascidos de relacionamentos ilegítimos aos olhos da Igreja e a situação de pobreza, constituíam-se nas principais causas motivadoras do abandono de crianças, que eram deixadas na porta de residências, igrejas ou vias públicas, ocasionando muitas vezes a morte do recém-nascido por fome, frio, sede ou devorados por cães ou porcos que perambulavam pelas ruas.

[...] os termos “expor” ou “rejeitar” encobriam realidades distintas. Toda mulher que, no meio da noite, deixasse o filho recém-nascido em um terreno baldio estava expondo-o à morte, ao passo que os familiares, ao procurarem hospitais, conventos e domicílios dispostos a aceitar o pequerrucho, estava tentando protegê-lo. No primeiro caso, os bebês quase sempre eram encontrados mortos de fome, sede frio ou então em virtude de ferimentos provocados por caes e porcos que perambulavam pela passeio público. No segundo, a intenção era claramente salvar a criança (VENÂNCIO, 1999, p. 23).

Até o século XIII, a tradição religiosa, de certa forma, tolerou o abandono de crianças logo após o nascimento, vendo nessa atitude das mães para com os filhos, seja por questões morais ou econômicas, a justificativa para se evitar o infanticídio ou o aborto, dando oportunidade da criança abandonada não morrer sem antes receber o sacramento do batismo. Deste modo,

Os pais estariam, assim, devolvendo a Deus – por intermédio do abandono – o filho que não queriam. Afinal, era ele o grande responsável por sua existência. Além disso, ao abandonar seus filhos, esses pais poderiam estar contribuindo para estimular e desenvolver as atitudes cristãs de caridade entre aqueles que os encontrassem e os recolhessem para criá-los. Essas virtudes, de amor ao próximo e de misericórdia para com o outro – a maior de todas as virtudes – foram muito valorizadas na época (MARCÍLIO, 2006, p. 1).

A situação do abandono infantil ao se tornar uma preocupação da Coroa Portuguesa fez com que as autoridades tomassem iniciativas para buscar amenizar essa problemática que afligia a infância. Nessa direção, desde 1521, já havia a determinação para que as Câmaras Municipais criassem impostos para assistir os abandonados. Em 1623, uma carta regia ordenava ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, que os expostos fossem criados à custa do poder público. E no ano de 1726, o governo português implementou duas medidas para esse fim, a doação de esmolas e o recolhimento dos abandonados em asilos.

Segundo Venâncio (1999), os enjeitados, no século XVIII, eram vistos como anjinhos que corriam o risco de morrerem sem terem recebido o batismo, porém, em meados do XIX, passaram a serem tratadas como produto de raças degeneradas, impuras, filhos de mestiços e negros, o que vai refletir ao longo dos anos na diminuição do número de crianças brancas em comparação com as “de cor”, fazendo com que a percepção sobre os expostos, bem como as funções e finalidades das instituições para esse fim, também fossem repensadas (NASCIMENTO, 2008), no sentido de não ter somente o papel de livrá-las do paganismo, mas regenerar filhos provenientes de raças tidas como cheias de vícios e doenças.

O século XVIII é, também, marcado pelo estabelecimento, no Brasil, de uma prática de recolhimento de órfãos que vai ser uma alternativa perante o abandono de crianças, as chamadas Rodas dos Expostos, as quais tiveram um relevante papel na assistência à infância. Foram implantadas pela Santa Casa de Misericórdia, instaladas em quase do território brasileiro e mantidas com a ajuda das Câmaras Municipais.

A Santa Casa de Misericórdia pertencia a Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, e foi fundada em Lisboa no ano de 1498. Esta, apesar de ser de caráter leigo e gozando de certa autonomia, mantinha relação próxima com a realeza e os membros importantes da Igreja Católica. Multiplicaram-se nas colônias portuguesas na África, oriente e também no Brasil, tendo como função fornecer a assistência às vítimas da pobreza urbana (FALEIROS 2011).

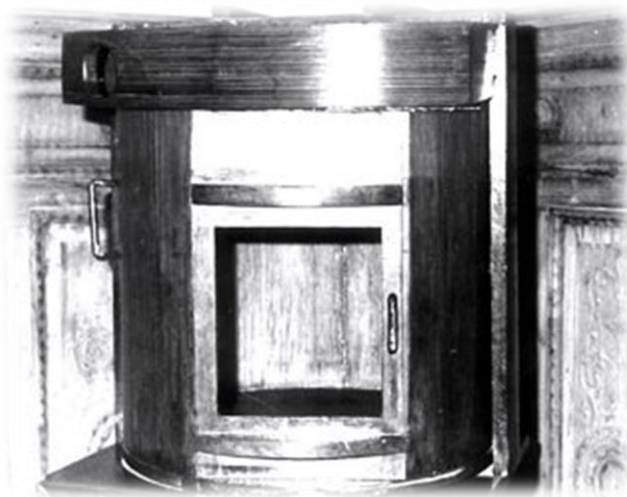
A Roda dos Expostos se constituía em um dispositivo cilíndrico, normalmente em madeira, com um dos lados vazados e preso em um eixo, ficando fixo nas paredes de igrejas ou colégios, a mãe colocava a criança no cilindro, girava para a criança passar para a parte interna do estabelecimento e depois tocava o sino para avisar que algum bebê havia sido deixado (MARCÍLIO, 2011).

Este mecanismo evitava que as crianças fossem abandonadas em qualquer lugar, correndo risco de vida, bem como servia de meio para garantir o anonimato da pessoa que deixava a criança e, sobretudo, das mães, que não necessariamente, vale salientar, eram pobres, tendo em

vista que mulheres de famílias abastadas utilizavam a Roda para encobrir crianças ilegítimas para a Igreja e para a sociedade da época, por isso tal ação era geralmente feita em período noturno.

O sistema de Rodas como um local de entrega do filho indesejado ou como alternativa para a impossibilidade de criá-lo é muito antigo, tendo os primeiros registros desse dispositivo na Europa da era Medieval⁷. Venâncio (1999) diz que em Portugal se fazia presente desde o século XVII, na cidade do Porto, já existia em 1688, e em Coimbra e Évora foram instaladas em 1708 e 1767, respectivamente. Na realidade brasileira⁸, a primeira Roda implantada foi na Bahia em 1726, posteriormente, ainda no século XVIII, mais duas foram criadas em 1738, no Rio de Janeiro e em Recife, no ano de 1789.

Figura 3 - Roda dos expostos da Bahia



Fonte: <http://roda-dos-expostos-da-santa-casa-de.html>

⁷ Conforme Venâncio (1999), a Roda tem suas origens no período medieval e nas cidades italianas, o faz tal autor afirmar, inclusive, que a história da assistência à infância é um processo de expansão das instituições italianas do século XIII em escala planetária (VENÂNCIO, 1999, p.162). Inicialmente as Rodas, segundo ele, serviram para manter o máximo de isolamento dos monges reclusos nos espaços religiosos, e posteriormente adotadas também para preservar o anonimato, mas agora daqueles que depositavam nela os bebês enjeitados pelos pais.

⁸ Muitas Rodas de Expostos surgiram no Brasil, quando na Europa estavam sendo combatidas pelos higienistas e reformadores, pela alta mortalidade e pela suspeita de fomentar o abandono de crianças. Esta discussão não era desconhecida no Brasil, mas foi somente no século XX, com o processo de organização da assistência à infância no país e pela interferência da ação normativa de Estado, que o atendimento aos abandonados sofreria mudanças significativas (RIZZINI, 1993).

As crianças recebidas pela Roda compunham, posteriormente ao acolhimento, as chamadas Casas dos Expostos, sob a administração das Santas Casas. A criação de abrigos para enjeitados, de acordo com Venâncio (1999), cumpria assim uma dupla função cristã: primeiro a de evitar o infanticídio e segundo possibilitava que os cristãos exercessem a caridade e o amor ao próximo.

Ao se acolher e criar um enjeitado, além agradecer a Deus, ao se realizar tal ação, ao mesmo tempo se estaria contribuindo com a Coroa Portuguesa, fornecendo uma alternativa para as mães deixarem seus filhos e, assim, zelava-se pela vida e integridade do abandonado, dando-lhe oportunidade de ser batizado e sobreviver, pois

[...] cuidava-se do corpo da criança com alimento, cuidava-se da alma do inocente providenciando o batismo, favorecia-se, para alcançar a tão almejada salvação, a alma de quem praticava as boas ações, e, acessoriamente, contribuía-se com o Estado português com mais braços para a economia e para a guerra, em se tratando dos meninos, e para procriação e a constituição de famílias ordeiras, no caso das meninas (NASCIMENTO, 2007, p. 1).

Para o mesmo fim, criaram-se também as casas de recolhimento, para abrigar e cuidar das crianças abandonadas do sexo feminino. O primeiro começou a funcionar na Bahia, em 1716. O recolhimento surgiu no contexto brasileiro, para guardar a honra e a dignidade da mulher e, assim, servir como possibilidade de dar um destino às meninas pobres provenientes da casa das amas ou da Roda e que não tiveram a oportunidade de conseguirem um lar para que pudessem crescer, serem cuidadas e educadas com dignidade (MÁRCILIO, 2006). As meninas, geralmente, chegavam aos recolhimentos aos sete anos de idade e saíam por volta dos dezoito ou vinte. O Recolhimento das Órfãs na Santa Casa de Misericórdia, criado em 15 de setembro de 1740 e que funcionou em espaço anexo ao Hospital Geral da Santa Casa, foi um dos mais representativos nesse tipo de acolhimento (ARANTES, 2011).

A criança, depois de ser recolhida, era amamentada por amas-de-leite alugadas e batizadas. Em seguida, dava-se o conhecimento do fato ao presidente da Câmara, que julgava o pedido, inscrevendo o nome do menor no Livro de Matrícula dos Expostos, indicando as circunstâncias em que este foi encontrado, o batismo, o nome do bebê e o da ama-de-leite a quem fora confiado. E caso a criança fosse reconhecida como enjeitada, então era matriculada no auxílio camarário⁹ e inscrita no Juizado dos Órfãos.

⁹ O auxílio camarário correspondia a um valor financeiro fornecido pela câmara destinado às pessoas que se encarregavam de criar as crianças enjeitadas.

Ao Juiz dos Órfãos cabia indicar tutores para os enjeitados, bem como velar para que eles não fossem transferidos de domicílio sem prévia autorização, tal qual determinavam as Ordenações do Reino de 1603. Posteriormente, as crianças eram encaminhadas à famílias que as cuidavam mediante o pagamento de pensão¹⁰.

Após o período de três anos, em que eram amamentados por amas-de-leite, a criança permanecia na casa da ama, que a partir dessa data, tinha o salário reduzido, sendo contratada como ama-seca até os expostos completarem sete anos de idade. Quando chegavam a idade da razão, os enjeitados submetidos a tutores e ao juiz dos Órfãos deveriam ser dados a lavradores para, como mandavam as ordenações, no livro I, título 88, poder servirem-se deles em guardar o gado e bestas e outros serviços, quando lhes cumprir, com tanto que os ocupem na lavoura (VENÂNCIO, 1999, p. 25-26)

Segundo Rizzini (1993), as casas dos expostos são interessantes exemplos da assistência preconizada pela caridade, tendo no isolamento das crianças pobres em uma casa comum, a intenção de preservar a moral da criança e também da sociedade, que se prevenia contra os enjeitados, considerados potencialmente desviantes. Em tais casas, os pequenos recebiam “educação moral”, o que se acreditava ser difícil de ocorrer nos seus lares de origem, pois seus pais eram tidos como degenerados, imorais e viciosos.

Existiam casos, ainda, nos quais famílias ou pessoas, que encontravam crianças abandonadas, as acolhiam e requeriam autorização junto as Câmaras para obter a guarda do recém-nascido, caracterizando-se como um sistema informal de acolhimento. As crianças eram cuidadas, educadas e consideradas como filhos legítimos, mas poderiam também crescer para servirem de criados.

Na casa dos expostos e nas de recolhimento de meninas, a mortalidade era muito elevada, em decorrência da falta de higiene, cuidados e alimentação inadequada destinada às crianças. Os prédios eram, muitas vezes, velhos, apertados, mal ventilados e sem iluminação, não era raro as crianças residirem e conviverem com pessoas doentes de diferentes idades, o que contribuía para uma atmosfera insalubre e prejudicial para os meninos e meninas que ali residiam.

O atendimento à infância, pautado no sistema de acolhimento nas Rodas e nas casas dos expostos, é considerado uma das formas mais antigas e assistir às crianças, sendo iniciada na

¹⁰ Marcílio (2006) pontua que o processo de escravidão possibilitou um uso bastante particular do sistema da Roda dos Expostos no Brasil, utilizando os filhos de escravas pelos senhores a fim de receberem o pagamento pela sua criação ou de quem os criassem, indo posteriormente buscar o escravo em idade que pudesse ter sua mão-de-obra nas atividades de trabalho.

Colônia, passando pelo Império e finalizando somente nos primeiros anos da República. Muitas críticas foram dispensadas a esses modos de acolhimento, as quais se assentavam, principalmente, sobre as condições precárias dos espaços e da amamentação mercenária, questões consideradas pelos pensadores higienistas da época como pontos cruciais que contribuíam para a alta taxa de mortalidade. Nessa direção, as Rodas dos Expostos foram sendo extintas, em decorrência dos muitos debates em prol de ações e medidas específicas para a infância, as quais começaram a iniciar um novo olhar sobre a assistência aos pequenos, que passa da condição de caridade para filantropia.

2.2. As instituições para a infância: asilos, casas, institutos e orfanatos

Em meados do século XIX e no início do XX, iniciam-se novos olhares para a forma de assistência à infância pobre, que em seus primórdios ficava sob a responsabilidade quase que exclusiva da Igreja, em parceria com instâncias públicas e privadas, caracterizando a chamada fase caritativa, em que a ajuda aos mais necessitados passa pelo sentimento de bondade ao próximo, para a filantrópica, na qual o Estado assume o papel de pensar e gerir as formas de assistir às crianças. “A “filantropia representaria a organização racional da assistência, em substituição à caridade, prática dominada pela emoção, por sentimento de simpatia e piedade” (KUHLMANN JR 1999, p.61).

O reconhecimento da infância, concebida como causa dos governantes, teve considerável influência do pensamento dos médicos higienistas, que estavam identificados com o movimento filantrópico que travava embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século XX. Em tal disputa:

A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos considerados, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia. A noção de prevenção dos desvios e recuperação dos degenerados entranhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram-se sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a preservação da ordem social (RIZZINI, 2011, p. 22).

Nessa direção, busca-se formular, a partir dos conhecimentos da medicina, um programa de atendimento às crianças desamparadas. Idealizava-se a criação de um lugar para internação destas, uma espécie de espaço no qual a criança pobre seria resguardada, protegida e educada, levando-se em consideração princípios filantrópicos e higiênicos, em que a “[...] ação do

Estado, dos homens da ciência e da fé cristã se consorciavam, objetivando dirigir o ‘destino dos infelizes’ ” (GONDRA, 2002, p. 307).

A infância, então, se torna alvo do processo de institucionalização de maneira mais intensa, sendo promovida a implantação de muitas instituições em várias cidades brasileiras, organizadas e geridas por religiosos, irmandades ou por motivação de pessoas vinculadas à Igreja, bem como por iniciativa dos governantes, realizando, inclusive, a parceria entre Igreja e Estado, na manutenção de abrigos, orfanatos, colégios e institutos para o cuidado e educação de meninas e meninos pobres.

A questão da relevância da instrução pública, salientada já desde o Brasil Império, contribuiu também para o processo de institucionalização da infância, pois como bem evidenciou Xavier (1980), os políticos e legisladores imperiais tratavam, pelo menos no plano do discurso, sobre a necessidade de educar crianças e jovens, porque que por meio da instrução seria possível formar pessoas a partir de virtudes cívicas e morais, as quais promoveriam cidadãos esclarecidos, bem governados e capazes de sustentarem os rumos do país na condição de civilizado e moderno.

Nesse contexto, as instituições começaram de fato a serem pensadas, em sua constituição, para acolher, cuidar e educar crianças, divergindo da prática de abrigar os desvalidos em espaços improvisados e sob qualquer maneira de cuidá-los. Os prédios foram construídos atendendo os princípios higiênicos para possibilitar um local salubre, e a própria rotina nos estabelecimentos foram organizadas buscando condições favoráveis para que as crianças pudessem receber instrução e cuidados para crescerem fortes e saudáveis.

De acordo com Monarca (2000), no período republicano, foi veiculada uma infinidade de discursos em prol da valorização da criança, representada como a herdeira da República, cabendo ao Estado a função de exercer o papel de preceptor dos novos, subtraindo a infância do âmbito do privado, familiar e afetivo, para o âmbito do público. O Estado ao assumir a responsabilidade de educar e instruí-la, promove a criação de instituições educativas para tal fim.

Educar e instruir a infância, dessa forma, caracterizava-se como uma importante ação a ser realizada desde a tenra idade, no sentido de criar uma população ciente dos seus direitos e deveres em prol do progresso e da civilização, tão almejados pelo sistema republicano. Logo, investir na “semente do futuro” se tornava um dos principais caminhos para a consolidação da República.

[...] a educação do povo atendia a uma das condições para a participação política, uma vez que a República manteve a interdição ao voto do analfabeto, excluindo, assim, grande parte da população brasileira da cidadania política. Mais que um direito do cidadão, a escola primária foi concebida como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo. Diante da soberania popular, para o Estado, a educação configurava-se como um interesse em decorrência do qual sobressaía o rigoroso dever em promovê-la (SOUZA, 2000, p. 106).

A criança, portanto, é tida como uma classe a ser investida, pois seria nesta fase que princípios civilizatórios, morais e higiênicos poderiam ser inculcados nas crianças, a fim de serem transformadas em cidadãos úteis à Pátria. Desta forma, criar instituições para moldar a criança constituía uma necessidade das autoridades em prol da construção de um projeto nacional, dando um destino aos órfãos e desvalidos que corriam risco de se tornarem um prejuízo para os cofres públicos.

Sendo as famílias dessas crianças consideradas incapacitadas, despreparadas (ou inexistentes) para bem criá-las, os estabelecimentos de internamento seriam ideais para tirar a criança dos perigos da rua, do botequim, da malandragem, da vadiagem, etc. retirada da família e da sociedade, nas instituições totais, a criança encontraria a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade, para bem constituir sua família, dentro do amor e do preparo para o trabalho. Pelo menos essas eram as expectativas utópicas dos filantropos. Com a maioridade, a criança sairia desse microcosmo estruturado e profilático e seria devolvida ‘apta’ a viver em sociedade (MARCILIO, 2006, p. 207).

As iniciativas de institucionalização da infância foram motivadas, dessa maneira, para dar uma solução para a problemática das crianças pobres “largadas a própria sorte”. Problemática agravada com a Lei do Ventre Livre e a Abolição, pois aqueles que antes eram escravos ganham a condição de livres, porém, a condição de libertos não assegurou oportunidades e garantia de subsistência, fazendo com que os filhos da escravidão, contribuíssem para aumentar o contingente de pessoas nas ruas, estes identificados, segundo Arantes (2011, p. 193), como “menores abandonados material e moralmente, que passaram a ser encontrados nas ruas, brincando, trabalhando, esmolando ou mesmo cometendo pequenos furtos”.

A preocupação com a infância pobre aumentava ao passo que as cidades cresciam, posto que o processo de modernização do espaço urbano pressupunha um ambiente livre da imoralidade e da desordem, logo, os meninos e meninas que perambulavam pelas ruas eram vistos como uma ameaça à ordem pública, e desse modo, deveriam ser retirados, pois não condiziam com um país que almejava ser limpo, cuidado e saneado. Para resolver esse problema

era preciso “expulsar” das ruas e encaminhar estes sujeitos no sentido de serem corrigidos. Geralmente, cabia as autoridades policiais que agiam em função da regeneração dos costumes (CÂMARA, 2010).

Discursando sobre essa realidade da criança-problema, Evaristo de Moraes, uma das figuras políticas mais representativas do período republicano, enfatizou que esta era bastante perigosa e necessitava de solução para o bem da sociedade, bem como para não atrapalhar o progresso do país, tendo em vista que

[...] na infância moralmente abandonada reside um dos elementos, talvez o mais poderoso, da criminalidade urbana, é a infância viciosa que fornece essas pavorosas estatísticas – a vergonha da nossa epocha – por onde se vê que a precocidade do crime vae em muito maior do que o avanço do que o progredimento da sciencia, da arte e da industria! (MORAES 1900, p. 57).

Convém pontuar sobre a infância pobre, que nas primeiras formas de acolhimento, como foi verificado, recebia a denominação de exposta ou enjeitada. Nesse novo cenário, no qual o Estado e a sociedade iniciam um processo de pensar uma serventia para a criança órfã e pertencente às camadas menos favorecidas da população, assume a condição de desvalida. Sobre isso,

Em geral “desvalida” é a palavra encontrada na documentação e legislação para se referir às crianças em situações marginais. O prefixo “des” confere significado a esta situação – não ser válido, do ponto de vista físico, material, cultural. Portanto há de se investigar que o sentido de “ter validade” numa sociedade é uma construção histórica. Especificamente no século XIX em diante a criança desvalida refere-se à criança abandonada, órfã pobre. Importante destacar que o entendimento de sua situação é de marginalidade transitória e as ações individuais ou públicas se fazem no sentido de sua inserção social, ou melhor, integração social pelo trabalho, pela produção de uma validade ou utilidade (VEIGA, 2012, p. 8).

Para o acolhimento das crianças, agora intituladas como desvalidas, os asilos foram criados em número considerável e em várias regiões do país, sendo voltados tanto para meninas quanto para meninos. Um asilo pode ser entendido como o estabelecimento ou instituição, muitas vezes mantido por ações de caridade ou filantropia, cuja finalidade era abrigar desamparados ou indigentes, fornecendo-lhes abrigo e proteção.

Historicamente, existiram muitos asilos destinados a uma infinidade de tipos sociais carentes de assistência e acolhimento, como doentes, abandonados, órfãos, que conviviam em um mesmo espaço. Prática esta que foi bastante defendida por médicos e juristas no decorrer

do século de XIX, os quais viam neste sistema uma infinidade de perigos para a infância, como a transmissão de doenças e o risco de violência sexual, por exemplo. De acordo com Rizzini e Pilotti (2011, p. 20),

O asilo de órfãos, abandonados ou desvalidos, ou seja, daquelas crianças que estivessem “soltas”, fugindo ao controle das famílias e “ameaçando” a “ordem pública”, de uma sociedade que vislumbrava se tornar civilizada e moderna, tornou-se uma prática corrente neste período, quando teve a ideia de propiciar educação industrial aos meninos e educação domésticas às meninas, como forma de ajustá-los para a vida em sociedade.

Para as meninas, particularmente, já existiam os recolhimentos desde o século anterior em várias cidades, mas a partir da metade do século XIX e início do XX, muitos asilos foram criados para educar e cuidar das órfãs desvalidas. Os estabelecimentos funcionavam aos moldes da dinâmica do cotidiano de uma vida religiosa, tendo um limitado contato com o mundo exterior e de rotina bastante rígida. As meninas eram preparadas para casar, para serem boas mães e donas de casa, por isso, recebiam aulas de trabalhos manuais e prendas domésticas.

No estudo intitulado “As Órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891 – 1905)”, de Silva (2009) e produzido na Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, analisa-se como este Asilo, implantado na cidade de Cachoeira-Bahia, contribuiu para formação e disseminação de um ideário sobre o papel da mulher na sociedade da época. O Asilo foi criado pelo Sr. Antônio Carlos Trindade Mello, para abrigar órfãs e desvalidas no sentido de contribuir para a moral e os bons costumes preservando as meninas cujos pais não tinham condições de educá-las. Existia o auxílio de uma diretora, professoras, um padre, um médico e contava com a ajuda de damas da sociedade que compunham Associação Mães Protetoras.

Na instituição, conforme a autora, as meninas que ali fossem acolhidas recebiam educação religiosa e preparação para serem boas mães e esposas, tinham aulas de bordados, costura, modos de lavar, engomar, etc. O Asilo trazia em seu regimento preceitos e metas muito bem definidas dentro de uma conjuntura sociocultural, pautada nos princípios do catolicismo e por um pensamento fortemente tradicionalista e patriarcal, que buscava definir o lugar que as meninas deveriam ocupar ao saírem da instituição.

Em relação às meninas, observa-se muita preocupação dos estabelecimentos caritativos com sua honra, separando-as em puras e impuras. Por exemplo, caso ocorresse o defloramento, a menina não mais seria considerada inocente, não podendo mais conviver com as outras

demais. No entanto, “a separação das meninas pelo critério de honra não se limitou a este período histórico nem mesmo aos estabelecimentos caritativos” (ARANTES, 2011, p. 183).

Até meados do século XX, os asilos femininos, conforme Rizzini (2003), mantiveram o regime claustral, que dificultava enormemente o contato das internas com o mundo exterior em que o controle sobre a sexualidade feminina era exercido de maneira intensa nos asilos de meninas, inclusive, quando foram criados os órgãos nacionais de assistência, como o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), no ano 1964.

Aos meninos desvalidos cabia a criação de asilos que os amparassem e lhes fornecessem formação para se tornarem futuros trabalhadores, possibilitando a aprendizagem de um ofício para que ao atingirem a maior idade pudessem ter uma função social, evitando, com isso, que se constituíssem em degenerados e prejudiciais a sociedade de um país que intencionava progredir ao patamar dos países mais modernos e desenvolvidos.

Souza (2008) investigou um relevante exemplo desse tipo de instituição, no estudo “Educar, Trabalhar, Civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894)”. O referido Asilo, localizado na cidade do Rio de Janeiro, pretendeu abrigar, instruir e profissionalizar meninos que fossem menores de doze anos de idade e comprovadamente pobres, funcionado em regime de internato, no sentido de darem uma profissão digna e condizente a sua classe social.

A autora evidenciou que os “futuros cidadãos do império” tiveram acesso ao ensino primário e profissional, por meio de oficinas variadas, bem de atividades físicas para crescerem fortes e saudáveis. Além disso, destacou que a instituição aproveitava em seus quadros de funcionários a mão-de-obra que formava, já que alguns internos assumiram funções de professores, inspetores, sapateiros, alfaiates e marceneiros, que produziam bens matérias para o estabelecimento.

Silva (2010), no estudo “De Órfãos da Gripe a trabalhadores. O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937”, analisou o processo de criação do Asilo São Luiz em Curitiba-PR, conforme Rizzini (2003), e a implementação de suas atividades relacionadas à educação para o trabalho. A instituição recebeu meninos órfãos entre cinco e catorze anos em virtude da epidemia da gripe espanhola que cometeu esta cidade em 1918.

A instituição tinha sua organização realizada pelas Irmãs de São José, religiosas que se dedicavam a educar e a atender enfermos e desamparados. Os asilados recebiam educação primária e cursos profissionais, como os de carpintaria, sapataria e alfaiataria. Conforme a autora, o estabelecimento conseguiu se aproximar de seu propósito de transformar crianças e

jovens em “respeitáveis cidadãos-trabalhadores”, que serviram de mão-de-obra para lojas, oficinas e fábricas.

Vieira (2011) investigou um asilo para ambos os sexo, conforme Rizzini (2003), no estudo “O Asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)”. Este buscou analisar aspectos da cultura escolar desta instituição, implantada na cidade de Santos - SP, que foi criada em 1889 quando as epidemias matavam muitos habitantes e deixavam crianças órfãs, cabendo ao Asilo à função de proteger meninas e meninos e tirá-los das ruas.

Segundo a autora, em virtude das mudanças urbanas oriundas da produção e economia cafeeira, a instituição necessitou promover outro sentido para os asilados, na direção de educá-los para o futuro, introduzindo dispositivos disciplinares para a formação do cidadão civilizado. Foi verificado que nas propostas da instituição a profissionalização dos meninos era prevista, mas não atendida, pois a grande preocupação era a educação de meninas, porque formar moças honestas em uma cidade portuária foi uma forma de higiene social, evitando o risco de serem seduzidas pela “vida fácil”.

Os asilos receberam muitas críticas de médicos higienistas, sobretudo a partir dos primeiros anos do século XX, em relação ao seu modo de funcionamento e dos cuidados prestados aos asilados. O Dr. Moncovo Filho, médico e idealizador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância¹¹ do Rio de Janeiro, afirmava que os asilos de caridade não correspondiam aos princípios científicos que deveriam ser seguidos para o cuidado das crianças, uma vez que estas eram educadas no carrancismo de uma instrução quase exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor preceito de higiene, muitas vezes atrofiados pela falta de ar e de luz suficientes (MONCORVO FILHO, 1926).

A partir da produção de conhecimento dos higienistas, no que dizia respeito à necessidade de locais adequados e cuidados específicos para a infância, os métodos de atendimento foram sendo alterados, fazendo com que as instituições passassem a adotar novas denominações, abandonando o termo asilo, pois era visto enquanto sinônimo de práticas antiquadas, sendo substituído por outras denominações, a exemplo de escola de prevenção, premonitória, industrial ou de reforma, educandário, instituto, etc. (RIZZINI, 2011).

¹¹ Instituto de Proteção e Assistência à Infância – IPAI foi criado no Rio de Janeiro, pelo Dr. Moncovo Filho em 1899, mas efetivado somente no ano de 1901. O IPAI se caracterizou como um projeto médico, assistencial e filantrópico, que se destinava a amparar e proteger a infância necessitada, a fim de fornecer proteção às crianças pobres por meio de modernos recursos da terapêutica e da higiene. Foi considerado uma das principais iniciativas de assistência às mães e crianças pobres, servindo de modelo para outros institutos pelo país, inclusive no Pará, que teve inaugurada em 1912 uma instituição dessa natureza, implantada pelo médico Ophir Loyola, que foi aluno de Moncorvo Filho.

A Casa, Colégio ou Instituto dos Educandos artífices foi uma iniciativa que também esteve na direção de assistir meninos desvalidos, visava inculcar a valorização pelo trabalho como meio de reabilitação social. Foram instaladas em nove províncias. Nas Casas, os meninos pobres recebiam a instrução primária, educação religiosa, tinham aulas de músicas e aprendiam ofícios como o de alfaiate, marceneiro, carpinteiro, etc.

Lima (2008), no estudo “O Colégio de Educandos Artífices – 1865-1874: a infância desvalida na Paraíba do Norte”, analisou a condição da criança e da infância paraibana, de 1865 à 1874, tempo que demarca o funcionamento do colégio, bem como o contexto de crise econômica e social vivida por tal província em decorrência de um extenso período de seca. Esta instituição foi criada em 1859 pelo governo provincial desta região, cuja intenção era fornecer o ensino das primeiras letras e formação para o trabalho aos meninos desvalidos.

A autora concluiu que este estabelecimento oferecia uma formação precária, pela escassez de materiais e de condições estruturais inadequadas do prédio e que a infância era vista como alvo a ser investido, já que poderia se tornar um perigo social, assim como evidenciou que o colégio não atendeu aos anseios das autoridades, pois conseguiu formar apenas um pequeno número de educandos em comparação com a necessidade de mão-de-obra.

As Companhias de Aprendizes Marinheiros e Escolas ou Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra caracterizam-se como mais um modelo de instituição para crianças do sexo masculino. Surgiram no período imperial em quase todo o país e tinham dupla função: dar instrução e formação à infância pobre e atender as necessidades da Marinha e do Exército. Nos Arsenais de Guerra, eram recebidos meninos oriundos das casas dos educandos e dos colégios de órfãos; enquanto que nas Companhias de Aprendizes Marinheiros constituíam em escolas, cujo regime era de internato.

Conceição (2012), no estudo “Internar Para Educar colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950)”, aponta que os meninos eram recolhidos nas ruas para serem internados neste tipo de instituição, servindo como um mecanismo de “limpeza”, em virtude do quantitativo de internos, dos desvalidos que perambulavam pelas ruas das principais cidades do Brasil. Tal foi o seu alcance que o número de meninos enviados pelas companhias imperiais aos navios de guerra, por exemplo, chegou a ser superior ao de adultos recrutados e voluntários.

Os menores que ficavam perambulando pelos espaços públicos das cidades, a exemplo dos “capturados” para as Companhias de Guerra e Marinha, geralmente, eram recolhidos pelo serviço policial ou de agentes de segurança, os quais ficavam com a responsabilidade de recolher, classificar e direcionar os indivíduos para os locais de internação.

[...] dentre as diversas funções ou atividades que faziam parte da rotina policial no começo do século XX, estava o recolhimento de “menores” encontrados nas ruas – o que poderia incluir situações bastante variadas, diga-se de passagem. A essa tarefa, realizada normalmente por policiais das delegacias distritais ou do Corpo de Segurança, seguiam-se outras, que aqui denomino de classificação e triagem, necessárias para determinar o destino a ser dado a esses “menores”. A classificação mais recorrente eram a de menores abandonados, vadios ou responsáveis por pequenos furtos, formando em conjunto um campo semântico de compreensão dos “problemas da infância” na perspectiva policial (VIANNA, 2002, p. 29).

No estudo “A Formação Militar e ‘Amparo aos Desvalidos’ na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1910), Guimarães (2014) investigou a criação e organização desta Companhia no referido recorte temporal, revelando que o objetivo dessa instituição era o formar pessoal para compor os quadros inferiores do Exército, por meio do recolhimento de crianças desvalidas. Os internos recebiam educação escolar e realizam aulas de ginástica e natação, como maneira de prepararem o físico. O fardamento e os armamentos militares também faziam parte das situações de aprendizagem dos meninos, caracterizando uma formação voltada para a iniciação militar com base em valores de hierarquia e disciplina.

Silva (2005), na pesquisa “Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915): história de uma instituição educativa”, buscou construir a história desta Companhia, desde a criação até a sua extinção. Esta visava preparar “mão-de-obra” qualificada e disciplinada para os navios de guerra, evitando o recrutamento de pessoas sem nenhuma preparação para tal fim. Os aprendizes recebiam o ensino das primeiras letras e técnico-profissional, pautado na instrução elementar, militar e náutica.

Segundo a autora, não bastava que os meninos fossem apenas pobres para adentrar no estabelecimento, mas também deveriam passar por inspeção médica a fim de atestar ter condições de se desenvolverem fortes e saudáveis para servir à Marinha. Além disso, foi percebido neste estudo que a formação fornecida foi bastante deficitária devido à falta de pessoal para ministrar as aulas de primeiras letras e a carência de materiais para a instrução náutica.

Orfanato, orphelinato e orfanológico foram também denominações utilizadas para nomear instituições de assistência às crianças órfãs, sendo utilizadas, inclusive, para substituir a nomenclatura asilo, mas para além disso, caracterizavam-se por estabelecimentos voltados para a infância como único público a ser atendido, que podiam ser órfãos de pais e mães, filhos de viúvas que necessitavam deixar a criança para poder trabalhar e até por mulheres que desejavam esconder o fruto de um relacionamento ilegítimo.

Lopes (2015), no estudo “‘No alto da colina e na sombra da História’: educação de meninas e meninos no Orfanato Cristóvão Colombo (1895-1953)”, investigou as práticas didático-pedagógicas desenvolvidas em um orfanato da cidade de São Paulo e sua relação com o contexto da época. A instituição foi fundada, no ano de 1895, por um padre denominado José Marchetti, que ao realizar uma viagem presenciou a morte de uma mãe e a situação de orfandade que ficaram os filhos destas, e resolveu em prol dessa causa idealizar o referido estabelecimento. O orfanato acolheu a princípio crianças de ambos os sexos, mas posteriormente se criou um prédio que permitiu a separação.

Os órfãos recebiam formação pautada nos preceitos católicos, instrução primária de acordo com os programas oficiais de ensino da época. As meninas desenvolviam cursos para se tornarem boas mães e donas de casa, consistindo em um conjunto de saberes necessários à vida prática das mulheres, com base no defendido pela instituição; já aos meninos, cabia a formação profissionalizante mediante a aprendizagem de serviços de tipografia, sapataria, serralheria, ferraria, agricultura e padaria. Tudo isso, refletia o modelo e o local que os internos e as internas deveriam ocupar no futuro.

Nos primeiros anos de instauração do sistema republicano, sob o ideário de ordem e progresso tão caro à República, pensou-se na criação de instituições para recolher os chamados indesejados das cidades, isto é, pessoas, sejam homens, mulheres, jovens e crianças, que vagavam pelas ruas das cidades mendigando ou cometendo delitos. As Colônias Correcionais foram uma delas, que como o próprio nome pressupõe, tinham como finalidade corrigir os desajustados da ordem pública, por meio de medidas coercitivas e punitivas.

Em 1903, a fim de corrigir os “menores viciosos”¹² foi instalada a Colônia Correcional Dois Rios, na Ilha Grande, para atender meninos a partir dos nove anos de idade. Este estabelecimento, conforme Rizzini (2011), ao ser instalado em uma ilha, atendia às finalidades de sanear a cidade e isolar os indesejáveis, mas recebeu severas críticas à época, por conta de seus métodos e das situações de promiscuidades, evidenciadas pelas autoridades, entre detentos adultos, mulheres e menores, o que motivou a sua extinção oficial em 1904. Entretanto, segundo a autora, relatos do período davam indícios de seu funcionamento apesar dos problemas identificados. Outras experiências dessa natureza foram implementadas, como a Colônia da Bahia, mas sem grandes êxitos.

¹² A categoria “menores viciosos” foi utilizada no contexto das colônias correcionais a partir da aprovação da lei n. 947 de 29 de dezembro de 1902, que reformou o serviço policial do Distrito Federal, caracterizava-se como uma categoria muito ampla, que abrangia os menores inculcados criminalmente, que tivessem agido “sem discernimento”, bem como aqueles que, “por serem órfãos ou por negligência” encontravam perambulando pelas vias públicas (RIZZINI, 2011, p. 228).

A partir do exposto, percebe-se que a institucionalização da infância, no Brasil, seguiu um modelo asilar (asilos, orfanatos, colégios, institutos, educandários, preventórios, etc). Evidenciou-se que, de um modo geral, as instituições de acolhimentos às crianças assumiram diferentes configurações conforme a sua finalidade e o público atendido, não se caracterizando como um processo uniforme em todo o território nacional, tendo em vista que além dos estabelecimentos escolares, outros tipos instituições educativas se destacaram “como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização tão almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo” (SCHUELLER, 2009, p. 1).

2.3. A assistência e o atendimento à infância no Pará

As primeiras iniciativas no sentido de assistir à infância pobre no contexto paraense, apesar dos poucos registros, remonta ao período colonial por conta das ações desenvolvidas pela Santa Casa de Misericórdia por volta de 1650, assim como em quase todo o Brasil, na sua missão de ajudar doentes e crianças desvalidas. Diferentemente do que aconteceu em outras regiões do território nacional, não há documentos que comprovam a existência do sistema da Roda dos Expostos no Pará, mas há indícios que sinalizam o possível funcionamento de uma Casa dos Expostos, mas por um tempo bem curto.

Sousa (2010), na pesquisa “Traços de Compaixão e Misericórdia na História do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX”, na intenção de compreender as origens da assistência aos recém-nascidos, a partir de documentos da Província do Grão-Pará, identificou pistas que sinalizam a possibilidade de que pode ter havido uma Casa dos Expostos, ao encontrar em relatórios, a menção ao “Mordomo dos Expostos”, figura responsável em realizar o registro dos expostos e regular a vida destes dentro e fora da Casa. Em um relatório de 1866, a autora localizou a última referência a este estabelecimento, levando a se inferir que daí em diante ocorreu o encerramento de suas atividades.

Tempos depois, têm-se informações da existência da Casa da Caridade, a qual foi uma das primeiras instituições voltadas para a infância que se tem conhecimento na realidade paraense. Foi criada no ano de 1788 pelo Frei Caetano Brandão e destinada para acolher meninas órfãs e pobres, tendo sua manutenção custeada mediante esmolas e doações, que eram solicitadas pelo religioso às pessoas no sentido de contribuírem com este importante projeto de caridade, mas que não foram suficientes para sustentar o estabelecimento e, além disso, ficou

sem o auxílio de seu criador, que partiu em viagem à Portugal, decretando o término das atividades da instituição (VIANNA, 1902).

Em 1804, foi criado um outro local para assistir meninas na Província do Pará, o chamado Recolhimento das Educandas. Este surgiu quando D. Manuel de Almeida Carvalho, sétimo bispo paraense à época, em viagem realizada pelas regiões do Solimões e Rio Negro, trouxe consigo quinze meninas de origem indígena para lhes fornecer abrigo e educação. Conforme Vianna (1902), o espaço foi mantido com a ajuda de doações e mesmo com o limitado recurso financeiro, o religioso conseguiu alugar uma casa para que sua obra de assistência pudesse funcionar.

O Recolhimento ou Casa das Educandas como também foi referenciado em alguns documentos da época, em virtude dos poucos recursos, vivia em situação precária, já que os valores recebidos pela instituição não davam conta de todas as suas necessidades. Sousa (2010) salienta que esse quadro fez com que a partir do ano de 1839, o espaço passasse a não atender mais meninas índias, somente órfãs, desvalidas e pensionistas, que tinham seus custeios pagos, o que contribuía com o orçamento do estabelecimento. No ano seguinte, o governo provincial angariava recursos e transfere o Recolhimento para um espaço melhor e mais confortável para as internas.

O Presidente da Província Fausto Augusto Aguiar sanciona uma lei em novembro de 1851 que passa para o governo provincial a responsabilidade de manter a Casa das Educandas. O estabelecimento recebeu oficialmente o nome de Collegio de Nossa Senhora do Amparo, cuja finalidade seria a de recolher e educar meninas desvalidas, tendo o presidente da província a função de protetor do colégio (VIANNA, 1906).

No estudo “A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889), Sabino (2012) evidenciou que o referido colégio, na realidade, foi criado como medida provincial para higienizar a cidade e evitar que as meninas desvalidas ficassem vadiando pelas ruas, e assim fosse possível dar a elas uma formação primária com atividades de leitura, escrita, caligrafia, aritmética e gramática, além de orientações morais e religiosas e uma educação doméstica, para que as meninas desvalidas quando saíssem do Amparo pudessem arranjar um “bom” casamento.

Com base na documentação analisada, a autora concluiu que o Colégio estava no bojo de uma sociedade que vivia na busca do progresso social e moral do povo da província, na qual o discurso higienista tornou-se imprescindível para se chegar a tão propagada civilidade. Sendo assim, a instituição prestava um serviço à sociedade, pois de acordo com os discursos dos

dirigentes provinciais, as meninas ali acolhidas eram amparadas da miséria e ignorância e se tornavam mulheres úteis à sociedade (SABINO, 2012).

No ano de 1897, no governo de Paes de Carvalho, por decreto, o Colégio Nossa Senhora do Amparo passou a ser intitulado de Instituto Gentil Bittencourt, em homenagem ao Dr. Augusto de Moraes Bittencourt, que por muitos anos foi um importante provedor do Amparo. Nesta nova fase, a missão do estabelecimento era de dar instrução primária e educação moral e doméstica às órfãs desvalidas. A instituição ganhou um imponente prédio em área nobre do centro de Belém, ilustrado na figura 4, que foi oficialmente inaugurado em 1906. Além disso, a instituição reconfigurou a sua organização administrativa e seu ensino, que ficou vinculado ao Estado, cujas aulas eram ministras por docentes do ensino público e as de prendas domésticas ficaram a cargo das Filhas de S'antana.

Figura 4 - Fachada do prédio do Instituto Gentil Bittencourt



Fonte: Álbum do Pará (1908)

No estudo “Fragmentos da História da Educação no Pará no início do século XX: Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas”, Sousa (2015) destaca que a formação das internas nesta instituição era pautada na educação doméstica, cívica e moral, com currículo específico, no qual a importância maior recaía sobre o ensino das prendas e serviços domésticos. Estes eram desenvolvidos no estabelecimento com bastante rigor e o que se produzia eram utilizados no cotidiano da instituição e também vendidos. As figuras 5 e 6 retratam situações de aprendizagem das educandas, em uma aula de costura e em formação musical.

O grupo das educandas, conforme a autora, era composto de meninas pobres e/ou órfãs, brancas, pardas, mestiças e caboclas e oriundas de diferentes regiões do Pará. O foco era acolher

meninas tidas como desvalidas, mas também era permitida a entrada de certo número de internas que não fossem órfãs. As meninas, que ali residiam, vivenciavam uma rotina rígida, fortemente vigiada pelos empregados do estabelecimento, composta de estudos e tarefas, que evitava que estas ficassem ociosas. Tal organização pedagógica era considerada um meio para a formação de boas mães e esposas, tornando-se, assim, um caminho para que as moças tivessem um destino moralmente aceitável, em oposição, a uma vida moralmente desregrada.

Figura 5 - Aula de costura realizada pelas educandas



Fonte: Álbum do Pará (1908)

Figura 6 - Aula de música no Instituto Gentil Bittencourt



Fonte: Mattoso (1907)

O Asilo de N. S. do Carmo foi uma instituição também voltada para o sexo feminino e consistiu em um dos mais relevantes estabelecimentos educativos do final do século XIX. Criado pelo bispo da Província do Pará, em 1871. No ano de 1873, recebeu a denominação de

Asilo de Santo Antônio e passou a funcionar nas dependências do Convento dos padres franciscanos. Em 1878, foi reinaugurado, começando a atender pensionistas e sob a direção da congregação, de origem italiana, das Irmãs Mestras do Instituto de Santa Dorotéia, que se ocupavam de zelar especificamente pela educação de meninas.

Costa (2014), no estudo “A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878 – 1888), identificou que as internas eram educadas nos princípios da religião católica, com saberes que se pautavam no catecismo e rituais religiosos, no ensino da leitura, escrita e conhecimentos elementares de aritmética, bem como nos trabalhos manuais como lavar, cozinhar, passar, costurar, bordar, entre outros. Tais conhecimentos eram ministrados conforme a origem social das educandas, as desprovidas de recursos recebiam somente formação doméstica, enquanto que as meninas de posses tinham direito a uma educação mais elaborada para se tornarem damas preparadas para regerem lares condizentes com sua posição social.

O autor evidenciou o destacado papel de D. Macedo Costa para a instituição e para a educação nesse contexto, pois este acreditava na regeneração da sociedade pela educação intelectual, moral e religiosa, sobretudo, para a mulher, pois ao educá-las nos pressupostos por ele defendidos as mulheres seriam difusoras de bons princípios, influenciando na educação dos filhos, nos bons costumes, na orientação do esposo nos fundamentos religiosos cristão, contribuindo para formar uma sociedade civilizada e moralmente ajustada ao ideal de comportamento à época.

Já para atender os meninos desvalidos, foi criada a Casa dos Educandos, Aprendizes ou Artífices, em 1840, semelhante ao idealizado em várias regiões do território brasileiro. Há indícios que a instituição tenha sido originada da Companhia de Obreiros, em 1838, a qual recolheu, em um mesmo local, quarenta e seis meninos que estavam divididos entre os arsenais da Marinha e de Guerra e Obras Públicas, sendo sustentados pelo Tesouro Provincial (CASTRO, 2015).

A Casa apresentava a finalidade de abrigar meninos pobres e desvalidos, entre sete e quinze anos de idade, para receberem instrução e formação em ofícios. Desde sua idealização, o estabelecimento é marcado por dificuldades financeiras, que fizeram com que fosse, em 1852, fechado. Em 1870, passa possuir a denominação de Instituto Paraense dos Educandos Artífices, recebendo destaque por parte das autoridades governamentais da época, que o tratam como uma reconhecida e necessária instituição da infância paraense.

Barbosa (2011), na pesquisa “O instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque”, investigou o atendimento nesta instituição,

entre os anos 1870-1889, percebendo que este se caracterizou com uma das principais iniciativas políticas de atendimento à infância pobre neste contexto. Neste estabelecimento, recebia-se instrução das primeiras letras, geometria, ginástica, música, bem como formação de ofícios como marcenaria, sapataria, alfaiataria, entre outros.

O Instituto Paraense dos Educandos Artífices, de acordo com o referido autor, ao educar os filhos das famílias mais pobres da região, assumiu um importante papel na sociedade paraense no sentido de formar homens e profissionais úteis a si mesmo e à nação, contribuindo, por meio da sua organização pedagógica e curricular, para o desenvolvimento de indivíduos dóceis e ajustados à sociedade. A instituição, portando, intencionava dar um “bom” destino para meninos, transformando mestiços e índios em cidadãos “distintos” e “morigerados” (BARBOSA, 2011).

No ano de 1897, o Instituto dos Educandos, já no governo de Paes de Carvalho, passou a se chamar Instituto Lauro Sodré, em homenagem ao ex-governador que tanto contribuiu para tal instituição, mas continuou com a sua finalidade de formar trabalhadores, inclusive, em muitos documentos é nomeada de Escola Profissional. Nessa nova fase, o estabelecimento ganhou a dimensão de colônia orfanológica, artística, industrial e agrícola, sofrendo importantes modificações, no que diz respeito à criação de um imponente prédio, retratado na figura 7, para o funcionamento das atividades por ele desenvolvidas, assim como alterou o seu programa de ensino.

Figura 7 - Vista panorâmica do prédio do Instituto Lauro Sodré



Fonte: Álbum do Pará (1908)

Sousa (2010), em estudo já mencionado, diz que a formação para os ofícios desenvolvida nessa instituição desde seus primeiros anos, ainda como Instituto dos Educandos Artífices, passou por mudanças significativas, no sentido de acompanhar as novas demandas do ensino profissional. Aos educandos, eram ofertados cursos agrícolas (agricultura, pecuária e zootecnia) e industriais (artes e ofícios), com a duração de seis anos em média, sendo quatro de estudos básicos e mais dois de especialização, nas oficinas de carpinteiro, marceneiro e torneiro; tipografo e impressor; encadernador; serralheiro mecânico; funileiro; sapateiro, surrador curtidor e corrieiro; e alfaiate. As figuras 8 e 9 retratam os cursos de marcenaria e de alfaiataria realizados pelos educandos do estabelecimento.

Figura 8 - Oficina de marcenaria do Instituto Lauro Sodré



Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré (1904).

Figura 9 - Oficina de Alfaiataria do Instituto Lauro Sodré



Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré (1904)

A produção das oficinas rendiam consideráveis lucros para os cofres públicos, assim como servia para suprir as demandas de outras instituições à época. O Instituto Orfanológico, foco desta tese, por exemplo, recebia muitos produtos manufaturados, como chinelos, sapatos, mesas, carteiras, bancos de acapu com encostos de ferros, cadernos, cadernetas, livros de registros, entre outros. O Instituto Lauro Sodré, nos finais do século XIX e início do XX, segundo Sousa (2010), foi um estabelecimento que gerava orgulho aos governantes, em face de ser tido como um modelo de instituição profissional e por sua contribuição na formação de meninos pobres em trabalhadores, mas com a decadência da economia da borracha este foi sofrendo com a redução de custos. Por volta da metade dos anos de 1900, transformou-se em Colégio Lauro Sodré, ainda de caráter profissional.

O Orphelinato Paraense também foi uma instituição bastante representativa na história da institucionalização da infância paraense, que teve como finalidade amparar e educar meninas órfãs. Foi criado no ano de 1893 por Lauro Sodré, primeiramente foi mantida por ações de caridade, por sócios e doações. Em 1902, passou para o âmbito municipal, com a ajuda de Antônio Lemos, Intendente Municipal de Belém e figura de grande representatividade no cenário deste orfanato. No ano de 1906, foi autorizada uma reforma no prédio do estabelecimento, bem como ocorreu a mudança de seu nome para Orfanato Antônio Lemos.

No estudo “Educação de meninas no Orphelinato Paraense (1893 -1910)”, Pimenta (2012) evidenciou que o Orphelinato teve ampla repercussão na sociedade paraense na investida de amparar e educar órfãs, sendo tida como um exemplo a ser seguido. Atendia meninas paraenses, de outras regiões do país, bem como estrangeiras. Por conta de toda a sua visibilidade, a procura por vagas, normalmente, era maior do que a capacidade que instituição possuía para receber as educandas.

O Orphelinato consistia em um meio de “civilizar” as meninas, educando-as com bons modos para que pudessem viver em sociedade, livres da “ignorância” e dos vícios mundanos. Com esse intuito, tal instituição formou mulheres com uma bagagem cultural que englobava vários saberes, como “os musicais, literários, cênicos, linguísticos, do lar, das prendas, sem contar na rica troca cultural que devia existir naquele educandário” (PIMENTA, 2012, p. 126).

Figura 10 - Prédio do Orphelinato Paraense



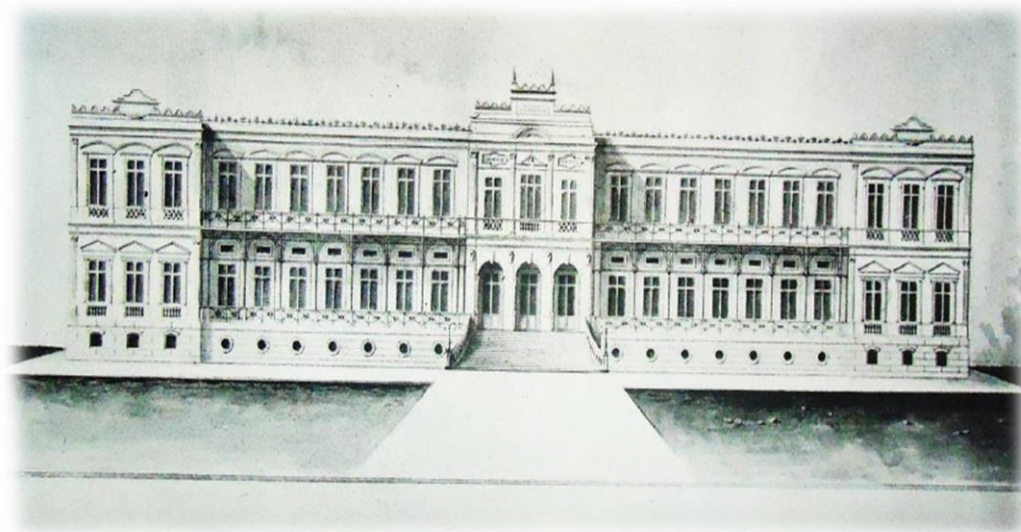
Fonte: Relatório Municipal de Belém (1902)

Duarte (2013), abordando tal instituição, no estudo “Órfãs e Desvalidas: a formação de meninas no Orfhanto municipal de Belém do Pará (1893-1931)”, analisou algumas práticas educativas aplicadas a centenas de meninas que viveram em condição asilar em um período marcado por transformações políticas, econômicas e sociais na capital paraense. O estudo revelou que mesmo se tratando de uma instituição de natureza filantrópica pelo menos no seu início, os regulamentos programas e compêndios de ensino da educação órfão foram

direcionados em grande medida, em consonância com os estabelecidos para as demais escolas públicas.

Na formação das meninas, segundo o autor, ficou evidenciado que as disciplinas que envolviam as habilidades práticas como trabalhos manuais recebiam maior destaque. Dentre as quais se encontravam trabalhos de agulhas e de prendas domésticas, que tinham prioridade, ocupando boa parte do tempo das educandas, que viviam sob constantes vigilância e disciplina, sendo dirigidas internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana filhas de Sant'anna, que direcionam de maneira rigorosa e disciplinada a instrução e educação das educandas de acordo com os princípios formativos da instituição, no sentido de preparar as meninas para assumirem o papel de “boas mulheres” na sociedade paraense da época.

Figura 11 - Planta do novo edifício do Orfanato Municipal Antônio Lemos



Fonte: Relatório da Intendência Municipal de Belém (1905)

O Instituto do Prata, idealizado como apoio político e financeiro do governo paraense, no Núcleo Colonial Indígena do Maracanã, era composto por dois internatos uma para meninos e outro para meninas indígenas, tendo relevante destaque na assistência e educação da infância no contexto do Estado do Pará, a partir das ações das políticas indigenistas e dos missionários capuchinhos. De acordo com Rizzini (2004), o Prata fazia parte de um projeto articulado com várias instâncias (igreja, casas, oficinas, roçados, internatos e escolas), cuja intenção global era preparar trabalhadores, sobretudo, para o trato com a terra, para colonizar a região, bem como formar esposas conforme os preceitos cristãos para constituírem famílias.

No estudo “O Instituto do Prata: índios e missionários no Pará (1898-1921)”, Rizzini e Schueller (2011) abordaram a criação destes dois internatos, apontando a sua representatividade para os pais e mães dos internos, explicitando que o envio das crianças para os internatos não se caracterizou como aceitação passiva de um modelo de educação oposto aos asseios dos residentes no Núcleo de Colonização, do qual o referido instituto fazia parte, o que é comprovado pelo representativo quantitativos de alunos (as) matriculados, o que , de certo modo, reflete que as famílias desejavam que seus filhos fossem educados nesse modelo educacional pedagógico-cristão.

No ano de 1903, conforme as autoras, o governo do Pará passou a custear os dois internatos, reunindo índios e crianças das cidades sob a denominação comum de Instituto da Infância Desvalida Santo Antônio do Prata, que tinha como finalidade educar meninos e meninas dos 6 aos 20 anos, cujo o perfil deveria obedecer: a) filhos de índios; b) órfãos pobres; c) moral e materialmente abandonados; d) filhos de réus condenados sem meios de subsistência; e) vadios e vagabundos.

Em relação ao ensino oferecido, havia diferenciação entre o que era dispensado aos meninos e às meninas. Os meninos frequentavam os três cursos da escola masculina e trabalhavam como aprendizes nas oficinas (tipografia, serraria, mecânica), na agricultura, na capina e nas construções, faziam aulas de músicas, assim como participavam da limpeza do estabelecimento, da jardinagem, horticultura, cozinha, dormitórios, etc.

Figura 12 - Escola de meninos do Instituto do Prata



Fonte: Álbum do Pará (1908)

As meninas também tinham acesso aos três graus de ensino, não havendo diferenças em comparação ao da escola dos meninos, porém, estas recebiam formação para o trabalho doméstico. As internas e um grupo de voluntárias, na parte da tarde, sob a supervisão das Irmãs Terceiras Capuchinhas, desenvolviam trabalhos de costura, bordado, renda e cozinha, que eram expostos ao final dos anos. As internas ainda recebiam aulas de exercício vocal (RIZZINI; SCHUELLER, 2011).

Figura 13 - Escola de meninas do Instituto do Prata



Fonte: Álbum do Pará (1908)

A partir desse panorama geral das principais iniciativas destinadas à assistência e educação da infância pobre no estado do Pará, desde o Período Colonial ao Republicano, foi possível perceber que o percurso de implantação e concepção das instituições criadas no cenário paraense esteve de um modo geral em consonância com o desenvolver do processo de institucionalização das crianças pobres, iniciando pela fase caritativa com os primeiros estabelecimentos ainda mantidos pelas ações de caridade de religiosos e pessoas da sociedade, que se sensibilizavam com o projeto cristão de ajudar os mais necessitados, até chegar a chamada fase filantrópica, na qual as instituições, norteadas por princípios científicos-pedagógicos, tornam-se geridas, em muitos casos, pelo poder público, pois a criança era responsabilidade deste, logo, cabia ao Estado pensar como zelar por esse “patrimônio”.

O desenvolvimento, as transformações e o aumento em número das instituições voltadas para a infância pobre na realidade paraense, explicitado acima, não pode ser pensada

desvinculado no contexto político e econômico da transição do século XIX para o XX, no qual o Pará, mas especificamente a capital Belém, sofreu profundas alterações em decorrência da economia da borracha, cujos lucros possibilitaram, além de consideráveis reformas urbanísticas e das sentidas modificações nas práticas culturais da elite paraense, certo investimento na educação, uma vez que essa conjuntura propiciou a construção e o investimento de muitas das instituições acima apresentadas.

Seção III

A Origem do Instituto Orfanológico do Outeiro



Instituto Orfanológico do Outeiro. Álbum do Pará (1908)

O estado do Pará, mas pontualmente Belém, a partir da segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do XX, viveu um momento histórico de consideráveis alterações econômicas, políticas, sociais e culturais, ao ser inserido no sistema capitalista mundial em decorrência da exportação da borracha amazônica, que transformou a capital paraense como principal porto de escoamento da produção gomífera para vários países. O interesse por esta matéria prima, que desde os anos de 1800, já era utilizado na Europa na confecção de diversos produtos, intensificou-se por meio da descoberta do processo de vulcanização do látex, o que potencializou a utilização desse produto, tornando-se de interesse de grandes indústrias internacionais.

Os lucros advindos dessa conjuntura econômica contribuíram para promover modificações profundas no contingente populacional. Nesse contexto, o Pará aumentou em número considerável de habitantes, já que muitos imigrantes vieram trabalhar nas atividades vinculadas à extração do látex. O espaço urbano também foi alterado, tendo em vista que a riqueza produzida permitiu a arborização de vias, a construção de praças, a pavimentação de avenidas, a iluminação elétrica, o serviço de bondes, a limpeza pública, a construção de palacetes, de quiosques, entre outros (DAOU, 2004).

As alterações urbanísticas e sanitárias, pelas quais a capital paraense foi submetida, acompanharam a discussão em nível nacional, que depositava na remodelação de hábitos e costumes sociais o caminho para o progresso e civilização. Segundo Sarges (2010), nesse período, Belém sofria com muitas mazelas relacionadas à saúde e à habitação, mas recebeu investimentos no sentido de acabar com a imagem de cidade insalubre, desordenada e feia, na intenção de transformá-la em uma “Paris na América”, posto que se tomava as metrópoles europeias como modelo de civilidade, modernização, requinte e beleza, caracterizando-se o que se denominou de *Belle Époque* paraense.

Vale ressaltar que este cenário foi favorável, sobretudo, às camadas mais ricas da sociedade paraense, constituindo a chamada “elite da borracha”, que enriqueceu, tomou gosto pelos produtos estrangeiros e adquiriu hábitos europeus. Por outro lado, a população pobre não se beneficiou diretamente como os ricos, na realidade, as alterações desse processo intenso, pelo qual Belém passou, implicou na expulsão dos menos favorecidos das regiões centrais da cidade, que precisavam ficar bonitas, logo, habitações fétidas e imundas não faziam parte desse cenário (SARGES, 2002). Os pobres padeceram com o alto custo de vida, pois a capital ao vislumbrar viver como Europa importava quase tudo de outros países, principalmente, da França, portanto, sustentar-se na capital era uma missão difícil.

O Instituto Orfanológico do Outeiro foi ainda concebido permeado por reflexos desse contexto, cuja opulência, refinamento, requinte, limpeza e modernização eram aspectos por muitas vezes atribuídos a este estabelecimento. Na intenção de explicitar e discutir a história dessa instituição é que se destina esta seção. Discorre-se acerca dos principais pontos da construção desse estabelecimento educativo como a legislação que permitiu sua efetivação, o processo de adaptação/construção do prédio para seu funcionamento, a sua inauguração, algumas informações sobre seus primeiros anos e o encerramento de suas atividades; posteriormente, abordou-se a discussão sobre as possíveis finalidades da implantação deste internato na Ilha de Outeiro, a partir das suas condições históricas, climáticas e geográficas; e por fim, abordaram-se aspectos biográficos de Antônio Lemos e Augusto Montenegro, dois políticos de expressão no Pará à época, evidenciando a representatividade e importância destes no Orfanológico.

3.1. Amparar e proteger a infância: a criação do Instituto Orfanológico

O Instituto Orfanológico do Outeiro tem sua origem demarcada a partir da lei nº 850 de 5 de outubro de 1903, elaborada por Antônio Lemos, à época intendente de Belém, que autorizou a criação de um orfanato destinado a receber 100 meninos, na faixa etária de cinco a oito anos de idade, que fossem desvalidos e órfãos de pai, a fim de fornecer assistência, proteção e ensino elementar. O estatuto regimental ficou a cargo do governo do estado, que também se ocupou de fazer a gestão do estabelecimento (DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, 1903). Nesta instituição, o Estado, em caso de desistência dos pais ou tutores, assumiria a responsabilidade pelos educandos, que passariam a categoria de seus pupilos, assim sendo, teria direito sobre os meninos até que completassem a formação proposta no Orfanológico.

Essa apropriação de crianças pelo Estado, tornando-os de sua posse para receberem cuidado e educação, caracteriza-se como um dos principais aspectos da chamada “cultura de institucionalizar” (RIZZINI; RIZZINI, 2004), que permeou a história da assistência à infância no Brasil, na qual inserir, sob sua guarda, meninos e/ou meninas em instituições específicas para abrigá-los e instruí-los foi a alternativa encontrada por muitos governantes para atender a infância pobre.

O Instituto Orfanológico foi instalado no prédio de uma antiga hospedaria construída para receber imigrantes em Outeiro, criada em meados do século XIX, como parte do processo de colonização que passou o Pará nesse período. O edifício da hospedaria pode ser visualizado na figura 14, extraída do Álbum do Pará (1899), na qual se nota, em primeiro plano, um grupo de

imigrantes, onde os homens estão de pé e as mulheres em volta de uma mesa como se estivessem realizando uma refeição, estando o prédio que os abrigava atrás deles, servindo de pano de fundo para a composição da cena, que visava à divulgação das ações do Governo do Estado, no sentido de atrair mais imigrantes.

Figura 14 - Hospedaria de imigrantes de Outeiro



Fonte: Álbum do Pará (1899)

De acordo com Mattoso (1907), jornalista e correligionário de Augusto Montenegro, umas das intenções para a idealização do Orfanológico foi a carência de uma instituição que atendesse a imensa quantidade de crianças do sexo masculino que existia no Estado, nos primeiros anos de 1900, que precisava de amparo e asilo. E como o Instituto Lauro Sodré ou também denominado de Escola Profissional, que consistia um espaço que poderia servir para esse fim, mas só aceitava meninos acima de onze anos de idade, necessitou-se conceber um instituto específico para suprir esta demanda.

O instituto foi de fato fundado¹³ com o decreto nº 1320, de 14 de julho de 1904, baixado pelo então governador do estado do Pará, Augusto Montenegro. À Época, chegou a ser considerado, pelo governo, como um relevante serviço prestado para a Instrução Pública do Estado, feito comparado à realização de outros investimentos impulsionados por essa gestão, como a elaboração e organização geral do ensino primário paraense, a criação de grupos

¹³ O Instituto Orfanológico do Outeiro foi criado a partir da lei n. 850 de 5 de outubro de 1903, mas teve sua elaboração e construção impulsionada pelo decreto n. 1320, de 14 de julho de 1904, que apresentou seu estatuto.

escolares, da escola de Pharmacia e da Faculdade de Direito, entre outros (REVISTA A ESCOLA, 1904).

O espaço entre a sanção da lei de 1903 e o decreto de 1904 se deu devido à realização de reparos e adaptações no prédio da hospedaria que foram necessárias para se poder iniciar suas atividades, dentre os quais destacam-se “[...] uma ponte de desembarque, um tanque para natação, um hangar para pequenos officios, reparos na casa da hospedaria e na da diretoria, a construção de uma casa para a cozinha e outros” (PARÁ. MENSAGEM, 1904, p. 106).

O processo de adaptação para adequar o funcionamento do internato foi recorrentemente salientado pelo governo, pelo menos no plano do discurso, como algo necessário para abrigar os meninos de maneira adequada, o que revela certa preocupação em conceber um espaço específico para o Orfanológico, refletindo o pensamento que acompanhou o ideário republicano de construção dos prédios de instituições escolares, não mais como, geralmente, acontecia no Império, no qual muitos asilos e escolas eram improvisados em qualquer espaço. Nesta nova realidade, o discurso ideológico educacional desse período defendia que a beleza e opulência deveriam se fazer presente, pois a suntuosidade dos prédios era valorizada, porque as construções para ensinar era um símbolo e um instrumento de progresso e civilização (SCHUELER; RIZZINI, 2015). E para se alcançar tal intento, as edificações

[...] deveriam ter uma proposta arquitetônica diametralmente oposta àquela que deveriam substituir, motivo pelo qual elas eram caracterizadas como monumentos, materializando e permitindo a divulgação dos novos signos políticos e culturais que se pretendia instaurar. As divisões no seu interior, o seu afastamento da casa e a separação da rua também eram elaborações, de múltiplos significados, forjados pelo novo projeto arquitetônico (FARIA FILHO, 2000, p. 61).

Neste primeiro momento, o instituto foi pensado para atender 50 internos, metade de sua capacidade idealizada, pois muitas reformas e ampliações necessitavam serem feitas para o seu funcionamento em número total. Para este início, o governador publicou editais convocando possíveis interessados a ingressarem no estabelecimento, bem como expediu circulares aos intendentes municipais para que estes selecionassem e apresentassem nomes de meninos que dentro dos respectivos municípios estivessem nas condições, e de acordo com o perfil dos educandos para integrarem o instituto em seu primeiro ano de funcionamento.

O primeiro edital de convocação dos interessados em matricular meninos na instituição circulou no dia 17 de julho de 1904, no Diário Oficial do Estado do Pará. Em 28 de dezembro deste mesmo ano, convocou-se “paes, tutores ou protetores” a requererem a admissão dos cinquenta primeiros educandos do Orfanológico, cuja solicitação de ingresso foi deferida

(DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, 1904, p. 3). Estes somente foram internados no instituto em janeiro de 1905.

As reformas para a completa adaptação da antiga hospedaria dos imigrantes iniciaram em julho de 1905 e tinha-se a estimativa de que dentro do corrente ano já estivessem concluídas, como explicita a seguinte mensagem governamental:

[...] foram iniciadas as obras de argumento deste edifício em julho do anno passado. Como sabeis o antigo edifício de hospedaria de immigrants tinha a seguinte forma e disposição:- um corpo central, cuja planta se delinea em pentágono, não regular, porem symetrico, ligado lateralmente a dois corpos por dois pequenos corredores cobertos e fechados de venezianas, tendo a planta dos dois corpos laterais à forma de um retângulo e sendo os dois corredores mais estreitos que este. O corpo central não estava no alinhamento dos dois corpos lateraes, sendo a sua posição, em relação a estes, mais para frente (PARÁ. MENSAGEM, 1905, p. 71).

No entanto, foi apenas no ano seguinte que estas alterações foram concluídas, evidenciando que muitas modificações foram realizadas no prédio da hospedaria em comparação a sua estrutura original, o que demandou bastante tempo e altos investimentos financeiros. Dentre algumas das principais realizações para o prédio definitivo do instituto estão:

Prolongaram se de 9. ^m85 as paredes lateraes do corpo central, para a frente e bem assim as dos doies corpos lateraes, e parallelamente a parede da frente do corpo central, projectou-se uma parede ligando as anteriores, porém fóra do alinhamento d'ellas 2^m para dentro. Com esta disposição ficou a fachada do edificio com dois corpos lateraes e um central, tudo isto aquém dos dois corredores e do antigo corpo central. E por traz d'elles, de cada lado, projectaram-se duas paredes ligando a do fundo do antigo corpo central como dois corpos lateraes, aproveitando-se assim as áreas perdidas entre esses sem prejudicar as condições hygienicas do edificio primitivo e augmentando-lhes os compartimentos sem grande augmento das paredes. Feito isto, projectam-se as divisões internas do seguinte modo: - Lado esquerdo, corpo lateral, dividiu-se ao meio, fazendo-se dois grandes salões para aulas, medindo cada um 7, ^m50 de comprimento por 6, ^m80 de largura. Lado direito, outro corpo lateral, dividio-se em 3 partes, sendo a primeira de fundo de 5 m por 6. ^m8 de largura para enfermaria, a segunda de eguaes dimensões e a terceira que se subdividiu em dois compartimentos de 5. ^m32 por 4, ^m80 de comprimento destinados aos aposentos do Director. Corpo central. – Dividiu-se em dois corpos de 9. ^m5 de comprimento por 5. ^m20 de largura separados por um corredor de 2, ^m de largura por 9. ^m5 de comprimento, ficando o salão do lado esquerdo para a terceira sala de aula e o do lado direito foi dividido ao meio ficando uma sala de 5^m, 20 de largura por 4^m67 de comprimento para parlatório e a do fundo foi subdividida em duas de 2, ^m48 de largura por 4^m67 de comprimento cada uma, destinadas à pharmácia e à secretaria (PARÁ, MENSAGEM, 1906, p. 71-72).

Atentar para manter as condições de higiene, como é salientado na descrição da reforma, configura-se como um ponto relevante na construção de espaços para abrigar crianças nos finais do século XIX e XX, como os internatos, indicando que a implantação do Orfanológico estava em consonância com o discurso ideológico higienista para as construções educacionais, isto é, caracterizava-se como um produto discursivo, datado em um dado contexto, tempo e espaço (BAKHTIN, 2004).

Nessa direção, os prédios, na intenção de contribuir para a formação de sujeitos fortes, saudáveis e robustos, deveriam seguir certas recomendações, como ser higienicamente arejados, com todos adequados para permitir a renovação de ar, ventilação, insolação e iluminação satisfatória. O piso e as paredes de materiais de qualidade que pudessem ser pintados e encerados, os cômodos deveriam ser proporcionais ao número de ocupantes, a enfermaria distante das salas, o refeitório deveria ficar no térreo e as latrinas em local separado do edifício (CONCEIÇÃO, 2015).

O prédio, com as modificações, assumiu ares de imponência, expressando “[...] um aspecto deslumbrante, primando pelo asseio, ordem e elegância (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01.07.1906, p. 1), o que foi motivo de elogios por vários seguimentos da sociedade ao visitá-lo, cumprindo a função de “convencer, educar, e dar-se a ver” (FARIA FILHO, 2000). Esse discurso é recorrente desde o final do século XIX, no qual políticos e educadores começaram a defender a necessidade de espaços especialmente construídos para serem escolas, colégios, internatos, os quais deveriam ser

Prédios grandes, arejados, bonitos, destinados a cumprir sua finalidade principal, há de ser escola, testemunham a valorização que o estado dava ao ensino e serviam, ainda, para que a população os admirassem. Tais prédios passaram a compor a paisagem urbana da capital e de muitas cidades do interior (BUFFA; PINTO, 2002, p. 32).

As mensagens enviadas pelo governador, no ano de 1906, informaram que as principais obras foram concluídas, entretanto, ainda restavam pequenos trabalhos necessários para a melhor instalação e conforto dos 100 alunos, de cinco a doze anos que nele já recebiam educação e ensino. O governador atentou que “para atender um maior número de educandos, seria conveniente que elevásseis o seu numero a 150. Nesta hypotese, deveis aumentar o quadro do pessoal como uma nova professora” (PARÁ. MENSAGEM, 1906, p. 42).

As mudanças decorrentes do processo de reforma ficam evidentes na imagem da fachada do instituto, figura 15, que apresenta nas suas linhas arquitetônicas diferenças significativas em

comparação com a estrutura da hospedaria; já na figura 16 tem-se a vista da parte posterior das dependências do Orfanológico, fornecendo uma amostra da extensão da área que este possuía.

Figura 15 - Fachada do prédio do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

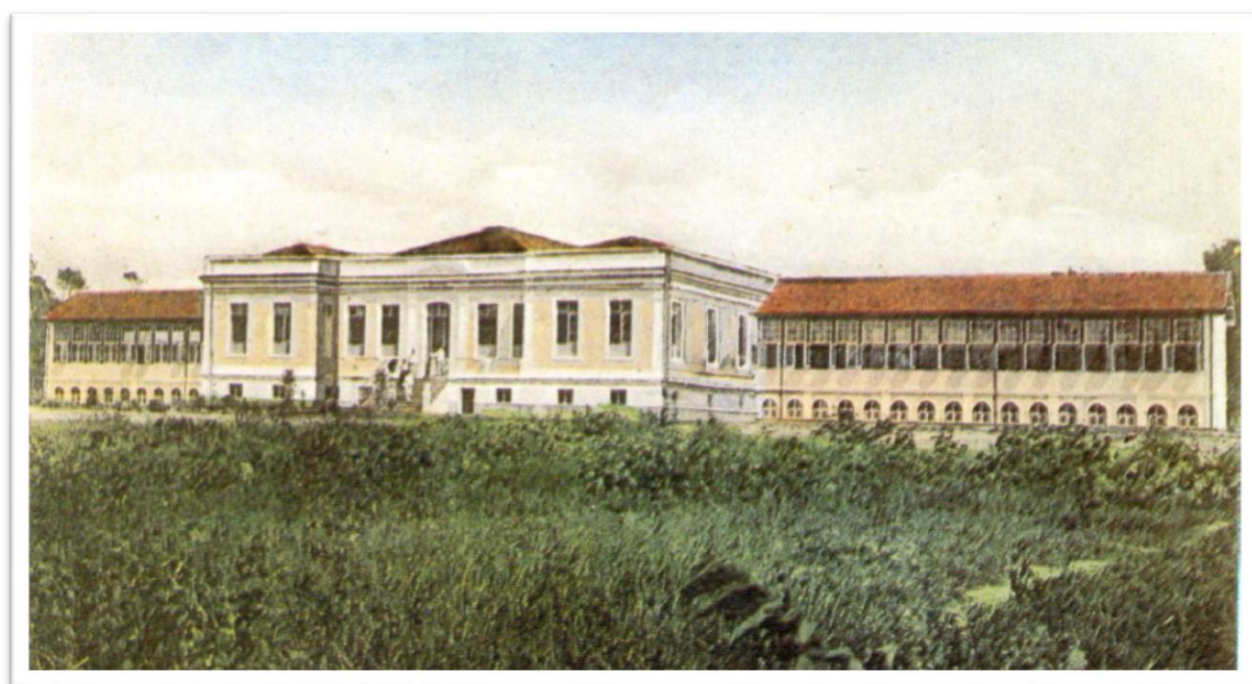
Figura 16 - Vista posterior das dependências do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

O prédio do Instituto Orfanológico do Outeiro foi retratado, no ano de 1906, pelo governo do Estado em um cartão postal, figura 17. A fachada do instituto, pintada em amarelo e branco, é vista na imagem em uma perspectiva panorâmica, o que serve para expressar toda a sua imponência e grandiosidade encravada em um espaço repleto de vegetação, que lhe confere ainda mais destaque enquanto uma das grandiosas obras da gestão do governo de Augusto Montenegro a ser divulgada.

Figura 17 - Cartão postal Instituto Orfanológico do Outeiro



Fonte: Álbum Belém da Saudade (1998)

A inauguração oficial do instituto aconteceu no dia 31 de julho de 1906 e foi bastante divulgada na imprensa paraense, principalmente, pelo jornal “A Província do Pará”, o qual apresentava afinidade política com o governo de Augusto Montenegro, haja vista que o redator chefe do periódico era Antônio Lemos, um dos principais aliados do governador. Dessa forma, os dias que antecederam a inauguração, o Orfanológico foi destaque nas páginas do jornal, sendo elevado, conforme visitas de representantes do impresso ao estabelecimento, a uma das mais relevantes e promissoras obras para a infância desvalida e a educação do estado:

Promette ser uma bella festa inauguração official dos institutos orfanológico no outeiro, marcada para os primeiros dias do próximo mez de julho. Creado em 1903 pela lei n.859, de 6 de outubro e installada provisoriamente em 14 de julho de 1904, vê já desde essa data o instituto prestando socorro ã infância desvalida que em seu hospitaleiro tecto encontra as commodides que jamais poderia encontrar em qualquer estabelecimento de ensino, principalmente agora que tem a dirigi-lo um moço que reúne os predicados precisos para que o instituto seja uma realidade e assim corresponda plenamente ao fim para que foi creado (...) Emprenhados como se acham os drs. Augusto Montenegro e Silva Villaça para que os Instituto Orfanológico do Pará seja um estabelecimento modelo, e tendo em conta o que já por vezes temos visto quando alli fomos em visita, asseguramos ao Orfanológico um futuro promissor de utilidade para o Estado e á infância desvalida (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 30.06.1906, p. 1)

No dia 1 de agosto de 1906, o jornal “A Província do Pará” trouxe uma extensa matéria sobre a inauguração do Instituto Orfanológico do Outeiro, estampando boa parte da primeira página do referido impresso com esse acontecimento. Nela, são descritos e relatados, de maneira detalhada, os momentos centrais que fizeram parte da inauguração desta instituição. Sobre toda a formalidade com que foram recebidas as autoridades para tal cerimônia, o impresso indica as pessoas que aguardam a comitiva vinda de Belém, o número de educandos presentes, a maneira que estavam dispostos e a homenagem que fizeram na chegada das ilustres personalidades:

Ali se achavam os senhores doutores Mansos Vilaça Diretor do Instituto Orfanológico; F. Uchoa Viegas, Official; João Gualberto da Cunha Lima, tesoureiro; Francisco Goés da Costa rocha, Farmacêutico; Manuel da Cunha Lima, dentista, além de outros cavalheiros e senhora (...)Ao longo da escadaria achavam-se formados 91 alunos do estabelecimento, trajando uniforme pardo e chapéu de palha branca, tendo escritos na fita de seda azul marinho, em letras douradas, estes dizeres: Instituto Orfanológico. Ao passarem os senhores doutores Augusto Montenegro e Senador Antônio Lemos entre as alas dos educandos, estes tirando os chapéus proroperam em vivas (A PROVÍNCIA DO PARÁ 01.08.1906, p. 1).

Ainda no dia da inauguração, após adentrarem na instituição, as autoridades fizeram um passeio por alguns cômodos do prédio, como a capela e as salas. Em seguida, iniciou-se a sessão solene, primeiro foi cantado o Hino do Instituto, pelos educandos e depois lida a ata pelo capitão João Marques da Costa, concebida nos seguintes termos:

As 31 dias do mez de julho de 1906, às 9 horas da manhã, no lugar denominado Outeiro, pertencente 20ª circunscrição (Pinheiro) do único districto judiciário da comarca da capital do Estado do Pará, com a presença do Exm. Sr. Dr. Augusto Montenegro, governador do estado; senador Antônio Lemos, intendente municipal de Belém; Monsenhor João Ferreira de Andrade Muniz, governador do Arcerbispado; Dr. Jenuino Amazonas de Figueiredo, Dr. Raimundo Tavares Vianna e coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, secretário do Estado; Dr. Thomaz de Paula Ribeiro, chefe de policia; Dr. Manoel Manços da Silva Villaça, diretor do referido estabelecimento; auctoridades federaes, estaduaes e municipaes e pessoas abaixo assignadas, depois das formalidades do estylo foi declarado inaugurado offiialmente, o Instituto Orfanológico, no Outeiro, creado por decreto n. 1.320, de 14 de julho de 1904, do que, para constatar lavrou-se o presente termo. Eu, João Marques da Costa, chefe da 3ª secção da secretaria d'Estado da justiça, interior e instrução pública, subscrevo e assigno este termo (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01.08.1906, p. 1).

A solenidade continuou com o pronunciamento do diretor do instituto, Dr. Manços Villaça, ressaltando a importância da instituição para a infância desvalida e dando vivas ao feito de Augusto Montenegro. Posteriormente, foram inauguradas as fotografias, expostas no salão principal, do governador e do intendente Antônio Lemos, houve a execução do Hino Nacional, ao mesmo tempo em que foram soltos foguetes, que fendiam pelos ares, e se ofertavam flores às principais autoridades que ali se encontravam.

O jornal menciona, ainda, a parte do cerimonial, que coube aos alunos, que como é relatado por tal impresso, foi bem realizado, já que “todos os alunos foram muitos applaudidos pela selecta assistência que não regateou palmas, pela correção com que desempenharam os diversos papéis” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01.08.1906, p.1). O roteiro se deu da seguinte forma e sequência:

- Quando eu for grande (monologo) pelo aluno Renato Ferreira.
- Presunçoso (comedia) pelo alunos Edgard ferreira, Ovídio Nery, Renato - - Gonçalves Ferreira, Virgilio Campos Salles (...)
- A pátria (poesia) pelo aluno Ovídio Nery.
- O narigão (monologo) pelo aluno Renato Ferreira.
- Os estados do Brazil (apotheose ao Pará) pelos alunos: Francisco Coelho, -
- Alípio Vieira, domingos Barbosa, João de Souza Bello, Benigno Pinheiro - Torres, Antônio Barbalho Bezerra (...).

Terminada a sessão, os alunos cantaram mais um hino, de autoria do Dr. Paulino de Brito, passando após as apresentações, todos os convidados para uma sala na qual ocorreu um sorteio de brinquedos para os meninos. Ao encerramento deste momento, os alunos foram para o salão de refeição, onde lhes foi servido o almoço. Doces, frios e bebidas geladas foram oferecidos pelo Diretor. O impresso em questão é tão rico em detalhes sobre tal inauguração que chega até

mencionar o cardápio oferecido aos presentes, nota-se que este era composto por pratos e bebidas requintadas, o que evidencia toda a pompa e refinamento com que o Instituto Orfanológico foi apresentado à sociedade paraense:

Menu¹⁴

Foie gras, sardines olives, radis, beurre frais

Salade russo

Poisson sauce aux crevettes

Poulet a La marengo

Filet larde sur croutons

Dinde farcie a La purrée de marron

Asperges sauce mousseline

Puding au cacau, fromages, fruits

Café e liqueurs

Vins: Château du vie, Ponte-Canet, Chamberitio, Champagne.

O menu ao ser redigido em francês e composto por alguns pratos e bebidas também franceses, torna possível estabelecer relação com o contexto histórico de Belém, no qual a imitação e o “gosto pelo o que é de fora”, foi uma das característica de muitos políticos, materializados nas ações e obras por eles pensadas e implementadas, bem como no cotidiano dos membros da elite, que reproduziam práticas europeias no modo de se portar, vestir-se, alimentar-se e educar-se, pois viver nesses termos era estar conforme os moldes do que vinha a ser considerado requintado, belo, elegante, moderno e civilizado (SARGES, 2010).

Por fim, o jornal descreve o regresso da comitiva em direção à Belém e enfatiza a beleza da solenidade realizada e a boa impressão e entusiasmo que acometeu aos que estavam presentes naquele dia, os quais representavam importantes seguimentos sociais deste período, que em meio a elogios ressaltavam a grandiosidade e relevância desta instituição educativa para a população pobre.

Para o trajeto da Vila do Pinheiro à Ilha de Outeiro, o instituto possuía o recurso do transporte de lancha, que realizava o traslado dos alunos quando saiam a passeio ou de férias, os familiares que iam visitar os alunos e as autoridades que iam inspecionar a instituição, assim como servia para levar materiais e objetos para o funcionamento do estabelecimento. O Orfanológico teve três lanchas em sua trajetória, a “Prata” até 1909, uma outra de 1909-1912, não denominada e que foi levada e destruída pela correnteza do Rio Maguary, e a “Yara”, adquirida no ano de 1912. Esta última comportava cerca de trinta pessoas por viagem,

¹⁴ Fígado gordo, sardinhas, azeitonas, rabanetes, manteiga fresca, salada russa, peixe ao molho de camarão, os marengo de frango, net lard em croutons, Perú recheado, aspargos ao molho mousseline, pudim de cacau, queijo, frutas e licores, café, vinhos: Château du vie, Ponte Cenet, Chamberitio, Champagne.

construída em madeira, de bom acabamento, movida por motor americano de três cavalos e meio de potência, que funcionava a querosene (PARÁ. RELATÓRIO INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1913).

Nos anos que se seguiram da inauguração e implantação do instituto, as mensagens governamentais dirigidas à assembleia legislativa do estado do Pará, evidenciam alguns aspectos da dinâmica, funcionamento e estrutura desta instituição educativa para meninos desvalidos. Tais documentos, dialogicamente, intencionam estabelecer a comunicação com a sociedade, já que circulavam, inclusive, na imprensa escrita, veiculando discursos que são permeados por vozes que buscam mostrar ao “Outro” (BAKHTIN, 1997) o quanto o Instituto Orfanológico, na sua visão, era uma iniciativa governamental relevante, organizada, disciplinada e eficiente, portanto, visavam construir um diálogo a fim de convencer os Outros da suposta grande ação empreendida, nesta gestão, ao estado do Pará.

No ano de 1907, por exemplo, é informado que o Instituto Orfanológico do Outeiro continuava a prosperar, que já contava com o número de 110 alunos, faltando ainda 40 para completar o número de matrículas permitidas e que 8 alunos seriam encaminhados para o Instituto Lauro Sodré. Neste mesmo documento, o governador diz que em sua última visita ao Instituto constatou pessoalmente, “o progresso que fazem os alunos, a disciplina, a ordem e higiene que reinam no estabelecimento (PARÁ. MENSAGEM, 1907, p.38), princípios estes caros ao modelo de instituições para a infância nos finais do século XIX e início do XX.

Já no ano de 1909, o governo do estado enfatiza que ainda conservava um número limitado de educandos, igual a 100, no Instituto, apesar da estrutura já estar apta para abrigar mais 50 meninos e assim atingir a sua capacidade total, mas se mantém assim, pois “as finanças não aconselham ainda atingir este último número, embora sobre candidatos à admissão”. Além disso, ressalta que “o estabelecimento mantém-se em boas condições, sendo lisonjeiras as impressões colhidas quando pessoalmente o visitei”. No que tange ao progresso dos alunos, verificou-se que passaram para o Instituto Lauro Sodré “9 alumnos que conluíram o curso de ensino e atingiram a idade legal para a admissão n’este” (PARÁ. MENSAGEM, 1909, p. 29).

As mensagens governamentais ao se constituírem enquanto construtos produzidos por sujeitos essencialmente históricos, como ressalta Bakhtin (2004), estão impregnadas de discursos que revelam visões de mundo de um dado tempo, espaço e contexto. Ao se mencionar os princípios de salubridade e higiene, que de modo recorrente se faziam presentes nas mensagens como pontos positivos do Instituto, nota-se a presença do discurso ideológico bakhtiniano, posto que ilustram a forma de pensar de educadores, médicos e políticos do

período, que atravessados pelos discursos higienistas de como conduzir e organizar as instituições educativas a fim de contribuir para a salubridade dos espaços e saúde dos internos, objetivando atender às modernas condições higiênicas, defendiam nas suas indicações questões como “ nenhuma economia de aberturas e do uso intensivo do vidro. Grandes janelas e caixilharia eram largamente utilizadas o que permitia boa luminosidade e, ao mesmo tempo, ventilação controlada (BUFFA; PINTO, 2002, p. 48).

A mensagem do governador João Coelho, referente ao ano de 1910, informava que nada de anormal havia se passado no cotidiano do Instituto, que continuava a contribuir animadoramente para a educação dos menores de 6 a 9 anos, “filhos de Paes pobres ou órfãos, que, a falta de recursos, vêm pedir a tutela do Estado os elementos que, mais, tarde, os tornem cidadãos úteis a comunhão social (PARÁ. MENSAGEM, 1910, p. 62).

Ao destacar nesta mensagem, a intenção de fazer das crianças internadas futuros cidadãos úteis, fica implícito o discurso ideológico, na voz do poder público, que afirma que é por meio da escola, nas suas ações que visam difundir valores e normas sociais, que se forma o caráter a partir de princípios civilizatórios e patrióticos, contribuindo para salvar crianças pobres e desvalidas e lhes propiciarem possibilidades de um “bom destino”, expressando a própria concepção de infância pobre dessa época, de um ser moldável que necessitava de investimentos para não se tornar um prejuízo ao Estado, mas sim alguém que auxilie no desenvolvimento da Nação, principalmente, pela via do trabalho, que nesses empreendimentos educacionais, delineava-se como o meio mais eficaz de prevenir, regenerar e reintegrar crianças e jovens na sociedade, em um mundo que se modernizava e que cada vez mais ia sendo dominado pelas oficinas, fábricas e indústrias (CÂMARA, 2007).

Neste mesmo ano é apontado, em mensagem, que salvo pequenos reparos, determinados pela necessidade da conservação do vasto edifício que ele ocupa, “não havia nenhuma outra despesa, não prevista no orçamento, foi allí feita, e a vida interna do collegio tem defluído a contento do público” (PARÁ. MENSAGEM, 1910, p. 62). No que tange à verba destinada ao seu custeio, o Instituto apresentava uma considerável receita, distribuída entre os gastos com alunos, empregados, manutenção e serviços para a manutenção do estabelecimento como ilustra o quadro 1:

Quadro 1- Custeio do Instituto Orfanológico do Outeiro

DESPESAS	VALOR
Alimentação dos educandos e do pessoal interno	71:728\$700
Pessoal inferior	30:084\$195
Carbureto de cálcio consumido na iluminação do estabelecimento	111\$870
Transporte. Kerosene e pequenas despesas	3:700\$100
Gratificação paga ao dentista à razão dos serviços mensaes	2:400\$000
Gratificação ao barbeiro à razão dos serviços mensaes	1:200\$000
Gratificação ao médico residente à razão dois mezes e dias	1:422\$000
Gratificação ao pharmaceutico, mandado admitir em setembro	800\$000

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) com base em dados da Revista do Ensino (1912)

O governo do estado, via mensagem no ano de 1911, informou que caminhava em situação lisonjeira o Instituto, que sua instalação material se encontrava bem cuidada, nada faltando para que o ensino e a educação fossem vantajosamente proporcionados aos educandos. Além disso, comunica que 19 educandos, por terem completado o curso primário elementar, ministrado em três cadeiras e regida por professores normalistas, ao terem alcançado a idade máxima de doze anos estabelecida pelo regulamento do Orfanológico, foram transferidos ao Instituto Lauro Sodré.

A mensagem, referente ao ano de 1912, comunica que o Instituto Orfanológico do Outeiro se mantinha, como sempre, em boas condições, funcionando com regularidade as aulas do curso elementar. E que no corrente ano passaram o quantitativo de 18 alunos desse internato para o Instituto Lauro Sodré, que concluíram o elementar e atingiram a idade limite, onde iriam concluir o ensino primário e iniciar o ensino técnico (PARÁ, MENSAGEM, 1912, p.36).

O instituto muda de denominação, no ano de 1913, pois logo ao assumir o governo do estado, Enéas Martins teve como um dos principais atos baixar o decreto de 01 de fevereiro de 1913, mandando modificar o nome do Instituto Orfanológico do Outeiro, para o de “Instituto Orfanológico João Coelho”, em homenagem ao seu antecessor na direção do governo paraense, João Antônio Luís Coelho¹⁵ (PARÁ, RELATÓRIO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO JOÃO COELHO, 1913, p. 1).

¹⁵Governou o estado do Pará de 1909 a 1913, pelo Partido Republicano. Nasceu em nove de julho de 1851, no município de Acará/PA. Fez o curso de Humanidade no Seminário de Belém, aperfeiçoando-se nos Estados Unidos, e o de Engenharia Civil na França, onde diplomou-se aos 23 anos de idade, também em Paris defendeu tese de mestrado em Engenharia de Minas. Regressou para Belém. Lecionou no Liceu paraense inglês e francês, além de fazer o processo de demarcação de terras no interior do Estado do Pará. Fixou residência em Belém, foi

Nesse mesmo ano, o Governo do Estado instituiu pelo Decreto de Lei nº 1.357, de 10 de novembro de 1913, o ensino agrícola no Pará, o que vai refletir diretamente no destino do Orfanológico, com o intuito de promover a estruturação técnica profissional relativa à agricultura e zootecnia e às indústrias correlativas. Corresponhia as seguintes modalidades: escolas práticas de agricultura, aprendizados ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas, congressos conferências agrícolas e exposições (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO PARÁ, 1913).

Entre as ações indicadas pelo regulamento do ensino agrícola, previa-se a criação de estações experimentais, que tinham a finalidade de desenvolver estudos de fatores da produção agrícola regional de modo a fornecer aos agricultores dados sobre o aperfeiçoamento dos métodos de cultura e melhoramento, quer das plantas úteis e de seus produtos, quer dos animais domésticos e das indústrias rurais (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO PARÁ, 1913).

O Projeto de Lei nº 1.360 de 11 de novembro de 1913, divulgado no Diário Oficial do Estado do Pará, transferiu, nas condições que achasse conveniente para o Governo Federal, o antigo Instituto Orfanológico do Outeiro para criar neste estabelecimento uma estação experimental, encerrando, assim, as atividades do internato que abrigava meninos órfãos e desvalidos. O governo do estado mencionou a distribuições dos funcionários, de acordo com a idade e o tempo de serviço prestado, para outros estabelecimentos, mas não fez nenhuma alusão ao destino dos educandos que ali se encontravam matriculados.

Essa alteração na política educacional estava vinculada diretamente aos novos rumos que se almejava implementar para a economia paraense que já sentia os reflexos do declínio da era da borracha amazônica, o que demandou do governo pensar investimentos para desenvolver e expandir a produção agrícola, que foi uma atividade secundarizada até então, mas precisava ser fomentada para o crescimento do estado. Por isso, formar mão-de-obra capacitada para as questões da terra passou a ser vista como uma necessidade dentro dessa conjuntura.

Em 1921, é criado no prédio onde funcionou o Orfanológico, o Patronato Agrícola¹⁶ Manoel Barata, pelo Decreto de Lei nº 15.149, de 1º de julho do mesmo ano. Segundo Oliveira

professor, Secretário de Intendência, deputado a Constituinte de 1891, presidente (por diversas vezes) da Câmara Estadual dos Deputados (BORGES, 1986).

¹⁶ A criação de uma Patronato Agrícola já estava previsto desde a instituição do ensino agrícola no Pará em 1913, mas somente em 1920 foi efetivando, tendo a finalidade de “[...] a promover o desenvolvimento da agricultura, horticultura, pomicultura e jardinocultura, transformando menores orphãos ou abandonados em feitores do campo, pomicultores, horticultores, jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos officios agrícolas” (PARÁ. DECRETO DE LEI. 17.11.1920).

(2007), a criação desta instituição representou um marco do ensino rural/ profissional na Amazônia, tendo em vista que foi a primeira ação federal direcionada para o ensino Agrícola no Estado do Pará, que objetivava transformar órfãos e abandonados em feitores do campo¹⁷. Para a autora, um dos resultados esperados com a fundação desse tipo de iniciativa era estabelecer o equilíbrio entre a população das cidades e as do campo, como forma de restabelecer o controle social ao concorrer para imobilidade da força de trabalho, estimulando a fixação da população rural, bem como o aumento da produção agrícola no país.

A figura 18 mostra a fachada do prédio do Patronato, já a 19 retrata o diretor do estabelecimento ao centro, os alunos como se estivessem atentos a fala deste, e os funcionários ao redor dos meninos, em aparente situação de vigilância. Verifica-se, que os educandos são de idade superior a dos admitidos pelo Orfanológico, indicando que a faixa etária para o ingresso havia sido elevada, pois a função do Patronato apresentava diferenças em relação ao Instituto Orfanológico, embora a ênfase ainda fosse na formação para o trabalho, mas o foco era nos conhecimentos agrícolas.

Com base na Lei orgânica do Ensino Agrícola nº 96.13, de 20 de Agosto de 1946, o até então na categoria de Patronato, a instituição assumiu uma nova configuração, passando a se constituir na Escola de Mestria Agrícola Manoel Barata e na Escola de Iniciação Agrícola Manoel Barata. Os cursos desenvolvidos neste estabelecimento educativo articulavam-se entre si e com outras modalidades de ensino, os alunos, inclusive, poderiam prosseguir seus estudos até o ensino superior, mas somente na mesma área de ensino.

O objetivo central das escolas era o de formar cidadãos patriotas, produtores eficientes, utilizando para atingir este objetivo as disciplinas de História do Brasil, Geografia do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Canto Orfeônico, Educação Física e as disciplinas de Cultura Técnica (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010).

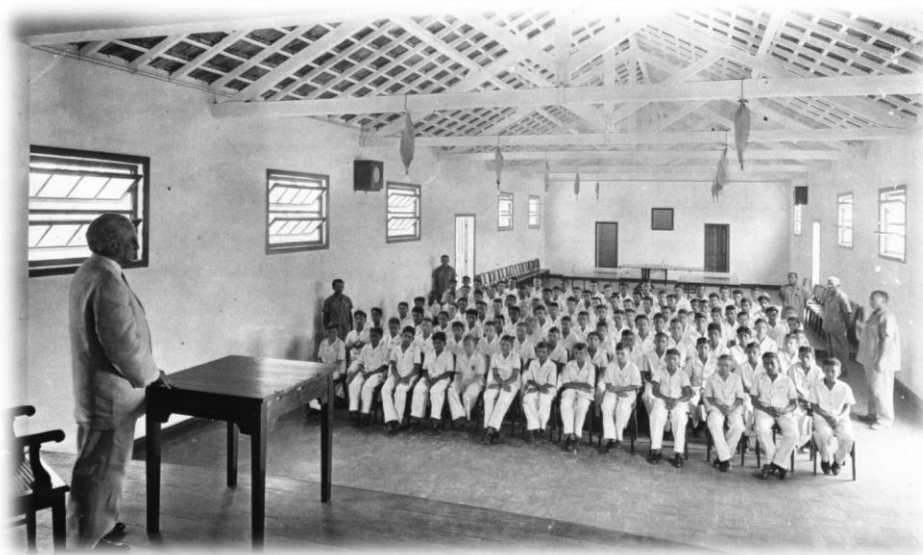
¹⁷ O ensino agrícola já era um tema bastante discutido no Pará, em 1892, o então governador Lauro Sodré já dizia que era “[...] de acêrto a criação e divulgação do ensino agrícola, ministrado sob o ponto de vista prático, único verdadeiramente útil, fugindo da formação de doutores agrônomos, que na vida prática fazendo pergaminho título para entrar no grande exército do funcionalismo público, fugindo do campo da atividade industrial” (PARÁ. MENSAGEM, 1892, p.56)

Figura 18 - Fachada do Patronato Agrícola Manoel Barata



Fonte: Oliveira (2008)

Figura 19 - Fachada do Patronato Agrícola Manoel Barata



Fonte: Oliveira (2008)

Em 1972, o estabelecimento mudou-se para o município de Castanhal/PA e por ocasião da Lei nº 5692/71, Parecer nº 45 /1972/Sistema Escola Fazenda, ficou constituída em Colégio Agrícola Manoel Barata e Ginásio Agrícola Manoel Barata, com a finalidade de formar técnicos agrícolas de acordo com os padrões da agricultura industrializada utilizando a metodologia do

Sistema Escola Fazenda, com as disciplinas da parte diversificada ministradas nas Unidades Educativas de Produção - Agricultura, Zootecnia, Mecanização Agrícola, Agroindústria e a Cooperativa Escola (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010).

O prédio após ser desocupado abrigou, ainda na década de 70, o Centro de Formação da Polícia do Estado do Pará – CFAP, servindo para esse fim até ano de 2008, quando o centro transferiu-se do distrito de Outeiro para a travessa Dr. Freitas, Belém. A figura 20 mostra o espaço já sob apropriação da Polícia no ano de 1986. Nesta nova fase e funcionalidade, a sua fachada foi pintada na cor azul com detalhes em branco.

Figura 20 - Fachada do CFAP (1986)



Fonte: http://museudigitaldapmpa.blogspot.com.br/2015_07_01_archive.html

Figura 21 - Fachada do prédio do antigo CFAP na atualidade



Fonte: http://museudigitaldapmpa.blogspot.com.br/2015_07_01_archive.html

O prédio onde funcionou o Instituto Orfanológico do Outeiro foi tombado pelo patrimônio histórico do estado do Pará e se encontra desocupado a espera de restauração. A figura 21, produzida em visita realizada por policiais, mostra o seu estado atual.

3.2. Um lugar “ideal” para educar meninos: a Ilha de Outeiro

O Instituto Orfanológico foi instalado na Ilha de Caratateua (Outeiro), que faz parte do arquipélago de Belém, situando-se a 20 km desta capital. Para além da intenção de ocupar o prédio ocioso da hospedaria de imigrantes, que estava desativada, e assim, dar utilidade a um espaço público desocupado, tal iniciativa também se deu por Outeiro ser considerada como uma região de características climáticas e ambientais favoráveis para educar e cuidar os meninos que ali fossem internados, o que se justificava com discursos ideológicos fundamentados “a partir dos modernos preceitos¹⁸ higiênicos à época, já que os educandos estariam rodeados por uma aprazível e encantadora localidade e um lugar de salubridade reconhecida” (MATTOSO, 1907, p.212).

Outeiro iniciou sua história servindo de cemitério para os índios, antes da fundação de Belém, mais precisamente no bairro que hoje se chama Itaiteua. A colonização de Outeiro,

¹⁸ Os preceitos higiênicos, pautados nos discursos médicos, para a construção e instalação de prédios de instituições escolares defendiam a necessidade de se seguir parâmetros arquitetônicos e estruturais no sentido de propiciar um ambiente salubre e higiênico para facilitar o desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, levando-se em consideração aspectos como luminosidade, ventilação, temperatura, etc (GONDRA, 2002; 2004).

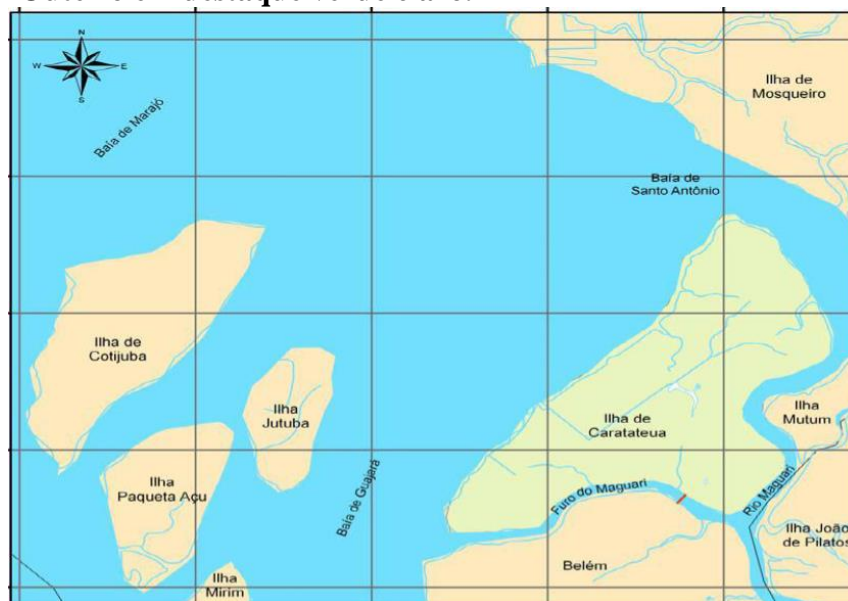
conforme Guimarães (1996), ocorreu no governo do capitão Geral Alexandre de Souza Freire, em abril de 1731, quando houve a concessão de terras através da Carta de Sesmarias, ao Governador da Província do Grão-Pará, Capitão-General Alexandre de Souza Freire, e que mais tarde foi confirmada pelo Rei de Portugal D. João VI, oficializando a doação de terras a particulares com objetivo de ocupação dessa região

A ilha era chamada pelos indígenas de Caratateua, que conforme o dialeto Tupi-Guarani, quer dizer lugar das grandes batatas (ou das muitas batatas). Já a denominação Outeiro, que significa pequenos morros, foi dada pelos portugueses que desbravaram essas terras, em virtude das pequenas elevações que caracterizam o terreno deste local, o que justifica também o nome de Ilha das barreiras (GUIMARÃES, 1996).

A topografia de Outeiro, segundo Medeiros (1971), apresenta pequenas variações de níveis, sendo o mais alto de aproximadamente 15 m em relação ao nível do mar. Já a vegetação predominante nesta região, a princípio era o de mata secundária (capoeiras em diversos estágios), de solo de terra firme com a presença de um grande número de espécies botânicas como o Ingá Xixi, Tachí branco, Paricarana, Imbaúba branca, entre outras, caracterizando a ilha como espaço privilegiado do ponto de vista climatológico.

Outeiro quanto a sua localização é um distrito pertencente ao município de Belém-Pa, situado entre as latitudes 1° 12' e 1° 17'S, e entre as longitudes de 48°25' e 48°29' W, compondo a região nordeste do estado do Pará. Sua forma lembra uma taça, com a maior largura (10 km) voltada para a baía de Santo Antônio e a menor (6 km) bordejada pelo furo do Rio Maguari, tendo esta ligação com as baías do Guajará e de Santo Antônio (MEDEIROS, 2007).

Figura 22 - Localização das ilhas do arquipélago de Belém. Outeiro em destaque verde claro.



Fonte: Ferreira et al (2012)

O Álbum do Pará de 1908, a fim de mostrar a relevância das características climáticas e geográficas da ilha, como pontos positivos no seu empreendimento de cuidar e educar os meninos ali internados, enfatizou-se: “construída em lugar alto e muito ventilado pelas brisas constantes do lado do oceano, esta escola fica em ponto salubérrimo, onde as noites são excessivamente frescas” (PARÁ, 1908, p. 283). Nessa mesma direção, o jornal “A Província do Pará destacou:

Installado em um terreno cujas condições topographicas e hygienicas são as melhores possíveis, n’essa formosa ilha banhada pelas águas do rio maguary e da Bahia santo Antonio, possuindo as belíssimas praias do caratateua, que se estendem até próximo a Villa Mosqueiro, e onde nos dias feriados os educandos vão em passeio (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 30.06.1906, p. 1).

Reforçando as condições tidas como ideias para a instalação de um internato para assistir meninos pequenos, este mesmo impresso noticiou que de fato a Ilha de Outeiro consistia em um local sadio para a educação das crianças ali internas, tendo em vista que até o momento, o que correspondia ao seu segundo ano de funcionamento, “no instituto ainda não se deu óbito algum até a presente data; conta oitenta e cinco educandos e, hoje, na sua enfermaria, apenas três meninos se acham, com moléstia cutanea, levada das casas de seus paes”(A PROVÍNCIA DO PARÁ, 10.09.1906, p.1).

Os aspectos que foram evidenciados em relação às condições da região onde o instituto se localizava vão ao encontro do que se discutia desde o século XIX sobre o que seria um local

ideal pra se construir um internado. Andrada Jr (1855), citado por Conceição (2015), aponta que os edifícios destinados a receber os internos deveriam satisfazer certas condições higiênicas a começar pelo local apropriado para sua instalação, que deveria ser distante de focos de infecções ou humidades, de preferência afastados das regiões mais populosas, repleta de vegetação e perto de rios, para oportunizar natação e banho para seus internos.

A dimensão do terreno no qual o Instituto Orfanológico do Outeiro foi implantado pode ser observado na figura 23, a partir de uma vista aérea desse espaço. Nesta, verifica-se a extensão de terra que abrigava a instituição no início do século XX, a localização do prédio em que ela funcionou, a área em frente ao estabelecimento, bem como o detalhe do Rio Maguary, que separava a Ilha de Outeiro e a Vila Pinheiro (Icoaraci), servindo de meio para o acesso e a saída de pessoas e para o transporte de materiais para o instituto.

Figura 23 - Vista aérea do terreno onde funcionou o Instituto Orfanológico do Outeiro



Fonte: Google Earth (2016)

Historicamente, a ilha de Outeiro foi uma região de destaque nas políticas de imigração de estrangeiros para a Província do Pará, no século XIX. Os imigrantes vieram para promover o desenvolvimento das atividades agrícolas, já que “faltavam braços para o cultivo da terra e o progresso da agricultura” (CRUZ, 1955, p. 17), uma vez que a mão-de-obra nacional era concebida como desqualificada em detrimento a europeia. Para tanto, a concessão de facilidades e intensas propagandas foram realizadas enquanto atrativos em países europeus.

Antes das ações de colonização, de acordo com Muniz (1916), Outeiro era habitada por uma pequena população, constituída por pescadores e nativos que residiam em casas construídas de taipa; utilizavam técnicas e instrumentos agrícolas rudimentares como o corte do mato, a queimada, o arado, a tração animal, desenvolvendo uma agricultura de subsistência, assim como recorriam à caça e à pesca para sobreviverem.

Em 1893, foi criada a Colônia de Outeiro ou Núcleo Modelo de Colonização, na gestão do governador Paes de Carvalho, no atual bairro de São João de Outeiro. Era considerado um dos mais vantajosos em relação aos demais, pois se situava próximo a capital Belém, tinha uma considerável extensão de terra e cobertura vegetal exuberante, o que sinalizava a possibilidade de apresentar solo fértil, por tais condições, foi uma das primeiras a serem ocupadas. Conforme Emmi (2013), no ano de 1900, havia na colônia 7 famílias de espanhóis com 25 pessoas; 1 família portuguesa com 5 pessoas; 1 família italiana com 7 pessoas e 2 famílias brasileiras com 10 pessoas.

O governo do estado, segundo Cruz (1955, p. 115), fez algumas alterações para um melhor funcionamento do Núcleo, mandou abrir uma estrada que ia da Hospedaria à “costa de Caratateua, na baía de Santo Antônio, dando livre circulação aos ventos do Marajó” [...] E mais duas estradas transversais foram construídas, dividindo a área [...] em três seções. A primeira compreendia as terras para os lotes e situadas à margem do rio; a segunda com área para 12 lotes onde seria fundada mais tarde um núcleo modelo; e a terceira destinada a uma vila balnear.

Para Silva (1995, p. 124), o Núcleo Modelo de Colonização de Outeiro teve o objetivo inicial de [...] hospedar imigrantes para trabalhar nas colônias e também higienizá-los, isto é, os colonos imigrantes antes de se dirigirem para as colônias as quais se destinavam, passavam ali um período de quarentena. Era uma maneira de higienizá-los contra possíveis doenças trazidas de seus países, caracterizando-se como uma tentativa de se resolver um dos principais problemas que dificultavam o êxito dos projetos de colonização: as epidemias trazidas pelos estrangeiros.

O fato dessa região ter hospedado os imigrantes para higienizá-los, antes de serem direcionados para outros núcleos, contribui para reforçar o pensamento de que não foi aleatória a escolha de Outeiro para o funcionamento do Instituto Orfanológico, uma vez que ao servir de local para quarentena significava dizer que a ilha possuía condições favoráveis que permitiam que os imigrantes se prevenissem ou se tratassem de enfermidades, que poderiam ser curadas com a interferência do clima e geografia salubre de Outeiro, ao mesmo tempo que por se situar fora dos grandes centros populacionais, evitaria possíveis transmissões de doenças.

A localização da hospedaria não fugiu à regra de tantas outras hospedarias edificadas em cidades no litoral do Brasil, que tinha no seu local de construção um aspecto estratégico. No caso particular de Outeiro, como característica da época de sua implantação e da região amazônica, o único transporte utilizado para se chegar ou sair da porção insular era o que se fazia por via aquática, já que não havia uma ponte que unisse a ilha a Belém, condição que facilitava o controle pelas autoridades estaduais do acesso e, principalmente, a saída das embarcações (CARVALHO, 2014).

O afastamento de crianças, em especial as de origem pobre dos grandes centros urbanos, é uma ação que se fez bastante presente ao longo da história da infância. A acentuação da política de afastamento e isolamentos dos internatos das localidades mais populosas das cidades foi fruto de discursos ideológicos produzidos pelos médicos higienistas, como uma tentativa do controle de doenças. Em outra perspectiva, segregar a criança das classes menos favorecidas economicamente foi uma iniciativa intensificada a partir da difusão dos discursos republicanos, que intencionavam, orientados por conhecimentos de cunho médico e jurídico, normatizar a vida em sociedade. Portanto, retirar meninos e meninas das convivências dos “bons” se tornava uma necessidade, haja vista que as crianças pobres eram categorizadas como criminosos em potencial, os quais deveriam ser regenerados, para assim, retornarem enquanto cidadãos civilizados.

O Núcleo Modelo de Colonização, em Outeiro, apresentava, de acordo com Silva (1995), certas fragilidades que contribuíram para o seu insucesso, como o período de tutela de dois anos sobre os colonos por parte da Inspetoria de Terras, o que fazia com que estes dependessem de alimentos e adiantamento em dinheiro por parte do governo, bem como a má distribuição dos lotes, a falta de organização, a demora na distribuição das terras e escassez de recursos, a baixa fertilidade do solo e as condições climáticas inadequadas para certos tipos de plantios, o que promoveu um considerável abandono de imigrantes da colônia.

Os imigrantes eram acusados de desenvolver um extrativismo desenfreado e uma agricultura predatória, degradando as áreas que ocupavam, revelando pouco trato com as atividades agrícolas. O governador Augusto Montenegro, por conta desse insucesso, mandou emancipar definitivamente em 1902 as colônias, após tentativas de evitar o despovoamento dos Núcleos, suspendendo a imigração, admitindo e fornecendo lotes gratuitos apenas para as famílias nacionais. Outeiro, portanto, no contexto de implantação do Orfanológico se caracterizava como uma região afastada da capital de Belém, cujo acesso se dava somente por via fluvial, e, predominantemente, ocupada por pequenos produtores e que ainda estava em processo de expansão populacional.

Na Colônia de Outeiro, em um segundo momento do seu processo de ocupação, foi projetado um núcleo de produção denominado de “burgo agrícola¹⁹”, com 12 famílias que foram assentadas com o intuito de cultivar a terra. Para tanto, receberiam sementes para o plantio, tendo a produção comercializada na capital Belém. Além disso, no Núcleo previa-se a implantação de uma escola agrícola profissionalizante, o que só vai ser realizado, por motivos outros, em 1921, com a criação do Patronato Agrícola Manoel Barata, evidenciando que tal projeto já era um desejo antes mesmo de ser implantado o internato para os meninos desvalidos.

3.3. Antônio Lemos e Augusto Montenegro: os protetores dos desvalidos

A criação do Instituto foi tratada como um enorme feito destinado à educação e ao aparato da infância, sendo de fundamental relevância social, com o discurso de que “Orfanológico seria o local onde os desprotegidos iriam encontrar abrigo carinhoso que não puderam receber do seio materno” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01.08.1906, p. 1). E o governador Augusto Montenegro e o Intendente da capital paraense, Antônio Lemos, foram os grandes nomes que tiveram a missão de realizar esse empreendimento. O primeiro responsável pela criação da lei; e o segundo pelo decreto de fundação do instituto.

Os dois políticos eram comumente elogiados e alvo de gratidão nos impressos oficiais da Instrução Pública do Pará, bem como nas páginas do jornal “A Província do Pará”, pelos motivos particulares, políticos e ideológicos já apresentados. São tratados como gestores que guiavam com bastante esforço os rumos do estado, e celebrados como verdadeiros mártires da assistência à infância pobre: Nas palavras do referido jornal, o Instituto Orfanológico, concebido por ambos foi:

Mais um importante melhoramento que vem dotar o estado do Pará de um estabelecimento de primeira ordem acaba de ser introduzido, atestando ainda uma vez o patriotismo ilimitado dos eminentes administradores, a quem, em bôa hora, fôra confiado os destinos do Estado e do Município. Destino à educação e ao amparo da infância, o Orfanológico é uma instituição que por si só bastaria para atestar eloquentemente o ilimitado devotamento que a esta terra consagram os srs. dr. Augusto Montenegro, governador do Estado, e senador Antônio Lemos, Intendente de Belém (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01.08.1906, p. 1).

¹⁹ Os burgos agrícolas foram definidos como estabelecimentos industriais de agricultura que objetivavam facilitar e auxiliar a criação e o desenvolvimento das mesmas, ligados à propriedade central em que os maquinismos eram aperfeiçoados permitindo assim aos agricultores o beneficiamento e a facilidade de colocar os seus produtos mediante a contrato de parceria e os preços das tabelas aprovados pelo governo (CRUZ, 1973, p. 13).

Antônio José de Lemos nasceu em 17 de dezembro de 1843, em São Luís do Maranhão. Filho de um capitão-mor da antiga milícia, também chamado Antônio José de Lemos, com Olivia de Souza Lemos. Coursou Humanidades no Liceu Maranhens tendo a oportunidade e o privilégio de ter contato com jornalistas, filósofos e escritores que compunham um cenário de importantes pensadores maranhenses em um contexto em que São Luís era denominada de “Athenas do Brasil”, em virtude do próspero período de efervescência literária (SARGES, 1998).

Figura 24 - Antônio Lemos



Fonte: Mattoso (1907)

A inserção de Antônio Lemos na vida política se iniciou a partir da amizade com José Joaquim de Assis, um dos chefes do Partido Liberal do Pará, expressivo fazendeiro e latifundiário do município de Chaves, na Ilha do Marajó, e diretor do impresso “O Pelicano”, do qual Lemos foi convidado a compor o corpo de redatores. Neste jornal, ganhou evidência mostrando sua face polemista defendendo a causa maçônica e ao rebater os princípios da Igreja Católica.

O ano de 1885 é considerado, por Sarges (2002), como o início do percurso de Antonio Lemos na gestão pública, quando este se encontrava sem nenhuma função política, o Partido Liberal resolveu elegê-lo deputado provincial pelo 1º e 5º distrito. O Partido Conservador, liderado pelo cônego Siqueira Mendes, já neste momento considerou Lemos como uma grande

ameaça oposicionista, pois era tido como um homem formidável e de consideráveis características para a vida política.

A fundação do jornal “A Província do Pará”, em 1876, é um marco importante na trajetória de Lemos, o periódico começou aproveitando a maquinaria pertencente ao impresso “O Pelicano”. Tinha como diretor Joaquim José de Assis, sendo Lemos o gerente. Após o falecimento do Dr. Assis, passa a ser seu único proprietário. Segundo Rocque (1996, p.57), pode se dizer que a história do crescimento do “A Província” foi também a mesma história do crescimento de Lemos, pois “quanto mais o jornal se impunha à população, às hostes políticas, mais Lemos igualmente se impunha.”

Em 1889, no raiar da República, já era vereador e presidente da Câmara Municipal com reconhecida atuação. E com o passar dos anos a força política de Lemos aumentava cada vez mais, sendo eleito por duas vezes senador do estado e por cinco intendente do município de Belém, assim como acumulou o cargo de Coronel Comandante da Guarda Nacional (SARGES, 2002).

Ao ganhar seu espaço no cenário político paraense, Lauro Sodré, que já havia rompido com o Partido Liberal, passa a ser o principal opositor político de Lemos, já intendente no seu primeiro mandato. Essas duas figuras políticas começaram a travar ferrenhas disputas que movimentavam Belém, dividindo a população em dois polos: os simpatizantes de Lemos, denominados de “Lemistas”; e os seguidores de Lauro Sodré, denominados de “Lauristas”. Os entraves entre os lados foram repleto de brigas, insultos e acusações que marcaram a história política do estado do Pará.

Antônio Lemos, na condição de intendente, realizou várias obras e tomou significativas medidas para modernizar a capital paraense na tentativa de imprimir ares de cidade europeia, financiadas pelos lucros da economia da borracha. A adoção de uma política saneadora e preventiva foi um dos motes de sua gestão, que intencionava zelar pelo “bem-estar social” da população, bem como cuidar de certos aspectos da vida urbana, como saneamento, saúde pública, estética da paisagem, entre outros, para que, assim, “não fossem prejudicados pelos maus hábitos de uma população indisciplinada e fétida (SARGES, 2010, p. 160). Fato que era considerado prejudicial para uma cidade que vislumbrava ser uma “Paris na América”.

Na compreensão de Sarges (2010), a necessidade de Lemos em manter a cidade limpa e em ordem, utilizando a estratégia de ordenação dos bons costumes e de uma moral educadora, pode ser entendida como uma forma de ordenar e controlar a população. Para tanto, o intendente promoveu medidas de fiscalização a serem realizadas por agentes fiscais municipais, que

podiam agir em ambientes particulares e comerciais, assim como formou a Polícia Municipal, para controle e vigilância dos maus hábitos e da indisciplina.

O intendente era um amante da magnificência, o que se estendia para além do campo urbanístico, pois nas suas comemorações e nas suas atividades cotidianas, ele estava cercado por pessoas de destaque na sociedade, obras de arte e objetos de valor, sendo bastante afeito a homenagens para a sua pessoa. “Lemos adorava isso. Era, acima de tudo, um narcisista” (ROCQUE, 1996, p. 39). Este traço de sua personalidade se tornou alvo de críticas por parte de seus opositoristas, que consideravam a suntuosidade e o luxo das obras por ele concebidas, verdadeiro desperdício e estratégia de propaganda de sua gestão.

A carreira política de Lemos tem o seu declínio em 1912, em um contexto em que a crise da borracha refletia na diminuição de recursos, os quais foram indispensáveis para as obras do intendente. Sem a fartura de outrora e com restrições orçamentárias para sua administração, a gestão da capital ficou em dificuldades. Por manobras políticas de seus opositores, Antônio Lemos é deposto, sendo obrigado a renunciar a seus títulos e cargos e a se exilar no Rio de Janeiro. Falece em 1913, tendo seus restos mortais regressados à Belém em 1973 e guardado no Palácio Antônio Lemos, prédio que hoje abriga a Prefeitura Municipal de Belém.

Já o fundador e gestor máximo do estado do Pará, nos primeiros anos de existência do Instituto Orfanológico do Outeiro, Augusto Montenegro, nasceu no dia 26 de junho de 1867 em Belém. Filho de Inácio da Silva Arantes e Thereza Montenegro, fazendo parte de uma família de posse e prestígio à época. Ainda criança, perdeu o pai, sua mãe casou-se com Jonas Montenegro, do qual adotou o sobrenome e por quem nutria muita estima. Fez o curso primário na capital paraense, mas em 1875, partiu para Recife, onde se internou no colégio Dous de Dezembro, dirigido pelo Dr. Raymundo Honório da Silva, que muito contribuiu com seus processos docentes para o desenvolvimento imediato da inteligência inquieta, que aquele possuía desde pequeno (MATTOSO, 1907).

Figura 25 - Augusto Montenegro

Fonte: Mattoso (1907)

Foi diplomata, carreira que largou para ingressar na vida política, por ocasião de exercer o cargo de deputado federal pelo Pará em 1893, em substituição a José Ferreira Cantão, que falecera, recebendo indicação do Partido Republicano. Especulou-se que a lembrança do jovem diplomata partiu de Antônio Lemos, que queria ver brilhar na política o sobrinho predileto do Dr. Assis (ROQUE, 1996). Reelegeu-se em mais duas legislaturas. Atuou com destaque em várias comissões da Câmara, notadamente na de orçamento, da qual foi presidente de 1898 a 1900.

Em um cenário permeado por articulações de cunho político e pessoal, Augusto Montenegro é escolhido candidato ao governo do Pará em 1900, pelo Partido Republicano, com seu nome fortemente apoiado por Antônio Lemos, principal liderança dos republicanos, em detrimento de Justo Chermont, mais cotado para concorrer, o que gerou descontentamentos por parte de muitos correligionários. Montenegro venceu as eleições e assumiu a gestão do estado no dia primeiro de fevereiro de 1901.

Montenegro assumiu o governo defrontando: politicamente, o comando de Antônio Lemos e consequentes implicações partidárias; financeiramente, um crise que exauria o Tesouro agravado de compromissos asoerbadados; e uma oposição de agressividade indômita e virulenta, descendo a retaliações pessoais. E para restabelecer ordem à gestão do Estado, precisaria de ambiente próprio. Com Antônio Lemos assentou de indicar as nomeações, e o Governador decidir efetivar as demissões; critério absoluto fielmente é observado nos 8 anos de Governo Montenegro (BORGES, 1986, p. 237)

Segundo Rocque (1996), havia um aparente perfeito entrosamento entre o governador e o partido. Nessa conjuntura, Lemos ampliou seu domínio, alicerçando solidamente a sua oligarquia, tendo o comando absoluto da política, das nomeações; o apoio de Campos Sales e nada se fez sem o seu “aprovo”. O fiel cumprimento desse acordo político por parte de Montenegro motivou, em Lemos, o desejo de sua continuidade para as próximas eleições governamentais. Havia, porém, na constituição, um dispositivo que vetava qualquer pretensão de continuísmo: o governador não poderia se reeleger, não sendo a constituição empecilho para Lemos que resolveu modificá-la, o que permitiu a reeleição em fevereiro de 1905.

No Relatório da Intendência Municipal de Belém, do ano de 1902, Antônio Lemos discorre acerca da suposta boa relação entre a esfera estadual e municipal, salientando os principais benefícios e avanços dessa parceria:

D'esta cordialidade de relações entre o Estado e o Município resultaram os melhores efeitos para a população, e eu me apresso em significar, com os meus agradecimentos, os de todos os munícipes aos dois eminentes patriotas. De seu eficaz concurso ao lado da Intendência pôde se dizer que decorreram inestimáveis benefícios á saúde pública, á hygiene, ao bem-estar material e moral dos cidadãos, porque abortariam em grande parte os esforço do poder executivo municipal, se não o auxiliasse tão assídua e proficuamente o governo do Estado (PARÁ. RELATÓRIO MUNICPAL, 1902, p. 36)

É importante salientar que no decorrer dos anos o governador foi se cansando do domínio de Lemos, apesar de ser a suprema figura constitucional do Estado. O rompimento veio em decorrência da escolha do sucessor de Antônio Montenegro, João Coelho, que não era o preferido do intendente, mas foi escolhido por ser mais ajustado politicamente (BORGES, 1986) e por ser capaz de enfrentar Lemos (ROCQUE, 1996).

O governo de Augusto Montenegro foi considerado até então o mais profícuo, o mais realizador de todos que o antecederam e isto se pode perceber, ao se fazer um geral balanço do que foram seus dois períodos governamentais (ROQUE, 1996). Suas principais metas foram colonização, higiene pública, a estrada de ferro de Bragança, instrução pública, melhoramentos no interior de que tanto carecia; estabelecimento de crédito público sobre sólidas bases e exploração de vasto território.

Segundo Borges (1986), Montenegro ao longo de sua vida política não era considerado uma figura carismática ao povo, muito menos tinha perfil de quem gostava de bajular e ser bajulado. Deixou o governo, em 1909, esquecido e malsinado, em virtude de ter se submetido a ferrenhas brigas político-partidárias e perseguições dos adversários. Após o fim de seu

mandato, viaja com a mulher e o filho para a Europa, retirando-se definitivamente da política paraense, isolando-se em Lausane, na Suíça, onde faleceu em 31 de julho de 1915. Seus restos mortais vieram para Belém, em sessão solene, em 11 de dezembro de 1967.

Realizada a explanação da biografia de Antônio Lemos e de Augusto Montenegro, volta-se para a representatividade dessas ilustres figuras no contexto do Instituto Orfanológico do Outeiro, considerado um dos principais feitos desses políticos no âmbito educacional. Pelo relevante serviço prestado à infância do estado, ao criarem esse orfanato, foram alvo de muitas homenagens e agradecimentos no cotidiano dessa instituição, tendo inclusive a fotografia dos ilustres políticos em local de destaque no prédio do instituto, servindo para simbolizar e deixar em evidência a devoção aos responsáveis pelo caridoso projeto, o que pode ser ilustrado no seguinte fragmento:

Na sala central do Instituto ostentava-se os retratos dos srs. dr governador do Estado e do Intendente Lemos e o estandarte do instituto, confeccionado de seda encarnada e branca, estylo da bandeira do Estado. No alto, em um livro aberto lia-se: <<Lei n. 850 de 6 de outubro de 1903, e em outra página – decreto n. 1.320, de 14 de julho de 1904>> (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20.12.1907, p. 1).

Em uma das visitas realizadas por Augusto Montenegro e sua comitiva, composta por secretários do estado, para inspecionar as obras da Vila de Pinheiro e redondezas, bem como acompanhar o estado dos espaços e a dinâmica de funcionamento do Instituto do Outeiro, o educando, denominado Edgar Ferreira, proferiu um discurso que expressava a relevância de tais personalidades para a instituição:

<< Exm. Sr. Dr. Governador do Estado. – A vossa visita honrosa a esta casa é motivo de justo contentamento. Com Allá recebemos a firme garantia de protecção benéfica e humanitária com que nos cercaes, a nós os vossos filhos espirituais; sob o bemfazejo da vossa generosidade e de vossos acrysolados sentimentos de caridade, aqui vivemos tão bem amparados, e felizes, quanto satisfeitos e reconhecidos. Ao nosso eminente e querido protector, pois, os nossos cumprimentos e a nossa gratidão. Viva o exm. Sr. Senador Antonio Lemos! Viva o exm. Sr. Dr. Augusto Montenegro!>> (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 23.04.1907, p. 1-2).

O dialogismo bakhtiniano pode ser evidenciado no feito pelo menino Edgard Ferreira, que na condição de enunciador busca estabelecer um diálogo com os “Outros”: o governador Augusto Montenegro, bem como aos leitores do referido impresso, já que a seleção desse fragmento na notícia não é aleatória, mas sim busca, pela fala do educando, enaltecer as ações

do governante. Tal interação discursiva intenciona salientar o sentimento de gratidão ao gestor, por meio de palavras, que exprimem o próprio modo de conceber a ação do político em questão, posto que a palavra não é individual e sim coletiva (BAKHTIN, 1997).

O discurso ideológico da caridade cristã, tão enfatizado para justificar a criação do Instituto Orfanológico, fica também ressaltado neste pronunciamento feito pelo aluno, ao pontuar que no estabelecimento os meninos órfãos e desvalidos são protegidos de maneira benéfica e humanitária na formação dispensada a eles, tidos como irmãos espirituais do governador, trazendo o sentido de amor ao próximo e de que todos são irmãos do ponto de vista espiritual. O educando salienta, ainda, que os alunos vivem bem amparados, satisfeitos e felizes no Orfanológico, o que somente se tornou possível graças à generosidade do “querido protector”, Augusto Montenegro.

A caridade cristã fundamentou o discurso de proteção e amparo à infância pobre desde suas primeiras formas de atendimento, em que o estímulo à ajuda dos mais necessitados foi o mote para o incentivo de doações e esmolas, o que era motivado pelo princípio religioso de que se o sujeito contribuía ajudando os que precisam de auxílio pela condição de vida desprivilegiada de bens materiais se estaria também fazendo algo à Deus, e, por conseguinte, receberia, no futuro, retorno pela boa ação (MARCÍLIO, 2006).

As datas pátrias, festas para comemorar a criação do instituto, assim como o aniversário natalício e de posse destas personalidades eram bastante festejados de maneira solene pelos educandos e funcionários do instituto. A comemoração do aniversário de Antônio Lemos, no instituto, foi noticiada no jornal “A Província do Pará”, do qual Lemos também era redator chefe, ilustrando toda a rotina diferenciada em decorrência da especial data para o estabelecimento:

Não passou despercebido no instituto Orfanologico, no Outeiro, o aniversario do nosso Redactor-chefe. A's 5 horas da manhã, ao meio-dia e á tarde subiram ao ar incontáveis foguetes, estrugindo salvas de morteiros. Os edificios occupados pelo estabelecimento receberam singella mas artisitica decoração externa, pannejando á fachadado principal o pavilhão nacional. Tanto a lancha Prata como o bote que serve para o transporte do pessoal do instituto, achavam-se embandeirado em arco. Os alumnos trajaram o 1º uniforme durante o dia, sendo melhorada a refeição. A's 10 horas da manhã uma commissão composta das pessoas que já enumeramos em outra secção foi à residência do s. exc. levar os cumprimentos dos funcçionários do instituto, offertando-lhe custoso e artístico mimo (A PROVINCIA DO PARÁ, 02.07.1907, p. 2).

Outro exemplo que mostra a presença e representatividade que tais políticos assumiam no contexto do Instituto Orfanológico é a notícia da comemoração do aniversário de posse de Augusto Montenegro, nas dependências da instituição:

O director e os demais funcionários d'este estabelecimento solenniando o 6º aniversário da posse do dr. Montenegro, fizeram decorar bellamente o salão de honra do instituto, onde se acha installado o retrato do s. exc. N'outros compartimentos do edifício destacava-se também ornamentação festiva. Pela manhã, reuniram todos os educandos e, após uma allocução do director, enaltecendo o governo patriótico do s. exc, foram concedidas férias aos alunos durante o dia. Ao alvorejar, ao meio dia e às 6 horas da tarde, queimaram-se compactas girândolas e salvas de 21 tiros (A PROVINCIA DO PARÁ, 02.07.1907, p. 2).

O apreço e as homenagens dispensadas às referidas autoridades não ficavam somente restritas ao espaço do instituto. Em algumas ocasiões, uma comitiva vinha à capital, direto do Orfanológico, para celebrar determinada data ou importante acontecimento. A notícia a seguir mostra as homenagens e rotina do Orfanológico no dia do aniversário de nascimento de Antônio Lemos, assim como informa que um grupo composto por funcionários e educandos se organizou para comemorar, em respeito e gratidão, o aniversário do político em Belém:

O dr. Manoel Manços da Silva Villaça, director do instituto Orfanológico do Outeiro, leva a effeito alli festas em comemoração à grande data de hoje. A ponte, avenidas, edifício e lancha do instituto amanheceram embandeiradas e ostentando artística ornamentação, ao mesmo tempo em que bastas girândolas brilharão no espaço ás 5 horas ao meio dia e ás 6 horas da tarde. Os educandos terão as refeições melhoradas, sendo alli feriado o dia. O director, acompanhado de parte o pessoal administrativo e os alumnos Emilio de Freitas, 77. Raymundo Alavandre Jonhnston, 11. Tobias de Mello, 32, e Theobaldo de Araujo Rego, 109, virá a elem cumprimentar o senador Antonio Lemos e entregar-lhe o presente que s.s. e seus auxiliares destinaram a s. exc. O retrato do Senador Lemos, que se ostenta no Salão nobre do Instituto desde de hontem desapareceu entre flores naturaes, como attestado da gratidão dos desprotegidos educandos ao seu amigo e bem feitor, auctor do projeto de lei que creou o instituto, onde, sob a protecção do benemérito governo do Estado, recebem o sustento e a educação (A PROVÍNCIA DO PARÁ, (17.12.1907, p.1).

Dias depois, este mesmo impresso noticiou os vários presentes ofertados a Antônio Lemos, entre os quais se encontrava a descrição do que foi oferecido pelo instituto, o que na compreensão de Sarges (2002, p. 45), simbolizava apreço, devoção e, sobretudo, agrado ao referido político, uma vez que “mandar presente a, Lemos, no dia do seu aniversário, constituía uma das melhores maneiras de agradá-lo.”

Uma estatueta de bronze, medindo 50 centímetros de altura, representando a figura lendária de Margarida, despetalando indolentemente a flôr de sua predileção, iluminam a estatua três lâmpadas incandescentes coloridas, emprestando-lhe, assim, esplêndida perspectiva, pelo Sr. Manços Villaça, director do Instituto Orfanológico do Outeiro (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 23.12.1907, p.1).

Nessa data, conforme Sarges (2002), o ilustre aniversariante de 17 de dezembro costumava fazer dessa data uma verdadeira celebração. Acredita-se que possivelmente, por trás dos festejos, estavam os amigos e admiradores que sabiam muito bem explorar a vontade do intendente. Nas palavras desta estudiosa da vida e ações do “velho intendente”:

A data de aniversário de Antônio Lemos já fazia parte do calendário da intendência, assumindo ares de comemoração cívica; os festejos eram quase sempre comparados com “as pompas das festas cívicas de Athenas”, numa alusão à importância e à reverência aos símbolos de caráter patriótico, dando uma dimensão olímpica à figura do intendente. O próprio Lemos assim pensava (SARGES, 2002, p. 73).

O processo de transição do governo de Montenegro para o governo de João Coelho também foi presente no Instituto Orfanológico, em virtude da última visita realizada neste estabelecimento pelo governador, que após inspecionar os espaços e serviços da instituição. O ainda governador foi saudado pelo diretor Manoel Manços Villaça, que agradecido pelo importante feito direcionado às crianças pobres e órfãs, bem como reconhecia que este tinha sido o principal responsável pelo Orfanológico. Nesta mesma ocasião, o governador disse sentir saudoso e que nutria esperanças de que o futuro gestor João Coelho fosse a grande sustentação desse estabelecimento dos órfãos:

Reunidos dos os funcionários do Instituto e educandos, no vasto salão central do edificio tomou a palavra o dr. Villaça, para agradecer ao chefe do Estado, em sua última visita ao estabelecimento, a protecção que sempre dispensou aos órfãos recolhidos àquella casa de educação. O sr Governador respondeu espondeu ao dr Villaça, n’um bello improviso, dizendo que, se ao ir pela ultima vez n’aquella casa de instrucção, na qualidade de chefe de Estado, se sentira deverás saudoso, todavia tinha a doce esperança que o sr. Dr . João Coelho , durante todo o seu governo, seria o mais forte sustentáculo d’aquelle asylo de órfãos. Palmas estrepitosas coroaram as ultimas palavras do sr. Dr. Montenegro Falou em seguida o o sr. Dr . João Coelho, para agradecer ao sr. Governador as expressões benévolas que tivera a seu respeito (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 06.11.1908, p. 1).

Convém pontuar que a maneira como Antônio Lemos e Augusto Montenegro eram tratados no contexto geral da instituição, a partir de notícias e de alguns documentos oficiais do Orfanológico, revelam discursos repletos por vozes (BAKHTIN, 2004) que intencionavam evidenciar o compromisso, a responsabilidade e a qualidade das ações destes políticos para com o estado do Pará, o que servia, de certo modo, como uma verdadeira propaganda político-partidária a fim de divulgar para a sociedade paraense as obras e iniciativas implementadas por esses gestores. Nos anos posteriores, a vida, a rotina, as ações e acontecimentos no instituto continuaram a serem noticiadas, mas não com a mesma intensidade e destaque dos primeiros anos de sua fundação.

Seção IV
Espaço, Estrutura e Organização do Orfanológico



Instituto Orfanológico do Outeiro. Álbum do Pará (1908)

O Instituto Orfanológico do Outeiro, por ser um estabelecimento criado com a intenção de assistir meninos em regime de internato, pode ser considerado uma “instituição total”, que para Goffman (1974), é aquela que o seu cotidiano é marcada pelo “fechamento”, imposto por barreiras entre os internos e o mundo exterior. Tal autor classifica as instituições totais em: espaços (casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes) criados para abrigar incapazes, modelo no qual o Orfanológico se enquadra; estabelecimentos para cuidar de pessoas, que eram consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e também tidas como ameaça para a comunidade (sanatórios, hospícios, leprosários); locais organizados para proteger a comunidade contra perigos intencionais e o bem estar dos isolados (cadeias, penitenciárias e campos de concentração); as instituições idealizadas a fim de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho (quarteis e navios); e estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo (abadias, mosteiros e convênios).

Entender a organização, a estrutura e o acesso de uma instituição total consiste em uma tarefa de inegável importância, tendo em vista que isto permite identificar traços das ações, práticas, valores e saberes produzidos e veiculados no cotidiano de uma instituição. Além disso, é relevante atentar para a configuração arquitetônica desses espaços, uma vez que representa muitos aspectos da vida e das intenções formativas dentro desses contextos, pois a arquitetura, neste caso a de um internato, não é algo ordinário e aleatório, muito pelo contrário, ela age sobre aqueles, que abriga, modelando o indivíduo a viver sob rédeas disciplinares (FOUCAULT, 1987).

Nessa perspectiva, esta seção intenciona analisar aspectos da arquitetura do Instituto Orfanológico do Outeiro, tomando como foco os principais espaços deste estabelecimento, destacando as características e finalidade de cada um deles; busca, ainda, apresentar a organização do corpo de funcionários da instituição, explicitando a classificação, relevância e papel dos empregados na dinâmica de funcionamento do Orfanológico; por fim, objetiva evidenciar a forma de acesso à instituição e os critérios para os interessados em internarem meninos no internato, as condições para que estes se mantivessem inseridos no quadro de alunos da instituição, assim como os condicionantes que poderiam promover o desligamento dos educandos do instituto.

4.1. Espaços do Orfanológico: instalações para formar meninos

A arquitetura de uma instituição, entendida enquanto expressão humana, não pode ser pensada como uma elaboração arbitrária, mas sim como uma linguagem orgânica aos valores e potencialidades de uma determinada sociedade (NOSELLA; BUFFA, 1996). Neste sentido, os espaços reformados, projetados e construídos nas dependências do Instituto Orfanológico foram concebidos para atender as necessidades de uma dada época e a um determinado projeto formativo dos meninos que ali deveriam ser internados, uma vez que, como salientou Viñao Frago (2001), o espaço nunca pode ser considerado como algo neutro, pois ele forma, educa.

O Instituto Orfanológico, após o processo de reforma e adaptação da antiga hospedaria de imigrantes do Outeiro, na tentativa de adequar-se ao funcionamento do internato que visava abrigar meninos na faixa etária de cinco a oito anos de idade, foi descrito pelos jornais, impressos educacionais e de divulgação do governo, como uma instituição que apresentava estrutura excelente, construída com materiais do mais alto requinte e qualidade. Caracterizando-se, ainda, como um estabelecimento cujas instalações de todos os espaços eram “arejadas e espaçosas, nas quaes houve especial cuidado em observar os preceitos da mais rigorosa hygiene (PARÁ, 1908, p. 283).

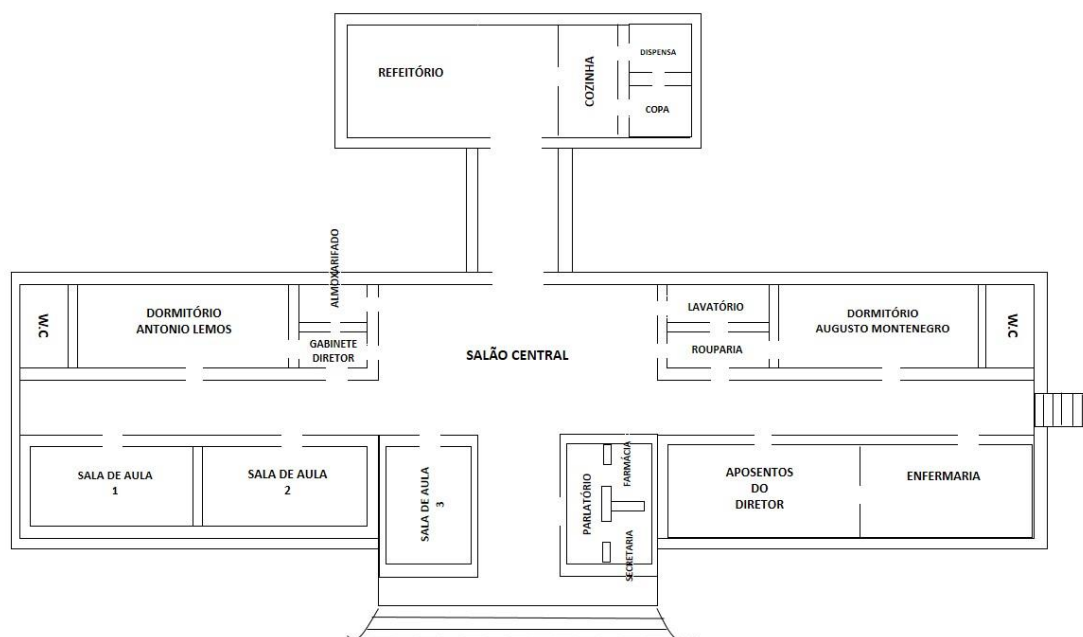
Os aspectos estruturais e higiênicos dos espaços pertencentes ao Orfanológico, ressaltados nos enunciados discursivos acima, dialogavam com os discursos ideológicos produzidos pelos médicos-higienistas, nos finais do século XIX e início do XX, que pautavam a construção de prédios escolares, objetivando fornecer condições para que os educandos pudessem se desenvolver físico e intelectualmente. Com base nesses discursos, os ambientes tinham que ser projetados, primando por cômodos salubres, iluminados, ventilados e mobiliados de maneira adequada. Costa (1983, p. 182), ao tratar das características relevantes para as instalações de um internato, diz que:

A construção de prédios em locais refratários a umidade e afastados das habitações privadas, para evitar o contágio com possíveis “focos de infecção”. O sitio deveria ser seco, arborizado e próximo de águas correntes. No interior, as salas de estudos deveriam guardar uma proporção saudável com relação ao número de alunos, proporção esta que também deveria existir na relação entre tamanho dos dormitórios e leitos. A aeração e a iluminação deveriam ser, igualmente, bem medidas. Recomendava-se ainda que os colégios tivessem uma enfermaria e que e que mantivessem o mais perfeito anseio nos banheiros, cozinhas, privadas, etc. os bancos das salas de aula, bem como os leitos onde dormiam os internos, deveriam também ser fabricados de modo a não incentivarem a moleza e a preguiça, nem tampouco o desconforto físico.

O conjunto das instalações que compunha o Orfanológico, dividia-se em dependências internas e externas. A parte interna, prédio principal, figura 26, apresentava, no corpo central, um salão amplo onde se realizavam muitas cerimônias e sessões solenes. Ao entorno deste se localizava o gabinete do diretor, o almoxarifado, o lavatório, a rouparia, uma das salas de aula, a secretaria, a farmácia e o parlatório. Este último compartimento, muito comum em estabelecimentos conventuais e carcerários, servia para receber os visitantes para conversar, fazendo a ligação entre o meio interno e externo de uma instituição total.

Nos corpos laterais, encontravam-se, do lado direito, um dos dormitórios, o banheiro e as salas de aula 1 e 2; e do esquerdo, um outro dormitório, os aposentos do diretor e a enfermaria. Na parte posterior do prédio, separados por um corredor, localizava-se o refeitório, a copa, a cozinha e a dispensa. Com o passar dos anos, o prédio sofreu algumas modificações para adequar as suas novas necessidades surgidas com o tempo, como por exemplo, a construção de mais uma sala de aula para abrigar a 4ª escola, em decorrência da mudança da legislação do ensino, em 1910, que passou o ensino elementar de três para quatro anos.

Figura 26 - Planta do prédio do Instituto Orfanológico do Outeiro



Fonte: Elaborado pelo autor (2017), a partir de informações de mensagens governamentais, do jornal “A Província do Pará” e fotografias do Álbum do Pará (1908)

A planta do Instituto Orfanológico, em sua construção, tem o predomínio de traços retilíneos e de figuras como retângulos e quadrados, em relação ao curvilíneo ou redondo e em formas em espirais ou elipses. Tais disposições “favorecem a visibilidade e, portanto, o controle

e a vigilância” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 107). O instituto possuía uma escada na porta de entrada e uma no seu lado esquerdo, dando acesso aos aposentos do diretor. Todos os compartimentos tinham ligação entre si por meio de portas para facilitar a fiscalização (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01.07.1906, p. 1).

Verifica-se, ainda, que o gabinete do diretor ficava em local privilegiado, caracterizando-se como o espaço de poder da instituição (WERLE, 2004). Ao situar-se no grande salão central, possuía uma visão privilegiada da entrada e saída das salas de aula e dos dormitórios, bem como do movimento da rouparia, lavanderia, farmácia e secretaria (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13.09.1908, p. 1), o que permitia supervisionar a rotina dos educandos e dos empregados do Instituto Orfanológico, aproximando-se do modelo “Panóptico²⁰”, representativo de uma sociedade disciplinar, que segundo Foucault (1987, p. 88), é marcada pela “vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder – mestre-escola, chefe de oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão.” Outra questão relevante, é o fato dos aposentos do diretor se localizar dentro do prédio da instituição, revelando que a vigilância e controle era constante.

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado — para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modifica-los (FOUCAULT, 1987, p. 197).

Ao entender os aspetos arquitetônicos de um estabelecimento como uma espécie de estratégia para fiscalizar a movimentação de todos os espaços, evidencia-se que este é por si mesmo “um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância” (ESCOLANO, 2001, p. 26). Nas palavras de Foucault (1987), a arquitetura é “como um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (FOUCAULT, 1987, p.144).

O prédio principal, por sua vez, tinha todos os compartimentos de dentro do estabelecimento, assoalhados de Acapú e Pau Amarelo e forrados de marapahuna com rodapé

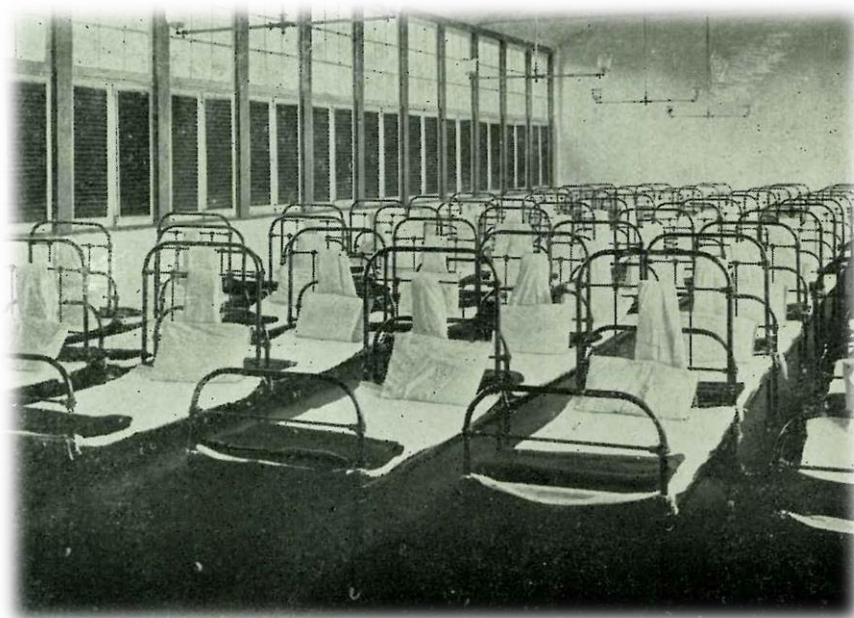
²⁰ O Panóptico, utilizado por Michel Foucault, foi um termo utilizado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham no século VIII, ao tratar em um modelo de arquitetura para as prisões, cuja estrutura central seguia o desenho arquitetônico circular, com a intenção de possibilitar a vigilância e observação dos prisioneiros. Tal modelo serviu como ideia para outras construções como hospitais, internatos, prisões e fabricas.

de Acapú, madeiras nobres da região amazônica. As paredes de dentro eram todas de alvenaria e tijolos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13.09.1908, p. 1).

Os dormitórios do internato, batizados com o nome dos políticos considerados os “bem-feitores” da instituição, Antônio Lemos e Augusto Montenegro, localizavam-se nos corpos laterais do estabelecimento. O dormitório nas instituições de acolhimento às crianças, conforme os médicos higienistas, necessitava de preocupação, pois o repouso e o sono são tidos como de fundamental importância para o crescimento forte e saudável na infância. Dispostos em grandes salões coletivos, com divisões para as diferentes idades, bem arejados e iluminados, os leitos deveriam ser de ferro e sem cortinas para evitar o ar abafado, consistiam em algumas das indicações mais recorrentes pelos médicos (CONCEIÇÃO, 2015).

A figura abaixo apresenta um dos dormitórios da instituição. Nota-se que o ambiente parece de boa iluminação e cercado por janelas, possivelmente para propiciar a ventilação do compartimento e evitar, entre outras coisas, a proliferação de doenças, porém se percebe que as camas parecem estar muito juntas e apertadas, o que pode representar que o espaço talvez não fosse suficiente em comparação ao quantitativo de educandos que deveria comportar.

Figura 27 - Um dos dormitórios do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

Nessa imagem, verifica-se que há certa padronização do espaço, com as camas seguindo um mesmo modelo e disposição alinhada em fileiras, uma do lado das outras, o que contribui para a observação dos educandos de um modo geral, na intenção de facilitar a visualização das

atitudes no momento de dormir e de acordar dos meninos. Os compartimentos de um estabelecimento, disciplinadamente, organizados

[...] criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias (FOUCAULT, 1987, p. 174).

Os dormitórios podem ser considerados como um dos principais espaços de controle e disciplinamento dos alunos, cabendo aos inspetores à tarefa de vigiar comportamentos que fugissem as regras estabelecidas pelo estabelecimento, para o considerado bom andamento das ações neste recinto, como ilustra a portaria n.º 32, de 18 de 1912, que orientava os inspetores e o enfermeiro sobre o funcionamento dos dormitórios e como estes deveriam proceder para evitar atitudes indesejadas dos educandos:

Aos Inspectores dos alumnos e Enfermeiro preciso que devam exercer a máxima vigilância nos dormitórios, não consentindo que os alumnos conversem, façam algazarra e se ergam das camas após o toque de silêncio. O silêncio prestado ao vigilante atinge meia-hora somente depois do silêncio. Das 8 ½ em diante esse serviço será feito pelos Inspectores, nos respectivos dormitórios, e pelo enfermeiro em ambos. As venezianas são fechadas logo após o toque de silêncio e nenhum pretexto determinará a abertura das mesmas antes do amanhecer. Para o fim de evitar novos alarmes no estabelecimento, recomendo aos seus Inspectores e enfermeiro, mas circunspeção e critério nos seus julgamentos, não se deixando levar ou enganar pelas falsas notícias, que muitas vezes como a de hontem à noite, nada mais foi que um péssimo gracejo de menino (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 32, 18.04.1912).

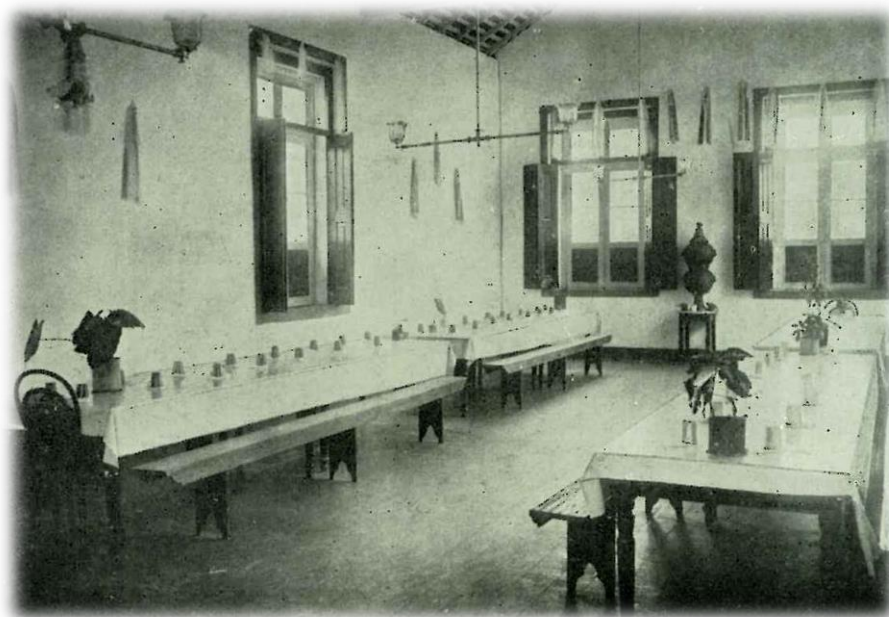
Como retrata a portaria acima, as normas eram muito rígidas, demonstrando que os educandos tinham momentos específicos para poderem fazer algum pedido caso necessário, mas, até as venezianas serem fechadas; depois disso somente poderiam levantar das camas no toque do amanhecer, promovendo o controle comportamental dos meninos, punindo-os quando desacatassem as regras após o toque de silêncio. Neste sentido, tal documento foi produzido a fim de reprimir comportamentos indisciplinados que vinham acontecendo no espaço, como o comportamento dos educandos que fizeram algo diferente da rotina habitual, mas que foi qualificado, nas palavras do diretor, como nada mais o que um “péssimo gracejo de menino”.

A atitude dos meninos pode ser entendida como uma forma de subverter as regras estabelecidas, agindo “contra dispositivos de educação de seus corpos, ludibriando o controle de inspetores” (VAGO, 2007, p. 299). E para evitar as fugas aos padrões, buscava-se sempre fiscalizar para que esse tipo de atitude não viesse a se repetir, verificando-se, com isso, a tentativa de moldar “corpos dóceis”, a partir de um conjunto de práticas que implicava em uma espécie de

[...] coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (FOUCAULT, 1987, p. 133).

O refeitório, figura 28, que se situava na parte posterior, consistia no espaço onde os alunos faziam suas refeições, tinha no entorno a cozinha e a copa, das quais provinha as louças, utensílios, talheres e os alimentos servidos no café da manhã, almoço e jantar, bem como a dispensa que condicionava os gêneros alimentícios. Nas extremidades, ficavam expostos bebedouros que continham água para alunos e os demais empregados do instituto. Era mobiliado por mesas e bancos longos, possibilitando que os educandos sentassem em grupos e uns ao lado um dos outros. Observa-se a presença de espaço entre as mesas, para facilitar a circulação dos encarregados responsáveis por servir as refeições.

Figura 28 - Refeitório do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

O refeitório configurava-se como um espaço formativo que estava relacionado ao momento das refeições, no qual os educandos precisavam estar em ordem e disciplinados. Tarefa que ficava a cargo dos inspetores. Neste espaço, moldavam-se os meninos “a não conversar, brincar, a comer com modos, ingerir toda a porção servida, não desperdiçar os alimentos e ao término do café, almoço e jantar depositar os pratos, talheres e copos empilhados em local determinado da copa” (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 23. 12. 03. 1910). Os enunciados discursivos dessa portaria apontam que neste recinto circulavam discursos ideológicos, que intencionavam incutir nos meninos comportamentos considerados civilizados para serem seguidos, representando a voz discursiva (BAKHTIN, 2004), da elite que defendia o refinamento das atitudes da criança pobre, com o intuito de livrá-la da sua condição de rude.

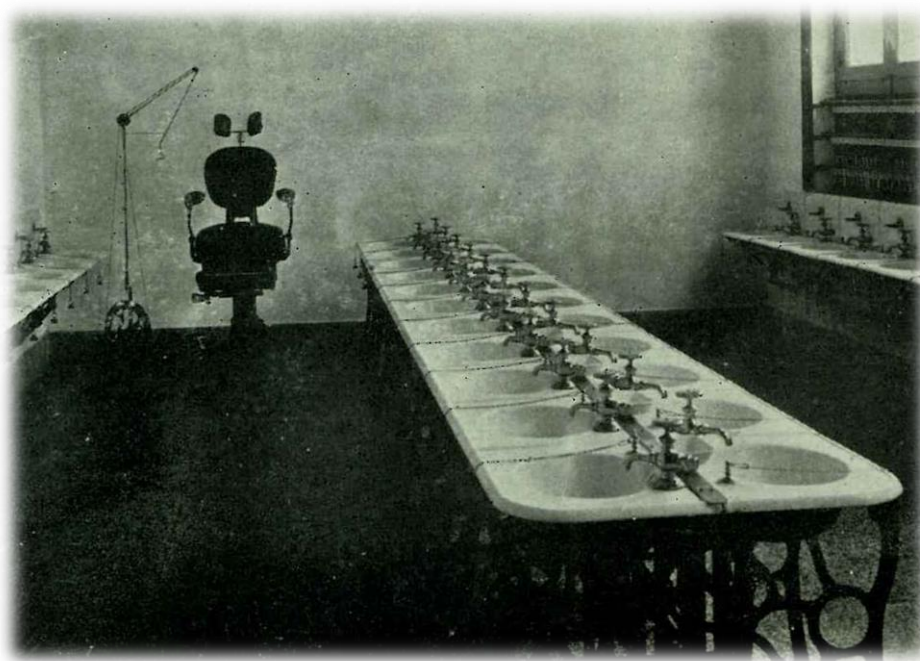
Os espaços do refeitório, da copa e da cozinha, locais onde se serviam e preparavam as refeições, respectivamente, recebiam bastante cuidado no estabelecimento, no que diz respeito à manutenção, utilização, limpeza, manipulação e destino dos alimentos, como ilustra as recomendações feitas pela Sr^a Economa do Instituto Orfanológico, em portaria do dia 04 de julho de 1906, que orienta de modo enfático como os empregados deveriam proceder nestes cômodos para manter as melhores condições de higiene:

Ao entrar hoje na cozinha, a senhora Economa, recomenda-lhe que não consinta que se faça alhi de restos de comida, de cascas de batata, cascas de café, de pelles de carne, de bacalhau e de outra e qualquer carne que possa chamar moscas para o recinto. A limpeza da carne ou do peixe será feita fora da cozinha, no tanque do terreiro que fica por trás da mesma. A cozinha e suas dependências serão lavadas todas a noites depois do jantar, e o fogão pintado uma vez por semana. O departamento do lado direito da mesma será para a lavagem da louça e distribuição da comida e do lado esquerdo para o depósito de gêneros fornecidos para o consumo. E desnecessário dizer que estão expressamente proibida a entrada de pessoas estranhas nos serviços da cozinha Fica proibida a saída das canecas do prédio do Instituto. A senhora Economa diz que se deve passar panos molhados no refeitório duas vezes por semana, nas quintas e nos sábados e mandar varrê-los duas vezes por dia depois das refeições, isto é, às 11h e às 5h da tarde (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA, N. 12, 04.07.1906).

Os lavatórios, figura 29, consistiam em um relevante local para a limpeza e higiene dos educandos, ficava em lugar de destaque, ao lado esquerdo do salão central. Os lavabos, compostos de bacias e torneiras, foram importados dos Estados Unidos e ficavam dispostos em fileiras nas extremidades do espaço, e em mais duas fileiras juntas ao centro. Neste local, os

meninos recebiam cuidado dentário de prevenção e tratamento por parte do cirurgião dentista, que fazia uso de modernos instrumentos para os atendimentos dentários, ao fundo e do lado esquerdo da fotografia, composto por uma cadeira do sistema Wilkerson e um motor dentário marca Doriot. Estes aparelhos que “são de procedência norte-americana, dos afamados fabricantes S.S. White, prestam magnifico serviço e são o que há de melhor no gênero” (PARÁ. MENSAGEM, 1906, p. 72).

Figura 29 - Lavatórios do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

O lavatório tinha importância significativa, pois estava diretamente relacionado às questões de higiene, sendo que nesse espaço os meninos recebiam instruções de como proceder com a higienização da boca, mãos e rosto, inculcando nos educandos princípios de limpeza e cuidados a serem seguidos. E para que isso se concretizasse os funcionários deveriam estar vigilantes no sentido dos educandos assimilarem e colocarem em prática o que lhes foi mandado.

A rouparia, disposta ao lado do lavatório, era o local em que ficavam guardadas as roupas de uso do instituto, funcionava em uma espécie de quarto, como retrata a figura 30, iluminado por janelas de onde incidia a iluminação e a ventilação nas peças para evitar umidade e mofo, logo, para manterem-se em bom estado de conservação e higiene. Em sua composição, verifica-

se a presença de cestos, mesas, bancos ao centro, armários e prateleiras etiquetadas nas paredes, indicando o tipo de roupa ali depositada.

Figura 30 - Rouparia do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

Armazenavam-se, neste compartimento, as roupas de cama, mesa e banho, como também os uniformes utilizados pelos educandos, quase todos os itens eram na cor branca, que simbolizava a ideia de higiene e limpeza tão ressaltada como uma das qualidades do Orfanológico. As peças eram separadas e guardadas após passarem pelos serviços da lavadeira e engomadeira, que prestavam serviço à instituição. Estas tarefas recebiam bastante atenção pela direção do estabelecimento, uma vez que as roupas precisavam estar constantemente limpas e em bom estado, sempre alvas e alinhadas.

O Instituto Orfanológico possuía uma variedade de peças em tecido de um modo geral, mas, possivelmente, alguns itens eram desproporcionais em comparação ao quantitativo de 100 educandos, o que pode ser notado em uma lista apresentada à direção, quadro 2, que descreve o movimento da lavanderia, no que concerne ao tipo e quantidade de peças.

Quadro 2 - Movimento da lavanderia do Instituto Orfanológico

PEÇAS	QUANTIDADE
Fatos de azulão	380
Ditos de linho pardo	157
Ditos pardos velhos	164
Cam isas brancas	66
Camisões	248
Lençóis	276
Ditos velhos	36
Barretos	164
Pares de meias	198
Toalhas de mesa	35
Ditas de rosto	229
Aventaes grandes	12
Ditos pequenos	18
Lenços	179
Cobertores de lã	77
Botinas	94
Guardanapos da copa	13
Ditos de boca	261
Fronhas	38
Capas de azulão (da lancha)	4
Ditas de linho pardo (da lancha)	6

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir de informações da Lista do Instituto Orfanológico. 22.10.1906

O instituto possuía, também, uma sala, na qual funcionava uma farmácia, que servia para armazenar, nas melhores condições possíveis, os compostos e medicamentos, bem como controlar a manipulação e preparo destes, assim como ministrar a medicação prescrita pelo médico aos enfermos. O serviço nela desenvolvido pode ser ilustrado pela solicitação feita pelo cirurgião dentista, para que o diretor autorizasse a farmácia a confeccionar “pós e dentifrícios - para uso diário dos educandos, para a “bôa conservação dos dentes e da hygiene da bocca” (RELATÓRIO DENTISTA. INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1906).

Com função que seguia a mesma finalidade de zelar pela saúde dos educandos, no Orfanológico funcionava uma enfermaria, que ficava responsável pelo tratamento dos educandos doentes. Nesta, funcionava, inclusive, uma ala de isolamento para os enfermos em estado mais grave. Da enfermaria era recorrente a elaboração de boletins, extraído dos livros de controle, relatando as moléstias dos internados e o movimentos dos que existiam, entraram ou saiam, como explicita o quadro 3, no qual se apresenta a relação preparada por Francisco Góes da Costa Rocha – Pharmacêutico do estabelecimento, indicando a variedade de moléstia que

acometiam os meninos em internação como inflamação ocular, dor facial aguda e doenças infecciosas, cutâneas e respiratórias:

Quadro 3 - Movimento da enfermaria do Instituto Orfanológico (1906)

MOLÉSTIAS	EXISTIAM	ENTRARAM	SAHIRAM	OBSERVAÇÕES
SALSUGEM DIFFISA	2	1	1	--
OPHITALMIA AGUDA	3	1	2	
OPHITALMIA MEDIA		2	2	
SYPHATISMO		1	1	
FEBRE BIIADA		1	1	
FAVOS		1		
NEVRAUGIA FACIAL		1	1	
BRONCHITE ASMATHICA		1	1	

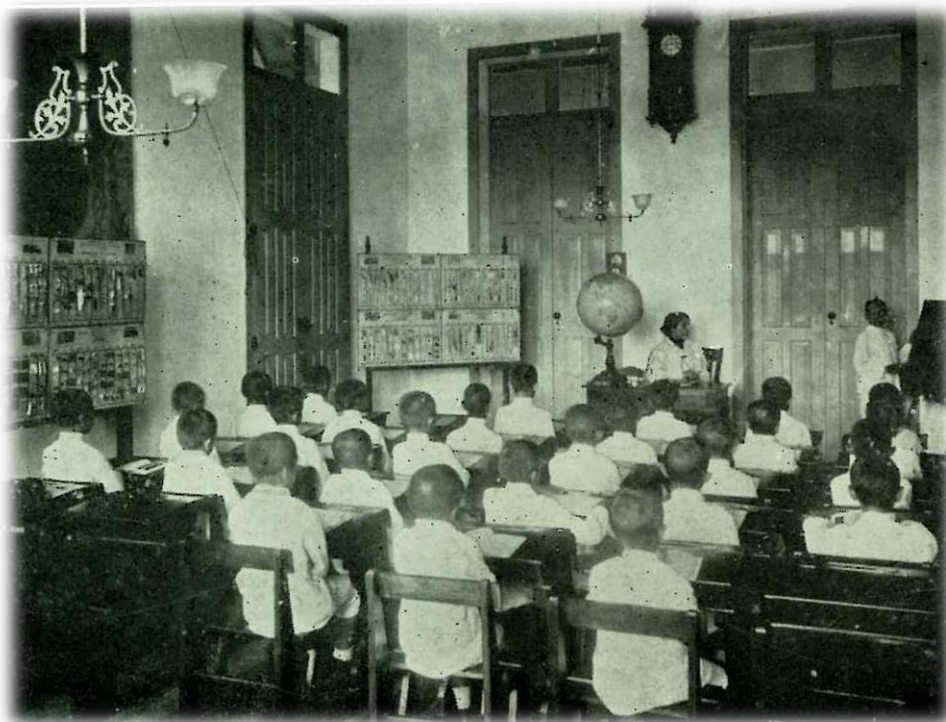
Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir de informações da Lista do Instituto Orfanológico de 05.06.1906.

O movimento da enfermaria aponta que a “Ophthalmia” era a moléstia que mais afetava os educandos internados, a qual consiste em uma inflamação na região ocular, causada por bactéria, que provoca vermelhidão, calor anormal e dor. No século XIX e início XX, afetava pessoas em grandes surtos, a princípio estava associada aos climas áridos, mas com o tempo descobriu-se que o contágio, dentre outras razões, tinha relação com falta de hábitos de higiene, como lavar as mãos (GADELHA, 2007). Em segundo lugar, observa-se que os meninos na enfermaria sofriam de “salsugem diffisa,” doença de pele que causa bolhas e coceira, sendo comum em crianças, cujo contágio se dá por meio de superfícies contaminadas por bactérias e se transmite de uma criança para a outra quando há contato direto (RODRIGUES et al, 2010). A intenção de manter os educandos doentes na enfermaria, portanto, dava-se para fins de tratamento, assim como de medida preventiva para não acometer os alunos sadios.

Para o ensino, o instituto possuía três salas de aula, denominadas de 1ª, 2ª, 3ª “escolas”, que correspondiam aos níveis do ensino elementar ministrado aos educandos, mas a partir de 1910, com a mudança na legislação do ensino, passa a ter a 4ª, pois se aumentou mais um nível do ensino elementar. A figura 31 retrata uma das salas pertencentes à instituição, na qual se destaca a aparente luminosidade do espaço e as grandes portas e janelas que compunham a estrutura da sala. Verifica-se a professora sentada em frente da turma, que está disposta em fileiras, com os alunos ordenadamente sentados, determinando “cada indivíduo no seu lugar; e

em cada lugar, um indivíduo” (FOUCAULT, 1987, p. 169). Observa-se um aluno de pé como se estivesse fazendo uma lição no quadro.

Figura 31 - Sala de aula do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

Nessa fotografia, percebe-se que as carteiras são compostas de mesa e cadeira. Estas, nessa configuração, são destinadas individualmente para cada aluno, tinham a sua adoção relacionada às questões de disciplina e higiene, primando pela busca por adequada acomodação dos educandos para se evitar brincadeiras, distrações, preguiça, prevenir problemas posturais, de visão e a transmissão de doenças, mediante contato físico, por isso, o tipo de material e as medidas norteavam-se pelas indicações dos médicos higienistas. As questões referentes à sexualidade também recebiam atenção, objetivando a preservação moral dos alunos, pois as carteiras deveriam ser pensadas para evitar o contato físico direto entre os alunos (CASTRO, 2009).

O modelo individual das carteiras, como o utilizado no Orfanológico, também pode ser associado às modificações do ensino dos finais do século XIX e do XX, como à difusão do ensino intuitivo ou lição de coisas, que era adotado no próprio instituto, no qual os alunos deveriam ver para aprender, partindo da observação do concreto para a formulação do pensamento abstrato, diferenciando-se do ensino verbalista com base na repetição e

memorização; assim como sinaliza a prática do método simultâneo, em que os educandos eram dirigidos pelo professor, ao invés de monitores, o que denota que a classe se compunha de meninos no mesmo nível de conhecimento (VIDAL, 2009).

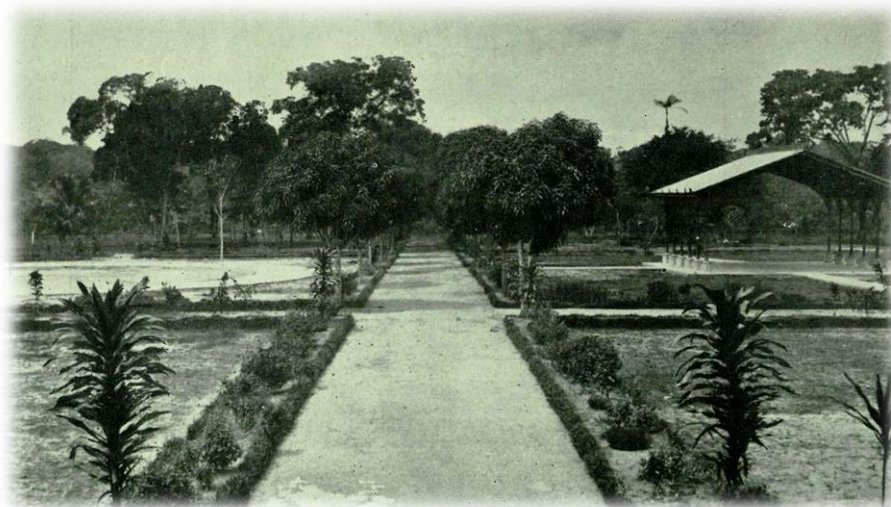
Nessa imagem é possível visualizar, ainda, elementos significativos do fazer pedagógico da sala de aula, como o globo terrestre, lápis e cadernos abertos sobre as carteiras, como se estivessem preparados para a realização das atividades de escrita. Além da presença de quadros parientais na parede, muito utilizados no ensino primário, cuja função era facilitar e dinamizar a aprendizagem dos alunos, que deveriam observar, reconhecer, aprender e nomear os elementos ilustrados nas imagens, que poderiam ser animais e plantas, por exemplo.

Ao centro e acima da mesa da professora, nota-se a presença do relógio, que inserido na sala de aula, se configura como um organizador da vida da comunidade e da vida da infância, demarcando a hora de entrada e saída da escola, o tempo do recreio, bem como os demais momentos da rotina das instituições. Nessa dinâmica, “a ordem temporal se une, assim, à do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens” (ESCOLANO, 2001, p. 44).

A composição dessa fotografia apresenta características muito comuns nesse tipo de registro, intencionando repassar traços “da disciplina, da competência moralizadora e conteudística de seus professores”, tão valorizados enquanto imagem a ser mostrada e difundida nas escolas republicanas. “A aparente concentração dos discentes em si mesmo, disciplinados e ordeiros, indiciava a competência da instituição em sua pedagogia exemplificadora (BARROS, 2005, p. 122).

Do lado externo, encontrava-se a área do recreio dos educandos, a qual compreendia um conjunto de espaços que faziam parte do terreno em frente ao prédio central do instituto. Possuía um tanque, com água represada do Rio Maguari, construído para a prática de natação dos alunos. Próximo a este ficava um banheiro, pois “imprestável como é a água do Rio Maguary para o banho dos meninos, junto do tanque de natação construiu-se um banheiro, para que ahi pudessem elles lavar-se depois d’aquelle exercício” (PARÁ, MENSAGEM, 1906, p. 73). Bem ao lado, a esquerda da imagem, ficava “um pavilhão de ferro aberto, sobre colunas do mesmo metal, coberto de telhas de fibro-cimento encarnadas e brancas, semelhante ao do Gentil Bittencourt” (PARÁ, MENSAGEM, 1906, p. 73), que foi importado da Inglaterra para abrigo dos meninos durante o recreio.

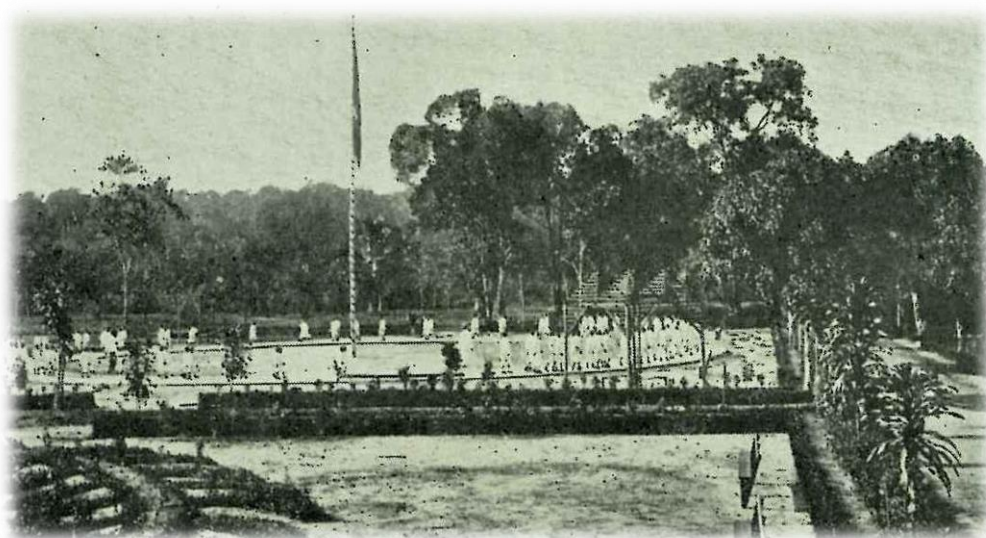
Figura 32 - Vista geral do espaço recreio dos educandos



Fonte: Álbum do Pará (1908)

O espaço do recreio também era composto por uma extensa área em formato circular e de chão batido, destinada às atividades dos alunos ao ar livre, que poderiam transitar, dentro destes limites no momento de recreação. Tudo isso, mediante a supervisão dos inspetores. Na figura 33, ao fundo, verifica-se um grupo de educandos dispersos neste terreno. Neste mesmo ambiente, ainda, “[...] acham-se installados os diversos aparelhos para recreio dos alumnos, como sejam trapézios, barras, parallelas, etc. (BOLETIM OFFICIAL DA INSTRUÇÃO, 1907, p. 422), já que, ali, realizavam-se as aulas de ginástica sueca.

Figura 33 -Área de recreação do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

O espaço contribuía para “educação dos corpos” dos meninos, já que era onde se praticava jogos e ginástica, que buscavam contribuir para disciplinar e moldar o físico dos educandos, de modo a “cultivar um corpo belo, forte, saudável, higiênico, ativo, ordeiro, racional, em contraposição àquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso” (VAGO, 1999, p. 2). Modelo este almejado pelo discurso ideológico republicano, o qual via na infância a categoria social a ser transformada em cidadão desse regime.

O instituto possuía, ainda, um parque, espaço que servia para a realização dos passeios dos educandos. Consista em uma área, como retrata a figura 34, de terra, repleta de árvores e vegetação ao seu entorno e ficava as margens do Rio Maguari, cuja brisa fresca caracterizava-se como um relevante aspecto climático do terreno, no qual a instituição foi construída. Logo, respirar o ar e ter contato com a ventilação era uma prática indicada também para a saúde dos meninos.

Figura 34 - Parque do Instituto Orfanológico



Fonte: Álbum do Pará (1908)

Os espaços que compunham o recreio dos educandos pelas descrições realizadas, caracterizavam-se como ambientes recomendados para um bom internato. De acordo com Conceição (2008), em virtude de serem amplos, estarem cercados de ar puro, por apresentar terrenos extensos para exercícios ginásticos e brincadeiras, envolto de exuberante vegetação e afastados das grandes povoações, o que contribuía para os meninos terem ali vida calma, estudiosa, higiene física e moral, que eram aspectos considerados fundamentais para o bom desenvolvimento dos educandos.

Na instituição, fazia-se presente também um local religioso, a Capela São José, situada à direita do Instituto, que servia para as missas e demais cerimônias solenes-religiosas, como as missas de dias considerados santos. Este local educava os meninos com ensinamentos cristãos-católicos. Por ocasião da inauguração do Instituto Orfanológico do Outeiro, a capela foi assim descrita pelo jornal “A Província do Pará”, de 01 de agosto de 1906:

Construída de madeira e coberta de zinco apresenta um estylo original e uma architectura bellíssima. As suas paredes são duplas, sendo as externas de acapú e separada 1^m e 50 do solo, repoisando sobre uma base de alvenaria e tijolo. Na frente a uma escada principal com 7 degraus e aos lados duas outras que dão acesso às sachristias. Seis janelas com vidraças multicores ladeiam o pequenino templo, em cujo centro ergue artística torre. Ao fundo da capella realça n’um elegante altar a imagem de São José de Riba-Mar do Outeiro, patrono do instituto, collocada n’um nincho singellamente ornamentado com palmas de flores artificiaes de apurado gosto. Sobre o altar, coberto com rica toalha, tendo bordada a inscripção – São José, um crucifixo de prata se ostenta cercado de 6 castiças do mesmo metal (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 01.08.1906, p. 1).

Neste espaço, também aconteciam batismos, tanto dos educandos que ainda não haviam sido batizados quanto de crianças filhas de empregados e/ou de pessoas residentes no entorno do Orfanológico. Um exemplo de uso para esta finalidade ocorreu no dia 25 de dezembro de 1906, em que logo após a celebração da missa de Natal, algumas crianças foram batizadas, tendo como padrinhos, o diretor do instituto, Dr. Manoel Manços da Silva Villaça e sua esposa D. Rufina da Cunha Frazão Villaça, que também era professora. Dentre as crianças batizadas estavam:

Linesio – Filho legítimo de Linesio Lustosa Cabral e D. Firmina Maria de Paiva, nasceu no dia 06 de janeiro de 1906, no Rio Juruá, estado do Amazonas. José – Filho legítimo de Vicente Ferreira Franco e D. Maria Magdalena de Jesus, nasceu no dia 06 de maio de 1906, no Outeiro. Raymundo – Filho legítimo de Francisco Leal Uchôa Viégas e D. Rosa Freire de Oliveira Viégas, nasceu no dia 02 de março de 1906, no Outeiro (no Instituto Orphanológico do Estado, e Leonor – Filha legítima de Gregório Pereira de Andrade e D. Maria Pereira de Paiva, nasceu no dia 24 de dezembro de 1906, no Outeiro (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. LISTA. 27.12.1906).

No relatório apresentado à Secretária do Interior, da Justiça e da Instrução Pública, no ano de 1913, o diretor do Orfanológico Carlos Dias Augusto Vieira, relatou que apesar dos seus esforços, no sentido de conservar a capelinha do instituto, esta corria o sério risco de desabar, em virtude dos reparos para sua conservação serem diminutos, segundo afirmativa do senhor Secretário do Estado de Obras públicas, quando fez visita para inspecionar as dependências da instituição.

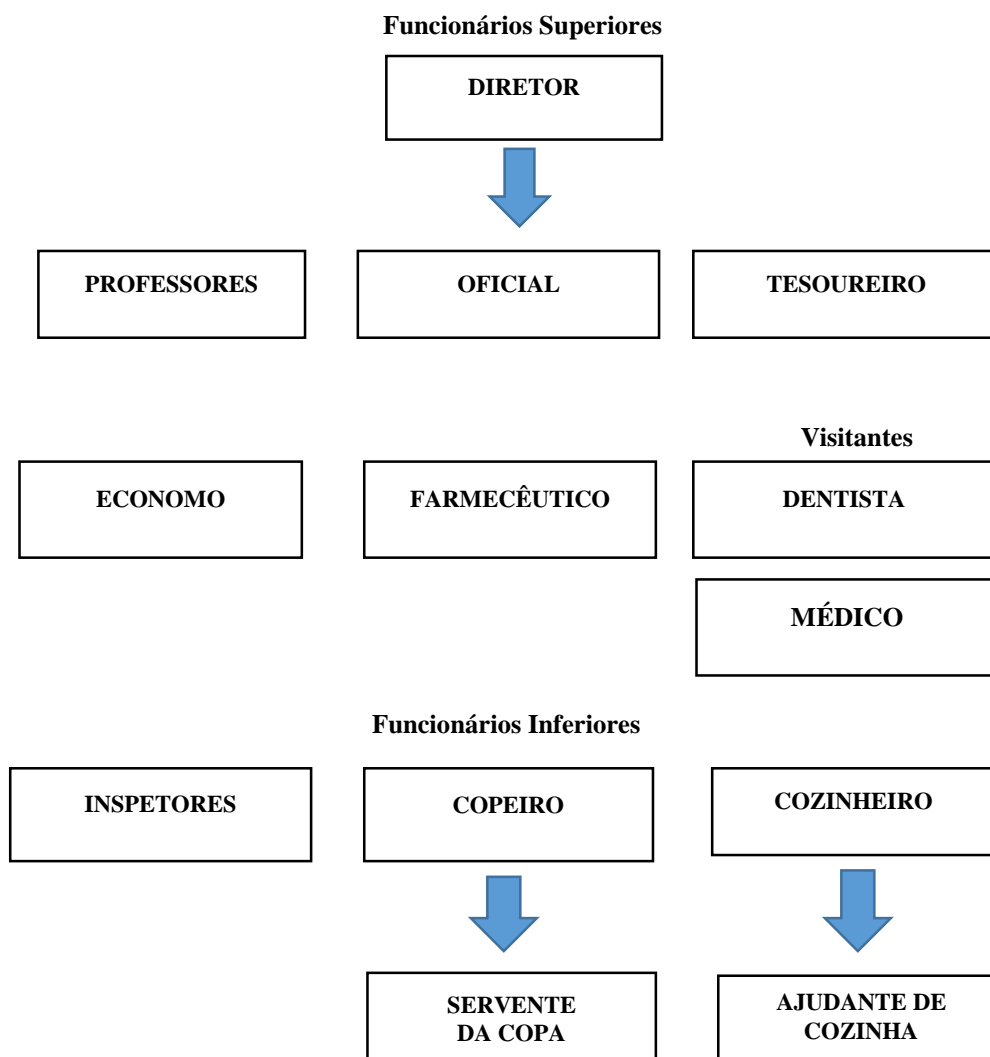
Ainda, na parte externa, o instituto possuía um *chalet* para abrigo do gazometro de acetyleno, sistema adotado para a iluminação do edifício e de suas dependências, cuja cobertura era de fibro-cimento e o solo mosaicado, dividia-se em dois compartimentos: um para os aparelhos e outro para o depósito de carbureto de cálcio. Além disso, em outro espaço ficavam as torres que armazenavam água para utilização do estabelecimento, por meio de um sistema de bombas movidas a querosene, vindo dos Estados Unidos (PARÁ, MENSAGEM, 1906).

O conjunto arquitetônico pertencente ao Instituto Orfanológico do Outeiro foi construído com materiais considerados como da maior qualidade, alguns inclusive, sendo importados de países como França, Itália e Estados Unidos. Todo esse investimento para compor as dependências do internato, que abrigaria meninos órfãos e desvalidos, foi reflexo do próprio contexto do estado do Pará, nos primeiros anos dos 1900, que, economicamente, vivia com os lucros dos tempos áureos da chamada *Belle Époque*, em que a exportação da borracha trouxe recursos para a construção de muitas obras públicas, a exemplo das várias instituições criadas nos finais do século XIX e início do XX.

4.2. Empregados superiores e inferiores: do pessoal do Instituto Orfanológico

Para manter o funcionamento em prol da formação dos educandos que ali estavam internados, o Instituto Orfanológico possuía um corpo de funcionários, classificados em superiores e inferiores, organizados visando atender às necessidades, tanto da dinâmica do espaço físico da instituição quanto da saúde e do ensino dos meninos, cada qual com sua função específica para andamento do estabelecimento. Dentre os superiores, destacavam-se, os permanentes: o diretor, os professores, o tesoureiro, a economista e o farmacêutico, e os visitantes - o médico e o dentista; já em relação aos inferiores encontravam-se os inspetores, o copeiro, o cozinheiro, o servente da copa e o ajudante de cozinha. Existiam, ainda, os prestadores de serviços para o instituto, como a lavadeira, engomadeira, barbeiro, costureira, entre outros, mas não serão enfatizados por não pertencerem diretamente ao quadro de empregados do estabelecimento. A organização hierárquica dos funcionários, superiores e inferiores, está ilustrada na figura 35:

Figura 35 - Organização do corpo administrativo operacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

O diretor era a autoridade máxima da instituição, sendo o responsável por fazer a mediação entre o instituto e a Secretaria de Estado de Instrução Pública, cabia a este: dirigir o instituto, fazendo executar e cumprir as leis, regulamentos e deliberações do Governo; se responsabilizar e assinar os documentos relativos ao funcionamento da instituição; admitir, suspender e dispensar os empregados que tiver nomeado; propor ao Secretário de Estado de Instrução Pública a demissão de empregados, bem como o desligamento de educandos; dar posse ou suspensão de funcionários que merecer; propor ao Secretário tudo o que julgar tendente a melhorar no instituto; fixar o horário do estabelecimento; fazer conferir e rubricar as contas, entre outras (ESTATUTO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO DO OUTEIRO, 1904).

Na história do orfanato, assumiram esse cargo, os senhores Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva (1904-1905), Manoel Manços da Silva Villaça (1906-1911), vale ressaltar que após sua gestão no estabelecimento ocupou tal função no Instituto Lauro Sodré, e Carlos Dias Augusto Vieira (1912-1913).

O corpo docente era composto por três professores, para cada uma das três escolas do ensino elementar, que funcionavam no Orfanológico e que depois passaram a ser quatro com a mudança de legislação de 1910, que acrescentou mais um ano no ensino elementar. Os professores eram nomeados e demitidos livremente pelo Governador, dentre os que compunham o quadro de normalistas do estado. Estes não poderiam dirigir-se diretamente ao Secretário de Estado de Instrução Pública, somente ao diretor, salvo em casos de queixa ou reclamação contra os atos deste. Aos docentes cumpria:

- 1º Aplicar os programas adoptados;
- 2º Apresentar mensalmente ou em qualquer dia que lhe for pedida a media do aproveitamento de seus alumnos;
- 3º Cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas na directoria;
- 4º Communicar immediatamente ao Director qualquer impedimento que os obrigue a faltar a qualquer trabalho que lhes competir;
- 4º Participar aos Director qualquer irregularidade que se der nas aulas e exercícios a seu cargo (ESTATUTO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO DO OUTEIRO, 1904, p. 2).

O official era o responsável por escriturar os livros de matrícula geral dos alumnos, de registro de folhas de pagamento, das portarias do diretor, de protocolo, de termos de exames, de registro de pessoal, registro de nomeações e licenças; conferir os documentos da despesa e receita do instituto; fazer todo o expediente da instituição; e ter sob sua guarda o arquivo do Instituto (ESTATUTO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO DO OUTEIRO, 1904).

Ao thesoureiro almoxarife cumpria organizar mensalmente a folha demonstrativa das despesas pagas pelo estabelecimento; prestar contas à Secretária de Estado da Fazenda; escriturar o livro de entrada e saída dos artigos destinados ao instituto, como roupas, calçados e instrumentos de trabalho; ter em sua guarda todos os artigos necessários ao consumo e entregá-los em vista dos pedidos; fazer as compras administrativas de acordo com a ordem do diretor; conferir e realizar os exames de qualidade dos artigos recebidos pelo instituto (ESTATUTO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO DO OUTEIRO, 1904).

O economo, conforme o Estatuto, tinha a função de fiscalizar o pessoal da cozinha e da copa; zelar pelo asseio destes ambientes, cuidando da limpeza dos respectivos utensílios que fossem de sua responsabilidade; mandar preparar e servir as refeições conforme lhes for

determinado, enviando as da enfermaria de acordo com a dieta dos enfermos; mandar uma amostra da comida a ser servida nas refeições; encarregar-se do serviço da enfermaria, tratando com desvelo dos doentes e observando fielmente as ordens médicas, como ilustra estas duas portarias emitidas pelo diretor da instituição:

Recommendo a D. Economa deste Instituto, D. Maria Viegas Bentes, que informe a esta directoria se têm sido observadas as dietas prescriptas pelos pharmaceutico deste Instituto, Dr. Francisco Rocha para os meninos doentes (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 65, 15 DE JUNHO DE 1906).

Recommendo que a D. Economa deste Instituto, D. Maria Viegas Bentes, que até segunda ordem, assista aos curativos dos educandos, com o pharmaceutico, nos termos do regulamento deste estabelecimento, todas as manhãs, sem prejuízo dos serviços da copa. (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 65, 15 DE JUNHO DE 1906).

O pharmaceutico tinha uma importante função nos cuidados com a saúde dos educandos, com a responsabilidade de preparar os medicamentos conforme a prescrição do médico do estabelecimento; prestar os socorros imediatos e urgentes; zelar pela boa conservação dos medicamentos em depósito. E também fiscalizar espaços outros quando solicitado, o que é ratificado pela seguinte autorização do diretor do estabelecimento a este empregado: “Resolvo autorizar o pharmacêutico deste Instituto, sr. Francisco Rocha, a inspeccionar o serviço da enfermaria e as refeições dos educandos doentes deste Instituto, participando-me qualquer irregularidade que acontecer” (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 64, 15. 07.1906).

Quadro 4 - Frequência de ponto dos empregados superiores do Instituto Orfanológico

EMPREGADO	NOME	PONTO
Director	Dr. Manoel Manços da Silva Villaça	Compareceu a todo o mez
Almoxarife	João Gualberto da Cunha Lima	„
Official	Antonio Campello Macedo Correia	„
Economa	D. Francisca Coutinho da Silva Maranhão	„
Professora	Enestina Braga Pereira	Licença por 10 dias por moléstia
Professora	Rufina da Cunha Fraga Villaça	Compareceu a todo o mez
Pharmaceutico	Leonézio dos Reis	„

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir de informações da Lista de ponto do Instituto Orfanológico de 01.11.1905

O dentista era o encarregado pela manutenção, prevenção e tratamento de problemas relacionado à saúde bucal dos meninos. Residia nas imediações do instituto, mas semanalmente fazia atendimento ao estabelecimento para avaliar e realizar procedimentos dentários nos educandos. A partir dos atendimentos desenvolvidos, produzia relatórios na intenção de dar o retorno ao diretor da instituição sobre o estado dos alunos, indicando orientações para o bom andamento e efetividade do trabalho por ele realizado. Em um desses documentos, o cirurgião dentista, Edgard Barreto de Almeida, relatou:

Visitei regularmente o Instituto uma vez semanalmente demorando no estabelecimento o tempo necessário para atender ao serviço a meu cargo e attendi aos chamados extraordinários para o tratamento de minha especialidade todas as vezes que isso se fez necessário. A pharmacia do Instituto fornece os medicamentos que se fazem necessário, aviando os respectivos encarregados a minhas receitas. O matéria preciso para obturações, anesthesias, etc, tem sido fornecido, de acordo com os meus pedidos, pelo Serviço Sanitário do Estado. Quanto ao instrumental cirúrgico utilizado na clínica, e que ainda não possuo no estabelecimento, é por mim conduzido por ocasião de minhas visitas os de meu uso particular. Apesar do período de férias muito prolongados, tendo se retirado do estabelecimento mais de metade dos educandos, o serviço dentário nada soffreu (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. RELATÓRIO DO SERVIÇO DENTÁRIO, 1913, p. 2).

O médico consistia em um profissional que desde a criação do instituto recebia destaque no quadro de funcionários, em decorrência deste ser tido e exigido como de inegável importância para cuidar da saúde dos educandos, que era uma das principais preocupações da instituição, porém, este se caracterizava como empregado visitante, uma vez que a dificuldade de se achar um que se dispusesse a morar em Outeiro. Vários passaram pelo estabelecimento, mas não se fixavam, na maioria das vezes, tal serviço ficava a cargo de um inspetor sanitário. Essa realidade foi assim descrita:

Por officio de 14 de Fevereiro de 1910, atendendo reiteradas solicitações do director do Outeiro, designei o dr. Pedro Moreira para servir nas funções de médico-residente no estabelecimento, recebendo a gratificação mensal de 540\$, equivalentes aos vencimentos marcados aos inspectores sanitário. Este facultativo exerceu o lugar até 19 de maio, quando, a pedido, foi dispensado. Desde esta data o serviço médico do Instituto voltou a ser feito, como dantes, por um inspetor sanitário designado pelo director, e que ali vae em visitas semanaes ou quinzenaes. Este systema deixa tudo a desejar, mas vae sendo tolerado, porque não tem podido o governo encontrar medico que no outeiro queira residir. Para não deixar de tudo desarmado contra qualquer caso de moléstia súbita, em agosto de 1910 foi mandado incluir no corpo administrativo um prático de pharmacia, mediante a gratificação de 200\$000, papel (REVISTA DO ENSINO, 1912, p. 329).

A respeito da importância do médico nos internatos, Pires (1892) compreende que a presença diária nesses espaços deveria ser imprescindível, em virtude deste possuir o papel de cuidar da saúde dos internos, favorecendo tanto ações preventivas quanto curativas, devendo realizar, em suas visitas, anotações em um livro apropriado no sentido de fornecer informações relevantes que facilitaria o diagnóstico de enfermidades, seu controle e tratamento.

O médico é uma das figuras mais representativas no modelo escolar republicano, a partir do serviço da inspeção médica escolar, vista como corolário do processo de difusão da escola de massas, ideia fortemente marcada nos discursos de médicos e higienistas, que desde meados do século XIX, já se articulavam “na formulação de um amplo projeto de higienização social, que incidiu sobre os mais diversos espaços, dentre os quais a instituição escolar” (ROCHA, 2007, p. 241-242).

No quadro de funcionários classificados como pertencentes ao escalão inferior do Instituto Orfanológico do Outeiro, têm-se como os principais, os inspetores, o cozinheiro, o ajudante de cozinha, o copeiro e o servente da copa, que na maioria das vezes estavam sob submissão das ordens dos empregados superiores.

Os inspetores, como o próprio nome sinaliza, tinham a função de inspecionar, principalmente, as ações realizadas pelos educandos ao longo de sua rotina no instituto, monitorando o bom andamento do banho, das refeições, dos recreios, dos estudos e do sono. Eram em número de três e estabeleciam a mediação com a direção a fim de primar pela efetivação das normas criadas no interior da instituição, objetivando o satisfatório desenvolvimento de sua dinâmica diária, como se evidencia nas ordens emitidas pelo diretor:

Fica a cargo do inspetor Euclides Buarque Lima, a aula da manhã da 1ª escola, o qual deverá os meninos escrever, tomando as suas lições. A aula da tarde, na qual os alunos mais adiantados deverão estudar tabuada e fazer exercícios de conta, fica a cargo do inspetor Arthur Ribeiro. O inspetor Hortêncio França, fará, à tarde, o asseio dos lavatórios com o Enfermeiro. Cumpra-se, dê-se ciência e registre-se Directoria do Instituto Orfanológico (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 13. 03.03.1910).

Estavam encarregados de fazer a inspeção do comportamento dos meninos, e se por ventura os educandos cometessem algum desvio da conduta, indesejada pelo estabelecimento, deveriam levar o que tivesse acontecido ao conhecimento do seu superior máximo, o director, para que este tomasse as devidas providências, caso contrário, ficariam responsáveis pelo eventual problema ocorrido, como explicita a portaria n. 11, do dia 22 de março de 1911:

Tendo verificado, como ainda hoje aconteceu, sendo inutilizados por educandos vários trabalhos mandados fazer no edifício deste Instituto, sem que destes tenha conhecimento desta directoria, recomendo aos Inspectores de alumnos, a máxima vigilância quando de serviço no refeitório, aulas, dormitórios, recreios ou banheiros, trazendo imediatamente ao conhecimento desta directoria as falhas ou danos causados por qualquer educando e o culpado a fim de ser punido; quando não o fizer ficarão por elles responsáveis.

Os inspetores e nenhum outro funcionário, de forma alguma, poderiam punir ou castigar os educando, se assim fizessem eram advertidos pelo diretor, uma vez que isso cabia apenas à direção do instituto, que tinha a função de avaliar a penalidade cometida, como bem ilustra a portaria n. 37, de 29 de agosto de 1912, em que é relatado que o inspetor Franklin Meneses, costumava punir de maneira autônoma os educandos que não cumpriam as regras, por isso este foi chamado atenção, já que castigar era de responsabilidade apenas da direção:

Tendo esta Directoria recebido comunicação de graves acontecimentos passados na cozinha e refeitório deste Instituto e não querendo de modo algum prejudicar a quem quer que seja resolvo para a garantia da ordem e disciplina do mesmo, chamar a atenção do senhor Inspector Franklin Meneses para que modele e dome as exaltações de seu gênio, trazendo ao conhecimento desta directoria as muitas faltas praticadas pelos senhores alumnos, a fim de que a mesma providencie, no sentido de corrigi-los e manter o respeito que lhes é devido; ao cozinheiro Manoel Neves do Nascimento e ao servente de cozinha Nicomedes Rosa, faço iguaes recomendações, prevenindo-os que a menor transgressão a está ordem será punida com demissão. Nesta data solicito a todos os empregados deste Instituto que a sujeição de penas e castigos disciplinares aos senhores alumnos é de conclusiva competência desta Directoria ou seu substituto (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 37, 29.08.1912).

Para Goffman (1974), em uma instituição total, os menores seguimentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora, como acontecia com os educandos do Orfanológico, pois a vida de um internado é constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima (diretor), principalmente, no período inicial de estada, antes de o internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto.

Neste contexto, “cada especificação tira do indivíduo uma oportunidade para equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas ações à mercê de sanções. Violenta-se a autonomia do ato” (GOFFMAN, 1974, p. 42).

No que tange à função do cozinheiro ou chefe de cozinha, a este atribuíam-se o papel de coordenar a cozinha, a fim de gerir a limpeza, zelar pelos objetos, receber e fiscalizar os alimentos encaminhados pelo almoxarife e, sobretudo, cuidar do preparo das refeições dos

educandos e dos funcionários inferiores, primando pelo máximo de asseio, e de acordo com a tabela alimentar aprovada pelo diretor.

Além disso, deveria procurar manter o asseio nas imediações, especialmente no terreiro que ficava adjacente à cozinha, não permitindo nesta o ingresso de pessoas estranhas ao serviço. Este tinha um ajudante, que exercia a atividade de auxiliar o cozinheiro, ficando inteiramente subordinado ao que a ele for delegado por seu encarregado superior, podendo em casos excepcionais substituir o chefe de cozinha. Era sua tarefa, ainda, lavar a cozinha antes e depois dos serviços.

A todos os funcionários da cozinha dispensavam-se as seguintes normas: deveriam comparecer ao serviço na hora regulamentada devidamente calçados e decentemente vestidos; não poderiam se retirar do serviço, só ao término deste; a nenhum empregado da cozinha seria permitido fumar no trabalho; devendo respeitar o tempo destinado de 1h de descanso depois do almoço.

Ao copeiro cabia tratar do refeitório, cuidando diariamente do asseio do espaço e da limpeza e manutenção das louças e talheres. Responsabilizava-se, também, por diariamente verificar e repor água nos filtros do corredor, copa e cozinha, lavando os respectivos todos os sábados, bem como mudar as toalhas e os guardanapos do refeitório duas vezes por semana. Cabia a ele não consentir que pessoas estranhas ao serviço penetrassem no refeitório e ajudar os serventes a conduzir a comida, servindo à mesa dos inspetores.

O servente da copa deveria dar suporte para o movimento eficiente dos trabalhos da copa e do refeitório. Entre suas atribuições, destacam-se: lavar as louças, talheres e vasilhames que conduziam a comida após as refeições; lavar e varrer a copa todas as vezes que for preciso; passar manteiga nos pães na presença do respectivo copeiro e água nos canecos cinco minutos antes das refeições; conduzir a sobremesa da cozinha para o refeitório antes das refeições; auxiliar o servente da cozinha a conduzir a comida do refeitório para a cozinha; auxiliar o copeiro na lavagem do refeitório; e despejar os restos de alimentos em local apropriado e determinado pela direção.

Quadro 5 - Organização dos empregados da cozinha do Instituto orfanológico

NOME	FUNÇÃO
Philomeno Gomes de Souza	Chefe de cozinha
Manoel Galdino das Neves	1º ajudante
José Pegado	2º ajudante (interino)
Manoel Pereira da Silva	Copeiro
Luiz Monteiro	Servente (interino)

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir da Portaria do Orfanológico de n. 12, de 23.02.1910.

Os empregados da copa, de modo geral, conforme a portaria nº 4, de 17 de fevereiro de 1911, deveriam comparecer pontualmente ao serviço decentemente vestidos e calçados; não se ausentar do serviço sem autorização do copeiro. Os funcionários tanto da cozinha quanto da copa ficam sujeitos às seguintes punições: administração (faltas e falhas no serviço); multa (valor descontado conforme tabela do diretor); e demissão (decorrente de falhas grandes e decidida pelo diretor).

As instalações das dependências do Instituto Orfanológico, o estado de saúde e aproveitamento escolar dos educandos, a alimentação servida aos meninos no estabelecimento, os livros de registros administrativos e os demais aspectos que contribuem para um satisfatório andamento da instituição passavam por vistorias em virtudes das visitas do governador do estado e de sua comitiva, as quais consistiam em verdadeiras cerimônias solenes, que envolvia todos os setores da instituição. Em um desses momentos, relatou o jornal “A Província do Para”, do dia 23 de abril de 1907:

Na manhã de hontem o sr. Dr., Augusto Montegro, governador do Estado, visitou o instituto Orfanológico do Outeiro. N'essa excursão acompanharam a Sr. Exc., que se transportaram n'trem expresso, puxado pela locomotiva Marituba, os secretários do Estado dr Victor Maria da Silva, Amazonas de Figueiredo e Raymudo Vianna, Hermanon Sebindier e Amyetas de Lemos, diretor e sub director da E. F. de Bragança; Capitão Cassulo de Mello, dr. Francisco Miranda, Lucas de Barros, Manoel Manços da Silva Villaça, director do estabelecimento visitado, e os representantes d' O jornal d' A Província. Era 8 e 20 quando o s. exc, alli chegou, primeiramente visitou a capela e o recreio. Em seguida passaram aos outros compartimentos, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª escolas; dormitórios, senador Antonio Lemos e Augusto Montenegro, rouparia, cozinha e ao gabinete do director. Fôram examinados alli os livros do estabelecimento, inclusive o de matricula, que accusa o número de 98 educandos, faltando 2 para completar o número regulamentar. Continuando a visita, foram detidamente examinado ainda o refeitório e o compartimento do pateo, onde fica installado o gazometro, dotado de um excellente gerador, systema V. Pesnell. A's 11 horas realizou-se o almoço, tomando parte não s'ó

os excursionistas, como todos os professores e o director. Terminou o almoço, às 11 ½, ficando ainda os visitantes em palestra íntima ao estabelecimento. A esse tempo, o menino Ovidio Nery de Sousa, saudou o dr. Manços Villaça, numa formosa allocução. Ao meio dia, o Sr. Dr. Ausguto Montenegro, com a sua comitiva, retornou a Purús, voltando a Belém. O desembarque fez-se pelo trapiche da Companhia do Amazonas, às 2horas da tarde (A PROVINCIA DO PARÁ, 23. 04. 1907, p.1).

Em virtude da visita realizada no mês de maio, do ano de 1912, pelo governador João Coelho e uma comitiva de ilustres gestores do município de Belém, ao Instituto Orfanológico, o diretor da instituição relatou que a nenhum visitante foi solicitado que assinasse o livro de registros do estabelecimento, sobre suas impressões quanto ao asseio, ordem, disciplina e comportamento dos alunos, pois isso poderia, segundo o gestor, parecer com o desejo de receber elogios, muitas vezes, forçados e não verdadeiros. Entretanto, este afirma que ficou orgulhoso pelos comentários externados pelos visitantes, que chegaram corretamente “aos ouvidos, por intermédio de pessoas insuspeitas e fidedignas” (RELATÓRIO INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1913, p. 2).

As visitas de pessoas do mundo exterior a uma instituição total, como àquelas realizadas ao Orfanológico, segundo Goffman (1974), são situações em que ocorre, do lado do estabelecimento, uma “exibição institucional”, na qual se busca repassar uma imagem calculada, que reflete a parte melhorada dessa realidade, que, geralmente, é de conhecimento dos internados, visitantes e equipe administrativa, que concordam com essa “ficção”, tal processo evidencia quase sempre o que há de novo no espaço, assim como “pode dar aos internados a ideia de que estão ligados à melhor instituição desse tipo” (GOFFMAN, 1974, p. 92). No caso da visita mencionada acima, a exibição é direcionada para a autoridade máxima do estado, portanto, seria de fundamental importância “exibir” o bom funcionamento e o eficaz trabalho dos empregados.

4.3. Acesso, permanência e desligamento de educandos no Instituto Orfanológico

O ingresso de educandos no Instituto Orfanológico do Outeiro iniciava com a elaboração de editais de chamada para a admissão, que eram emitidos em nome da Secretaria de Estado da Justiça, do Interior e da Instrução Pública, e circulavam em jornais e nos impressos oficiais do Estado, como “Boletim Oficial de Instrução Pública,” o “Diário Oficial” e a “Revista a Escola”. Após a data de divulgação, a inscrição para os candidatos entrarem na instituição ficava aberta pelo período de noventa dias. Para que os meninos fossem admitidos, exigia-se enquanto condição:

- a) Ser orphão de pae provadamente desvalido;
- b) Ter bôa saúde, ser vacinado e não soffrer moléstia contagiosa;
- c) Ser maior de cinco annos e menor de oito.

As mães, parentes ou tutores dos candidatos que pleiteavam vagas para a entrada no instituto deveriam requerer via petição instruída ao Governo do Estado, acompanhada de atestados emitidos por autoridades judiciárias, por médicos ou por meio de documentos, que servissem de provas dos requisitos para que a matrícula dos meninos fosse aceita (ESTATUTO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1904).

Os critérios de admissão definidos para a inserção no Orfanológico, de maneira geral, dialogavam com os de outras instituições do gênero. Nota-se que eles já por si significavam uma seleção, ou seja, o instituto tinha um modelo pré-concebido de sujeito que interessava aos seus asseios. Ao recorrer, por exemplo, “à pobreza da mãe, nos inúmeros casos em que o pai não existia” (RIZZINI, 2011, p. 17), como um dos requisitos para o ingresso, visava-se à apropriação da criança pelo Estado, que se utilizava do discurso ideológico, o que norteou muitas das instituições educativas republicanas, tornando o jovem “útil a si e à pátria, pela via do trabalho”, consistindo em uma voz discursiva (BAKHTIN, 2004), que legitimava esse tipo de política para com a infância pobre e desvalida.

Em relação aos exames, testes e atestados, a exemplo dos solicitados para a matrícula no Orfanológico, Machado (1978) diz que estes faziam parte de uma espécie de crivo médico para admissão de professores, funcionários e, em especial, de alunos, que passavam por um processo de inspeção física e moral. No caso da vacinação, esta seria em muitos casos, uma condição indispensável aos alunos para o ingresso nas escolas.

Pires (1892), ao abordar a questão do atestado de vacinação pedido para a entrada em internatos, faz a ressalva de que o atestado médico poderia ser passível de falsificação, não sendo, portanto, o meio mais eficiente para verificar o estado de saúde dos alunos. O autor, então, pondera que a inspeção dos antecedentes dos progenitores dos educandos seria uma alternativa mais eficaz, no sentido de se evitar que moléstias entrassem nos internatos.

Após a análise da petição, em caso favorável, era realizada uma chamada pública, elencando nominalmente os alunos que atendiam os critérios exigidos para o seu ingresso, para convocarem os responsáveis a se apresentarem no Instituto Lauro Sodré e dali serem encaminhados ao diretor do Instituto Orfanológico (BOLETTIN OFFICIAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1905).

Abaixo, exemplifica-se tal procedimento com uma das chamadas para a admissão de alunos para o estabelecimento, em que se verifica os transmites a serem seguidos no processo

de entrada dos educandos. Nesta, chama a atenção que os alunos aprovados deveriam ser levados para serem “recolhidos”, que remete a um sentido de objeto atribuído aos meninos, evidenciando uma palavra carregada de traços valorativos (BAKHTIN, 1997), corroborando com o próprio discurso veiculado sobre a criança pobre nesse período, o qual a concebia como categoria social em eminente perigo de “perder-se”, logo, necessitava ser guardada e protegida.

O Sr Governador do Estado mandou admitir os seguintes menores como alumnos dos institutos Orfanológico – Manoel Abaeté Ferreira, José de Moraes Barbosa, Ascendino Leal Barata, José Rodrigues de Lima, Dulcino Raymundo Loureiro, Nelson Paiva Lopes e Oswaldo do Carmo Santos, a requerimento de Joaquim Pereira de Seixas, donas Dionysia de Moraes Barbosa e Euphrosina Leal Barata, Vicente Ferreira Nogueira, donas Maria Simôn Pereira, Judith de Paiva Lopes e Maria do Carmo Santos. De ordem do Sr. Desembargador secretário do interior, justiça e instrução publica, o Diário Oficial está publicando edital convidando os menores acima citados a comparecerem ao meio-dia, a fim de receberem a competente ordem para a admissão. Pelo mesmo edital, o Sr. Desembargador Augusto Olympio fez ver aos Paes, tutores e protectores dos referidos menores que deverão apresentá-los até ao dia 9 de abril entrante ao diretor do Instituto Lauro Sodré, a fim de serem recolhidos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21.03.1909, p. 2).

O perfil dos educando do instituto, com base nos documentos desse estabelecimento, tinha em sua composição meninos na faixa etária de seis a doze anos, que poderiam ser órfãos de pai, de mãe ou de ambos. Em sua maioria, sua matrícula na instituição ficava em nome das mães, que se declaravam mãe solteira ou viúva. Quanto à naturalidade, grande parte dos educandos era nascida no Pará, em seguida vinham do Ceará e em proporção bem menor, de outros estados, como Minas Gerais e Amazonas. O quadro 6, contendo a lista de educandos admitidos no Orfanológico, no ano de 1910, serve de ilustração das características de tal público.

A presença de meninos de naturalidade cearense pode ter relação com próprio processo de migração de cearenses para a Amazônia, na virada do século XIX para o XX, em virtude dos reflexos da economia da borracha, bem como pela preocupação com a produção agrícola, demandando incentivos das autoridades políticas para atrair trabalhadores e famílias para ocupar o território paraense. Era comum o desembarque de homens, mulheres, crianças já crescidas e de colo em Belém, para tentarem a sorte nas variadas localidades do estado. Nesse cenário, “o Pará, desde a grande seca de 1877, foi representado como um espaço onde os fugitivos da aridez do sertão encontrariam um alívio para os seus males (LACERDA, 2006, p. 129).

Na documentação analisada, não foi possível identificar entre os alunos matriculados estrangeiros, o que era recorrente em outras instituições educativas do estado, como evidenciou Sabino (2012), no Colégio Nossa Senhora do Amparo e Duarte (2013) no Orfanato Antônio Lemos, por exemplo. No entanto, não se pode esquecer que Outeiro, em meados do século XIX, foi um Núcleo de Colonização Agrícola, que atraiu imigrantes de vários países da Europa, como Portugal, Espanha e Itália (EMMI, 2013), dos quais muitos voltaram para suas terras, e outros se fixaram no Pará, e em especial, na própria Ilha de Outeiro, já que muitos receberam lotes agrícolas. Os sobrenomes “Abrunhosa”, “Belfort”, “Melehiades”, e tantos outros, permitem inferir que muitos meninos internados, se não foram estrangeiros em si, podem ter sido filhos destes, nascidos no estado.

Quadro 6 - Educandos ingressos no Instituto Orfanológico em 1910

NOME	IDADE	NATURALIDADE	FILIAÇÃO
Aniceto Clemente Malcher	6 anos	Paraense	Juliana Moreira
Renato Anacleto Gomes	6 anos	Paraense	Maria Benedita Gomes
Victor de Oliveira Nonato	6 anos	Paraense	Joaquim Luiz de Oliveira e Raymunda Nonata de Oliveira (falecida)
Jonas de Magalhães	7 anos	Paraense	Filha de Augusta Athaide de Guimarães (falecida)
Manoel da Silva Tavares	7 anos	Paraense	Francisco Pereira da Silva Tavares e Alta Deuphina da Silva Tavares (ambos falecidos)
Djalma de Lima Carvalho	8 anos	Paraense	Joana Lima Carvalho
Edmundo Marques da Gama e Silva	8 anos	Paraense	Anesia Philomena e Silva (falecida)
Gentil Campos Sanches	8 anos	Paraense	Anselmo Pinto Gomes (falecido) e Rosa Sanches Campos
José da Silva Abrunrosa	8 anos	Paraense	José Cypriano Abrunhosa (falecido) Maria Silva Abrunhosa.
Antonio Pedro de Carvalho Pena	9 anos	Paraense	Francisco de Carvalho Pena Adelina Gonçalves de Lyra Pena (falecida)
Carlos de Amorim	9 anos	Paraense	Carolina de Amorim
Claudio Leal Barata	9 anos	Paraense	José Pedro Barata e Eufrosina Leal Barata (falecido)
João Antônio dos Santos	9 anos	Paraense	Josepha Maria das Dores
Raul de Aguiar e Silva	9 anos	Paraense	Etelvina Melehiades Belfort

Raymundo da Silva Monteiro	10 anos	Paraense	Ana Rosa Monteiro
Carlos Brayner Goudin	7 anos	Cearense	Gustavo Brayner e Maria Goudin Brayner
Francisco de Sant' Ana	7 anos	Cearense	Maria Vicência
Paulino de Freitas Ramos	7 anos	Cearense	Paulino de Freitas Ramos (falecido) e Josephina de Freitas Ramos

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir do Ofício do Instituto Orfanológico de n. 23, 22.03.1910

A figura 36 mostra um grupo de alunos em frente ao prédio do Instituto Orfanológico. Na fotografia, têm-se, ao fundo, alguns funcionários da instituição e no plano frontal os meninos, trajando o uniforme para ocasiões solenes, o que significa dizer que houve toda uma preocupação e preparo para serem retratados naquele dia. Verifica-se que estes são de faixa etária diferente, são em sua maioria negros ou mestiços, e estão todos com o corte “à escovinha,” bem rente ao coro cabeludo (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS²¹) e muito utilizado à época para evitar piolhos, por exemplo.

Figura 36 - Grupo de educandos do Instituto Orfanológico do Outeiro



Fonte: Álbum do Pará (1908)

²¹ Disponível em: <http://www.dicio.com.br/>

Percebe-se que os meninos estão organizados nas laterais da cena, com posturas diferentes, tendo os mais próximos dos empregados a posição reta, enquanto que os da parte da frente e laterais de braços cruzados, segurando nas árvores, isto é, mais “relaxados”. Essa disposição diverge da rigidez impressa nas cenas de instituições educativas normalmente retratadas, principalmente, quando a sua construção visava captar imagens para fins de divulgação pelas autoridades governamentais, como o Álbum do Pará para o onde esta foi produzida.

Na maioria dos casos, nas imagens, esperava-se que os alunos expressassem “o mesmo comportamento diariamente treinado na escola – disciplina, obediência, seriedade, constrição” (SOUZA, 2009, p. 318). Deste modo, pode-se pensar na hipótese de que as atitudes corporais dos educandos seja uma fuga ao padrão imposto pela equipe dirigente do estabelecimento, que ao não estarem sob o mesmo ângulo de visão desta, conseguem se portar de jeitos próprios.

Os meninos, já na categoria de educandos do Instituto Orfanológico, recebiam uma numeração que servia como referência, substituindo, em muitas situações, seus próprios nomes. É comum se identificar em documentos do internato escritos que os tratam apenas com a denominação de “02, 07, 23, 35, 43”, etc. Este procedimento é muito recorrente nas instituições totais, como uma das primeiras formas de enquadramento dos indivíduos inseridos em situação de internamento, em que:

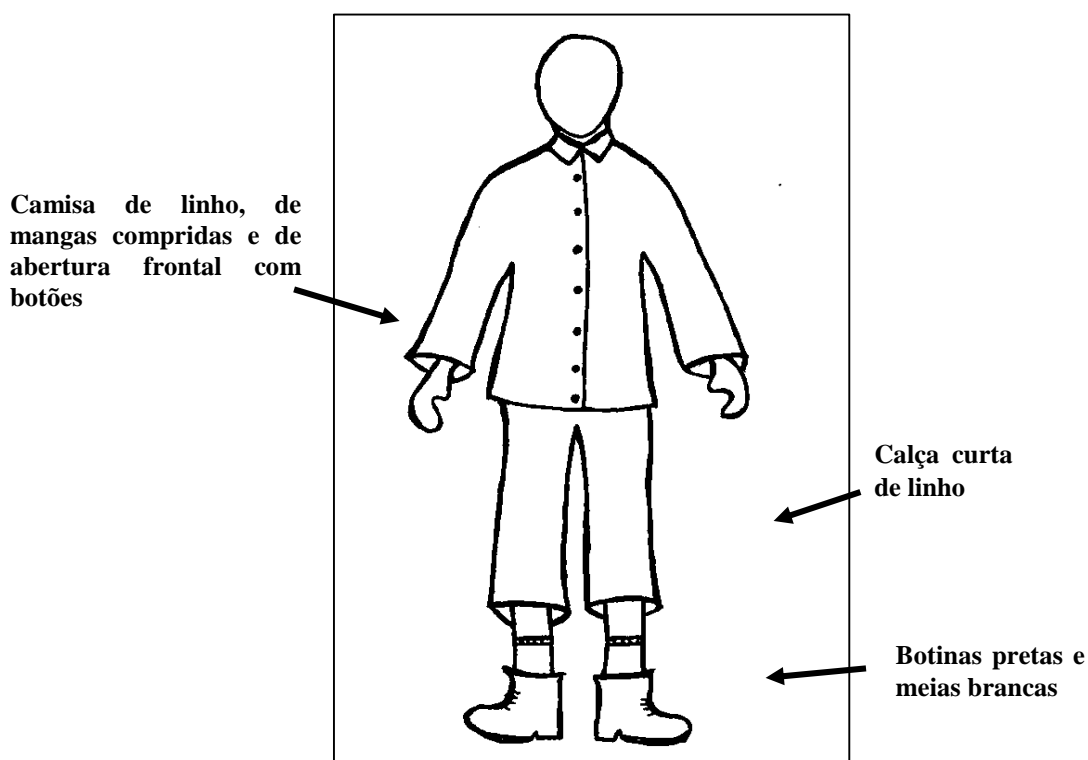
[...] a equipe dirigente emprega o que denominamos de processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto às regras, designar um local para o internado (GOFFMAN, 1974, p. 25-26).

Nesse processo de admissão dos educandos, os uniformes serviam como um ritual que demarcava a despedida de aspectos da sua aparência usual, modos e costumes. Os uniformes podem ser entendidos como um elemento cultural que exerce a função não apenas de cobrir e proteger os corpos, mas também como símbolo que objetiva representar e comunicar princípios sociais e educativos. O estabelecimento de uniformes a um grupo ou classe possibilita a diferenciação de determinado público com o contexto externo e a equipe de funcionários de certo estabelecimento, ao mesmo tempo em que torna os seus usuários homogêneos.

Os educandos até 1906 possuíam apenas um modelo de uniforme, em linho e na cor parda, mas em 1907 já se verifica a adoção de um outro, confeccionado também em linho, figura 37,

mas na cor branca, denominado de primeiro uniforme, que ficou destinado para as situações festivas e solenes, enquanto que o pardo era reservado para as atividades da vida diária.

Figura 37 - Uniforme dos educandos do Instituto Orfanológico



Fonte: Elaborado pelo autor (2017), a partir de fotografias do Álbum do Pará (1908).

A prescrição para o uso de uniformes escolares no Brasil tem sua difusão a partir do advento do regime republicano, que ao padronizar as vestimentas dos alunos teve como uma de suas intenções e significados corroborar com o discurso de um sistema educacional que postulava ser igual para todos, embora a ideia de igualdade tenha assumido uma dimensão mais estética do que efetiva na realidade (RIBEIRO; SILVA, 2012).

A constituição e uso dos uniformes foi alvo de prescrição dos médicos higienistas, que indicavam o tipo de material, cor, modelo e formas de usar para se obter as melhores condições de higiene. Gondra (2004), com base em teses médicas do século XIX, pontua que o uniforme deveria estar de acordo com a faixa etária dos alunos e as condições climáticas. O linho, tecido da vestimenta dos educandos do Orfanológico, era indicado para climas tropicais, como o do estado do Pará, pois por ser de origem vegetal retém e libera calor mais facilmente, o que contribui para o resfriamento da pele, já para o inverno sugeria-se a lã. No que tange às cores,

recomendava-se que fossem conforme a condução e irradiação do calor, o branco e o pardo, portanto, seriam cores que estavam de acordo com o clima da Ilha de Outeiro.

Os processos de admissão, como o realizado no Orfanológico, talvez pudessem ser denominados de “arrumação” ou “programação”, já que o menino novato ao ser “enquadrado”, admite ser conformado e codificado em um objeto, que pode ser colocado na máquina administrativa da instituição, modelado suavemente pelas operações de rotina. Muitos desses processos dependem de alguns atributos, por exemplo, peso ou impressão digital, “que o indivíduo possui apenas porque é membro da mais ampla e abstrata das categorias sociais, a de ser humano. A ação realizada com base em tais atributos necessariamente ignora a maioria de suas bases anteriores de auto identificação” (GOFFMAN, 1974, p.26).

A institucionalização, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004), pressupõe, antes de mais nada, a segregação do meio social a que pertence o internado, o qual passa a viver um contexto, geralmente muito diferente de suas origens, caracterizado pelo confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade, marcados pelas formas de disciplinamento do sujeito em internação, faz-se com base no discurso da prevenção de desvios e/ou da reeducação dos degenerados a partir do ingresso nessa realidade.

Na instituição, a visita aos alunos somente se dava nos dias estipulados pela Direção. Nos seus primeiros anos de funcionamento, aconteciam no primeiro domingo de cada mês. Posteriormente, passou para o primeiro e último domingo. Essa nova dinâmica foi estabelecida a partir da inauguração oficial do Instituto (1906), quando o número de alunos aumentou em relação ao início de suas atividades, que de 50 passou para 100 educandos. A divisão ficou estabelecida, orientada pela portaria nº 1, de 12 de agosto de 1906, da seguinte maneira: os educandos de número 1 a 50 no primeiro e os de 51 a 100 no último.

O acesso à Ilha de Outeiro se dava apenas via embarcação, portanto, isolada do centro urbano de Belém. Para Goffman (1974), a distância entre o estabelecimento e as residências das famílias dos internados servia, muitas vezes, como uma barreira para separar os internos de suas famílias, podendo ser utilizada, inclusive, para “mascarar” a instituição, transformando a visita das famílias em um espécie de excursão festiva que permite a preparação desse dia pelos funcionários do estabelecimento, que limpam, arrumam, organizam, adaptam para a espera dos visitantes, construindo uma atmosfera na intenção de mostrar uma realidade talvez bem diferente da sua rotina diária.

Os educandos poderiam passar férias fora do instituto, exceto aqueles que fossem entregues pelos responsáveis para a custódia do Estado. Os alunos liberados para as férias, depois da permissão dada pelo diretor do Orfanológico, eram transportados de lancha até o

trapiche da Villa Pinheiro, onde estavam sendo aguardados pelos respectivos responsáveis, como ilustra está nota publicada no jornal A Província do Pará:

Hoje, após a chegada do trem, na Villa Pinheiro, serão entregues ás suas genitoras ou a seus protectores, os educando abaixo mencionados, do instituto Orfanológico, que foram requisitados ao dr. Manços Villaça, a fim de passarem com seus parentes as férias, que terminarão a 15 de janeiro entrante: Raymundo Mello, Arnaldo Carvalho, Francisco Ponchevite, Turibio Costa, Raymundo Guedes, Alberto Aguiar, Hermenegildo Santos, Manoel Moreira de Andrade Araujo, Antonio Amorim, João Dias da Silva, João Baptista Marques, Luiz Gonzaga Marques, Clemente Sabino Marques, Arthur Nascimento, Izidoro Andrade Figueira, João Carneiro, José Servulo da Costa, Manoel Servulo da Costa, Waldemiro Segura, Ambrósio Pereira, Ramiro Pereira, Alvaro Pereira dos Santos, Jaime `Peres, Edgard Hervey, Antonio Raymundo Moreira, Luiz da Costa Moraes, Raul Silva, Manoel Teixeira da Silva, Genesisio Teixeira da Silva e Antonio Moreira. Serão entregues mais os seguintes amanhã: Romulo Silva; dia 22, Godofredo Rodrigues, Virgilio Campos Salles, Emidio Freitas, Manoel Pinto Fabiano, João Saraiva, Romualdo Lima, Orlandino Eymar, Almerindo Baptista, Bartholomeu Tavares, João Penna de Carvalho e Renato Ferreira; dia 25, Januario Costa, Thomé Ricardo, Theobaldo de Araujo Rego, Erasthene Cordeiro, Alcebiades Lima e Astecliades Lima (A PROVÍNCIA DO PARÁ. 20.12.1907, p. 1).

O retorno dos educandos tinha data e horário estabelecido, sendo divulgado também no referido jornal, como mostra a nota publicada na coluna “O Ensino”, que informa sobre um grupo de alunos autorizados a sair e que estaria “na ponte a Villa Pinheiro n’aquelle dia atracada a lancha do Instituto, à hora do trem chegar alli, ao meio dia ás 6 horas da tarde, para transportá-los de volta ao Outeiro” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12.01.1908, p. 1).

Os educandos poderiam sair do instituto, ainda, em situações excepcionais, como em caso de doença ou morte dos seus responsáveis. Nessas condições, fazia-se o pedido de liberação ao diretor do Instituto, que depois encaminhava para o Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública, mas também a solicitação poderia ser diretamente realizada para esta Secretaria, e posteriormente encaminhada para a direção do Orfanológico, que respondia de modo favorável ou não à solicitação realizada.

Um desses casos pode ser explicitado a partir do pedido de liberação de três irmãos, descrito no officio nº 5 de 25 de fevereiro de 1905, cuja mãe se encontrava em grave estado de saúde, por isso, é solicitado ao diretor do Instituto Orfanológico, recomendando que este concedesse “licença aos educandos desse Instituto, João Marques, Luiz Marques e Clemente Marques, para sahirem a fim de visitar sua mãe Maria Raymunda Marques que se achava em perigo de vida”.

Ao serem considerados pertencentes à instituição, os educandos somente poderiam ser desligados do Instituto, por ordem do Secretário de Estado da Instrução Pública e se fosse: “a) Por moléstia que os possibilite aprender; b) Por mau comportamento; c) Por falta de aproveitamento; d) Por ter alcançado a idade máxima; e) Por conveniência do ensino” (ESTATUTO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO DO OUTEIRO, 1904, p. 3).

Entre casos encontrados nos documentos investigados, foi bastante presente o desvinculo em decorrência da não progressão dos meninos, o que se caracterizava como falta de aproveitamento no ensino. Um desses foi relatado no ofício nº 12, de 12 de fevereiro de 1906, que traz a situação do educando João Rodrigues Saraiva, de doze anos de idade, que nesta idade ainda frequentava a primeira escola - “infantil”, em lições da carta de A.B.C, para o qual foi pedido o seu desligamento.

Para resolver esse caso foi solicitado que o professor do referido educando, Bazilio Magno de Araújo, fizesse uma espécie de parecer sobre a situação do menino em questão, no qual deveria informar a data de matrícula do aluno, o nível de aproveitamento nas aulas e qual o grau de inteligência revelado pelo referido educando nas letras. Em resposta, o professor escreveu ao director do Instituto Orfanológico do Outeiro:

Cumprindo a vossa determinação consta-se da portaria supra, as informações: primeiro- o educando n 23, João Rodrigues Saraiva foi admittido a matricula deste instituto a 21 de dezembro de 1904, com a idade de 8 annos, segundo- O seu aproveitamento tem sido nenhum, visto o mesmo educando não mostrar absolutamente vontade nenhuma para os estudos; entretanto, leciono-diariamente com bastante dedicação, quer ensinando-lhe as licções, quer verificando se estão corretas. Quanto a terceira pergunta falta-me a devida competência para prestar-vos uma informação criteriosa; mais, se me foi permittido, affirmo-vos que acho-o bastante curto de intelligencia o que muito contribui, alliado ao seu nenhum esforço, para a sua falta de aproveitamento.

A partir do relato feito pelo professor Bazilio Magno de Araújo, verifica-se que este atribuiu diretamente ao educando a responsabilidade pelo considerado ruim aproveitamento nos estudos, eximindo-se de qualquer parcela, já que leciona “diariamente com bastante dedicação, quer ensinando-lhe as licções, quer verificando se estão corretas”, mas o menino João, não se esforça em querer aprender, além de apresentar “inteligência curta”, o que junto à má vontade para o ensino, faz com que o aluno não aprenda. Este episódio ilustra o modelo tradicional de escola, o qual homogeneizava os alunos, fazendo todos aqueles que não atendessem ao padrão desejado pela escola serem vistos como desajustados, logo, “descartados” pelo sistema (RIZZINI, 2011).

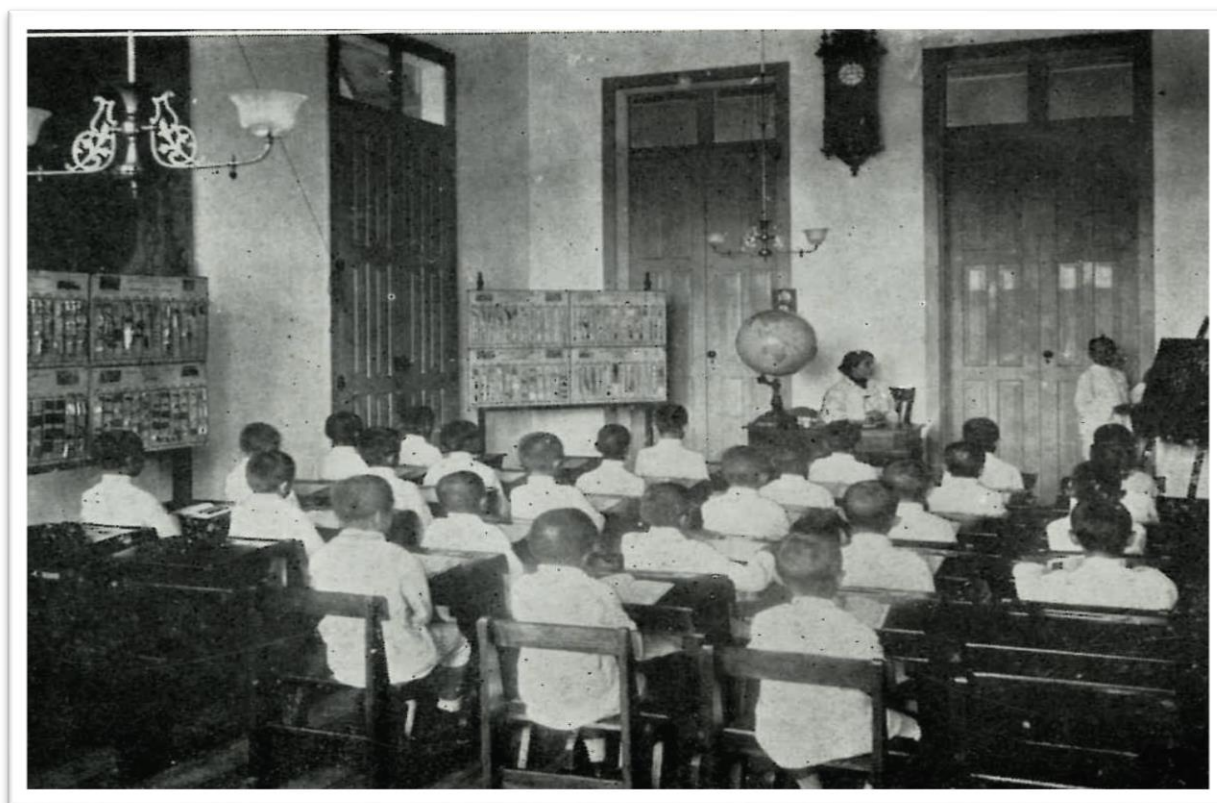
Por mau comportamento, encontrou-se um menor número de desligamentos, em comparação aos realizados por falta de aproveitamento no ensino. O desligamento do educando Odilon Fulgêncio Maffra, documentado no ofício nº 32 de 16 de agosto de 1906, é um desses. O aluno teve o cancelamento de sua matrícula autorizado em virtude deste apresentar “mau procedimento entre os seus colegas nesse estabelecimento”. O caso do educando Pedro Santos Alves, descrito no ofício nº 36, de 18 de novembro de 1909, esclarece melhor este tipo de desvinculo motivado por conduta inadequada, a desvinculação foi autorizado devido ao fato do garoto, recorrentemente, “bater nos colegas, proferir palavras indevidas, desobedecer e destratar os inspectores, consistindo n’um menino incorrigível”

Os educandos poderiam ser desligados por motivos outros, como no caso apresentado no ofício nº 20, de 12 de abril de 1906, que trata da autorização expedida pela Secretaria de Instrução, do desvinculo do Orfanológico, do educando Benigno Pinheiro Torres, de responsabilidade de Rosa Pinheiro Lima, sua mãe e solicitante do desligamento, pois menino em companhia desta seguiu para o estado de Minas Gerais, de onde era natural. O não retorno das férias também ocorria, a exemplo do educando Arthur Duarte do Nascimento, descrito no ofício de nº 8, de 01 de fevereiro de 1907, “que foi passar as férias em companhia de sua família, não voltando ao estabelecimento, e por isso, vos peço seu desligamento desse estabelecimento”.

Impreterivelmente, os alunos deveriam ser desligados aos doze anos de idade da instituição, tanto aqueles que não conseguiam ter aproveitamento nos estudos, segundo as orientações do Estatuto (1904), quanto aqueles que concluíam os estudos elementares e estavam aptos a complementarem a sua formação no Instituto Lauro Sodré, que buscava “formar operários hábeis e instruídos para as artes e indústrias mais necessárias n’esta terra” (MONOGRAPHIA DO INSTITUTO LAURO SODRE, 1904, p. 111). O movimento dos alunos do instituto referente ao ano de 1913, apresentado pelo diretor do estabelecimento à Secretaria de Instrução, indicou que 21 educandos foram desligados por falta de aproveitamento e 12 foram transferidos para o Lauro Sodré, ratificando que de fato o “mau aproveitamento”, era o principal motivo de desvinculação do Orfanológico.

Seção V

A Práticas Educativas e de Cuidados na Formação de Meninos no Instituto Orfanológico



Instituto Orfanológico do Outeiro. Álbum do Pará (1908)

A presente seção intenciona analisar as práticas educativas e de cuidados desenvolvidas no Instituto Orfanológico do Outeiro, e sua relação com os discursos que fundamentavam a formação dos educandos. Aborda os cuidados dispensados à saúde e higiene dos meninos, como a preocupação com os aspetos salubres e higiênicos do estabelecimento, serviço dentário, alimentação, banho, natação e ginástica; discorre, ainda, acerca do ensino elementar ministrado na instituição, que seguia a legislação e o Programa Oficial da Instrução Pública do Estado do Pará, nos seus primeiros anos de funcionamento, orientado pelo Regulamento do Ensino Primário, reorganizado pelo decreto n. 1190, de 17 de fevereiro de 1903, e posteriormente, pela reorganização do ensino feita por meio do decreto n. 1689 de 28 de abril de 1910²², destacando a organização do tempo, as disciplinas ministradas e os exames avaliativos realizados; analisam-se as leituras instrutivas oferecidas aos educandos por ocasião da premiação de desempenho intelectual e de conduta na sessão de entrega dos boletins de encerramento do ano letivo de 1908; e por fim, evidencia-se as festas e cerimônias promovidas nas ocasiões solenes desta instituição, como nas datas pátrias, aniversário de criação do instituto e Natal, compreendendo-as como momentos que contribuíam para a formação dos educandos conforme os preceitos educativos, instrutivos, políticos e ideológicos defendidos pelo Instituto Orfanológico do Outeiro.

5.1. Os cuidados com a saúde dos educandos

No cotidiano do Instituto Orfanológico, a preocupação com a saúde dos educandos se fazia bastante presente, sendo inclusive tomada como um dos aspectos que se desenvolvia de maneira satisfatória, com a aparência saudável dos meninos, inclusive, sendo algo muito apreciado quando estes recebiam visitas, segundo o Governo do Estado, imprensa e direção da instituição. O cuidado com a saúde dos alunos era desenvolvido por meio da prevenção e tratamento dentário, ginástica, banho, natação, alimentação, exames e prescrições do médico visitante e do serviço de enfermagem.

A saúde dos educandos estava, também, vinculada à salubridade do internato, que era monitorada por meio de avaliações e orientações do serviço de inspeção sanitária, que mediante visitas periódicas ao instituto, examinava o local onde se achava construído o estabelecimento, assim como as dependências dos pavilhões. Essas ações faziam parte da materialização da política higienista para as instituições educativas, defendidas nos finais do século XIX e início

²² As análises referentes ao ensino foram fundamentadas majoritariamente com base na legislação de 1910, em virtude dos documentos encontrados sobre o ensino abrangerem esse período.

do XX, que vislumbravam cuidar e proteger à infância, a partir do discurso ideológico da higiene com meio de fortalecimento da sociedade.

No relatório de 30 de julho de 1910, direcionado ao Secretário de Estado, do Interior, Justiça e Instrução Pública, o diretor da inspeção relatou sobre a visita realizada no referido ano:

Fiz cuidadosa inspeção dos 93 alumnos que ahi se achavam na ocasião: examinando cada um por si. Os alumnos gozam de relativa saúde: dos 93 examinados, 37 necessitam de cuidados médicos, razão porque receitei-vos. Destes pedi ao senhor Director Villaça, que colhesse urina dos de n. 100 e 82, e escarro do n. 30, para exames, afim de confirmação de diagnóstico. Há também urgência em examinar a pelle do almno 93 para pesquisa do bacilo de Hansen (RELATÓRIO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA, 1910, p. 1).

Neste relato, nota-se que ao inspecionar os educandos, avaliou-se que estes gozavam de relativa saúde, mas aponta que um considerável número necessitava de cuidados médicos e, por isso, solicitou que o diretor fizesse a coleta de urina e escarro de alguns meninos para a realização de exames. Na visita, o inspetor, também, alertou que com urgência se fizesse o exame de pele de um educando, para verificar, atendendo a partir das suas investigações iniciais, se havia contágio pelo bacilo de Hansen, responsável pela transmissão da hanseníase, doença que a época era de extrema gravidade, portando, a emergência da solicitação feita.

Na ocasião, o inspetor sanitário fez a seguintes recomendações de medidas, consideradas urgentes e necessárias, para serem adaptadas ao instituto, visando possibilitar um ambiente mais favorável para o cuidado com a saúde dos educandos. Estas diziam respeito à importância de profissionais para o atendimento dos meninos, assim como à reformas na estrutura física da instituição:

- 1-Contratar um farmacêutico para residir no Instituto;
 - 2-Designar um médico para fazer duas visitas mensais ao estabelecimento e atender aos chamados nos casos graves de moléstias;
 - 3-Mandar construir um isolamento para quatro leitos;
 - 4-Modificar o banheiro de chuveiro e substituir as latrinas das bacias
- (RELATÓRIO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA, 1910, p. 1).

Ao término do documento, o inspetor ressaltou que as condições de salubridade, de maneira geral, eram boas nas dependências da instituição. E que as enfermidades detectadas nos educandos examinados não foram adquiridas no referido estabelecimento, mas sim nas casas de suas famílias, antes de serem admitidos. Por esse motivo, indicava que seria preciso atentar para um exame médico mais cuidadoso na ocasião de admissão no instituto, o que

poderia eximir o estabelecimento e, de certa forma, as práticas de cuidado com a saúde ali fornecidas aos internos, reforçando e mantendo a imagem de instituição que primava pela higiene e salubridade.

Os tratamentos realizados e os resultados obtidos em prol da saúde dos educandos eram comunicados, recorrentemente, em documentos escritos ao diretor da instituição, como o parecer de 27 de maio de 1905, enviado à autoridade máxima do estabelecimento, pelo farmacêutico Leonézio dos Reis, comunicando com satisfação que “tiveram alta os alumnos, atacados de coqueluche, pneumonia, aphtalmia, que se achavam recolhidos nas respectivas enfermarias”. O farmacêutico, além dos especiais cuidados dispensados por ele e demais funcionários do instituto, disse que tal feito “muito corresponde ao estado sanitário em que se acha o estabelecimento de vossa direção. É isto motivo para jubilando-me com vos enviar minhas saudações.”

Os êxitos nos tratamentos de combate às enfermidades dos educandos, também, eram comunicados ao secretário de Estado da Instrução Pública, como elucida o ofício de n. 25, direcionado ao secretário Amazonas de Figueiredo, de 25 de maio de 1906, no qual o diretor do Orfanológico informa, juntamente com o farmacêutico Leonézio dos Reis, “que com imensa satisfação foram, completamente, combatidas as enfermidades que, há dias, atacavam diversos educandos”, ressalta que este resultado foi fruto dos esforços do “senhor farmacêutico e os desvelos das senhoras professoras, que auxiliaram desempenhando a função de enfermeiras”, indicando que as professoras também exerciam a função de cuidadoras dos meninos para além de suas funções de sala de aula.

Nesses enunciados discursivos, nota-se o enaltecimento do resultado obtido pelo trabalho empreendido na busca pela saúde dos alunos, o que traz à tona a voz da ciência e do saber médico, como os responsáveis pelo estado sadio dos internos, expressando diálogo com o discurso ideológico oficial do período, que depositava na higiene e salubridade os caminhos para a formação dos sujeitos, revelando a intenção de fazer da infância uma categoria constituída enquanto produto cultural, histórico, social, datado em um tempo, momento e espaço determinado (BAKHTIN, 1997), em que ser forte fisicamente representava estar em consonância com um modelo a ser seguido.

O atendimento odontológico, objetivando o tratamento da saúde bucal dos educandos, constituía-se como um importante serviço oferecido no Orfanológico. O dentista Manuel da Cunha Lima enviou um relatório das ações por ele desenvolvidas ao diretor do instituto, no dia 7 de maio de 1906, no qual informa que o quadro constatado, por meio dos exames realizados, mostrava que muito se precisaria fazer, em virtude do dispêndio de tempo e de trabalho para

cuidar da boca de “crianças que, inconscientes, dificultam a execução do serviço e que em grande número se encontram na fase de substituição da dentição temporária pela permanente, tendo que alguns dos internados encontravam-se desprovidos de dentes da 2ª dentição prematuramente extrahidos”.

O dentista reforçou, ainda, que dedicaria todo o esforço necessário para corresponder à confiança que lhe foi depositada em uma tarefa tão relevante que é a prevenção e o tratamento da saúde bucal de meninos tão pequenos, que geralmente, não tem a dimensão da importância do zelo pela dentição. O profissional, tomando como referência um especialista neste assunto, enfatiza que “deverás ter em vista a sã conservação do maior número de dentes, órgãos essenciais da bôa mastigação e conseqüentemente da digestão perfeita, como defende o Dr. Charles Gordon”. Além disso, destacou que buscará “trabalhar, resolvendo por extrações somente os casos que com maior esforço não se consegue tratar o paciente pela restauração”, em virtude de toda a importância da preservação da dentição na fase da infância.

Nesta intenção, salienta ao diretor que “há trabalhos no caso dos educandos n. 3, 6, 8 e outros que exigem imediata execução”, o que se caracteriza como uma medida de extrema urgência, “pois que diversas anomalias ainda estão em tempo de ser evitadas e affecções em suas 1ª manifestações debelladas”. Para esse fim, solicitou ao diretor a autorização para a confecção de pós e dentifrícios para o uso diários dos educandos, que acreditados resultados podem trazer para a conservação dos dentes e higiene bucal (RELATÓRIO DO DENTISTA À DIREÇÃO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1906).

Em relatório de 30 de junho de 1913, o cirurgião dentista Edgar Barreto de Almeida, dá satisfações ao diretor do Orfanológico a respeito das ações que ficavam a cargo de suas responsabilidades. Informa que a farmácia do instituto tem fornecido os medicamentos que se faziam necessário para o tratamento da saúde bucal dos educandos e que os materiais que necessitava para obturações, anestésias, extrações, etc, estavam sendo fornecidos pelo Serviço Sanitário do Estado, de acordo com os seus pedidos, o que o possibilitava desenvolver suas atividades de modo eficiente.

Quanto ao instrumental cirúrgico utilizado na clínica odontológica, disse que o instituto por não possuir ainda alguns materiais e para não deixar de realizar os seus serviços, fazia uso particular dos seus, que levava na ocasião de suas visitas ao estabelecimento. O dentista enfatizou que apesar do período de férias muito prolongado dos alunos, retirando do estabelecimento mais da metade dos educandos, o serviço dentário nada sofreu, apresentando os seguintes dados numéricos da clínica que ficava sob seu encargo:

Curativos – 427

Obturações a granito – 173

Obturações a amalgama – 205

Extracções dentárias – 157

Limpezas da bocca ablações de tártaro e desinfecções da cavidade buccal – 190

Operações diversas – 17

Comunicou no relatório, também, que todos os educandos frequentaram o gabinete odontológico, recebendo em sua quase totalidade o serviço dentário. Relatou que houve um elevado número de extrações feitas, porém somente se realizou pelo fato de que a “maioria das raízes estavam inaproveitáveis; já em outros meninos, os dentes temporários fôram extrahidos a fim de corrigir futuras anomalias das arcadas dentárias, etc”. Salientou que empreendeu muitos esforços pra manter completa a dentição dos meninos, procurando “sempre empregar a mais rigorosa therapeutica conservadora”, por reconhecer a importância da conservação e manutenção de dentes para a saúde da boca, esclarecendo que a necessidade de se cuidar da boca, além de preservar os dentes, deveria ser uma constante, já que esta poderia ser, quando não cuidada, “a porta para muitas enfermidades na infância”. Por isso,

A hygiene da boca e dentes tem merecido de minha parte os mais sérios cuidados, ensinando eu aos educandos ao se utilizarem diariamente da escova e preparados dentificios, recomendado aos inspectores que fiscalizem a perfeita execução das práticas por mim recommendadas, curando e obturando os dentes cariados, extrahindo os dentes e raízes considerados incuráveis, procedendo a frequentes desinfecções da cavidade buccal, ablações de tártaro, etc. Atribuo a estas medidas o facto de de não termos a registrar nenhum caso das variadas ablações de tártaro da bocca que constituem um dos grandes flagellos nos agrupamentos humanos como os collegios e quarteis. Credo assim, senhor Director, ter apresentado as informações necessários, aproveito o ensejo para agradecer-vos, assim como os demais funcionários do Instituto, o auxílio que me prestaram para o bom desempenho de minha missão nesta casa de ensino (RELATÓRIO CIRURGIÃO DENTISTA Á DIREÇÃO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1913, p. 12).

Neste relato, verifica-se a presença de enunciados discursivos que tratam os cuidados dentários como atividade formativa, com a intenção de inculcar nos meninos a necessidade de realizarem os procedimentos indicados para saúde bucal, mas do que isso, os educandos eram fiscalizados pelos funcionários para seguirem o que lhes foi recomendado. Vigiava-se os alunos para que não deixassem de cumprir com as ordens determinadas e não fugissem do modelo de sujeito forte e saudável pretendido pela instituição, como defendia a voz do discurso ideológico higienista.

Os cuidados com o prédio e as instalações do Instituto Orfanológico também estavam a serviço da preocupação com a saúde dos meninos, recebendo destaque no que diz respeito à manutenção e aos reparos que precisavam serem feitos para atender às melhores condições de higiene. Em ofício de n. 35 de 11 de maio de 1910, o diretor da instituição mandou que se designasse providenciar, imediatamente, o conserto dos canos de esgotos das sentinas que se achavam completamente obstruídas, o que deixava exalar “maus cheiros nos dormitórios e adjacências, o que poderia affetar a saúde dos meninos por alguma bactéria e impurezas que circulavam do esgotto pelo ar”, enfatizou que “o estado das sentinas deste instituto não correspondem em absoluto, as condições precisas de hygiene”, afastando-se dos discursos veiculados sobre a constituição de um internato salubre, portanto, tornava-se se fazer com urgência os devidos reparos.

A direção do instituto se apresentava como muito ativa no que tange à buscar providencias para combater e curar as enfermidades que acometiam os meninos, até porque isso não correspondia ao que o Orfanológico divulgava enquanto uma de suas caracterísitas: a formação de sujeitos sadios. Um desses casos foi relatado pelo diretor do estabelecimento, que logo ao assumir esse cargo, em 1913, teve que tomar atitudes objetivando recorrer ao Governo do Estado, a partir do envio imediato de um comunicado de extrema urgência, para este intervir com medidas sanitárias em casos de “varicella²³” que atingia alguns educandos. Em face da gravidade do acontecido, o governador mandou

[...] para este estabelecimento, em lancha especial, o senhor Director do Serviço Sanitário do estado, Dr. Francisco Miranda, que com seu critério e competência, auxiliado pelo distinto medico Dr. Augusto Pinto, deu prontas providencias para debelar o mal, já aconselhando meios mais efficazes, já ordenando rigorosa desinfecção. E assim, em fins de Outubro nenhum caso mais se reproduziu e presentemente o estado sanitário do estabelecimento é bom (RELATÓRIO INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1913, p. 2).

O banho de natação realizado pelos educandos também consistia em uma prática que intencionava o cuidado com a saúde destes, por isso, o objetivo de se projetar um tanque para esse fim no Orfanológico, que foi construído em madeira e cheio pela água represada do “Rio Maguary”, caracterizava-se como uma prática muito importante para a “composição física” dos

²³ Também denominada de catapora é transmitida de pessoa a pessoa, através de contato direto ou de secreções respiratórias e, raramente, através de contato com lesões de pele. É uma infecção altamente transmissível, que pode ocorrer em surtos, acometendo principalmente crianças, e pode estar associada a complicações como infecções de pele e doenças neurológicas Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/varicela-sintomas-transmissao-e-prevencao>. Acesso em: 21 novembro de 2016.

meninos, mas que merecia certos cuidados como o horário e tempo adequado para o banho. Além disso, atentava-se para a necessidade da qualidade da água, por esse fato, o governador mandou construir um chuveiro ao lado do tanque a fim de que os alunos se banhassem após os mergulhos, pois considerava de qualidade “não tão boa as águas do Maguary” (PARÁ, MENSAGEM, 1904)

Em artigo publicado na revista “Ensino”, Pires (1892) salientou os inúmeros benefícios da prática da natação para a higiene corporal dos alunos, mas fez a ressalva de que em climas de baixa temperatura, por exemplo, a imersão prologada na água fria poderia ser prejudicial, restringindo e até suprimindo os movimentos natatórios, logo, em temperaturas muito baixas não seria tão recomendada. No entanto, exalta as condições naturais do estado, tidas como favoráveis a esse exercício, posto que

[...] nos achamos cercados [...] de caudalosos rios de aguas tranquilas, que podemos com facilidade [...] obter a construção de piscinas, igarapés ou qualquer manancial de água [...] não possuímos em todos os colégios de internato uma aula de natação – é um verdadeiro crime de lesão a saúde. [...] Além dos desenvolvimentos que uma semelhante prática empresta a musculatura geral, além da vantagem que ella traz a hygiene do corpo, asseando-o incute a coragem nos indivíduos por ocasião dos perigos marítimos (PIRES, 1892, p. 148).

Em portaria de n. 15, 26 de outubro de 1908, o diretor sinalizou a necessidade dos empregados se preocuparem com procedimentos de limpeza e manutenção do tanque e de seu entorno; destacou a enorme contribuição dos banhos de natação para saúde e disposição dos educandos, por ser um “hábito recomendado pelos mais ilustres médicos, que fortalece os corpos de meninos franzinos, fornecendo-lhes bôa respiração, força, movimento, fazendo-os meninos saudáveis e fortes homens no futuro.” Esse discurso, ideologicamente, ancorado no saber médico vai ao encontro do modelo e tratamento dispensado aos corpos infantis, que

[...] precisavam ser regenerados, moldados, endireitados, higienizados e robustecidos – e então à escola não foram colocados limites: foi-lhe confiado a façanha de operar a transmutação de corpos grotescos em corpos refinados. Assim, eles foram objeto de macro e de micro intervenções: preparar o lugar; desinfetar limpar e inspecionar os corpos das crianças consideradas regeneráveis; renegar os corpos de outras; impor hábitos higiênicos; disciplinar; estabelecer códigos de controle e punição; refinar sensibilidades, lapidar sentimentos, arrancar vícios, implantar civilidade, afinar a voz, ensinar o gosto, educar as mãos – são dispositivos que, em conjunto, revelam o intento de correção, constituição e moldagem de corpos infantis (VAGO, 2007, p. 300).

O banho diário dos educandos consistia em um cuidado que merecia bastante atenção na rotina do instituto, uma vez que por meio dessa prática se buscava a limpeza e higienização dos internos, recebendo, comumente, recomendações médicas que norteavam a sua condução por parte dos empregados do estabelecimento. O ofício destinado ao secretário de instrução Augusto Olympio de Araújo e Souza, apresentou orientações feitas pelo médico visitante quanto à modificação do horário do banho dos educandos:

Achando o médico deste Instituto Dr. Pedro Moreira, que o banho frio dado pela manhã nos educandos não lhes era muito hygienico porquanto os expunha a constantes resfriamentos, sobretudo no tempo chuvoso, resolvi alterar o respectivo horário deste estabelecimento como verá nas cópias que junto vos transmitto, pediu a vossa aprovação para este meu acto que só visa a bôa e regular marcha de serviço. Por essa alteração as aulas só funcionam das 7 ¹/₂ as 10 ¹/₂, ficando as tardes reservadas aos estudos e ao banho geral (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. OFICIO N. 33, 26.04.1910).

A alteração proposta pelo médico intencionou retardar os horário do banho dos meninos menores, passando para o período vespertino, em virtude de ter detectado que muitos meninos adoeciam de resfriado, “por conta de seus corpos pequenos ainda se encontrarem em fase de fortalecimento”, que os deixavam suscetíveis, principalmente, nos dias frios, portanto, o horário das tardes seria mais favorável, pois em dias normais se achava de temperatura mais elevada em comparação com a da manhã, o que se tornava menos prejudicial à integridade dos alunos.

A limpeza corporal era uma das práticas efetivamente aplicada com rigor no instituto, visto que o discurso ideológico disseminado nas instituições de acolhimento de crianças objetivava, entre outras coisas, evitar a proliferação de doenças, sobretudo, quando se atrelava isso à condição de pobreza, vista como classe desprovida de hábitos de higiene. Acima de tudo, ideologicamente, a voz discursiva higienista buscava controlar ao seu modo o corpo da criança.

O banho dos educandos, além disso, distinguia-se entre o dos bons e dos doentes. Tal divisão se dava pelo fato do banho ser entendido como momento de “extremo cuidado com a hygiene”, por isso, meninos sadios não poderiam de forma alguma compartilhar dessa prática com aqueles que apresentassem moléstias. Conforme a portaria n. 3, 29 de julho de 1911, o banho dos bons seria feito “no banheiro externo sob imediata fiscalização do pharmacêutico ou de quem suas vezes fizer e do respectivo inspector”, já o dos doentes seria nos “banheiros interiores sob as vistas do Director e do respectivo enfermeiro ou de quem suas vezes fizer” (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA. N. 3, 29.07.1911). Ao estabelecer tal separação, ilustra-se uma atitude muito recorrente nesse contexto, a segregação dos sujeitos doentes do convívio com seus pares, que era uma maneira de evitar o contágio e a proliferação

de moléstias, ao mesmo tempo, em que servia apenas para isolar, posto que o desconhecimento da causa e transmissão de doenças encontrava nessa estratégia sua única saída.

Os discursos oriundos do saber médico, como se pode perceber, orientavam, ideologicamente, as ações dos cuidados dos educandos, correspondendo ao lugar assumido pelos médicos, especialmente os sanitárias e higienistas, no início do século XX, que foram reconhecidos como os detentores do conhecimento científico, em detrimento do popular, para tratar da saúde das pessoas e da sociedade de um modo geral, produzindo em um conjunto de indicações permeadas pelo discurso ideológico cientificista, depositando nos chamados homens de ciências o futuro da humanidade. Conforme Pinheiro (2013), para a infância, especificamente, eram produzidos e divulgados compostos alimentícios, fortificantes, medicamentos e xaropes, considerados fantásticos, infalíveis, poderosos e eficientes para uma infinidade de males, com a intenção de torná-la forte e saudável, mas muitos deles não apresentavam e faziam o que prometiam.

Nesse contexto, a medicina encontra-se autoconfiante, assumindo a função de protagonizar a reforma da sociedade, legitimada pela ideologia oficial (BAKHTIN, 1997) permeada no discurso dos governantes. “Só ela se acha em condições de compreender cientificamente o indivíduo e de agir em conformidade sobre ele”, passando não somente a se preocupar em intervir na vida privada das famílias e de seus filhos, mas sim, a partir dos últimos anos do século XIX, a querer intervir no domínio escolar. A essa altura, “o discurso médico quer a pedagogia sob o controle da sua fundamentação. A pedagogia científica que se estava a construir não podia realizar-se sem o contributo médico (FERREIRA, 2003, p.21).

Os médicos, na relação com o campo educacional, obtiveram tamanho alcance que se ocupavam em discutir os conteúdos, objetos de ensino, metodologias, espaço, tempo, arquitetura, entre outros, inserindo-se de maneira direta na organização da rotina dos alunos e na dinâmica das instituições educativas. Segundo Stephanou (2005, p. 146), “os médicos, a partir de seus discursos, apresentam-se como educadores, seja para instruir e formar, seja para conduzir e dirigir todos e cada um.”

Nas primeiras décadas do século XX, a medicina era a ciência que mais se considerava conhecedora da infância, no Pará, tiveram atuação destacada, na intenção de formar “novos homens sadios em corpo e moral”, tanto nas orientações para as famílias de como cuidar das crianças quanto para a definição de políticas (GUIMARÃES, 2016).

No projeto de se criar uma sociedade civilizada, ordeira, forte e livre de enfermidades, o discurso médico-higienista, tão veiculado nos finais do século XIX e início do XX, em

confluência com o Estado, o direito e a educação, em um espécie de “tecido de muitas vozes” (BAKHTIN, 2004), promovia

Uma devassa nos corpos infantis. Os médicos e a medicina eram chamados a participar da tentativa de controlar, sanear e civilizar crianças. Mas havia também os corpos infantis renegados pela escola. A escola buscava livrar-se dos considerados “incapazes fisicamente”; os corpos portadores de enfermidades contagiosas; os corpos indigentes (que poderiam ser incluídos caso a escola fornecesse material, roupa e utensílios, com a caixa escolar); os corpos residentes fora do perímetro escolar, os corpos sem meio de comunicação. São corpos esquecidos. Nem todos os corpos interessavam à escola, nem todos ela protegeria tampouco zelaria por sua saúde (VAGO, 2007, p. 291).

A alimentação dos meninos também era alvo de cuidados específicos, sendo controlada pelo direção do estabelecimento, que constantemente recebia amostras para verificar a qualidade das refeições. Estas seguiam uma tabela previamente aprovada pelo diretor, o qual recomendava, como expresso na portaria n. 32, de 12 de julho de 1912, “o maior zelo possível na alimentação dos educandos, pois seu asseio e cuidado é fundamental importância para uma formação saudável”. Para tanto, restringia-se a entrada de pessoas na copa, cozinha e refeitório; respeitava-se com rigor a dieta alimentar dos enfermos; orientava-se o condicionamento dos alimentos de maneira adequada, assim como o destino dos restos de alimentos, que deveriam ser despejados fora das imediações da cozinha, para se evitar possíveis contaminações.

A Educação Física também se configurava como uma prática que vislumbrava a “formação saudável” dos alunos no Orfanológico. No regulamento da instrução pública de 1903, a Educação Física compreendia noções práticas de higiene, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre, não se caracterizando enquanto disciplina escolar com dias e horários determinados. Porém, no regulamento de 1910, assume a denominação de ginástica, que deveria ser realizada no intervalo do tempo delimitado para os trabalhos escolares, tendo a duração de trinta minutos para os exercícios ginásticos, sob a direção e vigilância dos professores.

Na rotina dos educandos, a Educação Física era denominada de ginástica e deveria ser praticada meia hora diária antes do banho. Os exercícios pautavam-se no método da Ginástica Sueca, que almejava o trabalho corretivo, anatômico e biológico, tomando por base princípios científicos que visavam, conforme Marinho (1980, p. 98), “[...] antes de tudo, ao desenvolvimento harmônico natural (...). Seu fim consiste em desenvolver de uma maneira regular e concreta o corpo humano por meio de exercícios racionais”. Na sua realização,

O movimento devia desenvolver efeitos em um curto tempo; ser simples para uma execução correta e bela, de acordo com a habilidade de cada um. Com o objetivo de suprir as necessidades do organismo e, ao mesmo tempo, desenvolver harmonicamente o corpo, os exercícios deviam afastar as tendências de má postura que gerariam crescimento defeituoso; e o maior ou menor valor do movimento dependeria do seu poder de interação e correção dessas tendências (MORENO, 2014, p. 131).

A presença nas escolas da Ginástica ou Educação Física, desde os primeiros anos do processo de escolarização, recebia forte influência do pensamento médico-higienista, sendo tal prática estruturada a partir de princípios científicos pautados na fisiologia e anatomia, sendo defendida como promotora de inúmeros benefícios para o desenvolvimento humano, sobretudo, no que tange à formação de sujeitos fortes e saudáveis, posto que por meio dela “impõem-se uma disciplina que pretende adequar o corpo ao trabalho fabril, tornando-o assim mais dócil e submisso sob a ótica do poder e, ao mesmo tempo (e por isso mesmo), mais ágil forte e robusto sob a ótica da produção como expressão do poder e da ordem”(SOARES, 2007, p. 100).

A Educação Física, imbuída pelos discursos higienistas, exercia um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios e fortes, cumprindo a missão de não apenas se responsabilizar pela saúde individual das pessoas, mas servindo como protagonista em um projeto de “assepsia social”. Desta forma, “a ginástica, o desporto, os jogos recreativos etc. deviam, antes de qualquer coisa, disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que ‘comprometeria a vida coletiva’” (GHIRALDELLI JR, 2002, p. 17). Por isso, essa atividade tinha representativo espaço na instituição, estando, ideologicamente, em diálogo com a formação dos meninos, que necessitavam crescerem fisicamente ativos e fortes, para serem utilizados enquanto força de trabalho a ser explorada pelo capital.

A ginástica, ainda, servia enquanto atividade demonstrativa em apresentações no Instituto Orfanológico, a exemplo das demonstrações feitas nas visitas realizadas pelo Governador do Estado ao estabelecimento. Faziam parte das aulas de ginástica explicações sobre as extremidades do corpo humano, exercícios de posições fundamentais (perfilado, mãos na nuca, mãos no peito, pés juntos, pés abertos), movimentos dos membros superiores e inferiores, movimentos de cabeça (rotação e flexão), exercícios de flexibilidade para o tronco, marcha graciosa, respiração, entre outros. Além de sua relação com a saúde na infância, a ginástica consistia como um

[...] dispositivo disciplinar para tentar controlar as crianças e impor-lhes comportamento desejáveis, mobilizada como prática de disciplinarização e aculturação das crianças, especialmente filhos e filhas de famílias pobres, muitas vezes tratadas (as) como indigentes, numa tentativa de conseguir que se desvinculassem dos seus hábitos de origem. Se a crença na capacidade de eliminar vícios contraídos em casa e na rua e implantar novos hábitos era generalizada entre os agentes escolares, a ginástica foi um dos dispositivos previstos e mobilizados (VAGO, 2007, p. 297).

Os cuidados dirigidos pelo Instituto Orfanológico do Outeiro, por meio das orientações e intervenções dos profissionais, bem como das práticas realizadas no seu cotidiano, estão permeados de discursos ideológicos que se vinculam à concepção de infância do período, que precisava desde os primeiros anos ser formada em cidadãos fortes, aptos e saudáveis para servirem no futuro, especialmente no caso das crianças pobres, de mão de obra para os anseios das elites e do Estado. Portanto, “formar aqueles que seriam os cidadãos republicanos - civilizados, de maneiras amaciadas, disciplinados, sadios e trabalhadores ordeiros -, que assim poderiam contribuir para o desejado progresso social (VAGO, 1999, p. 2).

Nesta direção, entende-se que a instituição materializava esses discursos no seu cotidiano, já que a saúde era um dos pontos de destaque na formação pretendida pelo estabelecimento, refletindo, assim, aspectos do modelo de educação dos finais do século XIX e início do XX, evidenciando que o sujeito e suas ações são atravessados por discursos de um dado tempo, espaço e lugar (BAKHTIN, 2004).

De outro modo, não se pode perder de vista que os conhecimentos produzidos e materializados pelos homens de ciência, nesse período, também trouxeram importantes contribuições para a formulação de orientações para a melhoria da saúde da infância, que historicamente padecia com as altas taxas de mortalidade infantil, muito em decorrência da falta de cuidados específicos no trato com as crianças. Além disso, os médicos influenciaram substancialmente na melhoria das condições de higiene dos espaços educativos, no sentido de serem construídos a partir de preceitos que visavam à salubridade, oferecendo assim um ambiente que intencionava estar livre de condições que prejudicassem a saúde dos sujeitos que vivenciassem tais estabelecimentos.

5.2. O ensino elementar no Instituto Orfanológico

O Instituto Orfanológico do Outeiro oferecia o ensino primário elementar, que era destinado às crianças a partir dos seis anos de idade. Na legislação de 1903 era dividido em três anos, sendo o primeiro correspondente a uma escola infantil, uma inovação até então no ensino público paraense, no qual os meninos aprendiam as “lições da carta de A. B. C.”, (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. OFICIO N. 33, 26.04.1910); já na de 1910, subdividia-se em quatro anos, que denominava-se na instituição de primeira, segunda, terceira e quarta “escolas.”

O tempo e a rotina dos educandos norteava-se pelo horário geral do instituto, quadro 7, que delimitava todas as atividades diárias, como despertar, banho, café, aulas, recreios, almoço, estudo, jantar e dormitório. A rotina da instituição se organizava de modo preciso e deveria se desenvolver eficientemente, por meio da intervenção dos funcionários do estabelecimento, respeitando a ordem e o horário de cada momento da dinâmica institucional dos meninos, que precisavam realizá-la de maneira disciplinada e obediente.

A forma como o tempo é repartido e organizado em tarefas denuncia um conjunto de limitações e liberdades que estão intimamente ligadas ao espaço físico em que elas se realizam, às finalidades e importância que lhes são atribuídas e aos poderes que se exercem simultaneamente nesse espaço, através das teias de relações nele estabelecidas (FELGUEIRAS, 2008, p. 100).

Exigia-se que os alunos sempre estivessem em atividade e ocupando o devido espaço, e na constante supervisão de funcionários destinados para tal função. Em portaria de n. 23, de 22 de agosto de 1912, estabelecida pela direção do Instituto Orfanológico, ilustra-se esse tipo de recomendação. Nesta, determinava-se que se deveria “Proibir a permanência de alumnos (fora das horas de suas obrigações) nos salões de aula, secretaria, enfermaria, farmácia, dormitórios, refeitórios e dentro dos compartimentos do instituto durante o recreio e sem consentimento dos senhores inspectores”, expressando traços do rigor, da disciplina e das regras estabelecidas no internato.

Quadro 7 - Horário Geral do Instituto Orfanológico do Outeiro (1911)

ATIVIDADE	HORÁRIO
Despertar	5 ^{1/2}
Asseio	Das 5 ^{3/4} às 7h
Café	7 às 7 ^{1/2}
Recreio	7 ^{1/2} às 8h
Aula	8 às 10h
Banho (maiores)	10 às 11h
Almoço	Das 11 ao meio dia
Recreio	Do meio dia às 1 ^{1/2}
Asseio	1 ^{1/2} às 2h
Aula	Das 2 às 4h
Banho (menores)	Das 4 às 5h
Jantar	Das 5 às 5 ^{3/4} h
Recreio	Das 5 ^{3/4} às 6 ^{1/2}
Estudo	Das 6 ^{1/2} às 7 ^{1/2}
Dormitório	7 ^{3/4}
Silêncio	8h
OBSERVAÇÕES	
<p>Nos domingos e dias feriados: Pela manhã: recreio e toilette Pela tarde: das 2 às 4h – aulas de instrução moral e cívica Dias de banho: segundas, quartas e sextas feiras Gynástica Sueca: 1/2 h todos os dias Nos sábados à tarde – lavagem e asseio das aulas, salões e corredores Nas segundas feiras pela manhã – lavagem dos dormitório</p>	

Fonte: Instituto Orfanológico. Portaria n. 15. 24. 04. 1911.

O cronograma das ações cotidianas do Orfanológico, como se pode notar, estruturava-se na intenção de preencher os dias dos alunos com a programação proposta, mas com a preocupação de equilibrar as atividades, alternando momentos de aulas com os de recreios. Tal disposição convergia com as indicações médicas de que as crianças não poderiam ser submetidas a horas intensas de estudos, o que implicaria no mau aproveitamento na aprendizagem e no seu desenvolvimento, pois

Para que a intelligencia da creança se não canse, é necessario que o trabalho esteja regulado de modo que alternem constantemente os exercícos intellectuaes e os exercicios phisicos. Assim, após uma hora de constante trabalho de intelligencia, deve fazerse seguir um intervallo de descanso ou uma outra hora em que a creança se entregue a outros exercicios, como o desenho, a gymnastica e a musica. Se operarmos uma divisão do trabalho, obdecendo a estes princípios, poderemos ficar certos de que nem o corpo nem a intelligencia do alumno se cançarão (CRUZ, 1879, p. 109 apud FERREIRA, 2003, p. 17).

A distribuição dos tempos escolares organizados de modo a não causar fadiga nas crianças, segundo Vago (2007), foi motivo de preocupação à época, fundamentada e difundida a partir de congressos sobre higiene escolar em diversos países europeus desde as últimas décadas do século XIX, nos quais se divulgavam discursos que defendiam a necessidade de combinar e variar as atividades em função de sua dificuldade, “características e faculdades requeridas, não permitindo que o cansaço e o tédio dominassem as crianças” (VAGO, 2007, p. 288).

No horário estabelecido no quadro 7, nota-se que cada sessão do recreio correspondia ao tempo de trinta minutos, o que não acontecia na legislação do ensino de 1903, a qual indicava que durante as horas de aula haveria um intervalo de quinze minutos destinado ao recreio dos alunos.

Em relação ao tempo total de aula, este deveria obedecer, oficialmente, a duração de três horas e trinta minutos, começando às oito e terminando às onze e trinta. Os alunos na faixa etária de seis a sete estariam sujeitos aos exercícios escolares durante as três primeiras horas de trabalho, ficando ao prudente arbítrio do professor as exceções que convenha estabelecer (PARÁ, DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1910).

Ainda em relação ao quadro 7, pode-se constatar o rigor e a disciplina com as quais os alunos diariamente se defrontavam no instituto, chamando a atenção que até nos domingos e feriados a rotina dos meninos era preenchida com atividades, como por exemplo, as aulas de instrução moral e cívica, pela parte da tarde.

O horário das aulas, também, seguia uma disposição bem específica, quadro 8, com dias e tempos determinados para os conteúdos do ensino elementar propostos pelo programa oficial de instrução do estado. Diferentemente do programa de 1903, o de 1910 se apresentava mais ampliado e com indicação mais precisa dos conteúdos. Este se estruturava com conhecimentos de Língua Portuguesa, Aritmética, História, Geografia, Desenho e Lição de coisas, que deveriam ser ministrados nos turnos da manhã e tarde. Além de noções de Botânica e Zoologia, e de Ginástica Sueca.

Quadro 8 - Horário de aulas do Instituto Orfanológico (1910)

ANO	MANHÃ	TARDE
1º ano	1ª hora: dictado, correção e escripta 2ª hora: Língua Portuguesa – leitura, exercício oral e escripto.	1ª hora: Arithmética – exercício oral e escripto 2ª hora: Geografia e Desenho
2º ano	1ª hora: Arithmética – exercício oral e escripto 2ª hora: Língua Portuguesa – leitura, exercício oral e escripto	1ª hora: Arithmética – exercício oral e escripto 2ª hora: Geografia e Desenho
3º ano	1ª hora: Arithmética – exercício oral e escripto 2ª hora: Língua Portuguesa – leitura, exercício oral e escripto	1ª hora: Arithmética – exercício oral e escripto 2ª hora: Geografia e Desenho
4º ano	1ª hora: Arithmética – exercício oral e escripto 2ª hora: Geografia e Desenho	1ª hora: Arithmética – exercício oral e escripto 2ª hora: Geografia, História e Desenho
OBSERVAÇÕES		
<p>Na primeira aula (3º e 4º ano) o exercício será ministrado simultaneamente, em turnos, para maior facilidade das explicações da professora.</p> <p>Depois das aulas da manhã, antes do banho, haverá meia hora de exercício de gynástica sueca – das 9 1/2 às 10 horas.</p> <p>Nas 5ª feiras: pela manhã composição e lição de coisas e a tarde exercício de redação, zoologia e botânica.</p> <p>Nos sábados à tarde: calligraphia (recapitulação das matérias estudadas durante a semana).</p>		

Fonte: Instituto Orfanológico. Portaria n. 22, de 04 de julho de 1910.

Às professoras foi recomendado que as aulas fossem norteadas pela seguinte distribuição de disciplinas escolares, conforme a portaria de n. 1, de 14 de janeiro de 1911:

Quadro 9 - Disciplinas e horários de aula do Instituto Orfanológico (1911)

SERIES	HORÁRIOS	MATÉRIAS
1º ano	Manhã: Língua Portugues – leitura e escripta; lição de coisas Tarde: Arithmética, Geografia e Desenho	
2º ano	Manhã - Língua Portugues – leitura e escripta; lição de coisas Tarde - Arithmética, História Natural, Geografia e Desenho	
3º e 4º ano	Manhã - Língua Portugues – leitura e escripta; Lição de coisas e História Natural Tarde - Arithmética, Geografia, História do Brazil e Desenho.	

OBSERVAÇÕES
<p>Nas 4ª feiras pela manhã haverá exercício de redacção (para o 3º e 4º anno)</p> <p>Nas 5ª feiras pela manhã: composição para os alumnos do 2º, 3º e 4º ano</p> <p>Nos sábados à tarde declamação para todos os annos e sabatina geral</p>

Fonte: Instituto Orfanológico. Portaria n. 1. 14.01. 1911.

O “método intuitivo” era o recomendado para nortear o ensino, este partia do concreto para a abstração do conteúdo a ser aprendido pelos educandos, por meio de objetos utilizados enquanto recurso didático, como caixas, gravuras, formas geométricas e coloridas, entre outros, e dos sentidos para a produção da ideia a ser repassada/assimilada. Para tanto, os sentidos deveriam ser educados visando à obtenção do conhecimento desejado, o que contribuía para que se passasse do plano da intuição dos sentidos para o intelectual.

As lições de coisas consistiam no procedimento de aplicação do método intuitivo ao longo dos quatro anos da formação elementar dos meninos. Estas abrangiam, conforme Valdemarin (2004), as funções de: direcionar o aluno a adquirir uma ideia abstrata, mediante a apresentação de um objeto concreto; educar pelos cinco sentidos, levando o educando a ver, observar, tocar e discernir as características de certos objetos; e demonstrar o conhecimento e fatos utilizando elementos referentes à natureza e à indústria, buscando o aprendizado da coisa e o seu nome, de um fato e sua expressão, um fenômeno e seu determinante. Segundo Bastos (2003, p. 11),

A lição de coisas ensina pela realidade por ela mesma; e cada realidade permite um conhecimento útil, um bom sentimento ou uma boa ideia [...] seus princípios e regras seguem as mesmas operações do entendimento humano, visto que cada criança é um pequeno homem. Assim, o método segue a mesma marcha que o espírito, nas suas percepções.

As lições de coisas, não se caracterizavam enquanto uma disciplina escolar, pois abrangiam conhecimentos diversos, no entanto, apresentavam momentos específicos para a sua realização. No Instituto Orfanológico, aconteciam às quintas feiras pela manhã, já no horário de distribuição das disciplinas de 1911, quadro 9, faziam-se presentes todos os dias letivos pela manhã. Os professores desenvolviam as lições por meio de palestras nas quais introduziam o conteúdo a ser ensinado e aprendido, que poderia ter relação com formas geométricas, cores, medidas, qualidade das coisas, etc. Para ensinar as cores primárias e secundárias, por exemplo, assim era indicado:

O professor começará estas lições por mostrar aos alumnos um cartão branco, depois retalhos ou lãs de variadas cores, vindo em primeiro lugar as cores mãis. Seguidamente, noutros exercícios, fará que os meninos agrupem as côres em três montes - das vermelhas, das amarelas e das azues, - escolhendo-as entre lãs e retalhos. Sômente quando o mestre estiver certo que os alumnos sabem differenciar as côres –escrever-lhes-à os nomes no quadro preto. Deve o mestre ainda ter em atenção os estudantes que sofram de daltonismo ou incapacidade de distinguir certas côres (PARÁ, DA NOVA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO 1910, p. 32).

A Língua Portuguesa consistia em uma disciplina escolar, que pela direção do Orfanológico, era de estimada importância, posto que os educandos precisavam “ser bem ensinados pelos professores em virtude de ser pela leitura e escrita que a formação e progresso dos meninos internados pode ser logo percebida”, pontuou o diretor em portaria de n. 11, de 23 de agosto de 1911, que tratava de informar como deveria ser a distribuição das disciplinas nos horários de aulas do estabelecimento.

Nessa direção, os documentos oficiais da instrução destacavam, que nesta disciplina, os docentes deveriam “cuidar por exercícios systemáticos de invenção e composição, de fazer que o alumno falle e escreva corretamente a sua língua” (PARÁ, DA NOVA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1910, p. 45). Na escola primária, a caligrafia configurou-se com atividade educativa que moldava comportamentos. “Escrever com correção e letra legível (preferencialmente cursiva em com traços elegantes) é demonstrar a posse de uma cultura erudita” (SOUZA, 2009. p.109).

Tais competências eram avaliadas com bastante destaque nas provas que os educandos eram constantemente submetidos. A respeito das provas orais, torna-se relevante salientar que estas

[...] não se destinavam apenas a verificar os conhecimentos adquiridos pelos alunos. Tanto a leitura em voz alta quanto as provas orais, que desapareceram no ensino brasileiro, ensinavam um ritmo, uma melodia, uma entonação da fala, educavam o ouvido, ensinavam o domínio da voz, a postura corporal adequada, a desenvoltura. Em suma, ensinavam a falar corretamente em público (BUFFA; PINTO, 2002, p. 52-53).

O programa oficial de ensino indicava que os docentes ensinassem conhecimentos sobre as vogais, consoantes e sílabas, ditados de palavras e composições simples, empregos dos acentos, estudo dos substantivo, adjetivo, artigo numeral, a elaboração de composições simples de temas como: passeios, visitas e cartas, recitação de fabulas previamente esclarecidas pelo professor, declamação de prosas e poesias de bons autores, recitação expressiva de diálogos e pequenas peças, estudo da ortografia, prosódia, palavras primitivas, derivadas, simples e

compostas, estudo da grafia e ditados (PARÁ, PROGRAMA OFICIAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1910).

O desempenho dos alunos, nos estudos da língua materna eram avaliados, tanto nos exames quanto nas apresentações feitas na presença de autoridades políticas e de ilustres personalidades da sociedade paraense a época, que ao visitarem o estabelecimento se impressionavam com as performances dos meninos no que dizia a respeito à leitura, prosódia declamação e dramatização de poemas e peças, “em que os educandos recebiam estrondosos aplausos pela sua desenvoltura nas apresentações solenes” (A PROVINCIA DO PARÁ 10.09.1909, p.1)

A instrução moral e cívica, ministrada aos domingos e feriados pela parte da tarde, conforme o horário geral da instituição, como indicado no quadro 7, também assumia um papel relevante na formação dos educandos, fazendo-se presente na rotina do Orfanológico, seja nos estudos ou nas práticas realizadas, bem como nas cerimônias e celebrações solenes, tornando-se um meio para ensinar valores e sentimentos, que fizessem dos alunos cidadãos úteis a si, aos outros e à Pátria.

Para isso concorreria a “Instrução Moral e Cívica”, com a qual os vícios seriam arrancados dos corpos das crianças, para neles implantar civilidade. “Destinada a dirigir a conducta do meninos”, a inspirar-lhe bons hábitos e cumprimento do dever”, devendo ser ministrada não só nas horas determinadas, mas “em todas as ocasiões em que se oferecer oportunidade”, devendo-se então aproveitar “factos e exemplos de que se deduzam os preceitos de moral e dever cívico, mas com exemplos do que com palavras” (VAGO, 2007, p. 293).

Temas como a família, os pais, os filhos, os avós, o amor, o respeito e a obediência filiar, a união e o auxílio entre os irmãos; deveres para com os mestres como respeito, confiança; amizade, respeito e dedicação para com os amigos; polidez para com os domésticos, entre outros, eram abordados nas aulas. O professor deveria empregar “todo o seu inteligente esforço para – por meio de exemplos, - conseguir fixar no character e na memória affectiva das crianças esses deveres e essas affeições” (PARÁ, PROGRAMA OFICIAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1910, p. 21).

A instrução cívica e moral é conteúdo importante, mais educativo que instrutivo devendo ser ensinado de forma incidental nos três primeiros anos do curso primário desenvolvido no interior de outras matérias, nas lições de leitura, nas recitações de trechos morais e cívicos, na leitura de poesias e nas narrativas de historietas, nas palestras dadas pelos professores sobre deveres dos alunos em relação a si mesmos, à família, à escola, à sociedade, à Pátria (SOUZA, 2009, p.114).

Implantar a civilidade nas crianças, principalmente nas pobres, consistia em um discurso ideológico intensamente veiculado pela elite, Igreja e Estado, que promoviam, dialogicamente, um “entrelaçavam de vozes discursivas” (BAKHTIN, 2004) no sentido de inculcar valores e comportamentos europeus, pois a infância das camadas menos favorecidas, recebia a alcunha de brutos, rudes e selvagens, pressupondo que seus hábitos e costumes necessitavam de uma educação para se constituírem civilizados e, assim, mais facilmente moldados. No Pará, o Bispo Dom Macedo Costa foi um dos intelectuais que mais se afinavam a esse discurso, ao ponto de criar uma obra denominada de “Compendio de Civilidade Cristã”, nos finais do século XIX, com a intenção de difundir princípios cristão e de civilidade nas escolas e institutos do estado.

Para D. Antônio de Macedo Costa, só existia um caminho seguro que faria a Amazônia trilhar os caminhos da civilização: elevar o nível intelectual e moral do seu povo. Para ele, investir na instrução e educação moral seria investir no desenvolvimento da própria economia. E isso era uma questão política, social e de humanidade, pois o baixo nível intelectual e do povo seria um grave problema que impedia não só o avanço da civilização, mas também do cristianismo (COSTA; FRANÇA, 2016).

Com a tarefa de conduzir o ensino elementar, inculcando princípios de civilidade, disciplina e moral, os professores, além das obrigações contidas no estatuto do Instituto Orfanológico, deveriam, de acordo com as recomendações oficiais do estado, cumprir alguns deveres: ser pontual nas aulas; vestir-se de maneira decente; não se retirar do estabelecimento sem ter concluído seus trabalhos e fora da hora da sua rotina regimental; lecionar por meio dos compêndios e livros recomendados; esforçar-se para que os meninos desenvolvam a inteligência inculcando o amor ao estudo e o sentimento do dever; fornecer aos educandos constantes exemplos de moralidade e amor às instituições; esgotar os meios brandos ao alunos antes de aplicar qualquer forma disciplinar corretiva, mas caso necessário que fosse com critério e moderação (PARÁ, DA NOVA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1910).

O diretor do Instituto Orfanológico ao tratar do ensino e do corpo docente, como aspectos positivos na instituição, já que funcionavam de maneira organizada, adequada e eficiente, relatou que

Ao visitar a aulas para minuciosamente observar a marcha regular do ensino. A impressão por mi recebida, foi, o digo com prazer, a mais lizongeira. O asseio das aulas, o adiantamento dos alunos, a ordem, a disciplina, a escripturação perfeita e aseada do livro de matrícula e ponto diário, o methodo e uniformidade do ensino, a dedicação e assiduidade dos professores, o julgamento das lições, tudo, enfim, deixou em meu espírito a convicção de que o corpo de professores do Instituto João Coelho é competente, criterioso e cumpridos dos seus deveres (RELATÓRIO INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1913, p. 2).

As lições de escrita e operações numéricas dos alunos em certas ocasiões eram tomadas pelos inspetores do Instituto Orfanológico, conforme é ilustrado na portaria n. 13 de 03 de março de 1910, na qual o diretor do estabelecimento Manuel Manços da Silva Villaça mandou designar que ficaria a cargo do “inspector Euclides Buarque Lima, a aula da manhã da 1ª escola, a qual deverá os meninos escrever, tomando as suas lições. A aula da tarde, na qual os alumnos mais adiantados devem estudar tabuada e fazer exercícios de conta, fica a cargo do inspector Arthur Ribeiro.”

O desejo de criação de uma banda de música na instituição era algo manifestado pela direção do Orfanológico, na pessoa do senhor Manoel Manços da Silva Villaça, como ilustra os ofícios n. 11 de 28 de março de 1907 e o de n. 12 de 14 de agosto de 1908, emitidos à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, que solicitavam a possibilidade de se criar uma banda escolar para contribuir com a formação dos educandos. Tal ensejo também é mencionado no relatório apresentado pelo secretário da Instrução Pública, Augusto Olympio de Araújo e Sousa, ao governador do estado, no ano de 1909, no qual relata que “[...] pede o Director a organização de uma banda de música com os educandos que revelarem vocação para essa arte” (RELATÓRIO, 1909, p. 114). Não se encontraram indícios nos documentos investigados se de fato foi composta a banda musical, o que se permite inferir que essa vontade da direção do Orfanológico não se materializou.

O nível de conhecimentos dos educandos e o grau de comportamento às regras e determinações da instituição, eram mensurados por meio de exames, no quais os “melhores são recompensados; reunidos no fim do ano e comparados entre eles, permitem estabelecer os progressos, o valor atual, o lugar relativo de cada aluno; determinam-se então os que podem passar para a classe superior” (FOUCAULT, 1987, p. 18).

No Orfanológico, aplicavam-se os exames de passagem e os finais, que intencionavam verificar se os alunos tinham condições de serem submetidos ao exame de certificado dos estudos elementares. Estes deveriam ser realizados perante comissões organizadas, compostas por três membros, nomeados pelo Secretário de Estado e Instrução. Constavam apenas de provas orais, cujo conteúdo abordado se orientava pelo programa oficial de ensino.

Os exames de certificado dos estudos elementares se davam na capital, nas vilas e cidades do interior, e tinham como avaliadores uma comissão de três professores previamente nomeados pelo Secretário de Instrução, sendo presidida pelo diretor do estabelecimento ou membros do conselho escolar. Estes eram compostos de duas provas:

- a) a prova escripta versará sobre um dictado de oito linhas de um trecho sorteado d'entre três, de um livro adoptado nas escolas para leitura corrente, e servirá de prova de orthografia e caligrafia.
- b) a prova prática consistirá na aguirção pelos examinadore sobre as materias que compõem o programa do ensino elementar, de modo a verificar o desenvolvimento da observação e não da memória.(PARÁ, DA NOVA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1910, p. 31)

O Secretário de Estado, do Interior, Justiça e Instrucção Pública, em officio n. 21, de 23 de julho de 1911, marcou, uma das edições dos exames de certificados para o dia 04 de novembro do referido ano, no Instituto Orfanológico do Outeiro, “nomeando para comporem a comissão examinadora as seguintes professoras: D. Rosalina Minervina de Souza Alvarez, D. Vigertina Soares da Costa e D. Benvida Ferreira França Messias.” O secretário enfatizou que se “as examinadoras que sem causa, justificada por moléstia, a juízo do Secretário de Estado do Interior, faltarem aos trabalhos dos exames, perderão a totalidade dos vencimentos de três dias”. Além disso, informou que a comissão organizadora deveria funcionar “sob a presidência do director do referido instituto que marcará a hora para o início dos trabalhos, segundo os meios de transportes.”

O diretor convidava autoridades e pessoas ilustres da sociedade paraense para prestigiarem esse evento, como foi informado no officio de n. 45, de 23 de outubro de 1911, no qual convidou o Secretária de Estado, do Interior, Justiça e Instrucção Pública para “assistir no dia 25 do corrente, às 8 horas da manhã os exames de estudos elementares a que serão submettidos oito educandos deste instituto, que com real aproveitamento concluíram os respectivos cursos”.

Manuel Manços da Silva Villaça sinalizou, neste documento, que seria a primeira vez que o instituto conferia diplomas de estudos elementares a educandos que completaram “seu tirocínio escholar”, portanto, o comparecimento da autoridade nesta simbólica ocasião se fazia relevante, tendo em vista que sua presença a este ato serviria “para dar-lhe maior solenidade, como também para estimular os educandos, desta caridosa instituição do benemérito governador do Estado”.

Os exames se configuravam como momentos importantes no Instituto Orfanológico, já que representavam a possibilidade pública de mostrar o desempenho dos educandos, por isso, recebia caráter solene, como é elucidado na notícia de uma das sessões de exame realizada no estabelecimento:

Os exames de certificados de estudos elementares, neste Instituto, realizaram-se no dia 9 do corrente, pela manhã, presididos pelo sr. Desembargador Augusto Olimpio, secretário do interior. A' chegada, S. Exc., que era acompanhado pelos drs Flexa Ribeiro, director da secretária Juruema Franco e Leopoldino Lisbôa, inspectores escolares e comissão examinadora, compostas das normalistas Rosalina Alvares, Benvinda Messias e Virgentina Costa, do grupo do Pinheiro, foi recebido na ponte pelo director e corpo docente do instituto, fazendo-lhe o corpo de alumnos ruidosa manifestação de palmas e vivas. O instituto e suas imediações estavam artisticamente enfeitados (REVISTA ENSINO, 1911, p. 198).

Ao se convidarem pessoas de projecção na sociedade para prestigiarem os momentos de avaliação dos alunos no contexto da escola primária, como políticos e autoridades locais, tais exames, ideologicamente, “contribuíam quase tanto quanto os belos prédios, para dar visibilidade à escola primária republicana” (SOUZA, 1998, p. 244). Os resultados obtidos pelos alunos eram, geralmente, divulgados nos impressos da instrução pública, como o Boletim Oficial e na revista “O Ensino” e pelo jornal “A Província do Pará”, nos quais se apresentava a listagem dos educandos que foram submetidos e o grau que obtiveram nas provas, que segundo a legislação da instrução (1910), poderiam ser 10, aprovação com distinção; 8, 9, aprovação plena; 6 e 7, aprovação simples. Em um dos exames do Orfanológico, divulgou-se que

Começaram os exames pelas provas escritas, procedendo-se em seguida às oraes, verificando-se o seguinte resultado: Dalcino Loureiro, aprovado no grau 9,1; Domingos Barbosa e Alberto Aguiar, 8,8; Alcibíades Lima, 8,1; Flávio Moraes, 7,3; Francisco das Chagas e Arnaldo Carvalho, 7, e Pedro Cumba, 6,1 (REVISTA ENSINO, 1911, p. 198)

Segundo Souza (1998), os exames, nas escolas republicanadas, constituíam-se como práticas repletas de normatizações, sendo instituídos como atividades sistemáticas e contínuas, no sentido de se buscar a excelência escolar, contribuindo, assim, para aperfeiçoar a organização dos alunos em classes e séries, assim como serviam como mecanismos de controle, punição e hierarquização, posto que ao publicarem os resultados, aos ressaltarem os melhores e piores, a instituição acabava dividindo os “competentes e incompetentes”, os “bons e os maus exemplos.”

O Instituto Orfanológico a fim de destacar os educandos que mais se sobressaíam na instituição, na figura do director, juntamente com os empregados administrativos, resolveu instituir, em officio de n. 46, de 12 de dezembro de 1906, enviado ao Secretário de Instrução Pública, dois prêmios de honra, denominados de “Augusto Montenegro” e “Antônio Lemos”,

em homenagens aos dois eméritos cidadãos, que tanto se tem esforçado pelo progresso d'esta terra, para o que peço sua aprovação”:

O prêmio “Augusto Montenegro” será concedido ao educando que mais se distinguir durante o ano lectivo nos estudos, e constituirá em uma medalha de prata com as devidas inscrições: “Prêmio Augusto Montenegro” – capacidade intellectual - Instituto Orfanológico – 1906-distribuídas em letras gravadas no verso e reverso da medalha. O prêmio “Antonio Lemos” será conferido ao educando mais distinto em conducta e constituirá também em uma medalha, com a inscrição: “Prêmio Antonio Lemos” – capacidade moral - Instituto Orfanológico - 1906 – distribuídas como n'aquella (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. OFICIO N. 46, 12.12.1906).

O prêmio foi criado na intenção de “animar os que melhor progrediram nos estudos e seguiram na conducta moral” e para “estimular os outros para se esforçarem em progredir no ensino e na capacidade moral”, por isso, o momento de premiação deveria ser na presença de todos os meninos. Além das medalhas, os educandos que mais obtinham êxito nos exames avaliativos recebiam brinquedos e livros instrutivos e de fábulas, ofertados pelo Governo do Estado ou por membros da sociedade paraense, que eram convidados para presenciarem estes momentos no Instituto Orfanológico do Outeiro. Para Foucault (1987, p. 206),

[..] as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. Funcionamento penal da ordenação e caráter ordinal da sanção. A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição.

O jornal “A Província do Pará” de 30 de novembro de 1908 noticiou uma das cerimônias de término de ano letivo:

Encerrado os trabalhos escolares do corrente anno letivo, realizou-se ante-hontem, à tarde a distribuição dos boletins annuaes de desempenho e conducta e dos prêmios dos educandos do Instituto Orfanológico do Outeiro. Reunidos os meninos alli recolhidos às salas onde funcionam as 1^a e 2^a escholae, tomou a presidência do acto o dr. Manoel Manços da Silva Villaça, director do estabelecimento, ladeado pelas professoras d'este, normalistas donas Rufina da Cunha Frazão Villaça e Eugenia Maria dos Santos.

Nesta ocorreu a premiação dos educandos, que foi divulgada pelo impresso, quadro 10, que mais se destacaram no referido ano letivo, destacando o nome do educando, o prêmio, o ano cursado no ensino elementar e o livro recebido. Para finalizar a sessão solene destinada aos

exames, o diretor que estava presidindo o importante e simbólico momento no Orfanológico, manifestou-se em discurso, no qual:

Concitou os educandos aos estudos e fez lhes ver que só por esse meio pode o homem ser útil a si ou aos seus, significando o seu prazer aquelles que iam receber o justo galardão dos seus esforços, effectuou-se, então, a leitura e entrega dos boletins anuaes desempenho e conducta, seguindo-se a distribuição de alguns prêmios aos educandos que os mereceram, por aplicação aos estudos uns por conducta outros. Hontem, pela manhã, vieram para Belém, passar as férias em família, muitos educandos, que ao director fôram requisitados por seus parentes e protectores, que ao instituto fôram busca-los (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 30.11.1908, p. 1).

No seu pronunciamento, Manços Villaça estimulou os meninos a estudarem, salientando que os estudos são um “meio pode o homem ser útil a si ou aos seus” e que somente pelo esforço é que se consegue vencer, o que reproduz o discurso ideológico liberal de que o sujeito é o único responsável pela melhoria de sua condição, deixando em segundo plano, por exemplo, o papel do Estado e de suas políticas nesse processo.

Quadro 10 - Educandos premiados ao final dos trabalhos escolares de 1908

PRÊMIO	NOME	ANO	PREMIAÇÃO/LIVROS
1° Prêmio de Conducta	Manoel Teixeira da Silva	3° ano	“A Caixoeira de Paulo Affonso” (Castro Alves)
1° Prêmio de Conducta	Melchiades de Moraes	1° ano	“Harmonias da criação” (Dr Caetano Lopes da Moura)
2° Prêmio de Conducta	Godofredo Alves Rodrigues	3° ano	“Thesoiro de meninos” (Pedro Blanchard)
2° Prêmio de Conducta	Francisco Alencar	1° ano	“O Diário de Margarida” (Mile V. Monuot)
1° Prêmio de Applicaçã	Fulgêncio Corrêa	1° ano	“Thesoiro de meninos” (Pedro Blanchard)
2° Prêmio de Applicaçã	João Baptista de Carvalho Penna	1° ano	“Os homens celebres nas sentencias e nas industrias” (Bejamin Galtineau)
2° Prêmio de Applicaçã	Manoel Teixeira da Silva	3° ano	“Aventuras de Robson Crusoe” (De Foe)
2° Prêmio de Applicaçã	Raymundo Mello	1° ano	“Poesias Infantis” (Olavo Bilac)
Prêmio de Honra	Godofredo Alves Rodrigues	3° ano	Um belo volume da obra “O Poder da Vontade” (Samuel Smilos)

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir do jornal A Província do Pará 30. 11.1908, p. 1

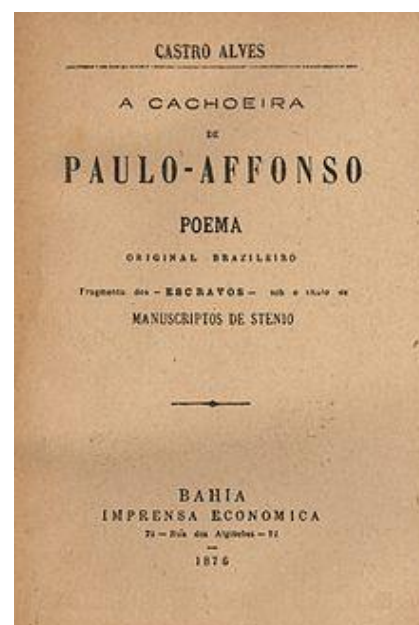
Percebe-se que o ensino para formar meninos órfãos e desvalidos, proposto no Instituto Orfanológico, estava permeado de discursos forjados e veiculados em prol de um grupo dominante (BAKHTIN, 1997), que ideologicamente materializavam o modelo de educação da época, no qual a escola é concebida como símbolo de progresso e civilização sendo uma das principais bandeiras sustentadas pelos republicanos. Para tanto, o tempo, a rotina, o espaço, o conteúdo e a avaliação deveriam ser pensados para a concretização da formação pretendida, que objetivava preparar a criança fisicamente, intelectualmente e moralmente, para serem civilizados e úteis ao projeto de nação pretendido, que via na infância a categoria a ser investida.

5.3. As leituras instrutivas dos educandos do Orfanológico

A oferta de livros aos alunos do Instituto Orfanológico consistia em uma prática recorrente, principalmente, nas premiações que agraciavam aos que mais se destacavam, como se observa no quadro 10. Infere-se que as leituras direcionadas aos educandos não seguiam uma seleção aleatória, mas sim dialogavam com os princípios formativos da instituição, buscando a partir de discursos ideológicos moldar os comportamentos, hábitos e costumes dos meninos da instituição, uma vez que nenhum enunciado discursivo se materializa no vazio, pois são atravessados por intencionalidades (BAKHTIN, 2004).

Dentre obras elencadas pelo jornal “A Província do Pará”, de 30 de novembro de 1908, destacam-se “A Cachoeira de Paulo Affonso”, de Castro Alves; “Thesoiro de meninos”, de Pedro Blanchard, “Homens celebres nas ciencias e nas industrias”, de Benjamin Gautineau; “Poesias infantis”, Olavo Bilac; e “O poder da Vontade” (Ajuda-te), de Samuel Smilus.

A obra “A Cachoeira de Paulo Affonso”, foi ofertada ao educando Manoel Teixeira da Silva, da 3ª escola, por ocasião do primeiro lugar obtido em conduta. É de autoria de Castro Alves (1847-1871), escritor baiano, um dos mais representativos do Romantismo brasileiro e intelectual engajado na luta contra os problemas sociais de seu tempo, como a escravidão, que foi um dos temas mais abordados em seus escritos literários, não por acaso recebeu a denominação de “poeta dos escravos”. E é sobre essa



temática que a referia obra versa e se constrói, tendo como pano de fundo a Cachoeira de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, uma dos mais belos, cantados e proclamados do Brasil.

A obra foi escrita em 1870, mas sua publicação data de 1876. Estrutura-se em trinta e quatro poemas: 1. A tarde, 2. Maria, 3. O baile na flor, 4. Na margem, 5. A queimada, 6. Lucas, 7. Tirana, 8. A senzala, 9. Diálogo dos ecos, 10. O nadador, 11. No barco, 12. Adeus, 13. Mudo e quedo, 14. No fonte, 15. Nos campos, 16. No monte, 17. Sangue de africano, 18. Amante, 19. Anjo, 20. Desespero, 21. História de um crime, 22. Último abraço, 23. Mãe penitente, 24. O segredo, 25. Crepúsculo sertanejo, 26. O bandolim da desgraça, 27. A canoa fantástica, 28. O São Francisco, 29. A cachoeira, 30. Um raio de luar, 31. Desperta para morrer, 32. Loucura divina, 33. A beira do abismo e do infinito. 34. A Cachoeira de Paulo Afonso.

O poema traz a história de Maria e Lucas que vivem uma relação amorosa marcada pelas agruras da escravidão. A narrativa em versos inicia quando o jovem Lucas, “Um belo escravo da terra cheio de viço e valor” (ALVES, 2002, p.6), vai à cabana de sua noiva Maria “A mucama tão bonitinha”, “Morena flor do Sertão” e “Mimosa flor das escravas” (ALVES, 2002, p.3) e não a encontra, sentido um pressagio de que algo de ruim estaria acontecendo com sua amada indo a sua procura e a encontra sofrendo em uma canoa à deriva. A moça diz ao amado que não tem sentido sua vida que agora está desgraçada, pedindo que a deixe vagar sozinha. Lucas indigna-se e a questiona o sobre o motivo do absurdo pedido.

Após muita insistência, a jovem relata que ao banhar-se no rio em uma alegre e ensolarada tarde, de maneira inocente e despreocupada, um homem a atacou, mesmo correndo em fuga pela mata adentro e depois de bater, lutar e gritar não pode mais resistir: “E agora está concluída. Minha história desgraçada. Quando caí — era virgem! Quando ergui-me — desonrada” (ALVES, 2002, p.18). Ao ouvir a trágica história, Lucas, de “sangue africano”, indigna-se e clama por justiça contra o agressor de sua amada, Maria. Este “ergueu-se como o tigre bravo...Era a estátua terrível da vingança...O selvagem surgiu... sumiu-se o escravo (ALVES, 2002, p.18). A moça diz que não há mais nada a fazer, pois já foi desgraçada e suplica que não estrague sua vida com um criminoso.

Interroga insistentemente a jovem sobre a identidade de seu agressor, mas esta reluta, até que Maria então revela ter sido violentada pelo filho do seu senhor, que também é pai de Lucas, que foi fruto de uma violência semelhante a que sua noiva foi submetida, ou seja, ela foi vitimada pelo meio irmão de Lucas. O casal limitado pela condição de escravos não encontra o que fazer e poeticamente sacralizam seus destinos ao irem ao encontro da morte na Cachoeira de Paulo Afonso. O poema assume tom de epopeia e os dois heróis mantem o amor em outro plano, pois o cruel contexto no qual viviam não mais permitia aquela história amorosa.

Acredita-se que a intenção de presentear o educando com esta obra relaciona-se, principalmente, à ênfase dada às belezas naturais do país, tendo como pano de fundo o Rio São Francisco e a Cachoeira de Paulo Afonso, trazendo em suas entrelinhas enunciados discursivos muitos caros à formação da infância republicana, que deveria, por meio de discursos ideológicos, ser educada para amar e valorizar à Pátria.

O livro “Thesoiro de meninos” foi destinado para premiar os educandos Godofredo Alves Rodrigues (3º ano) e Fulgêncio Corrêa (1º ano) no que tange ao desempenho de conduta e aplicação, respectivamente. A obra é de autoria de Pedro Blanchard escritor francês do século XVIII. Seus primeiros registros no Brasil são de 1808, sendo amplamente utilizado nas escolas brasileiras (SENA, 2010). A obra se divide em três partes, originalmente, intituladas de moral, virtude e civilidade.

Estrutura-se em uma narrativa composta de diálogos entre o “pai de família” e seus filhos, Felícia de onze e Paulino de doze anos, que já se encontram crescidos, sendo o tempo para que “ambos conheçais, como devem conduzir-se na Sociedade as pessoas, que querem viver com honra”. O menino afirma que como gosta de ser instruído e solicita ao seu responsável: “Ensinaí-nos sim, ensinaí-nos a ser bons, e amados de todos, assim como vós os sois; e este será o melhor Patrimônio que receberemos de vossa mão” (BLANCHARD, 1851, p.21).

Na primeira parte da obra, intitulada de “moral”, muitos ensinamentos são repassados pelo pai aos seus filhos. O amor à Deus, segundo o pai, é o principal dever moral a ser seguido, já que este “é o pai de todas as criaturas; é Deus, que não só nos deu a vida, mas que também no-lo sustenta pela sua beneficência cotidiana” (BLANCHARD, 1851, p.27). Por isso, não se deve deixar de diariamente se dirigir ao Criador. Abaixo deste, são os pais que precisam sempre merecer respeito, ocupando lugar sagrado no coração de um filho, pois são os responsáveis por dirigir a conduta das crianças. Os irmãos, que são “os amigos dados pela natureza” merecem amor e respeito, portanto, entre estes não se deve ter ciúmes e ódio. O mesmo princípio de moral dispensado aos semelhantes também se dirige à Pátria, bem como aos animais, aos quais não se deve fazer mal algum.

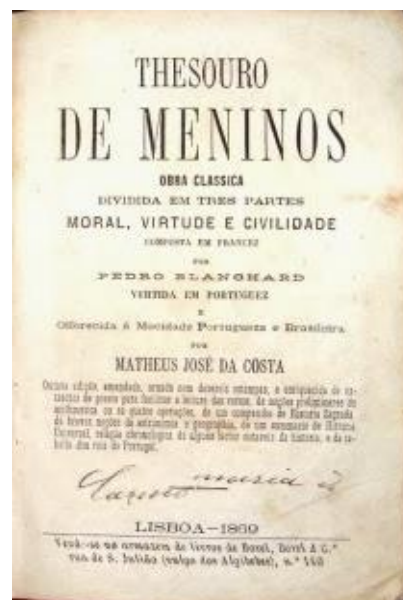
A “virtude”, segunda parte do livro, trata da noção de virtude, é mostrado o que os filhos precisam fazer para serem considerados como virtuosos. O “Pai de Família” pergunta a Paulino se este aprendeu o que lhe foi ensinado sobre o que é virtude, o menino então responde: “fazer o bem somente pela satisfação de o fazer, sem esperança de reconhecimento, ou de retribuição de outro bem semelhante” (BLANCHARD, 1851, p. 132). Após a fala, o pai diz se sentir feliz por perceber que o filho está atento aos seus ensinamentos. O pai então apresenta aos meninos as virtudes pessoais, tidas como as expressões que um coração generoso faz sobre si mesmo

para reprimir desejos perniciosos. Dentre estas, a paciência para lhe dar com os males e as desgraças inevitáveis é uma virtude que deve ser desenvolvida, para que se evite lamentar-se ao invés de se buscar caminhos para resolver o que acomete, assim como se necessita praticar a mais nobre e difícil delas “fazer o bem a quem só vos faz mal” (BLANCHARD, 1851, p. 153).

A terceira parte trata da “Civilidade”, que conforme o pai “é a maneira de viver dos habitantes de uma sociedade entre si. Com efeito: a civilidade compreende todas as regras, segundo as quais nós devemos conduzir na sociedade” (BLANCHARD, 1851, p.155). Salienta que um dos fins da civilidade é reconhecer o ser humano como repleto de imperfeições físicas e morais, procurando esconder as suas e suportar a dos outros. O pai estabelece a diferenciação, após questionamento dos filhos, entre civilidade e polidez. A primeira entendida como o respeito que se precisa ter uns para com os outros; a segunda sendo as alterações que vem de costumes e que nada tem de utilidade a si mesmo.

O “Pai de Família”, depois disso, apresenta regras e condutas de civilidade aos filhos: da maneira de se vestir e do asseio, que deve seguir a mais exata decência e limpeza, mantendo sempre lavado o rosto, boca e mãos; do respeito as pessoas idosas, cuidar para não saudá-las com rapidez, mas com todo o respeito, de forma a se prestar uma homenagem à velhice; da docilidade e da conduta com pessoas fora do seio familiar, sendo uma fortuna fazer ser amado pelos outros; do modo como deve conduzir a conversação, saber escutar, silenciar, falar em tom moderado e proferir discursos agradáveis, honestos e sem afetação; comportar-se pelas ruas, regulando o andar, de maneira a não chamar atenção dos que vão passando; do que os homens devem por civilidade as senhoras, procurando ter respeito mais com as senhoras do que com as pessoas do mesmo sexo; como se portar com pessoas de religião diversa, tendo respeito e não desprezando, já que todos são irmãos; de como se portar à mesa, agindo de forma discreta, atendendo para a maneira de servir-se, comer, mastigar, etc; no jogar, tendo como foco não o dinheiro e a ganancia, mas sim o divertimento; do deitar na cama, dormir cedo para acordar cedo; e do levantar da cama, cedo e num salto para livrar-se do sono (BLANCHARD, 1851).

O conjunto de ensinamentos pautados na moral, virtude e civilidade evidenciados em “Thesoiro de Meninos” justifica a sua oferta ao educando que a recebeu, tendo em vista que são permeados de discursos ideológicos que procura, moldar a criança para se tornar um sujeito



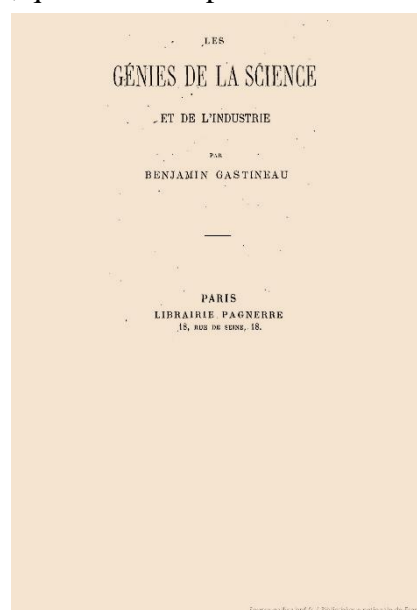
dócil, servil e civilizado, que era uma das intenções do Estado, procurar fazer da infância, sobretudo, a das famílias pobres, como os meninos órfãos e desvalidos internados no Instituto Orfanológico, uma categoria social útil aos seus interesses, o que se tornaria ainda mais possível se estes fossem moralizados e civilizados, tarefa que cabia a muitas instituições educativas para assistência à infância.

Duarte (2015), no estudo “A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra ‘Compendio de Civilidade Cristã’, de Dom Macedo Costa (1880 a 1915)”, analisou tal compêndio produzido no Pará e que circulou nas escolas paraenses nos finais do século XIX e início do XX. As normas e preceitos, elencados pela autora neste livro, assemelham-se aos que são apresentados na obra de Pedro Blanchard. No escrito de Dom Macedo Costa, tais orientações são entendidas como discursos da elite da época, com objetivo a moldar os meninos paraenses, inculcando-lhes princípios de civilidade a partir do que se pensava na Europa, o que acabava indo de encontro as especificidades culturais das crianças paraenses, que são expostas a uma forma de ser e de agir que nada se aproxima da realidade de suas vidas, caracterizando-se como uma forma de violência as suas particularidades.

João Baptista de Carvalho Penna, do 1º ano, recebeu pela premiação de aplicação a obra “Homens celebres nas sciencias e nas industrias”, do escritor e jornalista francês e um dos representantes da Comuna de Paris, Benjamin Gastineau (1823-1903). O livro datado de meados dos 1800, divide-se em treze partes, que apresentam expoentes personalidades do ramo das ciências e das industrias.

Na primeira parte é apresentada a “Teoria do Progresso”, que trata da capacidade humana de modificar o dia o dia com suas obras, exaltando os homens sábios que contribuem com seus métodos, descobertas e invenções práticas para a educação do gênero humano. A ciência é vista como essencialmente pacífica, solidária e fraternal. E ao ser transformada em aplicação, torna-se “o edificio onde todos os homens e todas as nações podem rever-se victoriosas, brilhando na sua força criadora do bem estar, do útil e do bello” (GASTINEAU, 1906, p. 17).

Ao longo do livro são apresentadas áreas do conhecimento, seus mais expoentes representantes e as respectivas contribuições para a humanidade. Na imprensa (João Gutenberg e Estevão Dolete); Cerâmica (Bernardo Pallissy); navegação (Marco Polo, Cristóvão Colombo e Vasco da Gama);



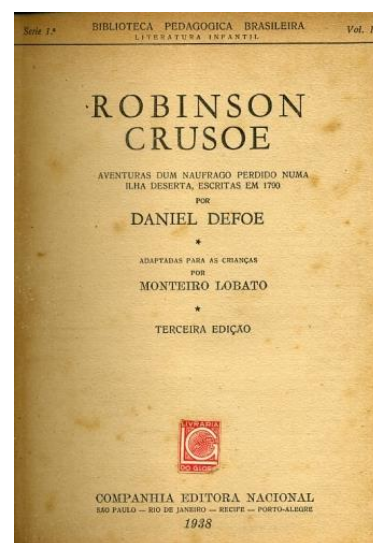
navegação aérea (os irmãos Montgolfier e Pilatre de Rozier); cirurgia e medicina (André Vesalio, Ambrosio Paré e Harvey); Física (Benjamim Franlin e Galvani); química (Paracelso, Van Helmont, Moitrel d'element João Rey, Roberto Boyle); geometria (Euclides e Arquimedes); Pintura (João Van-Eyck e Leonardo da Vinci); Fotografia (Talbot, Niepce e Daguerre); astronomia (Copérnico, Galileu, Kepler, Newton, Laplace e Herschell); e vapor e caminhos de ferro (Hero de Alexandria, Salomão de Caus, Diniz Papin, James Watt, Cugnot, Blaccett, Fulton e Stepheon).

A obra ao ser destinada ao referido educando pode ter sido em função de servir de inspiração, uma vez que apresenta ilustres personalidades e seus grandiosos feitos para o progresso da humanidade, que assim fizeram por meio de intenso estudo e aplicação. Além disso, aborda a questão da ciência moderna, cujos discursos sobre a sua neutralidade e a sua finalidade para resolver os problemas da sociedade eram veiculados nos fins do século XIX e início do XX, reforçando o discurso da modernidade que inseria o homem no âmbito da possibilidade de contribuir com o progresso da nação. Ensinava, também, o discurso ideológico da ciência enquanto meio importante para a civilidade humana.

O segundo lugar do prêmio de aplicação ficou com o aluno Manoel Teixeira da Silva, que também já havia ganhado em primeiro no de conduta, recebendo o livro “As aventuras de Robson Crusoé. Este de autoria de Daniel Defoe (1660-1731), escritor britânico de poemas e prosas de temáticas variadas, mas que teve entre seus temas literários centrais, narrativas de personagens solitárias e em crise.

“As aventuras de Robinson Crusoé” foi publicado originalmente no ano de 1719, sendo considerado uma das mais representativas obras da literatura universal, cuja tradução se deu em quase todas as línguas. Sua primeira tradução brasileira é de 1885, feita por Carlos Jansen. O romance é narrado em primeira pessoa e conta a história do jovem, que empresta o nome ao título do livro, único sobrevivente de um naufrágio no qual viajava.

O Jovem Robinson Crusoé, que desde jovem apresenta espírito aventureiro, em uma viagem à África, depois de uma forte tempestade, vai parar em uma ilha e passa vinte e oito anos. Na condição de naufrago, precisou encontrar meios de sobrevivência: “Com o correr dos dias, fui-me aperfeiçoando naquilo que jamais pensara pudesse fazer: tornei-me bom carpinteiro, um razoável cultivador, ceifeiro, oleiro, cesteiro, moleiro, padeiro”. Robinson passa



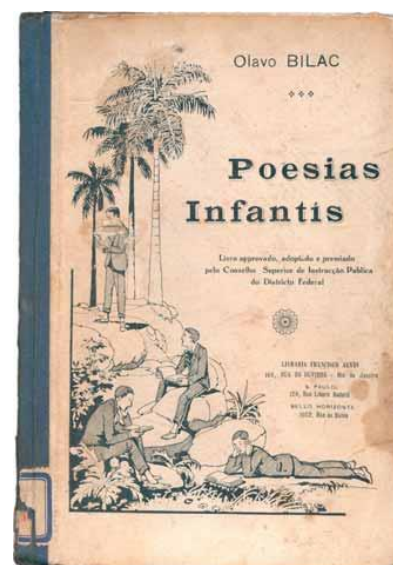
a se voltar para Deus, que antes de se ver na condição de esquecido e abandonado, não se atentava, mas nessa nova realidade começou “a rezar, muito fervorosamente, sem cessar, suplicando a Deus que fosse misericordioso e tivesse pena das minhas desventuras” (DEFOE, 1997, p.27).

Em seus momentos de solidão também fazia reflexões sobre a condição humana: “sozinho na minha ilha, rodeado do oceano, mergulhado na solidão e afastado do convívio da sociedade, suspirava por um ser da minha espécie, com o qual pudesse conversar e conviver” (DEFOE, 1997, p. 44). Muitas são as agruras e angustias vivenciadas pelo solitário náufrago na busca por se manter vivo, enfrentando as forças da natureza, animais, canibais, até ser resgatado por um navio e voltar a viver em sociedade.

O livro ao ser dado ao educando Godofredo Alves Rodrigues, pode ter sido em função de reforçar, em seus enunciados discursivo, aspectos que são relevantes para a educação dos meninos à época, uma vez que para além da narrativa que se centra nas aventuras vividas por Robinson Crusóé, tem-se a presença de lições formativas, suscitadas a partir de sua leitura, para serem seguidas e praticadas, como a persistência, a fé, o temor a Deus, o reconhecimento da dimensão da criação divina, a ideia de civilidade e questões sobre a natureza humana.

Ao educando Raymundo Mello, do 1º ano, foi dada como prêmio de segundo lugar de aplicação, a obra “Poesias Infantis”, de Olavo Bilac (1865-1918), escritor e poeta de destaque no cenário nacional, pertencente a escola literária do parnasianismo. É autor de contos, crônicas, poemas, hinos, peças, entre outros, sendo representativo na elaboração de escritos para a infância. Dentre as temáticas de suas obras tem expressividade a questão cívica, refletindo sua postura republicana engajada nas causas patrióticas.

O livro “Poesias Infantis” foi publicado no ano de 1904 para ser utilizado nas escolas primárias do Brasil no início do século XX. Em sua composição encontram-se quarenta e quatro poemas, assim intitulados: A Avó; O Pássaro Cativo; O Sol; As Estrelas; A Borboleta; Natal; Os Reis Magos; Os Pobres; A Boneca; As Estações (Canto e Dança); As Formigas; O Universo; Domingo; Plutão; O Boi; A Vida; O Avô; Deus; O Remédio; Justiça; O Tempo; Madrugada; Meio-Dia; Ave-Maria; Meia-noite; Os Meses; Ano-Bom; As Flores; O Rio; A Infância; A Mocidade; A Velhice; As Velhas Árvores; O Trabalho; A Coragem; Modéstia; O Credo; A Pátria; A Casa; A Rã e o Touro (Fábula de Esopo); O Soldado e a Trombeta (Fábula de



Esopo); O Leão e o Camundongo (Fábula de Esopo); O Lobo e o Cão (Fábula de Esopo); Hino à Bandeira Nacional.

No estudo “Dando Vida a Uma Raiz: o ideário pedagógico da Primeira República na poesia infantil de Olavo Bilac”, Cordeiro (2005) afirma que poemas produzidos nessa obra de Bilac estão permeados de crianças, mães, trabalhadores e animais, que pelo modo como são descritas suas ações e atitudes refletem características absolutamente perfeitos, no sentido de trazerem em si as características de sujeitos/seres patriotas, ordeiros, honestos, trabalhadores, pacíficos e corajosos, expressando o ideal cidadão brasileiro republicano.

O poema “A Pátria” (BILAC, 1913, p.47), exemplifica os discursos que permeiam o conteúdo desta obra, pois instiga as crianças a amarem a terra onde nasceram, uma vez que não há outra igual a ela “Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!”. A fauna e flora são exaltadas, como riquezas naturais do Brasil que alimentam e abrigam seu povo, já que é “um seio de mãe a transbordar carinhos”. O país é retratado como uma terra boa que não nega aos que trabalham com esforço e dedicação, tendo em vista que “Quem com seu suor a fecunda e umedece”, “Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!”

A PÁTRIA

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
 Criança! não verás nenhum país como este!
 Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!
 A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,
 É um seio de mãe a transbordar carinhos.
 Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,
 Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
 Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
 Vê que grande extensão de matas, onde impera
 Fecunda e luminosa, a eterna primavera!
 Boa terra! jamais negou a quem trabalha
 O pão que mata a fome, o teto que agasalha...
 Quem com seu suor a fecunda e umedece,
 Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!
 Criança! não verás país nenhum como este:
 Imita na grandeza a terra em que nasceste!

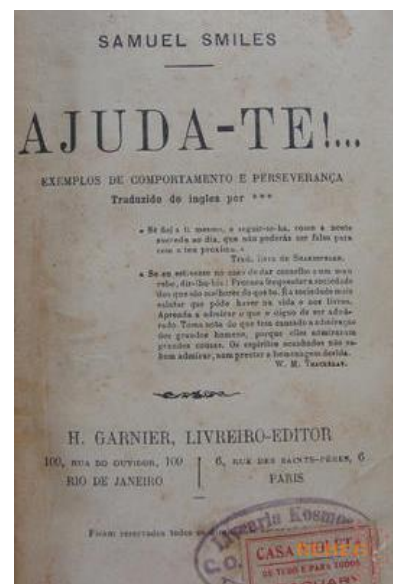
O objetivo de distribuição deste livro tem sua razão explicitada pelo próprio fato de ter sido uma obra pensada para uso escolar das crianças, no intenção de incutir discursos ideológicos muitos caros ao projeto republicado de sociedade, que via na infância o alvo para

se formar o sujeito que deveria se constituir no cidadão do futuro, que assim como as crianças, adultos e animais personificados, em “Poesias Infantis”, deveriam ser disciplinados, obedientes, patrióticos e trabalhadores para que, com tais características, fossem capazes de contribuir com seu esforço e dedicação para fazer evoluir e progredir a nação.

O educando Godofredo Alves Rodrigues recebeu, como prêmio de honra, um belo volume da obra “O Poder da vontade”, de autoria de Samuel Smiles (1812-1904), escritor escocês cuja produção bibliográfica é marcada por temáticas que exaltam as virtudes no sentido de possibilitar a autoajuda das pessoas, bem como por biografias que retratam a vida de engenheiros bem sucedidos, tratados como heróis. Em seus escritos, o autor reflete muitos valores da sociedade de seu tempo, que vivia a chamada Era Vitoriana (1837-1901), período de reinado da rainha Vitória, no qual a Inglaterra usufruía dos lucros da expansão do império britânico, assim como sentia o ápice da Revolução Industrial e de seus reflexos.

O livro “O poder da vontade ou caráter, comportamento e perseverança” é o título dado a segunda versão de “Ajuda-te”, esta denominação, embora seja a anterior aquela, é a que mais foi difundida no Brasil. É considerado um dos primeiros livros do tipo “autoajuda” a chegar ao Brasil (BESSA, 2010). Constitui-se em um conjunto de conferências proferidas a trabalhadores sobre valores morais e sua importância na sociedade do século XIX. A obra se organiza em treze capítulos, no qual o autor alterna conceitos e exemplos biográficos de homens que tiveram êxitos, logo, modelos e exemplos a serem seguidos por seus leitores.

O capítulo I evidencia a importância de cada homem na constituição de uma nação, defendendo a ideia de que o governo das ações não depende do Estado, mas sim de cada indivíduo; o II aborda aspectos da formação industrial dos ingleses, salientando o trabalho manual como educativo e abençoado; no III, o autor apresenta três grandes inventores da arte da cerâmica, considerados como heróis das indústrias e exemplos de empreendedores vitoriosos; o IV versa sobre a aplicação e a perseverança no trabalho como atitudes que contribuem para a prosperidade humana; o V ressalta que o êxito profissional não é fruto do acaso, mas de trabalho árduo e paciente; o VI exalta o aprendizado que se desenvolve para além da escola, o que é originado pela prática e esforço próprio a partir de exemplos de pessoas bem sucedidas.



No VII, Smiles destaca o espírito empreendedor da nobreza, que é reflexo muito mais dos seu empenho do que de sua posição social; o VIII traz a importância da força de vontade como determinante do progresso individual; o IX apresenta exemplos de homens que pela dedicação ao trabalho obtiveram sucesso profissional; no X capítulo, o autor estabelece relação entre o protestantismo e a economia, pontuando que empréstimos, aquisições ou investimentos são indicativas dos valores morais do indivíduo; o XI defende a ideia de que a autoajuda deve ser realizada pelo cultivo de valores e pela educação a partir do trabalho; o XII reforça que a educação pelo exemplo é a mais eficaz do que a desenvolvida nos bancos escolares; e por fim, o XIII e último capítulo argumenta sobre a relevância da nobreza do caráter, que diz respeito a uma ordem moral incorporada por meio do cultivo de bons hábitos pelo indivíduo.

A obra o “Poder da Vontade” ou “Ajuda-te”, caracteriza-se, desse modo, como um conjunto de ensinamentos e de demonstração de exemplos exitosos de homens na intenção de reforçar nos indivíduos o papel que lhe cabe na condução de sua trajetória de vida rumo ao seu progresso, porque os homens devem ser necessariamente, como afirma Smiles (1992, p. 30), “os agentes ativos de seu próprio bem-estar e do seu sucesso no mundo”. Nessa perspectiva, “aqueles que são mais persistentes e têm amor sincero ao trabalho, são, em geral, os que obtêm os maiores sucessos” (SMILES, 1992, p. 105), constituindo-se em uma das manifestação dos princípios da doutrina liberal, ao incutir nos indivíduos e nos seus esforços o meio para se atingir os objetivos.

Ao ser selecionada como objeto de leitura ao educando Godofredo Alves Rodrigues por seu honroso desempenho nas atividades do Instituto Orfanológico, acredita-se que se objetivou repassar estes valores, de que somente a partir dos esforços pessoais do menino é que este pode alcançar êxito, isto é, o cultivo dos bons hábitos e valores, sobretudo, os oriundos da prática do trabalho são o alicerce do progresso dos homens, que tem em si mesmo as razões do seu sucesso ou fracasso. O Livro, portanto, serve como uma “autoajuda” norteadas por discursos que valorizam o esforço individual, a perseverança, a paciência, os bons hábitos e o trabalho como o caminho para o desenvolvimento pessoal, que está desvinculado da classe social no qual o sujeito se encontra, pois acima de tudo este deve acreditar no poder da sua vontade.

A partir das temáticas que os livros apresentaram, percebe-se um dialogismo com o modelo de educação que se desenvolvia no Instituto Orfanológico, por meio de vozes que seguiam os princípios que buscavam orientar a formação e modelação da infância pobre, conforme determinados padrões e costumes, nos quais os internos deveriam ser enquadrados para atender as necessidades do Estado. Nessa intenção, as obras selecionadas estão repletas de discursos ideológicos que visavam civilizar, disciplinar, moralizar, valorizar a Pátria e o

trabalho. Aspectos que contribuía para concepção do cidadão republicado pensado para as crianças.

5.4. Festas cívicas e solenes no Instituto Orfanológico

Na vida do Instituto Orfanológico, as festas realizadas na instituição recebiam muita projeção, sendo geralmente noticiadas no jornal “A Província do Pará” e nos principais impressos educacionais do estado. Festas de Natal, Aniversário de criação do Orfanológico, datas cívicas como Independência do Brasil e Adesão do Pará, aniversários de Antônio Lemos e Augusto Montenegro, entre outras, faziam parte do calendário anual do estabelecimento.

Nesses eventos, as aulas ficavam suspensas, as refeições eram melhoradas e os educandos tinham folga das obrigações durante todo o dia, embora precisassem seguir rigidamente a programação solene elaborada. Essa flexibilização da rotina dos internos, relaciona-se com aspectos da dinâmica de instituições totais, em que alguns deveres de trabalho são cancelados, podendo haver aumento do tempo de visitas e das restrições de saída do estabelecimento. “De modo geral, durante um dia há uma educação nos rigores da vida institucional para os internados” (GOFFMAN, 1974, p. 88).

Para essas situações, os educandos passavam por um processo de preparação, como expresso na Portaria n. 23, de 22 de agosto de 1912, a qual descreve que “os senhores Inspectores, Enfermeiro e Oficial deveriam instruí-los quanto a entoação do hinos e apresentação da gynástica”, bem como passar em revista todos os alumnos, no intuito de obrigá-los ao mais excelente asseio e ordem em seus uniformes”, salientando toda a preocupação da instituição em repassar a ideia de organização, disciplina, limpeza e higiene nas ações e na imagem dos meninos, convergindo para uma das preocupações do instituto: mostrar-se como estabelecimento civilizado, ordeiro, salubre e higiênico.

Melo (2011), abordando, em particular, as comemorações cívicas compreende estas como:

[...] festas que alteram o fazer escolar e modificam a rotina da sala de aula, pensadas pelo Estado sim, mas quase toda a sua operacionalização acontecia no interior da escola, os treinamentos físicos para os desfiles, os ensaios para a execução perfeita dos hinos pátrios, estavam de tal forma inseridos no cotidiano escolar e nas suas práticas que criaram tradições cívicas, trazidas para a escola como conteúdo das aulas (...) (MELO, 2011, p. 105-106).

A festa em comemoração ao dia da Independência do Brasil, por exemplo, noticiada pelo jornal “A Província do Pará”, em 9 de setembro de 1905, tratou tal festejo como um “dia

glorioso que marca o advento de nossa Independência que não passou despercebido no Outeiro”. Nesta data, o diretor Manços Villaça organizou uma reunião em sessão cívica para os alunos, ocasião em que “falou longamente do facto histórico de 7 de setembro e de seu principal fator, o eminente José Bonifácio de Andrade e Silva”, ressaltando toda a importância deste “herói” para a história do país. “Terminada a prelecção do dr Villaça, fôram, pelos alumnos, representadas várias comedias ligeiras, monólogos, etc”.

A professora dona Enertina Braga Pereira, com a intenção de encerrar a primeira parte da programação, proferiu para os educandos uma “bella oração sobre o ensino cívico nas escholas.” No transcorrer dessa reunião, os meninos foram estimulados a erguerem inúmeros vivas ao Brasil, ao presidente da República e aos chefes do Estado e do Município. O impresso comunica, ainda, que durante o dia foi melhorando o “rancho das creanças” e que às 4 horas da tarde a lancha *Prata* e o escaler *Outeiro* conduziram a “petizada” para um passeio fluvial, que durou até o anoitecer.

Por fim, destaca que “essa linda festa deixou excellente impressão no espírito dos educandos que alli vivem amparados e felizes” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09.09.1905, p. 1). Este relato salienta que o festejo se aproximou do intuito de formar, ou melhor, deixar impressões no espírito dos meninos, inculcando-lhes discursos ideológicos que “atravessaram” esses sujeitos (BAKHTIN, 2004), pautados em valores nacionalistas.

O calendário escolar, ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, homens a serem considerados heróis, indica o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, produz esquecimentos. Heróis foram criados, mitos precisavam ser cultivados, era necessário desencadear emoções, encontrar símbolos dos fatos que se desejava recordar e provocar sentimentos para que as crianças aderissem a eles com paixão. Era preciso fazer com que o povo amasse a pátria, seus heróis, comemorassem a era republicana: hinos, hasteamento de bandeira, pavilhão escolar. Orfeão constituíram atividades decisivas na constituição da memória coletiva oficial (GALLENO, 2005, p.10).

Os festejos que compunham o calendário escolar somente poderiam acontecer mediante autorização da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. A direção do estabelecimento encaminhava ofício indicando dia, horário e programação da comemoração a ser realizada, quando aprovados, o diretor da instituição baixava portaria informando os funcionários, como ilustra a portaria de n. 33, de 22 de agosto de 1907, a qual confirma que foi:

Marcado para o dia 15 do corrente mês mais um aniversário de adesão do Pará a Independência do Brazil e desejando esta Directoria solenizar essa gloriosa data de História Política do Pará, resolve realizar nesse dia, a distribuição de boletins e de bilhetes de satisfação referentes ao mez de julho findo e designar a professora D. Clemementina Coimbra Cordeiro para fazer aos alumnos uma preleção relembrando-lhes esse feito de nossa história (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 33, 22.8.1907).

Os conhecimentos relacionados à Pátria e ao civismo, convém ressaltar, não recebiam atenção somente nas festas, mas faziam, e com presença constante, na programação geral do Instituto Orfanológico, caracterizando-se enquanto momentos que diretamente objetivavam inculcar, a partir de discursos ideológicos, nos educandos princípios para respeitarem e valorizarem a Nação, na busca de se tornarem “verdadeiros cidadãos republicanos”, ação construída “lentamente, diariamente, nas lições recebidas em sala de aula, na participação dos eventos comemorativos, como quem aprende as primeiras letras, uma alfabetização cívica” (MELO, 2011, p. 117). Prática elucidada no relatório do diretor, quando informa:

Não me tenho descuidado de, na medida das minhas forças commemorar as grandes datas da Pátria. Para este fim, reúno sempre os educandos e, em phases sigellas, ao alcance de suas intelligencias, descrevo-lhes os factos e a razão a estes dias festivos. A bandeira, o symbolo de nossa nacionalidade também tem merecido de minha parte e maior carinho. Assim é que todos os domingos e feriados, os alunos reunidos assistem a ascensão do auri verde pendão cantando o hyno do Instituto (RELATÓRIO INSTITUTO ORFANOLÓGICO, 1913, p. 3).

O Natal se configurava como uma festa solene-religiosa que, geralmente, encerrava as atividades do ano letivo do Orfanológico, a comemoração natalina divulgada pelo jornal “A Província do Pará”, de 26 de dezembro de 1906, ilustra aspectos de como essa data era celebrada no estabelecimento. Esta foi marcada pelo “bello destaque e pelo brilhantismo que a relevou, e pelo cunho encantador que assignala todas as festas infantis.”

O “Natal de Jesus”, como o jornal faz referência, iniciava seu festejo nas primeiras horas da manhã, quando atracava na ponte do instituto, a lancha Prata, que fazia o transporte dos ilustres convidados, da Vila Pinheiro. “Receberam-n’os os srs. dr. Director Silva Villaça, João G. da Cunha Lima e Francisco Viegas, funcionários do instituto, dr. Bernardo Rutowitez e Manoel da Cunha Lima, médico e dentista dos educandos.”

O cerimonial começava com a realização de uma missa na capela do instituto, na qual os alunos, pessoal administrativo e convidados ouviram a homilia, feita pelo Frei Luiz Balzarotti, sobre a importância religiosa dessa celebração, logo, um momento formativo para os educandos, que entravam em contato com discurso religioso da Igreja. Em seguida, várias

crianças do entorno do estabelecimento receberam o sacramento do batismo, sendo o diretor e sua esposa os padrinhos dos pequenos.

Após esta etapa, os meninos, convidados e funcionários seguiram para o interior do prédio principal do instituto, para que começasse a solenidade de distribuição de prêmios dos alunos que mais haviam se destacado no ano que se findava. Esta foi presidida pelo Dr. Silva Villaça, diretor, “tendo a ladeá-lo os srs. tenente-coronel Saturnino Aronek, comandante do 1º corpo da Brigada Militar; professor Bazilio de Araújo, director do 2º grupo escolar; frei Luiz Balzarotti e a professora dona Rufina Villaça”.

Antes de começar, os educandos cantaram o Hino do Instituto Orfanológico e fez-se a leitura das médias de aproveitamento e conduta de cada menino, e posteriormente, a entrega do respectivo boletim. Após isto, passou-se à distribuição dos prêmios, “que constaram de livros instructivos e brinquedos, recebendo, n’essa ocasião, o educando Renato Ferreira, n. 43, um bello automóvel, offerta do sr. Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado”. Terminada as premiações, uma orquestra tocou o Hino Nacional e em seguida houve a distribuição de brindes da “magnifica árvores de Natal”, que foi armada no salão de honra do estabelecimento.

Aos meninos foi servido “um farto o almoço, e depois aos familiares destes que ali se faziam presentes”. Simultaneamente, na residência do diretor, ofertou-se um “delicado almoço”, no qual compareceram, os professores, os funcionários administrativos e os ilustres convidados. Nota-se que há diferença na forma de fazer referência às refeições servidas, a dos meninos e de seus familiares (farta) e dos convidados (refinado), sinalizando diferença de tratamento. Pela parte da tarde, os educandos apresentaram “A comédia Annunciada”, ensaiada pelo diretor e pelas professoras dona Rufina Villaça e dona Ernestina Pereira. Após isso, o diretor Manços Villaça recebeu “vários bouquets de flôres natuares, offerecidos pelos educandos” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26.12.1906).

A festa de Natal relatada no referido impresso configura-se como um tipo de cerimônia institucional que ocorre em uma instituição total, na qual anualmente, “as pessoas da administração e os internos ‘se misturam’ através de formas padronizadas de sociabilidade” (GOFFMAN, 1974, p. 87). Nestas, ocorrem “momentos de liberdade” nos quais internos e equipe dirigente podem em certas situações conviverem nos mesmos espaços e realizarem as mesmas ações, sugerindo determinado sentimento de igualdade, embora se saiba que cada qual possua sua função e lugar definido, muitas vezes, comem, cantam, divertem-se. Tudo isso, com a intenção de promover uma exibição institucional, levar os outros a acreditarem, nem que seja em parte, nessa imagem construída.

O aniversário de comemoração de três anos de criação do Instituto Orfanológico foi repleto de pompa e requinte, sendo amplamente noticiado pelo jornal “A Província do Pará”, durante os dias que antecederam esse importante festejo para a instituição, informando o horário, trajeto, programação, convidados, relevância do festejo, etc, como fica expresso na notícia veiculada no dia em que a “Grandiosa Festa Infantil” iria acontecer:

O sr. Dr. Governador do Estado, secretários d’Estado, representantes da imprensa e várias pessoas partirão hoje para alli, às 7 ½ horas da manhã, em trem especial, até ao Pinheiro, e d’ahi. Realçada com a presença do sr. Dr. Augusto Montenegro e de innumeras pessoas convidadas, realizar-se-à hoje a sympathica e interessante festa infantil no modelar estabelecimento de ensino do Estado, cuja denominação epigrafa estas linhas, destinada a commemorar a data de sua creação proveitosíssima. Alacre deverá ser está festa das creanças que alli, n’aquelle asylo commodo e vasto, de par com a manunteção physica, fruem as delicias da sua educação, curada desveladamente pelo preceptor competentíssimo a quem o governo do Estado confiou a direção o instituto do Outeiro. O sr. Dr. Governador do Estado, secretários d’ Estado, representantes da imprensa e várias pessoas partirão hoje para alli , 7 ½ horas da manhã , em trem especial , até ao Pinheiro, e d’ahi o vapor Teffe, da Companhia do Amazonas , até ao local do estabelecimento, onde serão recebidos pelo dr. Manços Villaça, director e pessoal do instituto (A PROVINCIA DO PARÁ, 14.07.1907).

No dia seguinte, o impresso em questão noticiou de maneira detalhada os “brilhantes e encantadores actos que constituíram a bellíssima festa infantil com que os alumnos do Instituto Orphanológico do Outeiro commemoraram hontem a data da creação d’esse estabelecimento (A PROVINCIA DO PARÁ, 15.07.1907).” Este é tratado, pelo jornal, como uma das honras do governo em prol das crianças órfãs e desvalidas, sendo mais uma ação que tanto felicita a sociedade com os rumos dados ao destino público, repletos de “inteligência e sabedoria”, ressaltou-se que

Tres annos são decorridos que as porta d’aquella casa de ensino, como as de um templo, se abriram franca e amplamente para dar entrada alli as pequeninas victimas de um destino incompassivo que lhes vendou aos olhos e lhes vedou ao coração, a uns a ventura de conhecerem as criaturas que lhes deram o ser, a outros o gozo sublime de viverem a ninhadas ao calor dos seus carinhos, cedo ceifando a vida dos caríssimos entes. Tres annos apenas e tantos bastam para patentear já a utilidade salutar d’esse valiosíssimo estabelecimento, onde mais de uma centena de innocentes encontra, a par do abrigo, o compensante e confortável amor do governo do Estado cuidando-lhes carinhosamente do destino. E de como alli vivem felizes, descuidosas e agradecidas essas creanças (A PROVINCIA DO PARÁ 15.07.1907, p. 1).

O Instituto Orfanológico neste excerto, no qual se percebe um entrelaçamento de vozes discursivas (BAKHTIN, 2004), que ilustram as vozes da elite, Igreja e Estado, é comparado a um templo que foi criado para abrigar e proteger as crianças que ali foram internadas. Estas são adjetivadas de “pequeninas vítimas” de um destino sem compaixão, que conduziu os meninos ao instituto. Alguns deles tiveram a sorte de conhecerem seus pais, enquanto outros perderam os seus, ficando impossibilitados “de viverem a ninhadas ao calor dos seus carinhos.” O internato é tratado como um estabelecimento valiosíssimo que permitiu que o Estado desse amor e carinho as crianças que não tiveram responsabilidades pela sua condição de vida, uma vez que são inocentes e desprotegidas, mas que com a criação do Orfanológico passaram a viver felizes e agradecidas ao governo por tal benfeitoria, evidenciando um discurso que intenciona, dialogicamente, mostrar o estabelecimento mais como um favor, uma caridade aos órfãos e desvalidos do que de fato uma obrigação do Estado.

É narrado todo o percurso da comitiva em direção ao Outeiro desde a saída de Belém, destacando-se minucias do traslado de trem dos ilustres convidados, entre políticos e figuras expoentes da sociedade belenense, e o trajeto do navio Teffe, da Villa Pinheiro ao instituto. “A viagem marítima, tanto quanto a terrestre até o Pinheiro, foi a mais agradável possível, elevando-se os excursionistas em admirar a beleza das margens do Maguary.” Ao se avistar o navio, girandolas de foguetes eram queimadas, saudação que se retribuía a bordo por toques de sirene. De longe, avistava-se “que todo o litoral achava-se embandeirado” e que se encontravam o diretor, funcionários, senhores e senhoras, esperando para receber a comitiva que se aproximava.

Ao atracar o Teffe na ponte do Outeiro foram queimadas bastas girandolas de foguetes e uma salva de 21 tiros de morteiros. D’ahi a pouco pisavam todos em terra do aprazível local, sendo recebidos o Chefe do Estado e demais pessoas pelo sr. Dr. Manços Villaça, director do instituto, e outros cavalheiros alli presentes. Até a parte central do instituto foi o sr. Dr. Augusto Montenegro acompanhado de todos os funcionários d’aquelle estabelecimento e seguido dos cavalheiros que acima mencionamos. Ao longo da escadaria do edifício formaram os alumnos, trajando o primeiro uniforme- todo de branco-tendo à frente os respectivos professores. Assomando ao patamar de acesso, n’uma uníssonos voz, ergueram os educandos innúmeros vivas ao Chefe do Estado, ao sr. Senador Antônio Lemos, ao Pará, etc. E quando passava o Chefe do Estado por entre as alas das alegres creanças, os meninos Alberto de Araújo e Renato Ferreira, destacando-se cobriram de pétalas de flores a cabeça do seu estremecido protector (A PROVÍNCIA DO PARÁ 15.07.1907, p. 1).

O governador Augusto Montenegro e sua comitiva visitaram as dependências do Orfanológico, as quais se encontravam festivamente decoradas. O salão destinado ao refeitório era o que “mais encantadora e festivamente se apresentava”. Este separava-se da sala de jantar

por um extenso corredor, do qual se avistava “grandes laços de fita que pendiam do alto da porta d’essa divisão do bello edifício, e flôres artificiais em profusão espalhavam-se por todo o recinto.” O cuidado com a decoração do espaço em situações festivas é um aspecto recorrente em instituições totais, em que, geralmente, enquanto ajudantes, os “internos decoram o estabelecimento com enfeites facilmente descartáveis (...) e dessa forma modificam seus alojamentos, da mesma forma que sua mesa habitual será modificada por uma refeição extraordinária” (GOFFMAN, 1974, p. 88).

Após adentrarem nos vários espaços da instituição, deu-se início a sessão solene em comemoração à criação do Instituto Orfanológico, “em um vasto e bem decorado salão, à esquerda do edifício” tendo como presidente dos atos, o sr. Dr. Amazonas de Figueiredo, que começou com a entoação do hino da instituição. O diretor do Orfanológico, Manços Villaça, recebeu a palavra, fazendo o pronunciamento do seguinte discurso:

<< Benemérito chefe do Estado, exmas. Senhoras, meus senhores: - E’ com justo desvanecimento que apresentamos ao exmo. sr. dr. Governador do Estado nossas respeitosas congratulações pela data de hoje, que commemora o acto administrativo de s. exc., creando o instituto Orfanológico. Entra, portanto, este instituto, no dia de hoje, no 4º anno de existência, tendo já n’esse espaço de tempo cumprido com o que lhe estatue o cap. I, art. 3º do decreto n. 1320, que o creou, isto é, enviado para o instituto Lauro Sodré seis educando devidamente preparados para receberem alli ensino technico e complementar. Levado s. ex. pelo mais bello impulso dos sagrados deveres impostos aos chefes das sociedades cultas e bem organizadas, inspirado pelo mais nobre sentimento philanthropico, resolveu s. exc. Crear este estabelecimento de ensino que destinou aos pequeninos seres que muito cêdo sentem o peso que verga o corpo e trophia o espírito! – a orfhandade! Senhores, se há instituição que mereça encomiásticos applausos, que eleve bem alto o fecundo e patrótico governo do dr. Montenegro, é, sem dúvida alguma, a criação do instituto Orphanológico, instituição única do gênero, n’ este Estado – a Creche Paraense - onde se acham confortavelmente amparadas e asyladas muitas creanças feridas na mais tenra idade pelo golpe de orfhandade. Graças aos altruísticos dos dois beneméritos chefes do estado e do município, dr. Augusto Montenegro e senador Antônio Lemos, já podemos dizer, felizmente, que n’esta terra não se dá mais o espetáculo doloroso que enchia de pesar e compungia a consciência humana - o abandono e desamparo das creanças desvalidas! Um e outro, pari passu, têm sabido dar brilhante solução ao magno problema da democracia moderna: levantar na creança a majestade do homem de amanhã, despertando-lhes os sentimentos patrióticos, inoculando-lhe no espírito o amor ao trabalho, incutindo-lhe na consciência o sentimento da justiça. Por isso seja-me permittido, em tão propicia oportunidade, saudar com efusão d’alma em nome d’esses milhares de creanças que com carinho e desvelo recebem o pão do corpo e a luz do espirito, os seus dois maiores bemfeitores! Viva o dr. Augusto Montenegro. Viva o senador Antônio Lemos>> (A PROVÍNCIA DO PARÁ 15.07.1907, p. 1).

O discurso em agradecimento do diretor ao Governo do Estado enalteceu a relevância do Instituto Orfanológico como uma ação digna dos chefes de Estado de sociedades organizadas e cultas, estando permeado de vozes discursivas. Destaca que a instituição estava conseguindo realizar a formação de meninos devidamente preparados para cursar o ensino técnico e complementar no Instituto Lauro Sodré, ao pontuar inicialmente este feito, o diretor sinalizou que esta era uma das prioridades do estabelecimento, o que converge com a tese de que sua criação tem relação direta com a preparação de mão de obra trabalhadora da infância pobre, que será continuada nessa escola profissional. Esta considerada uma “arca santa”, responsável por garantir o amparo aos desvalidos e onde se está “formando uma geração de operários instruídos, homens esclarecidos e cidadãos dedicados ao Brazil e à República, cujo único cuidado será de contribuir, por seu trabalho, para a prosperidade da pátria e felicidade da humanidade” (MONOGRAPHIA DO INSTITUTO LAURO SODRE, 1904, p. 110).

Manços Villaça ressaltou, posteriormente, imbricado pela voz do discurso religioso, que o estabelecimento foi criado para proteger meninos vítimas dos males da orfandade, por isso deve ser motivo de muitos aplausos, a fim de engrandecer a prospera e patriótica gestão do governo. Nessa perspectiva, a “creche paraense” é destacada como a única existente no estado no período em questão e que a partir de sua implantação se acabou com o desamparo e abandono dos desvalidos. Tal informação apresentada pelo diretor mostra-se exagerada, tendo em vista que diverge de dados apresentados nas mensagens governamentais, por exemplo, que indicavam a necessidade recorrente de ampliação da capacidade de vagas, em decorrência da considerável demanda de solicitação de matrículas de pais, parentes e tutores de meninos, o que contra argumenta essa fala, de que o problema da desvalia e orfandade acabou, mais para prestigiar as autoridades políticas utilizou-se desse discurso.

O diretor reforça, ainda, que o governo estava realizando de maneira brilhante a solução de “levantar na creança a majestade do homem de amanhã”, formando a criança para ser o cidadão do futuro, em diálogo com discursos ideológicos de cunho patriótico, de valorização ao trabalho e de sentimento de justiça, que legitimavam a voz discursiva do Estado na maneira de se conceber a infância republicana, que deveria ser moldada para ser um sujeito útil, forte, disciplinado e servil à nação. Por fim, saúda em nome das milhares de crianças que são alimentadas, formadas e educadas pelos ilustres Antônio Lemos e Augusto Montenegro.

As palavras proferidas pela direção do Orfanológico sinalizam muitos aspectos sobre o modelo de formação dirigido para a infância pobre, uma vez que os filhos das famílias menos favorecidas eram alvo de medidas do Estado que objetivavam conduzi-los, no caso dos meninos, para uma formação para o trabalho a fim de ocupar os cargos e profissões condizentes

com a classe social do qual faziam parte, por isso, a ênfase nesse contexto no discurso ideológico do trabalho como prática nobre e salvadora, que justificava, inclusive, o uso da mão de obra infantil. Essa conjuntura foi intensificada com advento da República, a qual inaugura uma era de novas preocupações, pois “o país em crescimento dependia de uma população preparada para impulsionar a economia nacional. Era preciso formar os braços da indústria e da agricultura” (IRMA RIZZINI, 1999, p. 378). Isto é, assumir o papel que cabia aos meninos pobres, atendendo os anseios da elites e dos governantes.

A programação solene prosseguiu com as apresentações dos educandos, que ensaiaram cantos, recitações e dramatizações em comemoração à importante data de criação da instituição, que tanto “abrigo e proteção vem dispensando ao longo dos anos”. A ordem das performances dos meninos seguiu a sequência: Hino do Instituto Orfanológico (cantando), A Orfandade e a Caridade (Poesia), Os meus parentes (monólogo), O Avô (monólogo), a 14 de julho (poesia), O corvo e a raposa (comédia) e Saudação à Pátria (apoteose ao Brasil). Na íntegra, o jornal “A Província do Pará” transcreveu algumas delas, a exemplo da poesias “A Orfandade e a Caridade”, “Os meus parentes” do “Saudação à Pátria”:

Em quase todas as cerimônias e sessões solenes, o Hino do Instituto Orfanológico do Outeiro era entoado, tem letra do então diretor da instituição o sr. Dr. Manuel Manços da Silva Villaça e música do professor Roberto de Barros. O hino foi dialogicamente produzido na intenção de atingir ao “Outro”, do qual trata Bakhtin (2004), veiculando discursos que revelam muitos aspectos dos anseios pretendidos na formação dos educandos no Orfanológico.

Hino do Instituto Orfanológico do Outeiro

Da sorte dos desprotegidos
Na ramagem do viver
Quaes náufragos foragidos,
Condenados a sofrer

Côro
Lêdos, contentes, cantemos,
Como alegres passarinhos.
Hynos de gloria entoamos,
Ao Protector dos pequeninos.

No céu intente do amor,
Vemos surgir a esperança,
No riso de cada flor,
Já encontramos a bonança

Côro
Lêdos, contentes, cantemos,
Como alegres passarinhos.
N'esta pia instituição Entrelaçados no amor,
Recebamos instrução,
Alojamento e vigor.

Côro
Lêdos, contentes, cantemos,
Como alegres passarinhos.

Além da idéia grandiosa
De proteger e instruir
Esta casa caridosa
Abre a tenda do porvir.

A primeira estrofe do Hino do Instituto Orfanológico, imbuída com a voz do discurso ideológico da caridade cristã, compara as crianças órfãs e desvalidas a náufragos, indivíduos perdidos e largados ao aquém, que estavam condenados ao sofrimento, mas que encontraram a “sorte dos desprotegidos”, ao serem abrigados, cuidados, educados e protegidos na instituição, passando a estar na “ramagem do viver”, ou seja, em um espaço belo e agradável, que possibilitava uma nova condição de vida aos meninos que antes estavam sujeitos ao sofrimento.

O coro convoca os educandos, em seus enunciados discursivos, a cantarem animados e contentes como “alegres passarinhos”, o que se infere ser em agradecimento à instituição onde são acolhidos, como se fosse um ninho que cuida e educa passarinhos que antes eram desprotegidos, por isso, devem entusiasticamente entoar hinos de glória ao “protector dos pequeninos”, isto é, ao Instituto Orfanológico, que foi criado para proteger meninos pequenos das mazelas da orfandade e do abandono.

Na segunda estrofe é dito que no sorriso de cada educando, que são comparados a flores, já se pode ver a bonança, o bom tempo, a esperança, a tranquilidade depois da tempestade que deixou os meninos como náufragos em decorrência do abandono e da orfandade, mas que ao passarem a viver “no céu intente de amor” projetado para o estabelecimento, já se começa ver surgir a esperança para um futuro melhor dos meninos ali protegidos.

Em seguida, na quarta estrofe, ressalta-se que nesta casa caridosa para abrigar crianças pobres e órfãs, os meninos “entrelaçados no amor” recebem “instrução, alojamento e vigor”, remetendo-se aos objetivos do instituto, que era o de fornecer abrigo e proteção, instruir por meio do ensino e criar os meninos com força física, energia e robustez, revelando o modelo de infância a ser formada no Orfanológico, que vai ao encontro do discurso ideológico médico-

higienista que norteava o modelo de criança almejado nesse período - saudáveis, fortes e robustos (VEIGA; GOUVEA, 2000).

Na última estrofe, o hino finaliza destacando que o Instituto Orfanológico do Outeiro além da sua ideia, tida como grandiosa, de possibilitar instrução e proteção aos meninos órfãos e desvalidos, “esta casa caridosa, abre a tenta do porvir”, expressando que a formação desenvolvida na instituição é somente o início do futuro que virá, ou seja, o estabelecimento é apenas o ponto de partida da preparação do projeto educacional concebido para o educandos, que objetivava formar mão de obra desde a infância, intenção que seria concretizada com o próximo estágio desse projeto, que se consolidaria no Instituto Lauro Sodré (a Escola Profissional do Estado), expressando, por meio de discursos ideológicos reproduzidos por e a favor dos grupos dominante (BAKHTIN, 1997), neste caso, a elite e o Estado, que o destino arquitetado para a população pobre era pautada na exploração de sua força de trabalho.

O monólogo “Os meus parentes” foi dramatizado pelo educando José Fortaleza, o referindo impresso relatou que o menino se apresentou com desembaraço e entusiasmo, suscitando risos e estrondosos aplausos da plateia composta por alunos, funcionários, autoridades políticas e demais convidados da festa, em sua letra dizia-se:

Sou filho da mamã e do papá
 Não tem contestação
 E o mesmo caso em tudo igual se dá,
 Também com meu irmão

O nariz tenho um pouco arrebitado
 E nada feio sou,
 Mas n’isso desde há muito está provado que saio ao meu avô.

Na cara por enquanto - quem me dará!
 Não tenho um pello só,
 Mas dizem que hei de vir a usar pêra
 Tal qual minha avó.

Dotado sempre fui d’assás prudência,
 Mas manso outro não há,
 Mas grito se me falta a paciência
 Tal qual o meu pai.

Fatalista não sou, pois acho asneira
 E mesmo cousa sã
 Mas tenho azar com treze e sexta-feira
 Tal como a mamã.

Quando rapo o cabelo – com a breca,
 Eu chego a sentir frio!
 Mas gostam de me ver assim careca
 Por ser tal qual meu tio.

Si acaso desço a escada de roldão,
 Em casa há gritaria,
 Mas se coxo fiquei do trambolhão
 Sou tal qual a tia (coxeia)

D’uma vez apanhei um sôco no olho
 Puxado com tal mino,
 (Menção de ser com força)
 Que diziam que eu era assim zarolho
 Exatamente o primo (imita)

De corcunda uma vez no carnaval
 Apareci mase’rado,
 Pois ouvi que corcunda era tudo igual,
 Era de meu cunhado!

D’outra vez fui instado p’ra cantar,
 Mas eu não cantei nada,
 Levei o tempo todo a gaguejar
 Tal qual minha cuinhada

Eis pois como um dictado se assevera
 Aqui bem se acomoda:
 Tudo o que são aos seus não degenera...
 Saio a família toda.

A temática expressa no monólogo faz uma brincadeira com os membros que compõem uma família, mãe, avó, avô, primos, tios, tias, cunhados, mostrando, de modo satírico, que o sujeito é constituído pelas relações que estabelecem com seus pares. Para além das possíveis discussões que a permeiam, a dramatização, pelo que se pode perceber, teve sua função comunicativa de entreter e divertir o público presente na comemoração. Esse tipo de apresentação se assemelha com o que Goffman (1974) denomina de “teatro institucional”, o qual consiste em representações teatrais realizadas em festas de uma instituição total, direcionadas aos visitantes. Baseiam-se em situações engraçadas que podem abordar assuntos da vida institucional ou não, sendo preparadas e ensaiadas pela equipe dirigente e executadas pelos internos, configuram-se como uma forma de exibição institucional, intencionando expressar uma boa imagem do estabelecimento, remetendo a instituição como espaço de alegria, diversão e felicidade.

O poema “A Orphandade e a Caridade”, de Juvenal Tavares²⁴, recitado nesta cerimônia pelo educando Luiz Benevides, traçou um paralelo entre a orfandade e a caridade.

A Orphandade e a Caridade

Uma é anoite negra e lutulenta,
Céu sem estrellas; mares sem bonança;
Roto batel – perdida a confiança
Entregue à fúria de cruel tormenta.

Outra é a luz que conforta e que aviventa
D’um lado traz a fé; d’outro, a esperança
Osculando Jesus uma creança
Eis que esta flôr dos lábios se arreventa.

Se aquella chora, está lhe enxuga o pranto;
Se pede a mão, lhe estende com bondade...
E dos amores o amôr mais santo.

É sempre triste a pobre da Orphandade
Quando não vem sorrir-lhe com encanto
A sempre boa e affavel Caridade.

Na primeira estrofe, a orfandade é caracterizada como uma noite negra e lamacenta sem brilho e tranquilidade, é comparada a um barco pequeno esfarrapado e rompido, sem confiança entregue a fúria cruel de um temporal. Essa construção poética apresenta a ideia de que a criança órfã fica abandonada a própria sorte e a mercê dos perigos de uma vida sem proteção, zelo e afeto.

Já a caridade, destacada na segunda estrofe, é tratada como luz, que oferece conforto, reanima e dá vitalidade aos órfãos, trazendo fé e esperança para sujeitos cuja possibilidade de um mau destino era quase certa. O autor se fundamenta na voz do discurso religioso para dizer que ao se praticar a caridade se está fazendo uma boa ação e com isso Jesus toca a criança atendida, o que faz brotar sorrisos de seus lábios.

Na terceira estrofe, pontua-se que se a orfandade provoca choro, a caridade enxuga o pranto e que quando se atende com bondade um pedido de ajuda, promove-se o dos amores mais santos que é o auxílio aos necessitados. Ao final do poema, reforça-se que é sempre triste

²⁴ Luís Demétrio Juvenal Tavares foi um jornalista e escritor paraense de grande destaque no cenário intelectual paraense dos finais do século XIX e início do XX. Nascido em Cametá em 21 de junho de 1907 e falecido no município de Soure em 30 de junho de 1950. É um dos membros fundadores da Academia Paraense de Letras e autor de contos e poemas com temáticas da tradição popular, algumas delas direcionadas para a infância. Dentre suas principais obras têm-se: Serões de Mãe Preta, A vapor e a cavalo, Versos: antigos e modernos, Vida na Roça.

e pobre da orfanidade quando não se encontra a boa e agradável caridade, que faz sorrir com encanto os órfãos que a recebem.

Inferese-se que intenção comunicativa que subsidiou a seleção desse poema para ser apresentado neste solene momento do Instituto Orfanológico do Outeiro tenha relação tanto com o sentimento de gratidão dos meninos órfãos e desvalidos internados para com o Governo do Estado que presta essa ação à infância pobre, tirando-os da escuridão da orfanidade e lhes dando a luz e esperança proveniente da caridade; quanto para comover à plateia sobre a necessidade de ajuda para os órfãos, que sem a contribuição de pessoas caridosas tendem a padecer em uma vida difícil. Ambas possíveis leituras se ancoram, dialogicamente, para atingir o “Outro” (BAKHTIN, 2004), a partir do discurso cristão da caridade que se vincula ao atendimento e assistência à infância pobre, de que a ajuda ao próximo é também uma benfeitoria a Deus (MARCÍLIO, 2006).

Na continuidade da programação festiva, o educando Renato Ferreira posicionado em cima de um estrado e empunhando a bandeira nacional, representando a Capital Federal, conjuntamente com os meninos Alípio Vieira, Domingos Barbosa, João Bello, Cecimegildo Santos, Manoel Sarmiento, João Penna, Edgard Hervey, Orlandino Eymar, Antônio Amorim, Raymundo Neves, José Fortaleza, Antônio Mauriey e Serafim Pinheiro, que se postavam atrás do porta bandeira, e representavam os Estados da União, recitaram os seguintes versos:

Saudação à Pátria

Devemos desde creanças,
A' Pátria entoar louvores;
Nós que somos esperanças,
Nós que lhes somos penhores

N' esta serena jornada,
Em convívio afetuoso,
Saldemos a Pátria amada,
Nosso Brazil glorioso.

Não há de certo, outra terra
Que suplante a brasileira
Em tudo quanto ella encerra,
E sempre em tudo a primeira

Que liberdade implantada,
Nesta terra esplendorosa,
Seja sempre abençoada
Pela paz vitoriosa

E na expansão da inocência,
 Erguendo ao céu vozes mil,
 Peça-mos à Providencia
 Venturas para o Brazil;

Sois da Patria esperança fogueira,
 Branca nuvem de róseo porvir,
 Do futuro levais a bandeira,
 Hasteada na frente a sorrir.

Mocidade eia avante! Eia avante!
 Que o Brazil sobre nos erga a fé.
 Este immenso e colosso gigante
 Trabalhae por ergueil-o de pé.

E' nas letras que a pátria querida,
 Há de um dia fugente se erguer
 Velha Europa, curvada, abatida
 Lá de longe que inveja há de ter.

Nós iremos marchando adeante
 Accenando o futuro com fé,
 Este immenso e colosso gigante
 Trabalhae por ergueil-o de pé.

Orgulhoso bretão lá dos mares,
 Respitar-nos então há de vir;
 São direitos sagrados aos lares,
 Nunca mais usarão nos ferir.

Auriverde pendão fulgurante
 Hasteae-o mancebos com fé,
 Este immenso e colosso gigante
 Trabalhae por ergueil-o de pé.

São immensos os rios que temos,
 Nossos campos tão vastos que são,
 As montanhas tão altas que vemos,
 De um futuro bem alto serão.

O futuro não vem bem distante,
 Já podeis acenal-o com fé,
 Este immenso e colosso gigante
 Trabalhae por ergueil-o de pé.

Nosso paes nos legaram guerreiros
 Honra e glória, virtude e saber,
 Nós os filhos de paes brasileiros
 Pela Pátria devemos morrer.

Mocidade eia avante! Eia avante!
 Que o Brazil nos guarda com fé.
 Este immenso e colosso gigante
 Trabalhae por ergueil-o de pé.

O poema “Saudação à Pátria”, de autoria desconhecida, era recitado pelos educandos em muitos momentos solenes, como o próprio nome sugere é uma exaltação ao Brasil e permeado de discursos ideológicos de cunho nacionalista e cívico. Nota-se que sua composição foi elaborada, especialmente, para ser pronunciado por crianças, que já desde pequenas deveriam entoar louvores, como indica seu início, pois estas são entendidas como a esperança e um objeto de valor do país, por isso precisavam ser convocadas a saudarem a amada Pátria, o Brasil glorioso

A infância, no poema, é caracterizada como uma serena jornada de um convívio repleto de afeto, sendo as crianças associadas à inocência, o que lhes possibilita condições para serem convocadas a erguer ao “ceo vozes mil”, pedindo a Deus coisas boas ao país. Além disso, é salientado que as crianças são a esperança latente, “uma branca nuvem de róseo por vir”, isto é, um ser puro e de um futuro a construir. A criança vista desta forma dialoga com o discurso ideológico que fundamentava a concepção de infância na ótica republicana, tida como responsável pelo desenvolvimento da Nação, um “vir a ser” em construção, que necessitava ser educada e moralizada para mais tarde contribuir para guiar o destino da Pátria.

Nessa direção, o refrão deste hino se configura como uma convocação às crianças e à mocidade: “Eia avante! Eia avante!”, “trabalhae por ergueil-o de pé”, a marcharem como fé rumo à concretização de um futuro promissor. Ao se enfatizar a importância de se agir e trabalhar para isso, expressa-se a preocupação em despertar o sentimento na criança de utilidade ao país, revelando o discurso ideológico que vislumbra a valorização e legitimação do trabalho como prática nobre e moralizante e essencial ao modelo de sujeito servil a sua Pátria (MOURA, 1999).

Para esse avanço e progresso do Brasil, os mancebos (as crianças) são incitados a hastearem e lutarem pela bandeira nacional, para tanto, “trabalhae por ergueil-o de pé”. Essa missão é tida como um legado deixado por seus pais para as guerreiras, “filhas de pais brasileiros”, que com honra e gloria, virtude e saber, devem “pela Pátria morrer”, reforçando o discurso de exaltação e amor à Nação acima de tudo.

Nos enunciados discursos, ao longo desta composição, o Brasil é tratado como único, não tendo outra terra que o supere, pois “em tudo o que ela faz é sempre a primeira” (estrofe três). As belezas naturais do país, os campos, montanhas são exaltados em sua importância para o

Brasil, riquezas que “De um futuro bem alto serão” (décima estrofe). Além disso, pontua-se que “nas letras”, que pode ser entendida como educação, é que o Brasil pode ser erguido, o que vai deixar a Europa, sinônimo de progresso, curvada e abatida, e com inveja, fazendo com que o orgulhoso “Bretão lá dos mares” (europeus), passem a respeitar os brasileiros e nunca mais a causarem ferimentos.

No contexto brasileiro, com a proclamação da República, esperava-se um regime político democrático, que deveria ser orientado para dar garantias ao indivíduo numa sociedade de território amplo e de natureza abundante e generosa. Nessa perspectiva, “desenhado com frescor nacionalista e esperanças incontáveis, o novo século anunciava uma nação nova que se propunha a rivalizar com as grandes potências internacionais, assumindo um papel diretivo na América do Sul” (PASSETI, 1999, p. 347).

A comparação do Brasil em relação aos outros países, como se percebe neste hino, fazia parte do discurso ideológico nacionalista republicano, que procurava exaltá-lo como rico e promissor, repleto de recursos e qualidades que deveriam ser enaltecidas pelo povo, como forma de criar apreço pela Nação. Segundo Hansen (2008, p. 52), “a noção de aproveitamento dos recursos da terra/pátria por “novos homens”, brasileiros capazes e preparados para fazê-lo, é um dos pontos principais da vertente dos textos cívicos.” Os escritos voltados para a infância, dessa maneira, deveriam, entrelaçados por discursos vozes discursivas, internalizar nos alunos para tal finalidade todo esse ideário, por isso, seria importante promover desde cedo o contato com essa temática, porque “era necessário que os meninos a conhecessem profundamente a aprendessem sobre os seus recursos e problemas para amá-la ‘melhor’” (HANSEN, 2008, p. 54).

Ao final das apresentações ocorreu o sorteio e distribuição de prêmios, o que Goffman (1974) denomina de “pequenas indulgências”, destinadas aos internos de uma instituição total. Os educandos tiravam de uma caixa um número que correspondia a certo tipo de brinquedo ofertado pelo governador Augusto Montenegro, alguns destes são ilustrado no quadro 11. Após o sorteio, o comerciante Sabino Silva ofereceu aos meninos uns sessenta livros de contos e fantasias e cento e tantos brinquedos.

Quadro 11 - Brinquedos sorteados para os educandos pelo governador

BRNQUEDOS/TRADUÇÃO	
Bon Diable	Diabolô
Automobiles mecaniques	Automóveis mecânicos
Chemins de fer	Rede ferroviária
Tamways avec balladeuses personnages	Bondinho com pista e personagens
Caisse bois emballage	Estojo de madeira
Balançoires garnies pour enfants et adultes	Balancos enfeitados para crianças e adultos
Tennis avec 6 balles recouvertes	Tênis com 6 bolas revestidas
Jogo de croquet	Jogo ao ar livre que consiste em fazer passar as bolas por baixo dos arcos usando um taco, seguindo um trajeto determinado.
Jeu de croquet de cochonnet e quilquilles peints ripolin	Jogo de boliche
Raquettes tennis tambourine	Raquetes de tênis tambourine
Balles peau	Bola de couro
Jeux Petit Ingenieur	Jogo de construção « o pequeno engenheiro » ou « engenheirinho ».
Cannes de jeu de gouret avec 2 balles a chaque un	Bastão de jogo de gouret com duas bolas para cada um.
Boites de constructions en bois	Estojos de construções em madeira
Etablis avec outils	Bancada com utensílios
Jeux d'outils pour jardins utensílios para jardins	Jogos de utensílios para jardins
Cible paillason avec petits flechettes	Tiro ao alvo com pequenas flechas
Bibloquets buis e gaiou	Jogo de destreza com bolas

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir do jornal A Província do Pará. 15.07.1907

Mattoso (1907) menciona que era comum essa prática de distribuição de brinquedos por parte do governador no Instituto Orfanológico, já que a faixa etária aconselhava esse tipo de premiação aos meninos, por isso, mandava distribuir “os mais bellos brinquedos, que pouco custam, porque o faz importar do estrangeiro especialmente para esse fim” (MATTOSO, 1907, p. 217).

A esse respeito, o impresso informa que “pensa o sr, dr, Montenegro mandar adquirir para os alumnos, na Europa, vários brinquedos nos moldes das ferramentas empregadas pelos marceneiros, pedreiros, etc (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15.07.1907, p. 2).

O sorteio e distribuição de brinquedos por parte do Governo do Estado, além de servir para presentear os meninos, tinha a intenção de inculcar desde cedo valores referentes ao trabalho, a partir de uma prática peculiar ao universo infantil, que é o brincar. Nota-se que entre os brinquedos ofertados pelo governador, quadro 11, já se tem a presença de referência ao

mundo do trabalho, como “pequeno engenheiro”, “estojo em madeira” (composto de peças para montar casas, prédios), bancadas de utensílios (ferramentas). Porém, Augusto Montenegro objetivava, como afirmou o jornal, adquirir brinquedos específicos que imitassem ferramentas de trabalhadores braçais (marceneiros e pedreiros), salientando que a formação dada aos educandos desde a tenra idade era para servir, futuramente, de mão de obra condizente com a classe social destes.

Nessa perspectiva, crianças e adolescentes transformaram-se, no contexto republicano, em alvo de um discurso ideológico a serviço das elites e do Estado, que enaltecia de maneira enfática a questão do trabalho enquanto instrumento que permitiria “fornecendo-lhes uma profissão, resgatá-los e preservá-los do contato pernicioso das ruas, que projetava sobre a cidade, as sombras de uma crescente criminalidade” (MOURA, 1999, p. 276).

O impresso salienta que uma “alegria comunicativa e radiosa iluminava o semblante d’aquelle bando de jovens garrudos” ao vivenciarem essa “encantadora festa infantil” a eles ofertada. E que sentia no olhar, no gesto, nas suas expressões dos meninos “álacres um incontido estudar de felicidade e jubilo, as satisfações imensas, que só rebrilham nas almas juvenis, claras e puras, ainda virgens das contingências cruéis” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15.07.1907, p. 2).

Ao descrever as suas impressões sobre o ar de satisfação e felicidade que percebeu nos educandos, o jornal apresenta a infância como clara e pura, revelando aspectos da concepção de criança como sujeito ingênuo, mas que ao mesmo tempo precisa ser moralizado (KRAMER, 2011). Essa imagem tem relação com os discursos ideológicos que compreendiam a infância como um seguimento que necessitava ser moldado, na direção de prepará-la para contribuir com o futuro da nação (RIZZINI, 2011).

O almoço foi servido em cinco mesas, dispostas em um amplo salão do edifício. No refeitório do estabelecimento almoçaram os alunos. O Menú, sob a responsabilidade do chefe, foi descrito como farto e de bom gosto:

Frios, etc.
 Pescada d' escabeche,
 Camorim com molho de camarão,
 Bacú no tucupy,
 Casquinhas à paraense,
 Frango ao petit pois,
 Paca e pato no tucupy,
 Perú à brasileira,
 Jambú de New York
 Filet au piquet
 sobremesas:
 Puding de fructas,
 Compotas das mesmas,
 Doces diversos,
 Peras, etc.
 Bebidas:
 champagne,
 vinhos:
 Collares,
 Bordeaux,
 Moscatel e
 do Porto.

Terminada a refeição, durante a qual um afinado sexteto executou brilhantes trechos, o s.r. dr. Augusto Montenegro foi ao refeitório das crianças “que o receberam com entusiásticas demonstrações. Momentos depois, acompanhado de seus convidados, o governador embarcou no navio, despedindo-se do diretor do instituto, felicitando pela bella festa que acabava de assistir”. Na saída da embarcação, “trocaram-se os últimos cumprimentos expressos no acenar dos lenços e nos silvos dos apitos”.

O Jornal “A Província do Pará”, tempos depois, noticiou no dia 15 de julho de 1911 informações sobre a festa comemorativa do 7º aniversário de criação do Instituto Orfanológico do Outeiro, realizada no dia 14 de julho do referido ano. Esta foi descrita como uma “singella festa escolar”, uma solenidade toda íntima, na qual tomaram parte apenas o corpo docente, discente e administrativo do estabelecimento. Além de celebrar a criação do Orfanológico, aproveitou-se para ser feita a leitura dos exames para efeito de acesso de classe a que ali foram submetidos os alunos.

A comemoração não contou com a participação de autoridades políticas ou de pessoas de destaque na sociedade, somente com a presença dos educandos, professores e funcionários administrativos, por isso, recebeu o adjetivo de “intimista”, diferentemente, da maioria dos acontecimentos solenes. Neste período, Antônio Lemos e Augusto Montenegro já não estavam em posição de destaque em suas carreiras políticas, logo, as comemorações no estabelecimento perderam a grande projeção na imprensa e na sociedade de outrora

A sessão solene se iniciou às 8:30 da manhã, no salão de honra do Instituto, com o Dr. Manços Villaça, “seu esforçado Director, assumindo a presidência do acto”. Este declarou o fim que os congregava, “a criação da importante casa de abrigo para a infância desvalida”. Em seguida, a professora Antônia Coimbra procedeu com a leitura das médias que cada aluno obteve nos referidos exames.

Ao término do cerimonial, o professor Basílio de Carvalho tomou a palavra e proferiu um discurso “cheio de profícuo e salutareos conselhos aos educandos”, sobre a necessidade dos estudos para a vida dos meninos e o futuro em sociedade. Para finalizar, enalteceu os relevantes serviços prestados ao ensino pelo Governador do Estado e Secretario da Instrução Pública, que ao serem mencionados “foram alvo de entusiasticas aclamações”. Estes mesmo não se fazendo presentes desejaram congratulações “por telegramma pelo anniversario que o Instituto jubilosamente festejava” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15.07.1911).

As comemorações cívicas e solenes se caracterizavam, a partir do apresentado, como momentos nos quais as autoridades, a direção e os funcionários do instituto proferiam discursos educativos aos alunos, ressaltando a importância da data a ser comemorada, bem como direcionando conselhos e orientações aos meninos. Os educandos, nestas ocasiões, também discursavam, cantavam hinos, proclamavam poemas e dramatizavam peças teatrais. Tanto as falas dos gestores e dos alunos quanto as práticas realizadas eram permeadas de discursos ideológicos que dialogavam com os princípios da instituição, em que se veiculavam vozes discursivas imbuídas de discursos cívicos, morais, religiosos, entre outros. Portanto, tais acontecimentos constituíam-se em situações formativas em prol do modelo de sujeito desde a infância a ser construído, ou melhor, preparado para ser útil aos interesses do país, que no caso das crianças pobres se vinculava ao projeto republicano de formação de trabalhadores servís.

CONSIDERAÇÕES FINAS

Ao trazer como foco de pesquisa o Instituto Orfanológico do Outeiro, este estudo intencionou contribuir para a área da História das Instituições Educativas em interface com a História da Infância no Pará, em busca de sua consolidação enquanto campo do conhecimento de grande valia para a compreensão da historiografia paraense. Essa experiência de imergir em documentos de mais de um século de existência, no intuito de dar visibilidade para esta instituição educativa, trouxe ainda mais respeito e admiração por aqueles que se debruçam no ardo, porém, gratificante ofício de pesquisador na perspectiva histórica, que entrelaça pessoas, espaços, tempos, vozes, fatos e enredos em uma trama tecida ao longo de um caminho de construção permeado por incertezas, exaustiva busca de fontes, estudos e teóricos que auxiliem na montagem de um verdadeiro quebra-cabeça.

Nas incursões investigativas, com o objetivo de (re) contar, discursivamente, o percurso de criação, implantação e materialização do que foi projetado para o Instituto Orfanológico do Outeiro, no que tange à origem, organização, estrutura, práticas educativas, de assistência, proteção e de cuidados empreendidos na formação de meninos órfãos e desvalidos, permitiu-se resgatar a história de uma instituição educativa que foi singular em seu tempo, tendo em vista ter sido uma das poucas concebidas para abrigar, cuidar e educar, em sistema de orfanato, de meninos na faixa entre cinco e doze anos de idade, revelando importantes aspectos sobre a maneira de se pensar a formação de crianças pobres e do sexo masculino, que se encontravam em forte diálogo com os discursos educacionais, políticos e científicos, tanto em nível regional quanto nacional, que, ideologicamente, visavam nortear um modelo de educação e de infância a ser construído.

O Instituto Orfanológico foi concebido em um momento de muita efervescência no estado do Pará, ainda em virtude dos reflexos advindos dos lucros com a exportação da borracha amazônica, que promoveu significativas mudanças na economia ao adotá-la como sua principal atividade produtiva, a qual transformou o espaço urbano por meio de obras de saneamento e construção de prédios, praças, vias e monumentos; aumentou o contingente populacional com a chegada de migrantes para atuarem na extração gomífera, bem como de imigrantes para atuação na agricultura, que ficou em segundo plano com a ênfase na extração do látex; e alterou os aspectos culturais a partir da apropriação de gostos e costumes europeus pela elite local. Esse cenário, incidiu de forma considerável na dinâmica de vida da região, sobretudo, na capital Belém, que vislumbrava ser moderna e civilizada aos moldes das principais capitais europeias.

O mosaico que retratava as modificações sofridas pela cidade teve na figura de Antônio Lemos e Augusto Montenegro seus grandes representantes, pois muito da opulência e grandiosidade das obras e ações foram idealizadas pelos dois. O primeiro a nível municipal e o segundo estadual. Estes, por sua vez, foram os responsáveis pela criação e implantação do Instituto Orfanológico, onde os princípios políticos e ideológicos destes gestores se materializaram na constituição dessa instituição, que surgiu como um relevante feito amplamente anunciado à sociedade, tendo o prédio adaptado com matérias importados e de requinte; sua inauguração marcada por muita ostentação e opulência; a presença da influência europeia nos objetos, utensílios e refeições nas festas do estabelecimento; e o apreço pela higiene e salubridade como marcas destacadas do internato. Traços estes muito caros nas obras desenvolvidas no decorrer de suas gestões, não por acaso que o instituto serviu como uma das mais relevantes ações propagandísticas dos expoentes políticos.

Em nível macro, no contexto de criação do Orfanológico, vivia-se no início dos anos de 1900 os primeiros passos do recém instaurado regime republicano, o qual sob a máxima positivista de “ordem e progresso” acreditava que a modernização e avanço do país estava atrelada à mudanças e à extinção de hábitos do povo brasileiro, que contribuíam, conforme a elite pensante à época, para o atraso da Nação. Portanto, tudo aquilo que fosse considerado negativo para tal intento era severamente condenado. A vadiagem, preguiça, sujeira, maus hábitos de higiene, doenças, que estariam presentes na constituição da população pobre deveriam ser eliminadas.

A educação nesse período recebia destaque nos discursos dos governantes, pois se considerava um meio para o progresso e civilização do país. Educar a infância se tornou uma estratégia para desenvolver o futuro, logo, investir na criança era educar desde a tenra idade o cidadão do amanhã que precisava ser moldado para impulsionar o projeto de modernização do Brasil republicano. Imbuído desse discurso e dinamizado pelo momento econômico próspero, o Pará teve a expansão do seu sistema educacional, principalmente, na educação primária, que já permitia conhecimentos básicos para tirar a população de seu estado ignorância e os tornarem mais úteis à sociedade.

Nessa conjuntura, no Pará e em quase todo o Brasil, muitas instituições educativas foram criadas com o objetivo de abrigar e educar a infância pobre, fundamentadas no discurso de “salvar” a criança, protegendo-a e dando-lhe um futuro “digno”, que dificilmente não teria se ficasse imersa no interior de suas famílias e nos perigos do vício e marginalidade que, conforme a voz da elite do período, permeavam a sua condição de vida material e moralmente pobre. Na realidade, muitas instituições desse momento serviram justamente como instrumento do Estado

para formar a infância em consonância com os discursos ideológicos republicanos: as meninas para serem boas esposas e mães de família, para gerarem filhos fortes e saudáveis à Pátria e assim livres de uma vida de marginalidade e prostituição; no caso dos meninos, trabalhadores uteis, e não vadios e criminosos.

O acesso dos meninos para serem matriculados como educandos do Instituto Orfanológico do Outeiro, por si só se configurava como uma seleção, posto que se exigia um perfil de sujeito para ser aceito. De início, deveriam se enquadrar na categoria de comprovadamente órfãos de pai, desvalidos e ser maior de cinco e menor de oito anos de idade, para a admissão. Ao ser atendido estes critérios, precisavam gozar de boa saúde, ser vacinado e não ser acometido por nenhum tipo de moléstia contagiosa, para assim ingressar no internato. Optar por estes critérios aponta que os educandos ao serem desprovidos de quem os valha passariam a ser propriedade do Estado, já ao se primar por meninos de boa saúde indica o interesse em selecionar os mais aptos e fortes fisicamente, em detrimento daqueles considerados fracos e doentes, o que se articula ao projeto de formar trabalhadores no futuro.

O perfil dos educandos do instituto era composto, em sua maioria, por negros e mestiços, principalmente de naturalidade paraense e em menor número cearenses e de outros estados, e matriculados mediante requisição de mães solteiras ou viúvas, parentes e tutores. Para estes meninos, a internação no Orfanológico acabava sendo, em muitos casos, a única oportunidade de uma vida melhor em virtude do que sua situação de pobreza poderia oferecer, não era por acaso a grande procura de interessados por matrícula na instituição conforme relatava o Governo do Estado. Independentemente do que os internos viviam no interior dos muros das instituições educativas de acolhimento, o ingresso nestes estabelecimentos consistia para os/as responsáveis uma garantia de que as crianças receberiam alimentação, moradia e educação, pois a “cultura de internar” (RIZZINI; RIZZINI, 2004), historicamente, foi uma das poucas ações em prol da infância pobre.

Para permanecer na instituição, os meninos precisavam seguir as normas, regras e condutas estipuladas. O desligamento também estava associado à critérios como: ter alguma doença que impossibilitasse a aprendizagem dos educandos, mau comportamento dos meninos, falta de aproveitamento no ensino e por atingirem a idade máxima de doze anos, limite para estar interno no estabelecimento. Em sua maioria, o desvinculo de alunos estava atrelado ao fato destes chegarem aos doze anos de idade sem terem conseguido prosseguir intelectualmente nos níveis do ensino elementar, promovendo um verdadeiros “descarte” de meninos que não atenderam o esperado pelo estabelecimento e que talvez tenham recebido atenção mínima para chegarem ao patamar almejado, mas o comum era a responsabilização do educando como

incorrigível, incompetente, preguiçoso ou de inteligência limitada, mostrando que todo aquele desajustado ao padrão da dita normalidade do sistema de ensino era desprezado sem nenhuma preocupação com que destino iria tomar.

A análise da história das práticas e ações do Instituto Orfanológico do Outeiro possibilitou verificar que para além de assistir, proteger e educar a infância órfã e desvalida, como a voz do discurso oficial do governo sinalizava ser a ênfase do projeto educacional e assistencial por ele pleiteado, a instituição exercia a função de dar serventia a um segmento da população: meninos entre cinco e doze anos de idade, que se encontravam desassistidos de um espaço que desse conta dessa demanda, julgada como fadada a uma vida moralmente condenada à criminalidade e ao vício. Nesta direção, concebeu-se o Orfanológico como uma alternativa que fosse ao encontro do modelo pretendido de sociedade - ordeira, limpa, forte, civilizada e moralmente constituída, tendo como função central preparar meninos pobres em mão de obra trabalhadora, a ser concretizada no estágio posterior desse projeto ideológico do Estado, no Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado do Pará).

Para concretizar o projeto de formação de trabalhadores, o instituto contava com um conjunto de funcionários cada qual com sua função específica. O diretor para organizar a vida do estabelecimento e manter a relação com o Governo do Estado; os professores para dar conta do ensino elementar, ministrado nas quatro escolas que ali funcionavam; a economista, o tesoureiro e o almoxarife responsáveis por aspectos burocráticos e materiais de uso e consumo do estabelecimento; o médico, o cirurgião dentista, o enfermeiro e o farmacêutico, para cuidar da saúde dos educandos ; o cozinheiro, o copeiro e seus serventes encarregados da feitura das refeições e limpeza das dependências do internato; e os inspetores que exerciam o papel de vigiar e acompanhar o cotidiano e as atividades dos internos.

Embora as funções fossem bem delimitadas, notou-se que o quantitativo que compunha o corpo de empregados fixos era desproporcional ao de meninos internos, e incompatível à baixa faixa etária dos alunos, o que demandaria práticas de cuidados específicas por parte dos funcionários. Isso leva a se pensar que para dar conta do contingente de educandos e ao mesmo tempo primar pelo bom e satisfatório andamento da vida diária da instituição, que deveria ser norteado pela ordem, higiene e disciplina, tão proclamado pela direção do Instituto Orfanológico, lançava-se mão de medidas repressivas e rígidas, a fim de controlar disciplinarmente crianças tão pequenas a agirem conforme as regras e condutas almejadas pela instituição.

O ensino elementar proposto no Instituto Orfanológico estava diretamente vinculado à legislação oficial da instrução pública do estado do Pará. As disciplinas e conteúdos ministrados

ao educandos estavam permeados de discursos ideológicos que buscavam formar conforme os princípios republicanos, no que dizia respeito a uma educação intelectual, moral e física, na intenção de educar os meninos para crescerem valorizando e amando a Pátria, esforçados para por si só serem responsáveis pelo seu sucesso, com valores cívicos e morais de respeito às instituições, ao Estado e à organização em sociedade, bem como afeitos a prática de exercícios físicos para se criarem fortes e saudáveis.

Os exames realizados no instituto, muito mais do que verificar o que havia sido aprendido com as aulas do ensino elementar, serviam para mensurar, comparar e classificar os educandos, não foi por nada que se criou os prêmios “Antônio Lemos” e “Augusto Montenegro”, a fim de enaltecer os meninos mais destacados em aplicação nos estudos e nas atitudes de condutas morais. Na realidade, ao se estipular e diferenciar os melhores dos piores se buscava colocar em destaque o modelo ideal de sujeito defendido pela instituição, obediente, dedicado e disciplinado, aspectos importantes a meninos que se projetava enquanto cidadãos para o trabalho, em contraposição aos que divergissem dessas características, os não ajustados às normas e padrões do estabelecimento.

Para premiar e enaltecer os melhores, a instituição e o governador do estado distribuía aos educandos “pequenas indulgências” (GOFFMAN, 1974), como forma de estímulo e recompensa. As premiações eram feitas em momentos específicos e perante todos os alunos, justamente para dar destaque aos melhores que deveriam ser vistos e tomados como exemplo para os demais. Os meninos mais bem avaliados recebiam livros instrutivos, cujo conteúdo versava sobre ensinamentos cívicos, patrióticos, religiosos e morais, bem como brinquedos, alguns deles com forte relação com o mundo do trabalho, o que revela que havia também o objetivo de fazer desses prêmios a extensão da formação dos alunos, pois estavam, implicitamente, imbricados de discursos ideológicos caros à educação, instrução e cuidado presentes no Orfanológico.

Os cuidados dispensados para a saúde dos educandos visavam moldar os corpos a atingirem determinado padrão de sujeito. O atendimento do médico, as intervenções do dentista, o tratar do enfermeiro, as indicações do farmacêutico, a valorização e ênfase nos exercícios ginásticos e de natação, materializavam-se em um conjunto de discursos, orientações, práticas, prescrições e imposições que buscavam intervir na saúde dos alunos, que precisavam crescer robustos e saudáveis e longe de qualquer moléstia ou problema que pudesse colocar em dúvida a capacidade de cuidar e formar meninos “fortes e de boa aparência”, da qual o instituto recorrentemente era enaltecido.

O investimento no desenvolvimento físico dos alunos era parte importante do projeto educacional do Instituto Orfanológico, haja vista que disciplinar e moldar os corpos infantis se tornava fundamental na missão de iniciar a preparação de futuros trabalhadores, que para atuarem em ofícios profissionais que exigissem vigor físico, era algo que não cabia a homens frágeis e doentes. Neste sentido, as práticas direcionadas à saúde estavam ancoradas nos discursos ideológicos propagados pelos médicos-higienistas, que postulavam uma série de condutas e práticas em prol de uma sociedade composta de sujeitos fortes, apropriados pelos governantes para a formação de mão de obra trabalhadora.

O espaço físico do instituto em seus usos também educava e moldava os meninos que ali viviam. Nas salas de aula, forma-se, pelos conteúdos ensinados e aprendidos, o intelecto dos educandos e maneiras de ser e agir com ordem e disciplina; no refeitório internalizavam regras e modos de como se portar com educação e civilidade no ato das refeições; na enfermaria e lavatórios orientava-se no que tange ao cuidado e à manutenção da saúde e higiene; no parque e recreio desenvolvia-se, por meio de jogos e ginástica, o aspecto físico, pois os alunos precisavam crescer fortes e saudáveis; e na capela entravam em contato com os conhecimentos cristãos-católicos.

A estrutura que compunha o espaço do Orfanológico, embora fosse enaltecida como moderna, arejada, salubre, higiênica e que atendia os requisitos para a instalação de um internato para crianças, possuía um prédio de dimensões modestas, apesar da área total do seu entorno ser bastante vasta, o que abre margem para se acreditar que as dependências do instituto não fossem tão proporcionais ao número de educandos matriculados, a exemplo do dormitório e do refeitório, retratados no Álbum do Pará, do ano de 1908. Além disso, deve-se atentar que o prédio do instituto foi fruto de um processo de adaptação feito na antiga hospedaria de imigrantes, isto é, não surgiu especificamente para essa finalidade, logo, passível da existência de problemas de infraestrutura. Fato este que pode ter inclusive relação com a não efetivação da ampliação da capacidade de cem para cento e cinquenta educandos que se cogitou em certos momentos por parte do Governo do Estado.

Percebeu-se, também, que as dependências do estabelecimento e sua relação com o tempo da instituição criavam um cotidiano marcado milimetricamente pela ordem e disciplina, no qual os educandos deveriam ser obedientes aos momentos e horas determinadas, caso contrário eram alvo de castigos e punições se fossem notados pela vigilância dos empregados. Mecanismo este que foi legitimado pela equipe dirigente do Instituto Orfanológico, que recomendava aos funcionários a vigilância constante, ressaltando que cabia somente a ela a tarefa de punir, embora haja relatos de medidas arbitrárias de inspetores, que puniam e castigavam sem

consentimento da direção, o que indica a possibilidade real da existência de práticas de violências contra os internos.

No interior das instituições, como acontecia no Orfanológico, a criança ao viver em um contexto de institucionalização acabava passando por um processo que visava formatá-la, adequando-a a agir e se portar conforme preceitos civilizatórios importados de países europeus, que em muitas situações quase nada tinham a ver com a cultura local, mas que eram legitimados pelas elites como o que existia de mais moderno e civilizado, consistindo em uma forma de violência a individualidade desses sujeitos, que historicamente foram vistos como seres incompletos, em construção e desenvolvimento, e, portanto, não capazes de expressar seus gostos e vontades. Por isso, pouco se observa da presença das vozes infantis nos documentos analisados, mas se sabe que ali estão, e mesmo que silenciadas pela forma que eram concebidas socialmente, as práticas de “indisciplinas” identificadas e condenadas veementemente pela equipe dirigente, por exemplo, podem ser entendidas como manifestações encontradas pelos meninos de resistir ao que lhes foi imposto.

A estrutura e organização do Instituto Orfanológico se assemelha, em muitos pontos, a aspectos que são peculiares às instituições totais, uma vez que há muitas barreiras que o separam do mundo exterior e que se aproximam no que diz respeito à dinâmica institucional fortemente demarcada, rígida e ritualizada. Evidenciou-se que os educandos ao adentrarem no internato já passam por um processo de admissão que visa torná-los homogêneos, indiferentemente das suas experiências anteriores, a partir do ingresso passam a pertencer a uma vida muitas vezes quase que oposta a que tinham antes. As vestimentas, a alimentação, o tempo, o sono, o descanso, o espaço, o corpo, o brincar, tornam-se práticas rigidamente vigiadas e controladas.

A infância vivida no Instituto Orfanológico era orientada por discursos ideológicos que a tratavam como categoria social alvo de investimentos, em face de sua necessidade de ser um embrião de cidadãos republicanos e não de degenerados e prejudiciais à sociedade. Desta forma, amparar, cuidar, educar e instruir meninos órfãos e desvalidos era uma missão de imensurável valia ao povo e à Nação. Com isto, notou-se que havia um forte processo para moldar a criança em prol do ideal de sujeito desejado nesse período, que influenciado por discursos que ecoavam de autoridades políticas, juristas e médicos higienistas, entendiam que a infância pobre precisava ser salva, logo, carecia de moral, disciplina, higiene e civilidade.

Muito da visão que se teve sobre a aparência, organização, estado e funcionamento do Instituto Orfanológico do Outeiro, foi construída a partir de enunciados discursivos mostrados pelos relatórios, jornal “A Província do Pará” e impressos educacionais do governo, que comumente elaboravam uma imagem positiva da instituição, sempre em ordem, limpa, arejada,

higiênica, disciplinada e em constante bom funcionamento. Tais informações, geralmente, eram obtidas a partir das visitas feitas ao estabelecimento, o que abre margem para se pensar que talvez a retratada eficácia que movia a engrenagem do instituto fosse reflexo de uma construção imagética elaborada para repassar, justamente essa impressão, pois estas se caracterizavam como momentos de “exibição institucional” (GOFFMAN, 1974).

Nessas exibições, objetivava-se apresentar o que havia de melhor no instituto: as dependências do prédio e seu entorno com aparente zelo, cuidado e asseio; os utensílios e equipamentos em considerável estado de conservação; a equipe de funcionários sempre disposta e em prontidão para o cumprimento de suas funções; os livros de registro e a documentação sempre em dia e organizada; a alimentação de qualidade admirável; os educandos se mostrando compenetrados, disciplinados, felizes e entusiasmados nas suas apresentações em público. Isto é, imagens de um cenário perfeito, que poderia camuflar as histórias reais da vida cotidiana da instituição, a qual possivelmente não era tão perfeita como se queria exibir.

As festas e comemorações solenes em datas cívicas, religiosas ou por ocasião de datas importantes para o Orfanológico, especialmente, caracterizavam como uma situação de exibição institucional em que o instituto abria as suas portas para autoridades políticas e personalidades da época, que conheciam as instalações, os empregados, alguns aspectos da dinâmica de funcionamento do estabelecimento, serviam-se de requintados banquetes, que provavelmente não condiziam com as refeições diárias do internato, assim como assistiam às performances de leitura, declamação e dramatização preparadas para serem vistas e elogiadas pela plateia., pois estes momentos apresentavam-se como verdadeiros espaços de divulgação do instituto para a sociedade paraense, que pelas impressões colhidas ou lidas por meio da imprensa, acabava exaltando o governo pela iniciativa caridosa de se criar e manter tão nobre obra para abrigar e proteger a infância desvalida do estado.

As cerimônias festivas e solenes também contribuía para a educação e instrução dos educandos, já que eram realizadas palestras sobre as datas comemoradas, falas direcionadas a incentivar e inculcar princípios sobre a importância dos estudos, do trabalho e de como se tornar um bom cidadão. Além disso, ensaiavam-se os alunos para realizar apresentações de hinos, peças e poemas, cujo teor carregava-se de intencionalidades discursivas a fim de internalizar valores morais, cívicos, nacionalistas e religiosos. Compreende-se que a seleção desse conteúdo estava intimamente vinculado ao projeto formativo posto em prática pelo Instituto Orfanológico do Outeiro, ao entrelaçar discursos ideológicos correntes nesse período histórico e pertinentes para meninos em processo de formação em futuros trabalhadores/cidadãos republicanos.

O encerramento das atividades do Instituto Orfanológico do Outeiro, em 1913, para dar lugar ao funcionamento de uma estação experimental agrícola de responsabilidade do Governo Federal, aconteceu de forma bem diferente da pomposa e divulgada inauguração, pois pouco ou quase nada se falou sobre o seu fim. Indicou-se o destino dado aos seus funcionários, que foram distribuídos entre órgãos públicos, mas não se encontraram registros do destino dado ao meninos que ali se encontravam internos. O instituto teve a duração de apenas dez anos a contar de sua criação em 1903, mais precisamente, oito anos, já que o efetivo funcionamento se deu apenas em 1905, quando de fato recebeu educandos, o que leva a refletir que um estabelecimento implantado com altos investimentos do governo teve uma duração de certa forma breve.

O fim dessa instituição está relacionado a conjuntura histórica e econômica que se configurou a partir do ano de 1913, na qual o governo paraense adotou a implantação do Ensino Agrícola, que tinha como um dos objetivos formar trabalhadores capacitados nos assuntos ligados à agricultura, o que corrobora para o argumento de que o Instituto Orfanológico do Outeiro foi concebido como um estágio de preparação inicial de mão de obra trabalhadora, já que ao se alterar a ótica para a formação de trabalhadores para assuntos específicos das questões do campo, o instituto perde a sua importância e o seu papel para o governo, mas a infância pobre não, uma vez que anos depois no mesmo prédio se criará o Patronato Agrícola Manoel Barata, para meninos maiores que iriam ser formados em trabalhadores agrícolas .

REFERÊNCIAS

a) Fontes Documentais

Álbuns

PARÁ. Governo. **Belém da Saudade**: a memória de Belém no início do século em cartões postais. 2 ed. Belém: Secult, 1998.

PARÁ. **Álbum do Estado do Pará (1901-1909)**. Oito anos de governo. Mandado organizar pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do estado. Paris: Choponet, 1908.

PARÁ. **O município de Belém, 1897 a 1902**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1902.

PARÁ. **Álbum do Pará em 1899 na administração da Excia o Snr. Dr. José Paes de carvalho**. Parte descritiva do Dr. Henrique Santa Rosa. Photographias e composição de F. A. Findanza. Berlin, 1899.

Decretos e Leis

DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Ações do Poder Legislativo: Lei n. 850 de 5 de outubro de 1903. Autoriza o governo do estado a fundar no lugar denominado Outeiro, um internato com a denominação de – instituto Orfanológico do Outeiro. Anno XIII – 15º da República – N. 3575. 11 de outubro de 1903, p. 4.

DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Estatuto Instituto Orfanológico do Outeiro. Anno XIV – N. 3243. 15 de julho de 1904, p. 3.

DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Matrícula Instituto Orfanológico do Outeiro. Anno XIV – N. 3245. 17 de julho de 1904, p. 6.

DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Chamada Instituto Orfanológico do Outeiro. Anno XIV – N. 3272. 28 de dezembro de 1904, p. 7.

DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Projeto de Lei 1, 360, que autoriza a transferência do antigo Instituto Orfanológico do Outeiro para o Governo Federal, a fim de estabelecer uma estação experimental nas condições que julgar conveniente. Anno XXIII – N. 6455. 01 de novembro de 1913, p. 10.

PARÁ. Estado. Dá nova organização ao ensino primário do Estado pelo decreto n. 1689 de 28 de abril de 1910. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910, 48p.

PARÁ. Estado. Aprova os programmas do ensino primário pelo Decreto n. 1695 de 30 de maio de 1910. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910. 32 p.

PARÁ. Estado. Regulamento geral do ensino primário reorganizado pelo decreto n. 1.190 de 17 de fevereiro de 1903. Belém: Typ. Diário Oficial, 1903. 55p.

PARÁ. Governo do Estado. Decreto n. 1695 de 30 de maio de 1910. Belém: imprensa oficial do estado do pará, 1910, 32 p. Disponível em << <http://177.74.60.161/acervodigital/file/decreto1695maio1910/index.html>>> Acesso em: 22 de março de 2016.

PARÁ. Governo do Estado. Decreto n. 1722 de 3 de Setembro de 1910. Aprova o Programma para os Exames de Estudos Primários no anno de 1910. Disponível em: << <http://177.74.60.161/acervodigital/file/decreto1722setembro1910/index.html#/4/>>> Acesso em: 21 de março de 2016.

PARÁ. Decreto Lei nº 1957 de 17 de Novembro de 1920, Auctoriza o Governo do Estado a entrar em Accordo com o Governo Federal para a criação de um Patronato Agrícola neste Estado. In: Colleção Leis do Estado do Pará, anno de 1920, p.101.

Impressos e informativos educacionais

A ESCOLA: Revista do Ensino. **Noticiário**: Instituto Orfanológico. Belém: Imprensa Oficial, v.1, n. 2, julho, 1904

A ESCOLA: Revista do Ensino. **Instituto Orfanológico**. Belém: Imprensa Oficial v.2, n. 3, agosto, 1904

REVISTA DO ENSINO. **Instituto Orfanológico**. Belém: Imprensa Oficial, v. 3, abril, 1911, p. 328.

REVISTA DO ENSINO. **Instituto Orfanológico do Outeiro**. Belém: Belém: Imprensa Oficial, v. 5, outubro, 1912, p. 198.

PARÁ, **Boletim Oficial da Instrução Pública**, n. 2, abril/julho, 1906

PARÁ, **Boletim Oficial da Instrução Pública**, n. 3, outubro/novembro, 1905

PARÁ, **Boletim Oficial da Instrução Pública**, n. 2, abril/julho, 1905

PARÁ, **Boletim Oficial da Instrução Pública**, n. 2, abril/julho, 1907.

Jornais

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **No Instituto Orfanológico**. Belém, 09 de agosto de 1905, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ **Instituto Orfanológico**. Belém, 30 de julho de 1906, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 01 de agosto de 1906, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 10 de setembro de 1906, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **No Instituto Orfanológico**. Belém, 26 de 12 de 1906, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **O Governador no Outeiro**. Belém, 23 de abril de 1907, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **No Instituto Orfanológico**: grandiosa festa infantil. Belém, 14 de julho de 1907, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **No Instituto Orfanológico**: uma festa encantadora. Belém, 15 de julho de 1907, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 01 de setembro de 1907, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 02 de setembro de 1907, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **No Instituto Orfanológico**. Belém, 17 de dezembro de 1907, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 20 de dezembro de 1907, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Aniversário do Governador**: os mimos. Belém, 23 de dezembro de 1907, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 12 de janeiro de 1908, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 13 de agosto de 1908, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **As visitas do Governador**: no Instituto Orfanológico. Belém, 06 de novembro de 1908, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **O Ensino**. Belém, 30 de novembro de 1908, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Admissão de Alunos**. Belém, 21 de março de 1909, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 10 de setembro de 1909, p. 1

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Belém, 15 de julho de 1911, p. 1

Listas

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Lista de registro de ponto dos funcionários, 01 de novembro de 1905.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Lista do movimento da enfermagem, 05 de junho de 1906.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Lista do movimento da lavanderia, 22 de outubro de 1906.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Lista do movimento de crianças batizadas na capela. 27 de dezembro de 1906.

Livro e Monografia

MATTOSO, Ernesto. **O Dr. Augusto Montenegro**: sua vida e seu governo. Paris: T Dissieux, 1907.

PARÁ. **Monographia Do Instituto Lauro Sodre**. Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodre, 1904.

Mensagens de governo

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro, no ano de 1904. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>> Acesso em: 22 maio de 2014.

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro, no ano de 1905. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>> Acesso em: 22 maio de 2014.

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro, no ano de 1906. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>> Acesso em: 22 maio de 2014.

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro, no ano de 1907. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>> Acesso em: 23 maio de 2014.

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1909. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>> Acesso em: 23 maio de 2014.

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1910. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>> Acesso em: 23 maio de 2014.

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1911. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>> Acesso em: 23 maio de 2014.

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1912. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>> Acesso em: 25 maio de 2014.

Ofícios

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 5 de 25 de fevereiro de 1905.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 25 de 25 de maio de 1905.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 12 de 12 de fevereiro de 1906.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 20 de 12 de abril de 1906.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 23 de 16 de agosto de 1906.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 46 de 12 de dezembro de 1906.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 08 de 01 de fevereiro de 1907.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 11 de 28 de março de 1907.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 12 de 14 de agosto de 1908.

PARÁ. Instituto Orfanológico. Ofício n. 22 de 18 de novembro de 1909.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Ofício n. 23 de 22 de março de 1910.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Ofício n. 33 de 26 de abril de 1910.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Ofício n. 35 de 11 de maio de 1910.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Ofício n. 21 de 23 de julho de 1911.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Ofício n. 45 de 23 de outubro de 1911.

Portarias

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 64 de 15 de junho de 1906.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 65 de 15 de junho de 1906.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 12 de 04 de julho de 1906.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 1 de 12 de agosto de 1906.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 33 de 22 de agosto de 1907.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 15 de 23 de outubro de 1908.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 12 de 23 de fevereiro de 1910.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 13 de 03 de março de 1910.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 22 de 04 de julho de 1910.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 23 de 12 de março de 1910.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 01 de 14 de janeiro de 1911.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 11 de 22 de março de 1911.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 15 de 24 de abril de 1911.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 03 de 29 de julho de 1911.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 11 de 22 de agosto de 1911.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 23 de 22 de agosto de 1912.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 32 de 12 de julho de 1912.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 37 de 29 de agosto de 1912.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Portaria n. 17 de 18 de abril de 1913.

Relatórios

PARÁ. **O município de Belém, 1897 a 1902**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1902.

PARÁ. **O município de Belém**: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Parecer do farmacêutico Leonézio dos Reis, 27 de maio de 1905.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Relatório do cirurgião dentista, 07 de maio 1906

PARÁ. **Secretaria da Inspeção Sanitária**. Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública, 30 de julho de 1910.

PARÁ. **Instituto Orfanológico**. Relatório do serviço dentário, 30 de junho de 1913.

PARÁ. **Instituto Orfanológico** João Coelho. Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e da Instrução Pública, 1913.

b) Referências Bibliográficas

ALVES, C. **Obra Completa de Castro Alves**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário metodológico científico**: uma guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, I; PILOTTI, (orgs.). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011, p. 153-202.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Paulo Bezerra (Trad). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARBOSA, A. C. E. **O Instituto Paraense de Educando Artífices e a Morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPA, 2011.

BARROS, A. M. Os álbuns fotográficos com motivos escolares: veredas ao olhar. In: GATTI JR, D; FILHO, G. I (Org.). **História da Educação em Perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 117-134.

BASTOS, M. H. C. **Permuta de Luzes e Idéias**. Anexo 1. Obras de Marie Pape-Carpentier. Notícia resumida. Porto Alegre, 2003a (mimeo).

BESSA, D. B. **Literatura de autoajuda cristã**: em busca da felicidade ainda na terra e não só para o céu. São Paulo: FAPESP: EDUC, 2010.

BILAC, O. **Poesias Infantis**. Paris: Francisco Alves. 1913.

BORGES, R. **Vultos Notáveis do Pará**. Belém, 1986.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social**: Teoria e exercícios. Madrid: Paraninfo, 1991.

BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/ SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

BUFFA, E. PINTO, G. A. **Arquitetura e Educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971. São Carlos: EdUFSCar, INEP, 2002.

CÂMARA, S. **Sob a guarda da república**: a infância menorzada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CÂMARA, S. Por uma acção preventiva e curativa da infância pobre: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910- 1920. In: LOPES, A.; FARIA FILHO, L. M. de; FERNANDES, R.(orgs). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p. 263-282.

CARVALHO, M. A. A hospedaria de imigrantes do Outeiro em Belém do Pará: um mosaico em construção. In: SOUSA, Fernando de et al. (Org.). **Portugal e as migrações da Europa do sul para a América do sul**. 1ed.Porto: Cepese, 2014, v.1, p. 198-217.

CASTRO, C. A. A educação da infância desvalida paraense nos oitocentos: a Casa de Educandos Artífices. In: **Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e Republicano**. ARAÚJO, S. M. S et al (Org.). Belém: EDUEPA, 2015, p. 17-34.

CASTRO, R. X. S. **Da Cadeira às Carteiras Escolares Individuais**. Entre Mudanças e Permanências na Materialidade da Escola Primária Catarinense (1836-1914.). 110f. Dissertação (Mestrado em Educação). UDESC, 2009.

CAVALCANTE, M. J. M. O Jornal como Fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional, in: II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2015.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CONCEIÇÃO, J. T. Recomendações médico-higiênicas para o funcionamento do internato (século XIX). In: **Interfaces Científicas**. Aracajú v. 3, N. 2, p. 109-112, Fev., 2015.

CONCEIÇÃO, J. T. **Internar para Educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. 322f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, 2012.

CORDEIRO, A. B. **Dando Vida a Uma Raiz: o ideário pedagógico da primeira república na poesia infantil de Olavo Bilac**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPR, 2005.

COSTA, G. B. **A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878 – 1888)**. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação). UEPA, 2014.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, B. G; FRANÇA, M. P. S. **Educação de meninas no Asilo de Santo Antônio: regência das Irmãs Dorotéias sob o olhar romanizador do Bispo D. Antônio Macedo Costa, na Amazônia (1878-1888)**. Curitiba: CRV, 2016.

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: SPVEA, 1955.

DAOU, A. M. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DE FOE, D. **As aventuras de Robinson Crusoe**. São Paulo: L&PM Pocket, 1997.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1999.

DUARTE, A. V. M. **Orfãs e Desvalidas: a formação de meninas no orfanato municipal de Belém do Pará (1893-1931)**. 277f. Tese (Doutorado em Educação). UFUB, 2013.

DUARTE, R. D. **A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra ‘Compendio de Civilidade Cristã’, de Dom Macedo Costa (1880 a 1915)**. 272f. Tese (Doutorado em Educação), 2015.

EMMI, M. F. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia Brasileira (1850-1950)**. Belém: NAEA, 2013.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa: espaço, escola e currículo. In: ESCOLANO, A. e VIÑAO F. A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Brasil Império. In: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 203-222.

FARIA FILHO, L. **Dos Pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2000.

FARIAS, W. G. Em nome da República: imprensa, eleições e deportações no Pará republicano. In: IV Congresso Internacional de História. Maringá – PR, setembro de 2009. **Anais do IV Congresso Internacional de História**. Maringá – PR, 2009, p. 305-317. ISSN 2175-4446. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/572.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

FERNANDES, A. L. C. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, A. M. M; XAVIER, L. N (Org.). **Impressos e História da Educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008, p. 15-29.

FERREIRA, A. G. Higiene e Controlo Médico da Infância e da Escola. In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 9-24, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 12 de março de 2016.

FERREIRA, C. A. C; GUIMARÃES, J. F; CORRÊA, L. O. Organização econômica, atuação do poder público local e condição de vida na periferia distante de Belém (PA) – Ilha de Caratateua. In: SILVA, J. M. P. et al (org). **Percursos geográficos: Pesquisa e extensão no distrito de Outeiro, Belém-PA (2008-2011)**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012, p. 59-75.

FLORES, V. N; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRORES, L.F.B.N. O Altar e a coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados. In: MAGALDI, A.M.; ALVES, C; GONDRA, J.G (orgs). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p.73-98.

GADELHA, G. S. **Os saberes do corpo: a “medicina caseira” e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919)**. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC, 2007.

GASTINEAU, B. **Os homens célebres nas ciencias e nas indústrias**. Lisboa-Paris: Guillard-Aillaud, 1906.

GATTI JR, D; PESSANHA, E. C. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR, D; FILHO, G. I (Org.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 71-89.

GATTI JUNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C. S; GATTI JUNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDRA, J. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GONDRA, J. G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, C. F; KUHLMANN JR, M. (Orgs). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 289-318.

GUIMARÃES, F. O. **Formação Militar e “Amparo aos desvalidos” na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891)**. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMG, 2014.

GUIMARÃES, J. **Icoaraci**: A monografia do mega distrito. Belém, PA: Gráfica Dutra, 1996.

GUIMARÃES, J. T. S. **Os Discursos dos Médicos do Estado do Pará nas “Teses de Doutorado ou inaugurais” (1929-1954)**: saúde, assistência e educação da infância pobre. Tese 320f. (Doutorado em Educação). UFPA, 2016.

HANSEN, P. “A arte de formar brasileiros”: um programa de educação cívica nas páginas da revista O Tico-Tico. In: MAGALDI, A. M. M; XAVIER, L. N (Org.). **Impressos e História da Educação**: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008, p. 45-58.

KRAMER, S. **A Política da pré-escola no Brasil**: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2011.

KULHMANN M. J. Educação infantil e currículo. In FARIA, A. L.G, PALHARES, M. S. (Org.) **Educação infantil pós LDB**: rumos e desafios. São Paulo: Autores Associados, 1999, 122-135.

LACERDA, F. V. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência. 340f. Tese (Doutorado em História). USP, 2006.

LIMA, G. M. **O Collégio de Educandos Artífices – 1865-1874**: a infância desvalida da Parahyba do Norte. 101f. Dissertação (Mestrado História). UFPB, 2008.

LOPES, A. A Imprensa e a Infância Indigente: o exemplo da Imprensa setubalense (1870-1930). In: **Para a compreensão histórica da infância**. LOPES, A; FARIA FILHO, L. M. FERNANDES, R. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 73-88.

LOPES, I. C. **No alto da colina e na sombra da história**: Educação de Meninas e Meninos no Orfanato Cristóvão Colombo (1895-1953). 282f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, 2015.

MACHADO, R. et al. **Danação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGALHÃES, J. Breve apontamento para a História das Instituições Educativas. In: SANFELICE, J. L, SAVIANI, D., LOMBARDI, J. C. (org) **História da educação**: perspectiva para um intercâmbio internacional. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1999, p. 67-72.

MAGALHÃES, J. Contributos para a história das instituições educativas – (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal**. Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 63-78.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.

MARCILIO, M. L. A Roda dos Expostos e a criança abandonada no Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (orgs). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 53-80.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARINHO, I.P. **História Geral da Educação Física**. São Paulo: Cia Brasil editora, 1980.

MEDEIROS, A. M. S. **Aspectos geográficos da ilha de Caratateua**. Belém: IDESP, 1971.

MIGUEL, M. E. B. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das Instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I, M. et al (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p. 3-30.

MELO, S. M. B. Educando pelo civismo: os desfiles patrióticos e as práticas educacionais. In: CASTRO, C. A; CURY, C. E. (Org). **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA; UFPB: Café e Lápis, 2011, p. 101-120.

MONARCA, C. Lourenço Filho e a Biblioteca da Educação. IN: -. **Lourenço Filho**: outros aspectos, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

MONCORVO FILHO, A. **Histórico da proteção à infância no Brasil (1500 – 1922)**. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926.

MORAES, E. **Creanças abandonadas e creanças criminosas**: notas e observações. Rio de Janeiro: Guimarães, 1900.

MORENO, A. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. In: **Rev Bras Ciênc Esporte**. 2015;37(2):128-135 Disponível em: << <http://www.rbceonline.org.br/>>> Acesso em: 23 de novembro de 2015.

MOURA, E. B. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1999, p. 259-288.

MUNIZ, P. **Imigração e colonização: história e estatística, 1616-1916**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

NASCIMENTO, A. C. **A sorte dos engeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças no Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume – FINEP, 2008.

NASCIMENTO, A. C. Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(1): 67-83, janeiro-abril/2007.

OLIVEIRA, G. I. C. **De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de Ensino Técnico?** 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPA, 2008.

OLIVEIRA, G. I; BARBOSA, M. M. **Memórias ausentes na história do IFPA (Campus-Castanhal): as narrativas dos sujeitos construtores desta trajetória.** 2010. Disponível em <<http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT4/MEMORIAS_AUSENTE_S.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2015

PASSETI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1999, p. 407-423.

PIMENTA, A.S.F. **Educação de meninas no Orfelinato Paraense (1893 -1910).** 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). UEPA, 2012.

PINHEIRO, W.C. **A infância nas páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX.** 149f. Dissertação (Mestrado em Educação), 2013.

PIRES, O. Hygiene no internatos. In: **Revista de educação e ensino.** Belém. V. 2, n. 2, p. 17-18, Fev. 1892.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. In: HERSCHMANN, M; PEREIRA, C. A. M. **Mídia, memória & celebridades.** Rio de Janeiro: E – Papers Seviços Editoriais, 2005, p. 105-124.

RIBEIRO, I. SILVA, V. L. G. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set. 2012.

RIZZINI, Irene. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção.** Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido.** Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**– Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da educação brasileira. *Revista Contemporânea de Educação.* Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. - janeiro/julho 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acessado em: 12/09/2010. Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7artigo_1_internatos_asilos_e_instituicoes_ale_sandra_f_m_de_schueler.pdf

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.** 2004. 441f. Tese (Doutorado em História Social), 2004.

RIZZINI, Irma; PILOTTI, F. (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil (org.). **História das crianças no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1999, p. 376-406.

RIZZINI, I; SCHUELLER, A. O instituto do Prata: índios e missionários no Pará (1898-1921). In: **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, pp.86-107, Jul/Dez 2011.

ROCHA, H. H. P. A escola como laboratório. In: BENCOSTTA, M. L. V. (Orgs.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 237-264.

ROCQUE, C. A. **Lemos e sua época: história política do Pará**. Belém: Cejup, 1996.

RODRIGUES, D. A. et al. **Atlas de dermatologia em povos indígenas** [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2010. 160 p. ISBN 978-85-61673-68-0. Available from SciELO Books Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 12.11.2016.

SABINO, E. B. **Assistência e a Educação de meninas desvalidas No colégio Nossa senhora do Amparo (1860-1889)**. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPA, 2012.

SANFELICE, J. L. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, et al (org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 75-94.

SANFELICE, J. L. História e Historiografia de Instituições Escolares. In: Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 192-200, set.2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf> Acesso em: 29 de abril de 2014.

SARGES, M. N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Èpoque (1870)**. Belém: Paka – Tatu, 2010.

SARGES, M. N. **Memórias do “Velho” intendente: Antônio Lemos 1869-1973**. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 1998.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com>> ISSN: 2175-3423. Acesso em: 12 maio 2015.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: Nascimento, M. I. M. et all (Orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

SCHUELLER, A. **Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da educação brasileira**. Revista Contemporânea de Educação. **Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. - janeiro/julho 2009**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acessado em: 12/09/2015. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-artigo_1_internatos_asilos_e_instituicoes_alessandra_f_m_de_schueler.pdf>

SENA, F. A conversação como modo de distinção no Império: Tesouro de Meninos e código de bom-tom nas escolas brasileiras. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p. 253-265, mar.2010 - ISSN: 1676-2584 Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/art17_37.pdf Acesso em: 13 outubro de 2016.

SHUELER, A. F. M; RIZZINI, Irma. “Tradições inventadas” de uma Belle Époque no estado do Pará: expansão da escola primária para a infância paraense. In: **Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e Republicano**. ARAÚJO, S. M. S et al (Org.). Belém: EDUEPA, 2015, p. 217-244.

SILVA, M. J. B. **Caratateua**: a ilha e o subúrbio de Belém. 234f. Dissertação (Mestrado Geografia Humana), USP, 1995.

SILVA, R. M. C. **Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915)**: História de uma Instituição Educativa. 134f. Dissertação (Mestrado Educação). UFPI, 2005.

SILVA, S. C. H. P. **De órfãos da gripe a trabalhadores**. O Asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937). 130f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPR, 2010.

SMILES, S. **Ajuda-te** (self-help). Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1992.

SOARES, C. L. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOUSA, C. M. P. Fragmentos da história da educação no Pará no início do século XX: Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 62, p.144-156, maio, 2015.

SOUSA, C. M. P. de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará**: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX. 196f. Tese (Doutorado em Educação). PUC – SP, 2010.

SOUSA, R. F. **O direito à educação: lutas populares pela escola**. Campinas: Editora UNICAMP – Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.

SOUZA, M.Z.M. **Educar, Trabalhar, Civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894)**: caminhos possíveis. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação). UERJ 2008.

SOUZA, R. F. **Alicerces da Pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, R.F.R., F. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. IN: **caderno cede** ano XX, n. 52 p. 104-121, novembro/2000.

SOUZA, S. A. S. **As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana**: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891 – 1905). 118f. Dissertação (Mestrado História) UEFS, 2009.

STEPHANOU, M. Discursos Médicos e a Educação Sanitária na Escola Brasileira. In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 142-164.

VAGO, T. M. “Uma verdadeira revolução dos costumes”: educação de corpos infantis na reforma de ensino de 1906 em Minas Gerais. In: MAGALDI, A. M. M; XAVIER, L. N (Org.). **Impressos e História da Educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008, p. 283-302.

VAGO, T. M. Início e fim do século XX: maneiras de fazer Educação Física na escola. **Cad. CEDES**. [on-line], v. 19, n. 48, p. 30-51, ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101>. ISSN 0101-3262. Acesso em: 21 set. 2015.

VALDEMARIN, V. T. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval et. al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VEIGA, C. G. História da Educação Social: um campo de investigação para a história da Educação. In: PESSANHA, E. C; GATTI JUNIOR, D. (orgs). **Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em "escolas exemplares"**. Uberlândia: EDUF, 2012.

VEIGA, S. G; GOUVEIA, M. C. S. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.26, n.1, p.135-160, jan. /jun.2000.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas**, assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papirus, 1999.

VIANNA, A. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense: notícias históricas (1650/1902)**. Belém: SECULT, 1992.

VIANNA, A. R. Internação e domesticidade: caminhos para a gestão da infância na Primeira República. In: GONDRA, J. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002, p. 29-44.

VIDAL, D. G. NO INTERIOR DA SALA DE AULA: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009. ISSN 1645-1384 (online) Disponível em: <<www.curriculosemfronteiras.org>> Acesso em: 12 março 2015.

VIEIRA, M. T. B. **O Asilo de Órfãos de Santos e a engrenagem da cidade (1918-1931)**. 250f. Tese (Doutorado em Educação). USP, 2011.

VIÑAO FRAGO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-139.

WERLE, F. O, C. BRITO, L. M. T. S, COLAU, C. M. Espaço Escolar e História das Instituições Escolares. In: **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

WERLE, F. O. História das Instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. In: **Cadernos de História da Educação** -, p. 109-119, n.º. 3 - jan./dez. 2004.

XAVIER, M. Elizabete S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Autores Associados, 1980.

APÊNDICE

**PRODUÇÕES ACADEMICAS SOBRE A HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES
PARA A INFÂNCIA (2005-2015)**

TÍTULO/AUTOR	OBJETIVO	INSTITUIÇÃO ÁREA ANO
<p>Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915): História de uma Instituição Educativa</p> <p>Rozenilda Maria de Castro Silva (Dissertação)</p>	<p>Apresentar uma construção da história da Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí, sediada em Parnaíba, nas suas duas fases de funcionamento: de 1874 a 1898 e de 1907 a 1915.</p>	<p>UFPI Educação 2005</p>
<p>A Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso (1909 - 1941)</p> <p>Nadia Cuiabano Kunze (Dissertação)</p>	<p>Analisar o processo de criação, organização e desenvolvimento da Escola dos Educandos Artífices do Mato Grosso (1909-1941).</p>	<p>UFMT Educação 2005</p>
<p>A Escola de Aprendizizes Artífices do paraná: “viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928).</p> <p>Silva Pandini Disserta�o</p>	<p>Investigar a forma�o de meninos pobres na Escola dos Aprendizizes do Paraná, no período de 1910-1928.</p>	<p>UFPR Educa�o 2006</p>
<p>O Coll�gio de Educandos Artífices – 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte</p> <p>Guaraciane Mendonça de Lima Disserta�o</p>	<p>Analisar a condi�o da criança e da infância no contexto de crise econômica e social pela qual passou a Província da Parahyba do Norte, tomando como referência o período de funcionamento do Coll�gio de Educandos Artífices de 1865 a 1874.</p>	<p>UFPB História 2008</p>
<p>Educar, Trabalhar, Civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894): caminhos possíveis.</p> <p>Maria Z�lia Maia de Souza Disserta�o</p>	<p>Refletir sobre as medidas destinadas � educa�o escolar dos “desamparados”, isto �, as crianças identificadas como órfãs, pobres e/ou abandonadas.</p>	<p>UFRJ Educa�o 2008</p>
<p>A Infância Desvalida na Trajetória do Instituto Dona Placidina em Mogi das Cruzes:</p>	<p>Analisar o atendimento de meninas pobres e órfãs na desvalida na trajetória</p>	<p>PUC – SP Educa�o</p>

<p>análise da dinâmica de atendimento de menina órfãs e pobres em uma instituição católica (1931 – 1966)</p> <p>Juarez Bernadino de Oliveira</p> <p>Dissertação</p>	<p>do Instituto Dona Placidina em Mogi das Cruzes no período de 1931 - 1966</p>	<p>2008</p>
<p>A Assistência à Infância Desvalida no Espírito Santo - O Orfanato Cristo Rei (1957 – 1990)</p> <p>Márcia Selvátice Tourinho</p> <p>Dissertação</p>	<p>Conhecer as políticas públicas ao longo da história do Brasil para a assistência à criança abandonada, trazendo o foco para o regional, com o detalhamento da atuação do Orfanato Cristo Rei no Estado do Espírito Santo.</p>	<p>UFES História 2009</p>
<p>Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do estado do Paraná à infância do "Abrigo Provisório para menores abandonados" ao "Educandário santa Felicidade"(Curitiba, 1947-1957).</p> <p>Joseane de Fátima Machado da Silva</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar as ações do Estado do Paraná direcionadas à infância, atendida pelo Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade (1947-1952) e, posteriormente, pelo Educandário Santa Felicidade (1953-1957).</p>	<p>UFPR Educação 2009</p>
<p>As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891 – 1905)</p> <p>Sidnara Anunciação Santana Souza</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar como o Asilo Filhas de Ana, mediante o exercício da caridade, constituiu-se nos fins do século XIX como instrumento eficaz para a normatização da conduta feminina na sociedade cachoeirana ao mesmo tempo em que procurei verificar até onde essas normas estabelecidas eram aceitas e difundidas entre as mulheres.</p>	<p>UEFS História 2009</p>
<p>De órfãos da gripe a trabalhadores. O Asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937)</p> <p>Silvana Cristina Hohmann Prestes da Silva</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar o processo de criação do Asilo São Luiz de Curitiba (Paraná) e a implementação de suas atividades relacionadas a educação para o trabalho, entre os anos de 1918 e 1937.</p>	<p>UFPR Educação 2010</p>

<p>Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX.</p> <p>Celita Maria Paes de Sousa</p> <p>Tese</p>	<p>Investigar a história das instituições de meninos e meninas desvalidas no Pará, no início do século XIX até os primeiros anos do Século XX.</p>	<p>PUC – SP Educação 2010</p>
<p>O Instituto Paraense de Educando Artífices e a Morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque (1870-1889)</p> <p>Andresson Carlos Elias Barbosa</p> <p>Dissertação</p>	<p>Compreender, por meio de uma análise interrelacional de acontecimentos que se articulam à existência do Instituto de Artífices, a infância na capital da província do Grão Pará, entre os anos 1870-1889, tendo em vista a sua relação com os ideários de formação do processo civilizador das populações do norte do Brasil.</p>	<p>UFPA Educação 2011</p>
<p>Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Órfanato São Cristovão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)</p> <p>Josineide Siqueira de Santana</p> <p>Dissertação</p>	<p>Discutir a educação feminina nas instituições católicas Orfanato de São Cristovão e escola da imaculada conceição no recorte de (1922-1969)</p>	<p>UFSE Educação 2011</p>
<p>Trajetória Da Casa De Educandos Artífices De Manaus (1856-1877).</p> <p>Alessandra Pinheiro Ferreira</p> <p>Dissertação</p>	<p>Investigar a trajetória da casa de educandos artífices em Manaus, no período de 1856 a 1877.</p>	<p>UFAM Educação 2011</p>
<p>O Asilo de Órfãos de Santos e a engrenagem da cidade (1918-1931).</p> <p>Marina Tucunduva Porto Vieira</p> <p>Tese</p>	<p>Conhecer aspectos da Cultura Escolar do Asilo de Órfãos de Santos, entendendo tal instituição como pertencente a uma rede que se estabeleceu a partir de 1902.</p>	<p>USP Educação 2011</p>
<p>Assistência e a Educação de meninas desvalidas No colégio Nossa senhora do Amparo (1860-1889).</p> <p>Elianne Barreto Sabino</p> <p>Dissertação</p>	<p>Compreender a instrução dada no Colégio Nossa Senhora do Amparo para as crianças desvalidas na província do Grão-Pará entre os anos 1860 a 1889.</p>	<p>UFPA Educação 2012</p>

<p>Internar Para Educar colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950).</p> <p>Joaquim Tavares da Conceição</p> <p>Tese</p>	<p>Investiga a história dos internatos na sociedade brasileira e, especialmente, sergipana, tomando como objeto os colégios-internatos, no período que se estende de 1840 a 1950.</p>	<p>UFBA História 2012</p>
<p>Educação de meninas no Orphelinato Paraense (1893 - 1910).</p> <p>Adriene Suellem Ferreira Pimneta</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar a educação de meninas no Orphelinato Paraense, no período de 1893 a 1910, identificar qual sua concepção de educação, bem como verificar o que era ensinado às órfãs.</p>	<p>UEPA Educação 2012</p>
<p>Orfãs e Desvalidas: a formação de meninas no orfanato municipal de Belém do Pará (1893-1931).</p> <p>Antônio Valdir Monteiro Duarte</p> <p>Tese</p>	<p>Contextualizar e analisar através dos regulamentos oficiais de ensino e de outras fontes documentais as práticas pedagógicas prescritas no Orfanato Municipal entre os anos de 1893 e 1931</p>	<p>UFUB Educação 2013</p>
<p>Histórias de Meninos e Meninas nas práticas de internamento do instituto de Assistência ao menor no Paraná (1962-1974).</p> <p>Marcia Maria Stazek</p> <p>Dissertação</p>	<p>Investigar como o Instituto de Assistência ao Menor (IAM) organizou as ações para a infância no Estado do Paraná, principalmente por meio do internamento nas entidades oficiais</p>	<p>UFPA Educação 2013</p>
<p>Educação indígena no Império: a Colônia Orfanológica Agrícola e Industrial Isabel e o projeto pedagógico dos capuchinhos (1874- 1889)</p> <p>Ana Paula Balduino</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar como a educação é vista pela historiografia, pelo indigenismo e pela política indigenista.</p>	<p>UFRRJ História 2013</p>
<p>“Recrutá-los jovens”: a formação de Aprendizes Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905).</p>	<p>Discutir que a proposta de educação da instituição visava não apenas à formação profissional para o suprimento da falta de mão de obra qualificada para os serviços</p>	<p>UFMA Educação 2013</p>

<p>Solyani Silveira Lima</p> <p>Tese</p>	<p>navais, mas também à formação moral de crianças e jovens desvalidos como quesito de inserção social.</p>	
<p>Formação Militar e “Amparo aos desvalidos” na Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891)</p> <p>Felipe Osvaldo Guimarães</p> <p>Dissertação</p>	<p>Investigar a Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais, uma iniciativa de formação militar voltada especificamente para crianças e jovens desvalidas no século XIX</p>	<p>UFMG Educação 2014</p>
<p>Memórias De Egressas Do Orfanato Nossa Senhora Das Graças De Lages (1955 A 1990): Um Olhar Genealógico Lages (Sc).</p> <p>Vera Lúcia Mendes Vieira Furtado</p> <p>Dissertação</p>	<p>Investigar, refletir e compreender qual a percepção das egressas sobre o cenário institucional vivenciado, com um recorte temporal desde a fundação até o fechamento do regime de internato.</p>	<p>UFPC Educação 2014</p>
<p>A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878 – 1888).</p> <p>Benedito Gonçalves Costa</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar a educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio no período de 1878 a 1888.</p>	<p>UEPA Educação 2014</p>
<p>Higiene, educação E assistência na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889)</p> <p>Douglas de Araujo Ramos Braga</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar os aspectos de higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889)</p>	<p>Fundação Oswaldo Cruz História das Ciências 2014</p>
<p>O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas - RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional.</p> <p>Jeane dos Santos Caldeira</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar aspectos históricos do Asilo de Órfãs São Benedito, atual Instituto São Benedito, fundado no início do século XX na cidade de Pelotas/RS para abrigar meninas negras.</p>	<p>Universidade federal de Pelotas Educação 2014</p>

<p>No alto da colina e na sombra da história: Educação de Meninas e Meninos no Orfanato Cristóvão Colombo (1895-1953)</p> <p>Idilene Correa Lopes</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar o Orfanato Cristóvão Colombo onde os alunos recebiam uma instrução de acordo com as normas vigentes da instrução pública e embasada nos princípios da religião Católica Apostólica Romana, além da instrução necessária à vida prática, no caso das meninas, e da pro-fissionalização, no caso dos meninos.</p>	<p>Universidade Nove de Julho Educação 2015</p>
<p>Memórias religiosas da infância e práticas educativas: o caso dos egressos do Educandário Nossa Senhora do Rosário 1990</p> <p>Silvana Custódio Pinheiro</p> <p>Dissertação</p>	<p>Analisar a partir da memória dos alunos egressos do Educandário Nossa Senhora do Rosário, ano 1990, as aproximações e os distanciamentos entre os objetivos propostos pelos conteúdos religiosos sobre família e comunidade conforme o programa da escola e a realidade cotidiana dos sujeitos, conforme percebida por eles</p>	<p>PUC-Goiás Ciências da Religião 2015</p>

ANEXO

ANEXO A: ESTATUTO DO INSTITUTO ORFANOLÓGICO

Decreto n. 1320--de 14 de Julho de 1904*Cria o Instituto Orfanológico.*

O Governador do Estado usando da attribuição que lhe confere a lei n. 859 de 6 de outubro de 1903 decreta:

CAPITULO I**DO FIM DO INSTITUTO**

Art. 1.º Fica creado neste Estado um internato denominado Instituto Orphanológico—com o fim exclusivo de dar instrução a meninos orphãos de pae e que fôrem desvalidos.

Art. 2.º—Será de cem o numero de alumnos, que não poderá ser excedido.

Art. 3.º O alumno só poderá permanecer no Instituto até a idade de 12 annos; passando n'essa idade para o Instituto Lauro Sodré.

Art. 4.º—A inspecção e fiscalisação supremas do Instituto cabem ao Secretario de Estado da Instrução Publica, que as exercerá na forma d'este Regulamento.

CAPITULO II**DA ADMISSÃO**

Art. 5.º—Para ser admittido á matricula do Instituto exige-se:

- a) ser orphão de pae provadamente desvalido;
- b) ter boa saúde, ser vaccinado e não soffrer moléstia contagiosa;
- c) ser maior de cinco annos e menor de oito;

§ Unico. A prova dos requisitos acima será feita por attestados de auctoridades judicarias, de medicos e certidão ou documento que a supra.

Art. 6.º—Os alumnos só poderão ser desligados do Instituto:

- a) por molestia que os impossibilite de aprender;
- b) por máo comportamento;
- c) por falta de aproveitamento;
- d) por ter alcançado a idade maxima;
- e) por conveniencia do ensino.

§ Unico. Em qualquer dos casos do artigo anterior o desligamento só poderá ser feito por ordem do Secretario de Estado da Instrução Publica.

Art. 7.º—Os alumnos do Instituto serão considerados: pupillos do Estado em virtude de desistencia de suas mães ou tutores, os quaes cederão seus direitos ao Estado até que o educando complete o tirocinio escolar.

CAPITULO III**DO ENSINO**

Art. 8.º—O ensino ministrado no Instituto consistirá de um curso primario.

Art. 9.º—O ensino primario será dado de accordo com o programma de ensino do Estado. Nos primeiros annos portém será elle de todo ponto pratico e conforme os programmas organizados pelo Director, que serão submettidos a approvação do Secretario de Estado da Instrução Publica.

CAPITULO IV**DO PESSOAL**

Art. 10.—Para o ensino do Instituto haverá tres professores, inclusive o Director.

Art. 11.—Os professores serão nomeados e desmittidos livremente pelo Governador dentre os professores normalistas do Estado.

Art. 12.—O pessoal administrativo do Instituto se comporá de :

- 1 Director ;
- 1 Official ;
- 1 Economo ;
- 1 Thesoureiro-almoxarife ;
- 1 Pharmaceutico.

Art. 13.—Todo o pessoal administrativo é de livre nomeação e demissão do Governador.

Art. 14.—Ao Director cumpre :

- 1.º Dirigir o Instituto, fazendo executar e cumprir as leis, regulamentos e deliberações do Governo ;
- 2.º Corresponder-se directamente com o Secretario de Estado da Instrução Publica sobre todos os assumptos relativos ao Instituto ;
- 3.º Enviar annualmente ao Secretario de Estado da Instrução Publica um relatório da administração do mesmo Instituto ;
- 4.º Mandar passar as certidões que lhe fõrem pedidas ;

5.º Rubricar os livros destinados a escripturação ;

6.º Admittir, suspender e dispensar os empregados que tiver nomeado ;

7.º Propôr ao Secretario de Estado da Instrução Publica a demissão de quaesquer empregado que a merecer e o desligamento dos educandos ;

8.º Ordenar e rubricar as requisições de dinheiro, generos e quaesquer outros objectos que tenham de ser fornecidos ;

9.º Fazer conferir e rubricar as contas ;

10.º Fiscalisar a execução dos contractos referentes ao Instituto ;

11.º Propôr ao Secretario de Estado da Instrução Publica tudo que julgar tendente a melhorar o Instituto ;

12.º Justificar até 3 faltas mensaes ao pessoal do Instituto ;

13. Dar posse ao pessoal docente e administrativo, e propôr a suspensão de qualquer funcionario que merecel-a ;

14. Fixar o horario geral do estabelecimento ;

15. Dirigir uma das escolas do Instituto ;

16. Tomar quaesquer resoluções que julgar conveniente, em casos imprevisos e de força maior, sujeitando-as a approvação do Secretario de Estado da Instrução Publica.

Art. 15.—Aos professores cumpre :

1.º Applicar os programmas adoptados ;

2.º Apresentar mensalmente, ou em qualquer dia que lhe fôr pedida a media do aproveitamento de seus alumnos ;

3.º Cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas da directoria ;

4.º Communicar immediatamente ao Director qualquer impedimento que os obrigar a faltar a qualquer trabalho que lhes competir ;

5.º Participar ao Director qualquer irregularidade que se der nas aulas e exercicios a seu cargo ;

§ Unico. Os professores e mais funcionarios do Instituto não poderão dirigir-se directamente ao Secretario de Estado da Instrução Publica, salvo caso de queixa ou reclamação contra actos do Director.

Art. 16.—Ao Official cumpre :

1.º Escripitar os seguintes livros: matricula geral dos alumnos ; registro de folhas de pagamento ; registro das portarias do Director ; protocolo ; termos de exames ; registro do pessoal ; registro de nomeações e licenças ; e quaesquer outros que o Director determinar ;

2.º Conferir os documentos da despeza e receita do Instituto ;

3.º Fazer todo o expediente do Instituto ;

4.º Ter sob a sua guarda o archivo do Instituto.

Art. 17.—Ao Thesoureiro-almoxarife cumpre :

1.º Organizar mensalmente a folha demonstrativa

2.º Mandar preparar e servir as refeições conforme lhe fôr determinado, enviando as da enfermaria de accordo com a dieta dos enfermos ;

3.º Mandar a presença do Director uma amostra da comida a servir nas refeições ;

4.º Encarregar-se do serviço da enfermaria, tratando com desvelo os doentes e observando fielmente as ordens medicas.

§ Unico. As funcções de economo, quando cõvirem podem ser exercidas por uma senhora de critério e habilitações sufficientes.

Art. 19.—Ao Pharmaceutico cumpre :

1.º Preparar os medicamentos, conforme as prescripções do medico do estabelecimento ;

2.º Prestar os socorros immediatos e urgentes na ausencia do inspector sanitario ;

3.º Zelar pela bõa conservação dos medicamentos em deposito.

Art. 20.—O pessoal docente e administrativo do Instituto perceberá os vencimentos fixados na tabella annexa.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 21.—Os empregados necessarios ao serviço do estabelecimento, taes como cosinheiros, trabalhadores de lavoira, tratadores, serventes e outros serão admittidos segundo as necessidades do serviço, em tabella previamente sujeita a approvação do Governo, que lhes fixará o numero e os vencimentos diarios, podendo ser revista assim o exijam as necessidades do serviço.

Art. 22.—O thesoureiro servirá o seu cargo mediante fiança que será arbitrada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 23.—O Governo fornecerá alojamento dentro do Instituto ao pessoal administrativo e docente.

da despeza paga pelo estabelecimento ; trazendo a escripturação do livro caixa sempre em dia, para que em qualquer occasião se verifique o estado da caixa ;

2.º Prestar contas, mensalmente, á Secretaria de Estado da Fazenda ;

3.º Escripturnar o livro-mappa das rações ; e de entrada e sahida dos diversos artigos destinados ao estabelecimento, como roupa, calçados, instrumentos de trabalho ;

4.º Escripturnar o livro dos talões de pedidos de fornecedores, com os respectivos preços em ouro ou papel ;

5.º Não effectuar recebimento algum sem auctorisación escripta do Director ; devendo antes de dar-lhes entrada no almoxarifado participar a chegada para a respectiva conferencia e exame de qualidade e quantidade ;

6.º Ter sob sua guarda todos os artigos necessarios ao consumo e entregal-os em vista dos pedidos rubricados pelo Director ;

7.º Entregar diariamente ao economo as rações para os educandos e para o pessoal interno de conformidade com a tabella approvada ;

8.º Verificar as contas mensaes apresentadas pelos fornecedores, conferil-as, receber a rubrica do Director e apresental-as á Secretaria de Estado da Fazenda ;

9.º Processar as contas de fornecimento, logo que sejam entregues ao Instituto ;

10.º Fazer todas as compras administrativas de accordo com a ordem do Director.

Art. 18.—Ao Economo cumpre :

1.º Fiscalisar o pessoal da cozinha e copa, dando parte das irregularidades, propondo ao Director a admissão ou demissão do pessoal, zelando pelo asseio da cozinha, copa e refetorio, cuidando da conservação e limpeza dos respectivos utensilios que ficam sob sua responsabilidade ;

§ Unico. Por conta do estabelecimento serão fornecidas rações alimenticias ao pessoal de que trata este decreto.

Art. 24.—Até o fim do primeiro anno lectivo não poderá a matrícula exceder de 50 alumnos.

Art. 25.—O Instituto guardará como feriado o dia de sua installação.

Art. 26.—A nenhum educando será permitido retirar-se do estabelecimento para passar ferias.

Art. 27.—O Director deverá organizar no fim de cada exercicio uma tabella das rações alimenticias, dos objectos de aseo e consumo para vigorar no exercicio seguinte; sujeitando-a a approvação do Secretario de Estado da Instrucção Publica.

Art. 28.—A directoria do serviço sanitario designará um inspector sanitario para fazer no Instituto a visita medica, em dias da semana que forem designados.

Art. 29.—Será expedito um Regimento Interno do Instituto de accordo com o presente Decreto, assinado pelo Secretario de Estado da Instrucção Publica.

Art. 30.—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Pará, 14 de Julho de 1904.

AUGUSTO MONTENEGRO,
G. Amazonas de Figueiredo.

Tabella de vencimentos

	OUBG
1 Director a 3.600\$000.....	3.600\$000
2 Professores a 2.000\$000.....	4.000\$000
1 Official a.....	1.500\$000
1 Economo a.....	1.200\$000
1 Thesourreiro a.....	1.800\$000
1 Pharmaceutico a.....	1.800\$000
	13.900\$000

Palacio do Governo do Estado do Pará, 14 de julho de 1904.

AUGUSTO MONTENEGRO,
G. Amazonas de Figueiredo.

DECRETO N. 1.322 — DE 21 DE JULHO DE 1904

Modifica o art. 30 do regulamento da Escola de Pharmacia.

O governador do Estado resolve modificar o art. 30 do regulamento da Escola de Pharmacia do Pará que baixou com o decreto n. 1.274 de 1.º de fevereiro d'este anno, para ser lido da seguinte forma, em vez das palavras — a juizo do Governo seja — a juizo do Governo Federal.

O secretario de Estado da justiça, interior e instrucção publica assim o faça executar.

Palacio do governo do Estado do Pará, 21 de julho de 1904

AUGUSTO MONTENEGRO,
G. Amazonas de Figueiredo.